



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

CARLA MAGDENIER SOBRINO

**SOBRE A CABEÇA OS AVIÕES: O
LUGAR DA IMPRENSA NA
TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL PARA
BRASÍLIA**

2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Dissertação de Mestrado

**SOBRE A CABEÇA OS AVIÕES: O LUGAR DA IMPRENSA NA
TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL PARA BRASÍLIA**

Carla Magdenier Sobrino

**Orientador
Prof. Dr. Carlo Maurizio Romani**

**Rio de Janeiro
2022**

SOBRE A CABEÇA OS AVIÕES: O LUGAR DA IMPRENSA NA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL PARA BRASÍLIA

Carla Magdenier Sobrino

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador:

- Prof.º Dr.º Carlo Maurizio Romani

Banca Examinadora:

- Prof.^a Dr.^a Lucia Grinberg, Unirio
- Prof.º Dr.º Wolney Vianna Malafaia, Colégio Pedro II
- Prof.º Dr.º Marcelo Magalhães, Unirio (*suplente*)
- Prof.º Dr.º Mário Angelo Brandão de Oliveira Miranda, PUC-RJ (*suplente*)

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

Durante a realização desta pesquisa, nós estávamos (e ainda estamos) em tempos de pandemia. Em momentos de maior aflição, procurei por ajuda e a recebi da melhor maneira possível. Neste espaço, deixo toda a minha gratidão àqueles que me auxiliaram no decorrer desta caminhada.

Primeiramente a Deus e à Nossa Senhora Aparecida pelas inspirações do Alto e pelo consolo diante das adversidades.

Aos meus queridos pais e irmãos que são a minha base moral e afetiva.

Ao meu professor e orientador, Dr. Carlo Maurizio Romani, pelo profissionalismo, paciência e empatia nos momentos em que me encontrei desmotivada ou preocupada com o trabalho.

Aos amigos e professores, Thiago de Souza Reis e Teresa Vitória Fernandes Alves que, desde os tempos do CEDERJ/UNIRIO, me incentivaram a realizar a inscrição no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UNIRIO) e me ajudaram com o Projeto de Pesquisa.

À CAPES pelos recursos fornecidos nestes dois anos de estudo e trabalho.

Aos professores do PPGH/UNIRIO, Dra. Marta de Almeida (MAST/UNIRIO), Dra. Márcia Chuva e Dr. Gonçalo Gonçalves por materiais e excelentes indicações de leitura.

Aos professores Dr. Wolney Malafaia (Colégio Pedro II) e Dra. Lúcia Grinberg (PPGH/ UNIRIO) pelas correções e pelos importantes apontamentos realizados no meu Exame de Qualificação.

E a todos os coordenadores, professores, assistentes administrativos e colegas do PPGH/UNIRIO.

RESUMO

A presente dissertação tem por escopo principal analisar alguns discursos produzidos pelos principais jornais do Rio de Janeiro durante o governo de Juscelino Kubitschek em relação à construção e à inauguração da nova capital, Brasília. Os principais impressos selecionados para tal intento foram o jornal *Última Hora* e o *Tribuna da Imprensa*. Foram discutidas, igualmente, questões pertinentes sobre a modernização da imprensa nos anos cinquenta, com as premissas da objetividade e de uma suposta neutralidade, as relações de poder existentes entre alguns jornalistas, tais como Samuel Wainer e o deputado da UDN, Carlos Lacerda, com o então presidente da República, Juscelino Kubitschek. Além disso, averiguamos as condições de vida dos operários e a discrepância entre uma cidade modernista idealizada para todos, mas que, no entanto, não pôde ser usufruída por aqueles que a construíram, levando-os a morarem nas regiões periféricas da cidade, sem estrutura adequada. Brasília acabou por espelhar, assim, um microcosmo do retrato do país e de suas desigualdades socioespaciais.

Palavras-chave: História do Brasil, Imprensa, Brasília.

ABSTRACT

The main purpose of this dissertation is to analyze some speeches produced by the main newspapers in Rio de Janeiro during the government of Juscelino Kubitschek about the construction and inauguration of the new capital, Brasília. The main publications selected were: the newspapers *Última Hora* and *Tribuna da Imprensa*. We have also discussed pertinent questions about the modernization of the press in the fifties, with the assumptions of objectivity and a supposed neutrality, the power relations existing between some journalists, such as Samuel Wainer and the UDN deputy, Carlos Lacerda, with the President of the Republic, Juscelino Kubitschek. In addition, we investigated the living conditions of workers and the discrepancy between a modernist city idealized for everyone, but which, however, could not be enjoyed by those who built it, leading them to live on the outskirts of the city, without adequate structure. Brasília thus ended up mirroring a microcosm of the portrait of the country and its socio-spatial inequalities.

Keywords: Brazilian History, Press, Brasilia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1) A HISTÓRIA DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DA REPÚBLICA E OS DEBATES TRAVADOS NA IMPRENSA	17
1.1) A mudança da sede política: o sonho antigo de integração nacional.....	17
1.2) Imprensa e poder nos anos 50: questões historiográficas e metodológicas.....	38
CAPÍTULO 2) OS ANOS 50: OS HOMENS DO PODER E O PODER DOS HOMENS DA IMPRENSA	51
2.1.1) O Estado Novo de Getúlio Vargas e a censura aos meios de comunicação.....	51
2.1.2) A redemocratização pós-1945, os partidos e a liberdade de imprensa	63
2.1.3) A crise no segundo governo Vargas e o início de um embate jornalístico.....	74
2.2.1) A campanha presidencial de JK e o contragolpe de Lott.....	89
2.2.2) A Lei Marcial da Imprensa e os primeiros passos para Brasília.....	99
2.2.3) Os bastidores de Brasília: dos sonhos dos candangos à dura realidade no planalto central.....	120
CAPÍTULO 3) A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL. IMPACTOS IMEDIATOS E DESDOBRAMENTOS FUTUROS NAS PÁGINAS DA IMPRENSA	137
3.1) Modernização <i>versus</i> atraso: os discursos dos jornais sobre as duas capitais.....	137
3.2) Dez anos de Brasília: censura, repressão e segregação socioespacial.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
FONTES IMPRESSAS	180
FILMOGRAFIA	184
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185

INTRODUÇÃO

*Sobre a cabeça os aviões
Sob os meus pés os caminhões
Aponta contra os chapadões
Meu nariz*

*Eu organizo o movimento
Eu oriento o carnaval
Eu inauguro o monumento
No Planalto Central do país...*

(Caetano Veloso – Tropicália)

A capital em estilo futurista – Brasília – foi a meta-síntese do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). A cidade tornou-se um emblema de um político que tinha como lema de governo: cinquenta anos (de progresso) em cinco. Planejada e construída em sua gestão, *o monumento no planalto central do país* configurou um marco na história brasileira. Imbuída pela ideologia do nacional-desenvolvimentismo ou do desenvolvimentismo associado, a equipe econômica do presidente Kubitschek lançou o Plano de Metas, que pela primeira vez, nas palavras de Sônia Regina de Mendonça (1990, p.335), procurava integrar perante o controle estatal, as atividades do capital público e privado (nacional e estrangeiro) por intermédio de um plano quinquenal que designava onde, como e quem iria investir. Embora tivessem sido estabelecidas 31 metas em diversos setores neste plano econômico; as áreas de energia, transporte, indústrias de base e alimentação, ganharam maior atenção. Já a mudança do comando político para uma nova cidade, erguida praticamente do zero, contendo edifícios com traços da arquitetura moderna, representaria o “novo Brasil” – a integração nacional e a irradiação da “civilização” para as mais distantes regiões do país (MENDONÇA, 1990, p. 335).

Após o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, em meio a uma grave crise político-econômica e o impacto da carta-testamento deixada por ele, a população em diversas cidades do país e, principalmente, na então capital da República, o Rio de Janeiro, se viu consternada com o trágico fim do “pai dos pobres” e ameaçou os políticos de oposição e os jornais que se demonstravam contrários ao presidente. Houve a destruição do patrimônio público nas ruas, ataques à Embaixada dos Estados Unidos e a tentativa de invasão contra o jornal do principal opositor de Vargas, o deputado da União Democrática

Nacional (UDN), Carlos Lacerda. No funeral do presidente, o único governador a comparecer ao local foi o de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, do Partido Social Democrático (PSD). Ele e João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), viriam a ser eleitos como presidente e vice-presidente da República, respectivamente, nas eleições de 1955, depois de uma conturbada campanha política com uma tentativa de golpe por parte dos udenistas e dos militares antigetulistas, todavia impedida rapidamente pelo então Ministro da Guerra, o general Henrique Teixeira Lott (RODRIGUES, 1992, p. 54-59). Por conseguinte, Kubitschek e Goulart tomaram posse em janeiro de 1956, prometendo cumprir a Constituição e garantir as liberdades democráticas. O presidente, neste mesmo âmbito, reafirmou o compromisso de mudar a capital para o Planalto Central, bem como o de modernizar o país por meio da ideologia desenvolvimentista.

Neste nosso trabalho, além de discutirmos sobre a construção da nova capital e a transferência da sede política do Rio de Janeiro para o Planalto Central, nós iremos analisar os discursos dos jornais com relação a esta grande empreitada.¹ Durante o governo de Kubitschek, a imprensa periódica, de uma maneira geral, transformou-se, modernizou-se e ganhou notoriedade com mais liberdade no cenário democrático, além do surgimento de novas técnicas, uma maior lucratividade com a expansão da publicidade e uma forma de comunicação mais direta e supostamente “imparcial” (ABREU, 1996, p. 13-58; BARBOSA, 2007, p. 149-173). Dentro destes parâmetros, nos propomos a trabalhar e analisar criticamente algumas reportagens e os editoriais de alguns impressos, principalmente os editoriais de dois jornais cariocas que, com visões antagônicas a respeito da mudança do centro político do país, fugiam à orientação da “neutralidade” do discurso: a *Tribuna da Imprensa*, do deputado udenista e jornalista, Carlos Lacerda, e o jornal *Última Hora*, do jornalista e getulista, Samuel Wainer. Além dos editoriais, serão utilizados outros tipos de fontes como fotografias destes periódicos, registros fotográficos de outros

¹ Usaremos como método a análise de texto para os periódicos. Conforme Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997, p.377-383), o pressuposto fundamental das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o fato de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim classificado, não pode ser recebido como algo transparente. Os discursos apresentados nos editoriais dos jornais estudados continham palavras ou expressões com valores semânticos que endossavam as mensagens transmitidas pelas charges, fotografias ou pela publicidade; cada uma delas, respectivamente, com o seu valor, como o de humor-crítico no caso da charge, ou de afirmação de alguma personalidade do Estado no caso da fotografia ou de consumo de algum produto no caso da publicidade. No caso dos dois jornais selecionados para esta pesquisa (*Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*), buscaremos compreender as relações deles com os partidos, governantes; além de investigarmos as possíveis fontes de receita, tais como os próprios órgãos políticos, governantes, estatais, empresários etc.

profissionais², as biografias dos citados e alguns documentários,³ contendo depoimentos de algumas autoridades e os testemunhos dos candangos – operários oriundos de diversas partes do país, principalmente, da região Nordeste, fugindo da seca, e que foram trabalhar na construção em busca de melhores condições de vida. Todas as informações que forem relevantes sobre o governo JK, primordialmente, no que se referirem à construção da nova capital e à sua inauguração nestas fontes serão estudadas cuidadosamente, tendo por base outros trabalhos, tais como os de: Nair Sousa (1983 e 2022), Luiza Videsott (2008 e 2010) Denise Oliveira (2018), Edson Beú Luiz & Marcia Kuyumjian (2010), Meire Silva (2019) e Amanda de Oliveira Passos (2020).

Ao questionarmos a mudança da capital nos anos cinquenta, temos que ter em mente que Brasília é fruto do movimento modernista que, desde os anos vinte e nas décadas seguintes, procurou valorizar a cultura brasileira e o cotidiano da sociedade por artistas em diversas áreas, demarcando, assim, a nossa identidade e a nossa “brasilidade” (PASSOS, 2020, p. 71). Nesta fase, o modernismo iria se refletir nos traços arquitetônicos

2 Referimo-nos aos fotógrafos Mário Fontenelle e Marcel Gautherot. Conforme o site do *Correio Braziliense*, “Mário Fontenelle (1919 – 1986) tornou-se o fotógrafo oficial do governo Juscelino Kubitschek e imprimiu um rosto à nova capital através de suas lentes, sendo o autor dos primeiros registros da nova capital e das imagens mais marcantes desse período. Após a epopeia da construção de Brasília, Fontenelle dedicou-se a fazer registros pelas ruas da cidade que ajudou a immortalizar. São aproximadamente 5 mil fotografias que compõem, desde a década de 1980, o Fundo Novacap, sob a guarda do Arquivo Público do Distrito Federal, conjunto documental que faz parte do Programa Memória do Mundo da Unesco”. Fonte: Livros de Fotografia. Mario Fontenelle. Disponível em: < <https://livrosdefotografia.org/perfil/699/mario-fontenelle>>. Texto adaptado do *Correio Braziliense*, 10/06/2015. Autor: Renato Alves. Acesso em: 22 jul. 2022. Ver: ALVES, Renato. Fotógrafo de JK e pioneiro da capital é homenageado em filme e pela Câmara. Disponível em: < https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/06/10/interna_cidade/df.486131/fotografo-de-jk-e-pioneiro-da-capital-e-homenageado-em-filme-e-pela-ca.shtml>. *Correio Braziliense*, 10/06/2015. Acesso em: 22 jul. 2022. Segundo o site do Instituto Moreira Salles, “Marcel Gautherot (1910-1996), fotógrafo francês que viveu a maior parte de sua vida no Brasil, produziu extensa documentação fotográfica sobre o país. A formação de Gautherot como arquiteto decorador e sua experiência museográfica levaram Lucio Costa a incumbi-lo, ainda no início dos anos 1940, de organizar o acervo e a exposição permanente de estatuária do recém-constituído Museu das Missões, no Rio Grande do Sul. Anos mais tarde, depois de registrar festas populares, danças, artesanato e atividades folclóricas de diversos estados brasileiros, tornou-se o principal fotógrafo da arquitetura moderna no país, dedicando-se em especial ao registro dos grandes projetos de Oscar Niemeyer, como o conjunto arquitetônico da Pampulha e a construção de Brasília”. (...). Para saber mais, ver: INSTITUTO MOREIRA SALLES, Marcel Gautherot – Brasil: tradição, invenção. Disponível em: < <https://ims.com.br/exposicao/marcel-gautherot-brasil-tradicao-invencao/>>. Instituto Moreira Salles (IMS). Acesso em: 22 jul. 2022.

3 No que concerne aos documentários, serão estudados: *Brasília, Segundo Feldman* (1979) e *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1990/1991), ambos de Vladimir Carvalho; *Brasília: Contradições de uma cidade nova* (1967), de Joaquim Pedro de Andrade e *Brasília, Ano 10* (1970), de Geraldo Sobral Rocha. Os dois primeiros serão examinados no segundo capítulo e outros, no terceiro capítulo. Ao final desta dissertação disponibilizaremos as fichas técnicas de todos estes filmes.

da nova capital, inspirados nas ideias de arquitetura de Le Corbusier⁴. Assim, surgiria um centro político planejado pelo urbanista Lucio Costa, com edifícios em traços simétricos e curvilíneos desenhados pelo arquiteto Oscar Niemeyer, pensado pelos intelectuais do CIAM (Congresso Internacional da Arquitetura Moderna) e do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) como uma proposta de integração e de desenvolvimento econômico para as outras regiões a partir do centro da nação (PASSOS, 2020, p. 71; SILVA, 2015, s./p.). Além do mais, no pensamento de Helena Bomeny (2002, p. 208- 209), valendo-se dos estudos de James Holston (1980, p. 43), o ideal de uma cidade ocidental moderna sugere um espaço em que todos os indivíduos possam acessar múltiplos bens e serviços de forma igualitária, sem discriminações de quaisquer aspectos. Conforme a autora:

Brasília comporia a “época mais avançada” na qual, através do método, o homem avança sobre o controle da natureza, marcando-a, redefinindo-a com paisagem inteiramente nova, objeto da criação humana, malgrado as desvantagens de clima e de solo. Uma decisão do espírito de empreendimento que registra na paisagem virgem a mão do homem. [Ela] seria, portanto, o exemplo de uma moderna concepção de cidade naquilo que tal concepção corresponde à intencionalidade racional do homem na sua relação com a natureza. [Esta concepção] esteve comprometida com o ideal da burguesia de criar um código racional de administração que, atravessando fronteiras, ligasse cidadãos em torno de princípios universais que os igualassem juridicamente como cidadão na relação uns com os outros, e não através da mediação das castas, clãs ou grupos (BOMENY, 2002, p. 209).

Este seria o ideal de cidade segundo a autora, aquilo que se gostaria de alcançar; o redescobrimento do país por meio de um marco que irradiaria a “civilização” e o “progresso” para os demais estados. Todavia, como veremos no decorrer deste trabalho, o sonho ou o ideal de uma “cidade da igualdade” para o povo (HOLSTON, 1980, p. 43, *apud*. BOMENY, 2002, p. 208-209), logo contrastaria com a dura realidade vivida, seja a dos próprios operários durante a construção, seja a dos próprios moradores de baixa renda que residiam próximo ao plano-piloto, mas que seriam transferidos pelo poder público para as distantes cidades-satélites.

4 De acordo com Dilva Frazão (2017), Le Corbusier foi um importante arquiteto, urbanista e pintor franco-suíço. Suas ideias serviram de inspiração para a formação da geração modernista de arquitetos brasileiros. Para mais informações, ver: Frazão, Dilva. Biografia de Le Corbusier. Disponível em: <

Apesar disso, quando a nova capital foi inaugurada na data prevista – 21 de abril de 1960 – o presidente Kubitschek e o seu partido, o PSD, haviam conseguido adquirir uma grande vitória frente aos chamados pessimistas que não acreditaram que Brasília ficaria pronta a tempo. É bom ressaltar, também, que o governante não ficou somente com a imagem atribuída a Brasília, mas também como aquele que buscava transmitir o “entusiasmo”, a “esperança” e o “otimismo” necessários a uma população que sofria com a alta da inflação e do desemprego. O futuro, para o governo JK, sempre parecia um tempo melhor, em que a população do país colheria os frutos do sacrifício, diante da pobreza e das desigualdades sociais, com a finalidade de se receber, posteriormente, o progresso sendo emanado do centro do país através da nova capital, por meio das rodovias para as mais distantes regiões da nação. Seria a época dos “anos dourados”, mas não tão dourados assim, conforme analisou Angela de Castro Gomes (2002, p. 10), devido aos inúmeros problemas enfrentados pelo governo e, principalmente, pela população de baixa renda, e as diferenças entre sonho e realidade – assuntos sobre os quais voltaremos a falar no decorrer do nosso trabalho e em nossas considerações finais.

Concomitantemente, iremos perceber o que Brasília representou para os jornais *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa*, quais foram os seus discursos e suas expectativas com relação à nova capital e com a antiga sede política, o Rio de Janeiro. Diante destas informações descritas até este momento, nos perguntamos o que a nova capital representou de fato para as autoridades e, principalmente, para a população brasileira? Por quais motivos os jornais mencionados tomaram posições tão divergentes? Quais eram as relações deles com os políticos e com os partidos na década de cinquenta? Quais eram os seus financiadores? Tentaremos responder a estas perguntas nesta dissertação.

Sendo assim, para fins de organização deste trabalho, nós iremos dividi-lo em três capítulos. Cada capítulo será fracionado em dois ou mais itens/tópicos. No primeiro capítulo, discutiremos, inicialmente, a ideia da transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central. Através da análise de outros trabalhos já publicados (CEBALLOS, 2005; MAGALHÃES, 2004; PERPÉTUO, 2015), veremos que a concepção de mudança do centro político do Rio de Janeiro para um local mais afastado do litoral surgiu, ainda, no final do século XVIII e foi até debatida pelos inconfidentes mineiros por questões de defesa e estratégia geopolítica. Passando pelo século XIX, analisaremos os pensamentos do diplomata e historiador, Varnhagen, do jornalista Hipólito José da Costa e

do Patriarca da Independência, José Bonifácio. Com o fim da Monarquia e o início do período Republicano, buscaremos estudar a missão científica comandada pelo astrônomo Luis Cruls com a finalidade de localizar um espaço que fosse adequado climaticamente e que obedecesse aos preceitos higienistas da época (MAGALHÃES, 2004; VERGARA, 2006). Perceberemos, ainda, que durante a Primeira República, a questão da transferência foi colocada em segundo plano devido às divergências locais ou por outras prioridades políticas do momento. Somente com o advento do governo Kubitschek, a transferência da capital para Brasília veio a ser concretizada, mesmo com os altos gastos com a construção, críticas da opinião pública e ação fiscalizatória de setores da oposição. Neste mesmo capítulo, faremos, igualmente, um debate historiográfico sobre a transformação e modernização da imprensa nos anos cinquenta, nos baseando em vários trabalhos como os de Alzira Alves de Abreu (1996; 2008), Marialva Barbosa (2007), Fernando Lattaman-Weltman (1996) e Ana Paula Goulart Ribeiro (2000; 2003).

Através desta primeira análise sobre a imprensa dos anos cinquenta, seguiremos para o capítulo 2, dividido em duas partes contendo seis itens no total. Na primeira parte discutiremos a relação de Getúlio Vargas com a imprensa. Começaremos com a censura aplicada durante o Estado Novo varguista aos meios de comunicação pelo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. Em seguida, com o fim do Estado Novo (1937-1945), analisaremos o processo de redemocratização, o surgimento dos partidos de maior destaque na época (PSD, PTB e UDN) e a fundação do jornal *Tribuna da Imprensa*, do deputado udenista Carlos Lacerda. Por fim, fecharemos esta parte averiguando a volta de Getúlio Vargas ao poder, desta vez, de forma democrática, tendo a grande imprensa a favor do partido de oposição, a UDN. Será neste momento que estudaremos sobre o jornal de Samuel Wainer, *Última Hora*, fundado com o apoio do próprio Vargas, em 1951, para fazer frente a estes, dentre eles, a própria *Tribuna da Imprensa*, fundada em 1949. Os principais aspectos do segundo governo Vargas, sua ideologia *nacionalista* que se chocava, em parte, com a grande imprensa liberal burguesa e, que, de certa forma contribuíram para uma crise política sem precedentes serão analisados nestes dois jornais até o seu trágico suicídio em 1954 (MARTINS, 2016; LAURENZA, 2008; GOMES, 2011).

Já na segunda parte deste capítulo, veremos a campanha presidencial de Juscelino Kubitschek (PSD) e seu vice na chapa, João Goulart (PTB), a tentativa de golpe contra os eleitos para a presidência e vice-presidência, e o contragolpe articulado pelo general

Lott, a fim de que a Constituição fosse cumprida (MARANHÃO, 1981; CARLONI, 2009). Com Juscelino no poder, iremos averiguar: a Lei Marcial da Imprensa, um projeto de censura proposto pelo presidente Juscelino; os primeiros passos para Brasília e os discursos nos jornais selecionados sobre a construção; a tentativa de refundar o Brasil, reencando a primeira missa no Planalto Central; a vinda dos migrantes nordestinos fugindo da grande seca de 1958 para trabalhar nas obras da nova capital. Dedicaremos um último tópico para estudarmos as condições de vida dos operários (os candangos) num regime extenuante e arriscado de trabalho, além de averiguarmos um trágico episódio precariamente registrado nos jornais, principalmente, nos da grande imprensa: o massacre de candangos na construtora Pacheco Fernandes Dantas, em 1959, pela Guarda Especial de Brasília (GEB).

Para estudarmos o cotidiano dos operários durante a construção e depois da inauguração da nova capital, nós faremos uso de depoimentos prestados pelos próprios operários, já analisados em outras pesquisas (CARDOSO, 2004; LUIZ & KUYUMJIAN, 2010; SOUSA, 1983 e 2014). Também nos utilizaremos da análise de conteúdo⁵ de dois documentários do cineasta Vladimir Carvalho: *Brasília, Segundo Feldman* (1979) e *Conterrâneos Velhos De Guerra* (1990/ 1991). Para a análise dos depoimentos, levaremos em conta os apontamentos sobre a memória autobiográfica e a memória coletiva feitos por Nair Sousa (2014, s./p.), tendo por base as pesquisas de Maurice Halbwachs (1990) e de Michael Pollack (1989) sobre o assunto.⁶ Nesta mesma parte, estabeleceremos ainda o

5 Conforme Amália Machado (2021), valendo-se dos estudos de Laurence Bardin (2011, p. 15), a análise de conteúdo consiste em “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência.” Para saber mais, ver: BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

6 Nair Sousa (2014, s./p.) comentou em seu trabalho que há dois tipos de memória: “a autobiográfica, que corresponde às experiências pessoais em sociedade e a coletiva, traduzida como uma história socialmente vivida”. No que se refere a segunda, cabe determinar uma relação entre grupo social e memória, dado que a participação dos indivíduos em grupos relacionados aos acontecimentos presentes em seu passado, possibilita “a renovação e a complementação das lembranças individuais”. De acordo com Halbwachs, “a memória coletiva é formada pelas lembranças dispersas na sociedade que reafirmam a identidade dos grupos e a sua coesão social”. Levando em consideração que a memória é seletiva, ela volta no tempo, sofre modificações ao longo da vida das pessoas, ou seja, “é uma memória em permanente reconstrução”, visto que o tempo da memória é social. Já Pollack (1989) “lembra que Halbwachs estabelece diferentes pontos estruturantes na configuração da memória coletiva: a hierarquização, a classificação, o sentimento de pertencimento, as fronteiras socioculturais, a coesão social, a constituição de uma comunidade afetiva, cabendo uma negociação conciliadora entre memória individual e coletiva”.

uso de registros fotográficos de Mário Fontenelle e Marcel Gautherot, levando em consideração o estudo de Ana Maria Mauad (2005)⁷, com a finalidade de não só demonstrar a grandiosidade da obra e aqueles que trabalham nela, mas também de poder constatar, por exemplo, a falta de equipamentos de segurança para os operários e a extrema pobreza vivida por muitos deles nas vilas (favelas).

No terceiro e último capítulo, discutiremos as ideias dos dois jornais (*Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*) com relação às capitais: uma velha, o Rio de Janeiro e a outra, nova, Brasília. Uma capital repleta de história e a outra prestes a “nascer” como um símbolo da política desenvolvimentista e de um estadista que ansiava com a sua volta ao poder como chefe do Executivo, novamente, nas eleições de 1965, mas, que, como já sabemos, não veio a acontecer. Teremos por objetivo averiguar a construção de uma imagem favorável ou não em torno da personalidade do presidente JK e à própria transferência da capital para Brasília, através dos discursos nestes periódicos selecionados. Eventualmente, poderemos citar outros jornais (*O Globo* e o *Jornal do Brasil*) que possam agregar maiores informações sobre esta mudança de *status* e peso político para o Rio de Janeiro. Além disso, estudaremos sobre as denúncias de corrupção envolvendo os gastos com as obras, noticiadas, principalmente, pela *Tribuna da Imprensa*. Por conseguinte, analisaremos a jovem capital dez anos depois, os desdobramentos da transferência em plena ditadura militar. Nós iremos discutir as diferenças socioespaciais entre os habitantes do plano piloto e os moradores das cidades-satélites. Concentraremos os nossos estudos por meio das análises realizadas por alguns pesquisadores (PASSOS, 2020; SILVA, 2019; SOMBRA JR., 2018) sobre dois documentários da época: *Brasília: Contradições de uma Cidade Nova*, de Joaquim Pedro de Andrade (1967) e *Brasília, Ano 10*, de Geraldo Sobral Rocha (1970). Neste mesmo momento, estudaremos a questão da censura aos meios de comunicação, aos jornais, aos filmes etc., além da perseguição política aos opositores do regime militar. Examinaremos, brevemente, o cenário político-econômico e

7 Segundo Ana Maria Mauad (2005, p. 144), a fotografia é uma mensagem que assume funções sógnicas variadas de acordo com o contexto no qual ela se insere e deve ser encarada como um produto cultural, resultado de uma atividade social. Desta forma, toda a produção da mensagem retratada está vinculada aos meios técnicos de produção cultural. Inserida nessa perspectiva, a imagem pode, por um lado, colaborar para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que retém o comando de tais meios, e, por outro, funcionar como um eficiente instrumento de controle social através da educação do olhar. Diante disso, a fotografia não é somente um documento, mas também um monumento e, como toda a fonte histórica, deve passar pelas críticas externa e interna, sendo introduzida no contexto histórico estudado.

social da época e comentaremos sobre as posições tomadas por Samuel Wainer, Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek durante o período.

Por fim, comentaremos sobre a mudança dos moradores, muitos deles de ex-operários que participaram das obras da nova capital, da Vila IAPI para a cidade-satélite de Ceilândia, em 1971, há trinta quilômetros do plano-piloto, e o conseqüente descaso das autoridades públicas com a população realocada. Para tanto, nos utilizaremos de matérias do jornal *Correio Braziliense* e dos depoimentos prestados ao pesquisador Edson Beú Luiz (2007) e ao cineasta Vladimir Carvalho, no filme *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1990), este último através da análise de Denise Oliveira (2018).

Em nossas considerações finais, esperamos responder às perguntas elaboradas nesta apresentação deste trabalho, estimular novos debates sobre a imprensa e o poder, e colaborarmos com um maior entendimento sobre este importante processo político e histórico do país.

CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DA REPÚBLICA E OS DEBATES TRAVADOS NA IMPRENSA

1.1) A mudança da sede política: o sonho antigo de integração nacional

No dia 21 de abril de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek, declarava inaugurada “sob a proteção de Deus”, a nova capital dos Estados Unidos do Brasil – Brasília.⁸ A data simbólica também remetia a um dos personagens nacionais mais utilizados pelo imaginário republicano: o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, marcando o momento como um passo para o desejo de independência, agora, econômica, em que a nação brasileira, ao possuir um novo centro político moderno e futurista, um novo coração pulsando em seu interior, o desenvolvimento e a civilização, através das rodovias para todas as regiões do país, conseguisse mostrar ao mundo, de forma autônoma, a sua criatividade e a sua capacidade laborativa. No pensamento de Juscelino, Brasília era a capital da esperança e do futuro, um marco do seu governo, a meta-síntese cumprida, amparada pela ideologia do nacional-desenvolvimentismo e que poderia, mais tarde, levá-lo novamente ao poder, mais precisamente nas eleições para presidente em 1965.⁹ Entretanto, sabemos que este fato não veio a se concretizar e que tanto o processo de construção da nova cidade quanto a própria transferência da *capitalidade*¹⁰ do Rio de Janeiro para o Planalto Central em si, gerou uma série de críticas pelas autoridades políticas, intelectuais, economistas e pela imprensa em geral.

Para os apoiadores do presidente, Brasília significava um novo começo para o país, a “colonização” de uma região inóspita e, agora, habitada e “civilizada”. Construída pelas mãos dos candangos – operários oriundos do Norte e do Nordeste do país que trabalharam nas obras – e idealizada pelo urbanista Lúcio Costa e pelo arquiteto Oscar Niemeyer, a nova capital erguida do zero em tão pouco tempo de governo, originaria uma onda de otimismo e confiança para a nação. Diversos fotógrafos, cinegrafistas e jornalistas acompanharam o processo de construção e as festividades no dia da inauguração.

8 KUBITSCHKEK, J. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 378.

9 Mesmo diante da grave crise econômica deixada pelo seu governo, Juscelino teria a seu favor para as eleições de 1965, alianças formadas até com setores da oposição, parte do empresariado e uma construção de grande vulto como a nova capital. Para um aprofundamento sobre essas questões ver (MARAN, 2002; SKIDMORE, 2007).

10 Marly Motta (2001, p. 17) revela que o princípio fundamental da identidade política do Rio de Janeiro é a memória da sua *capitalidade*, ou seja, o seu papel de representar a unidade e a síntese da nação. Na visão da autora, a cidade operava como uma “caixa de ressonância” política e cultural para todo o país.

Aliás, alguns jornais relataram que caíra uma chuva torrencial no dia 20 e que tudo estava enlameado. Em entrevista ao repórter Lúcio Flávio (2020), do site da *Agência Brasília*, a coreógrafa Gisele Santoro, hoje com mais de 80 anos, relatou o seguinte:

Eram uns 12 bailarinos, chegamos num avião da FAB, e, como tinha chovido, a cidade era só lama. Dançamos na parte de cima do Congresso, com a orquestra embaixo, e a iluminação foi um espetáculo. (...). Tinha algumas construções, mas você olhava para os lados e não tinha nada. Para ir ao Lago Sul, dava-se uma volta danada, porque não tinha a ponte e as mansões pareciam mais distantes (FLAVIO, 2020).

Apesar da lama e das distâncias relatadas por Gisele Santoro, o repórter Lúcio Flávio destaca que as luzes (do espetáculo) “anunciavam, metaforicamente, o alvorecer de um novo Brasil” e que a nova capital representava um espelho da nossa identidade nacional, uma “cidade moderna e futurista construída no coração do Planalto Central, prometendo ligar o país de Norte a Sul, do Oiapoque ao Chuí”, espelhando, assim, uma nação “comprometida com o progresso e o desenvolvimento”. Flávio, munido de documentação presente no Arquivo do Distrito Federal, comenta ainda que as comemorações duraram três dias com direito a baile de gala, cascata de fogos de artifício e corrida de carros. Corroborando esta ideia, a revista *O Cruzeiro*¹¹, em 7 de maio de 1960, trouxe uma reportagem especial sobre as festividades:

Os festejos de Brasília - a maior promoção mundial do ano - custaram 150 milhões. A parte recreativa incluiu 38 toneladas de fogos de artifício, corrida de barcos e automóveis, concerto sinfônico (...), show gigante seguido de 30 mil m² de dança popular, parada militar com desfile de candangos e máquinas, baile de casaca com champanha e “n” caixas de uísque, torneio infantil, festival de encerramento, com quadros da história pátria, alegorias de mudanças da nossa Capital, intervalados de Tiradentes, José Bonifácio e outros detalhes risonhos e patéticos. Tudo isso compôs a sinfonia dos que festejam a passagem de novo ciclo da nossa história (O CRUZEIRO, 1960).

Ao analisarmos este trecho, nos perguntamos quanto custou a nova capital. Até hoje não há dados precisos sobre o valor da construção. A reportagem comenta que

11 Fundada em 10 de novembro de 1928, a revista *O Cruzeiro* foi uma publicação semanal ilustrada brasileira, sendo editada pelo Diários Associados, do empresário Assis Chateaubriand. A edição de 7 de maio de 1960 trazia um JK sorridente na capa colorida, além de textos entusiasmados sobre a inauguração da nova capital e fotos em preto e branco sobre as comemorações. Para mais informações, ver: Memória Viva. O futuro já tem capital: Brasília. Disponível em: < <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/> >. Edição de 07 mai. 1960. Acesso em: 10 mar. 2021.; VELASQUEZ, M. *Cruzeiro, O. (verbete)*. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzeiro-o> >. CPDOC-FGV. Acesso em: 10 mar. 2021.

somente as “comemorações” custaram cento e cinquenta milhões, mas não sabemos se foram de cruzeiros ou de dólares. Em todo o caso, ao que nos parece, todo o espetáculo foi calculado para que os jornalistas e fotógrafos presentes retratassem a fundação da nova capital como um grande acontecimento e que se esquecessem dos problemas estruturais de uma *urbe* ainda inacabada.

Todavia, a espetacularização realizada na fundação da nova sede política pode ter surtido efeito. Numa reportagem do dia 21 de abril de 1960, o jornal *Diário Carioca*, por exemplo, comentou que mais de 80.000 pessoas estavam presentes. Cidadãos seguiam o presidente do “Catetinho” até a Praça dos Três Poderes, gritando vivas ao chefe do Executivo e pedindo para que ele retornasse ao comando da nação, novamente, em 1965.¹² A revista *O Cruzeiro* (1960), mencionou que os candangos participaram e que se sentiram felizes com as festividades. No entanto, um olhar mais crítico em uma das fotos expostas na edição da própria revista, traz os operários ainda trabalhando, ou seja, “varrendo Brasília”, enquanto senhores elegantes de fraque (o ministro Horácio Lafer, o deputado Juracy Magalhães e o primeiro “prefeito” da cidade, o engenheiro Israel Pinheiro)¹³ posavam sorridentes em frente ao congresso nacional.

12 DIÁRIO CARIOCA. Brasília foi inaugurada. Capa. 21 de abril de 1960, p. 1.

13 Horácio Lafer foi advogado, deputado federal (PSD-SP) e Ministro das Relações Exteriores no governo de Juscelino Kubitschek. Para saber mais, ver: MAYER, João Miguel. Horácio Lafer (verbete). Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lafer-horacio> > CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 2001. Acesso em: 16 ago. 2022. Juracy Magalhães foi um militar, deputado, senador e governador da Bahia (UDN). Para saber mais, ver: COUTINHO, Amélia. Juracy Magalhães (verbete). Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juraci-montenegro-magalhaes> >. CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 2001. Acesso em: 16 ago. 2022. De acordo com o site do Museu Virtual de Brasília, “o mineiro Israel Pinheiro foi um dos pioneiros da metalurgia e da siderurgia no país. Em 1933, foi nomeado secretário dos Negócios da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais pelo interventor Benedito Valadares. Em 1941, integrou a Comissão de Acordos de Washington, que visava assegurar a viabilidade de uma política de cooperação entre o Departamento de Estado norte-americano e o Itamarati. No ano seguinte, liderou a constituição da Companhia Vale do Rio Doce, da qual se tornou o primeiro presidente. Elegeu-se também deputado federal nos anos de 1945, 1950 e 1954. Israel era favorável à mudança da capital para o interior por considerar que era um projeto estratégico para o desenvolvimento econômico do país. Ele era um homem da confiança de JK e engenheiro de larga experiência (...). Foi o primeiro prefeito de Brasília, permanecendo no cargo até 31 de janeiro de 1961, momento da posse de Jânio Quadros.”. Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. Israel Pinheiro. Disponível em: < http://www.museuvirtualbrasil.com.br/museu_brasilia/modules/news3/article.php?storyid=17 >. Museu Virtual de Brasília, s/d. Acesso em: 22 jul. 2022.



(Revista *O Cruzeiro*, de 7 de maio de 1960 – Capa com Juscelino Kubitschek. Na mesma edição, uma fotografia com o Ministro Horácio Lafer, o engenheiro Israel Pinheiro, primeiro Prefeito de Brasília, e o Governador Juracy Magalhães, em trajes de gala. Em destaque, os candangos, ao fundo da imagem, varrem a poeira da nova capital. Fonte: Memória Viva e Hemeroteca Digital – BN)

Ainda diante das celebrações, Juscelino Kubitschek aparece para a população, sorridente e ao mesmo tempo emocionado, e discursa sobre as dificuldades encontradas durante o processo de construção e proclama em voz alta:

Não vos preciso recordar, nem quero fazê-lo agora, o mundo de obstáculos que se afiguravam insuportáveis para que o meu Governo concretizasse a vontade do povo, expressa através de sucessivas constituições, de transferir a Capital para este planalto interior, centro geográfico do País, deserto ainda há poucas dezenas de meses. Não nos voltemos para o passado, que se ofusca ante esta profusa radiação de luz que outra aurora derrama sobre a nossa Pátria (KUBITSCHKE, *apud*. BRASIL, 2009).

Juscelino parecia desejar que aos olhos de todos os presentes, o “passado” fosse esquecido, tendo em vista que Brasília levaria a nação para o “futuro”, para o progresso, mas isso, na realidade, não chegou a acontecer. Um passado heroico e triunfante da civilização brasileira, no entanto, foi utilizado inúmeras vezes para legitimar tal empreendimento do governo. Assim como vimos no trecho da revista *O Cruzeiro*, anteriormente, figuras como Tiradentes e José Bonifácio “apareceram” nos festejos. No livro *Por que construí Brasília*, Juscelino inicia a sua obra fazendo referências aos dois já citados, ao Marquês de Pombal, ao rei D. João VI, ao historiador Francisco Adolpho Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, ao jornalista Hipólito José da Costa, redator do *Correio Braziliense*, a São João Bosco (Dom Bosco), aquele que profetizou a “terra prometida” supostamente localizada no Planalto Central, ao engenheiro Luiz Cruls, o cientista belga responsável por dirigir a Comissão Exploradora para aquela região durante o governo republicano de Marechal Floriano Peixoto, e já no século XX, ao general Polli Coelho, que sob o comando do presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1946, dando sequência aos trabalhos já iniciados pela equipe de Cruls, chefiou mais um grupo de trabalho para demarcar o local para nova capital, entre outros. Desta forma, passado, presente e futuro são utilizados por Juscelino em seu discurso para legitimar um grande empreendimento. Afinal, a nova capital inaugurada (presente) representaria para a nação (no futuro), um sinal de desenvolvimento e progresso, mas respaldada por relatos de figuras ou “heróis” do passado, figuras que representassem, em parte, o amor pela pátria. Quanto a isso, o historiador Thiago Perpétuo relata o seguinte:

No caso de Brasília, operou-se a construção de uma narrativa a partir da seleção e apropriação de acontecimentos dispersos, difusos e diversos para depois cerzi-los numa versão do passado orientada para fins específicos: apresentar uma justificativa para uma empreitada de grande vulto. Procedimento que estaria relacionado com a invenção de uma tradição. Expediente aliás não exclusivo do contexto brasileiro como nos aponta Hobsbawm (...) (PERPÉTUO, 2015, p. 37).¹⁴

14 Thiago Perpétuo (2015, p. 37) sugere o trabalho de José Penna (2002), *Quando mudam as capitais*; em que este último autor relata que vários países mudaram as suas capitais por diferentes justificativas. No entender de Diana Kopabyeva (2013), a capital do Cazaquistão, desde 1997, pode ser considerada um exemplo marcante em que se elaborou para uma cidade que remonta ao século XIX, uma gigantesca planificação, com “edifícios governamentais de arquitetura marcante” e repletos de “simbologias referentes ao povo que as construiu”. Com relação ao trabalho de Eric Hobsbawm (1984, p. 15), Perpétuo (2015, p. 38) menciona o seguinte trecho apontado pelo historiador inglês: “(...) muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos - inclusive o nacionalismo - sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a

Com estas informações em mente, nós iremos agora comentar alguns destes importantes personagens históricos e tantos outros que pensaram a interiorização da nova sede política desde o período colonial até que Juscelino Kubitschek promettesse em um comício em Jataí, no interior de Goiás, em 1955, cumprir a Constituição da República de 1891, que designava a transferência da capital para o Planalto Central.

Na metade do século XVIII, o cartógrafo e geógrafo italiano, Francisco Tosi Colombina, liderado pelo coronel genovês Michelangelo Blasco, e sob o comando de D. João V, conhecido como o “Rei Magnânimo”, foi contratado junto com outros especialistas para complementar o trabalho de alguns jesuítas que outrora estavam marcando os limites dos territórios adquiridos pela colônia portuguesa. De acordo com Jarbas Silva Marques (2010), formulou-se em 1749, o primeiro mapa do Planalto Central Brasileiro, em que se obteve ainda

A primazia de ter localizado e identificado as nascentes das 3 maiores bacias hidrográficas brasileiras no Planalto Central e que em 1947 foram nominadas por Antônio de Arruda Câmara e Guiomar de Arruda Câmara, membros da Missão Polli Coelho como “Santuário das Águas Emendadas”, que distam 45 quilômetros da Estação Rodoviária de Brasília (MARQUES, 2010, s./p.).

Francisco Tosi Colombina foi também nomeado pelo ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em 1750, para prestar seus serviços ao primeiro Governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, com objetivo de elaborar o *Mapa Geral dos Limites da Capitania de Goiás* (BARBO, 2010, p. 100). Ao que tudo indica, o trabalho de Tosi Colombina serviu de inspiração a Pombal para a idealização da construção de uma “Nova Lisboa”, antes mesmo desta cidade ter sofrido com um terremoto (MARQUES, 2010).

Ainda sob a administração pombalina, a sede política do governo geral foi levada de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, com o intuito de se aproximar mais dos territórios ao sul do Brasil, depois da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), garantindo o foco voltado para as regiões limítrofes com as possessões espanholas (NEVES, 2002, p. 378). No entanto, tal mudança para o Rio de Janeiro seria provisória, já que a cidade sofrera com saques das incursões francesas do pirata Jean François Duclerc, em 1710, e

continuidade histórica real seja pela lenda (Boadicéia, Vercingetórix, Armínio, o Querusco) ou pela invenção (Ossian, manuscritos medievais tchecos).”

com a de um corsário, o Almirante René Duguay Trouin, em 1711. Diante disso, podemos inferir que a cidade, para as autoridades coloniais da época, não era a região ideal para abrigar o comando político da colônia portuguesa devido à sua vulnerabilidade a tais invasões estrangeiras, e que se fazia necessário o afastamento do centro político do litoral – ideia essa cogitada por Pombal, mas nunca concretizada (MARQUES, 2010; SESC, 2014, p. 19).

O período colonial foi palco também de inúmeras revoltas contra a opressão da metrópole portuguesa. Inspirados pelas ideias iluministas e pelo movimento de independência das treze colônias inglesas, de caráter principalmente político, a Inconfidência Mineira (1789) ocorreu como um dos primeiros movimentos com o propósito de se libertar a colônia do jugo fiscal metropolitano e foi realizada por elementos da elite econômica mineira letrada, tais como: Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, Inácio Alvarenga Peixoto, José Álvares Maciel, José Joaquim Maia, Francisco de Paula Freire, Joaquim José da Silva Xavier (o Tiradentes), entre outros. O movimento fracassou por não ter contado com o apoio popular por conta de represálias, e alguns membros como Silvério dos Reis, Brito Malheiros e Correia Pamplona o denunciaram para as autoridades coloniais. De acordo com a historiadora Ana Lúcia de Abreu Gomes (2008, p. 327), os *Autos da Devassa* postulavam, entre alguns tópicos, que “a capital se havia de mudar para São João Del Rei, por ser aquela vila mais bem situada e farta de mantimentos; e que nesta se havia de abrir estudos, como em Coimbra, em que também se aprendessem leis”. Gomes ainda revela que alguns inconfidentes apontaram “o malvado alferes” (o Tiradentes) como aquele que teria proferido tal afirmação. Alguns participantes foram presos e levados ao Rio de Janeiro, mas somente um foi condenado à morte por enforcamento: Tiradentes, em 21 de abril de 1792.

Em 1808, a Corte chega ao Brasil e negando os pedidos dos baianos, D. João VI prefere se instalar no Rio de Janeiro, embora considerasse a cidade imprópria e tenha reafirmado com pesar a “carência de recursos para levar a cabo imediatamente o projeto de mudança”, mencionando com muito sentimento sobre “desconforto pessoal, aqui, [que] a sua real mãe e o resto da sua família estavam sujeitos em consequência daquela circunstância”. O almirante inglês Sidney Smith chegou a sugerir que o regente levasse o centro político para o interior por razões estratégicas e de defesa. Já a *Imprensa Régia*, em 1809, tornou pública a declaração do Primeiro-ministro Guilherme Pitt, realizada no

parlamento inglês, sobre uma possível fundação de uma nova cidade, intitulada de “Nova Lisboa” para assentar a Corte, no interior da nação em que se pudesse abrir estradas reais com o propósito de auxiliar na comercialização de produtos entre o sertão e o litoral (BOJUNGA, 2010, p. 513; SESC, 2014, p. 23).

Já em 1813, o jornalista Hipólito José da Costa, considerado o Patrono da Imprensa Brasileira, escreveu um artigo no *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário* (1808-1822), periódico em que ele demonstrava oposição às práticas do Antigo Regime, ainda vigentes no mundo luso-brasileiro (NEVES, 2002, p. 341-342), fundado e editado por ele, em Londres, abraçando a ideia da transferência da capital do Império para o Planalto Central escreveu em março do mesmo ano, o seguinte:

O Rio de Janeiro não possui nenhuma das qualidades, que se requerem, na cidade que se destina a ser a capital do Império do Brasil; e se os cortesãos que para ali foram de Lisboa, tivessem assaz patriotismo, e agradecimento pelo país, que os acolheu nos tempos de seus trabalhos, faria um generoso sacrifício das comodidades, e tal qual o luxo, que podiam gozar no Rio de Janeiro, eles iriam estabelecer em um país do interior, central, e imediato às cabeceiras dos grandes rios; edificariam ali uma nova cidade, começariam por abrir estradas que se dirigissem a todos os portos do mar, e removeria os obstáculos naturais que têm os diferentes rios navegáveis, e lançariam assim os fundamentos ao mais extenso, ligado, bem defendido, e poderoso Império que é possível que exista na superfície do Globo, no estado atual das nações que o povoam (CORREIO BRAZILIENSE, 1813, p. 374, *apud.* CEBALLOS, 2005, p. 169).

É importante salientar, igualmente, que Hipólito da Costa, além de considerar o Rio de Janeiro, uma capital inadequada, sem “nenhuma das qualidades” para aquilo que se poderia esperar de uma sede política para o império, há o fato de que a cidade, sendo litorânea, possibilitaria e até mesmo facilitaria, por questões geográficas, a qualquer momento, ser submetida aos ataques de outras nações estrangeiras:

Não nos demoraremos nas objeções que há contra a cidade do Rio de Janeiro, aliás muito própria ao comércio e a outros fins; mas sumamente inadequada para ser a capital do Brasil: basta lembrar, que está a um canto do território do Brasil, que as suas comunicações com o Pará, e outros pontos daquele Estado, é de imensa dificuldade, e que sendo um porto de mar está o Governo ali sempre sujeito a uma invasão inimiga de qualquer potência marítima (CORREIO BRAZILIENSE, 1813, p. 275, *apud.* CEBALLOS, 2005, p. 28-29).

O pesquisador Marcos Morel (2008, p. 30) indica que o *Correio Braziliense* sofreu inúmeras “restrições e até perseguições do governo luso-brasileiro” por sua natureza

oposicionista. Mesmo sendo editado na Inglaterra, tal periódico era lido no Brasil. Aliás, a imprensa periódica até 1808, malgrado espalhasse “informações, opiniões e ideias”, não atuava até então na questão política ou não se envolvia em contendas deste aspecto, publicamente, no cenário do absolutismo (mesmo que *ilustrado*) português. Com a proximidade da independência do Brasil, Hipólito da Costa tornou-se um representante diplomático do príncipe regente, D. Pedro I, correspondendo-se com aquele viria ser o patriarca do processo emancipatório brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva, defendendo o projeto de desenvolvimento da nação e da transferência de sua capital. A propósito, no dia 9 de outubro de 1821, o próprio Bonifácio, vice-presidente da Junta Governativa da província de São Paulo, elaborou as seguintes instruções para os deputados paulistas que se encaminhavam para Lisboa a fim de assumirem as cadeiras nas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da nação portuguesa : “uma cidade no interior do Brasil para assento da corte ou da regência e que poderia ser na latitude pouco mais ou menos de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável e livre de qualquer assalto ou surpresa”. Além destas considerações, Bonifácio ainda postula que: “desta corte central, dever-se-iam abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar, para que se comuniquem e circulem com toda a prontidão as ordens do governo e se favoreça por elas o comércio interno do vasto Império do Brasil”. Os deputados constituintes mostrando-se fiéis às instruções proferidas pelo vice-presidente, requisitaram a construção de uma nova capital no parecer da comissão, responsável pela redação dos artigos com as demandas da “bancada brasileira” para serem incluídos na Constituição Portuguesa. Em 9 de junho de 1823, José Bonifácio já ocupando a cadeira de deputado constituinte e no exercício da presidência, reafirma as ideias anteriores apresentadas nas instruções e acrescenta que: “esta capital a ser construída no interior do Brasil poderá chamar-se Petrópolis ou Brasília”. Todavia salientamos que a *Constituição Política do Império do Brasil*, de 1824, outorgada por D. Pedro I, não introduziu a questão da interiorização da capital pensada por Bonifácio (MARQUES, 2010; SESC, 2014, p. 27).

Outro personagem importante para a nossa história e que defendeu a tese mudancista foi o historiador e diplomata Francisco Adolfo Varnhagen, o visconde de Porto Seguro. Conservador, historicista e permeado por ideias românticas da época, Varnhagen chegou a pensar que a integração do sertão seria um ato político capaz de estabelecer uma nacionalidade brasileira e um projeto civilizatório. De acordo com Luiz Magalhães (2004,

p. 47), a visão *varnhageriana* exibiria a dicotomia litoral *versus* sertão, em que o primeiro revelaria um tipo, um modelo brasileiro, o de *dandy* litorâneo, um homem eivado de vícios típico das cidades cosmopolitas em contato com as culturas estrangeiras. Já o segundo apontaria o homem sertanejo, puro, distante dos vícios das regiões portuárias, um homem tipicamente representante da nacionalidade brasileira.

Neste ínterim, Varnhagen teria aprovado, inicialmente, a ideia defendida por Tiradentes de se transferir a capital para São João Del Rey, tendo em vista que em 1854, com a publicação de *História Geral do Brasil*, mostrar-se-ia contrário à permanência da sede política no Rio de Janeiro, levando em conta a facilidade com que o francês, Duguay Trouin, em 1711, teria invadido a cidade (BOJUNGA, 2010, p. 514-515). Viviane Ceballos (2005, p. 26) afirma que muitos autores, entre eles, Raul Silva (1975) demonstra que mesmo o Visconde, em idade avançada com 61 anos, teria demonstrado “bravura e determinação” na defesa de seus ideais mudancistas, abandonando o conforto que sua posição lhe proporcionava, lançando-se em uma viagem “desbravando os sertões brasileiros”. A autora afirma que Varnhagen ao escrever em *A questão da capital: marítima ou interior?*; acreditava que a interiorização do centro político integraria efetivamente a posse de locais até então inabitados, interligando-os com a faixa litorânea mais povoada, facilitando o comércio entre as províncias, levando “civilidade e luxo próprio” entre as mais diversas cidades, além de dificultar possíveis ataques de nações estrangeiras à sede política. Varnhagen afirma ainda em sua obra, o seguinte:

A ideia de achar já feita e acabada a cidade que tanto nos convém, nos resolvermos a fundar uma, segundo as condições que se requerem a toda a capital de país civilizado hoje em dia, a verdadeira paragem para ela é a mesma natureza quem aponta, e de modo mui terminante... [a região] é a em que se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, - dos dois grandes rios que abraçam o Império; i. é, o Amazonas e o Prata, com as dos do S. Francisco, que depois de o atravessar pelo meio desemboca a meia distância de toda a extensão do nosso litoral, e de mais a mais a meia distância da cidade da Bahia à de Pernambuco. É nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do estado, que imaginamos estar o seu verdadeiro coração; e aí que julgamos deve fixar-se a sede do governo (VARNHAGEN, 1978, p.13 *apud*. CEBALLOS, 2005, p. 26)

Percebemos no trecho acima uma ideia orgânica de Estado com o uso das expressões “veias” e “artérias”. O que pulsa no seu interior seria o coração do Império bombeando, possivelmente, as ideias de “civilidade” e de desenvolvimento através do comércio

para as outras regiões – tudo isso sendo respaldado por uma estratégia geopolítica que permitiria com mais facilidade a comunicação e a integração territorial. Precisamos ter em mente que as concepções de ocupação, integração, civilização e desenvolvimento comercial também acompanhariam as perspectivas mudancistas na Primeira República até a fundação de Brasília.

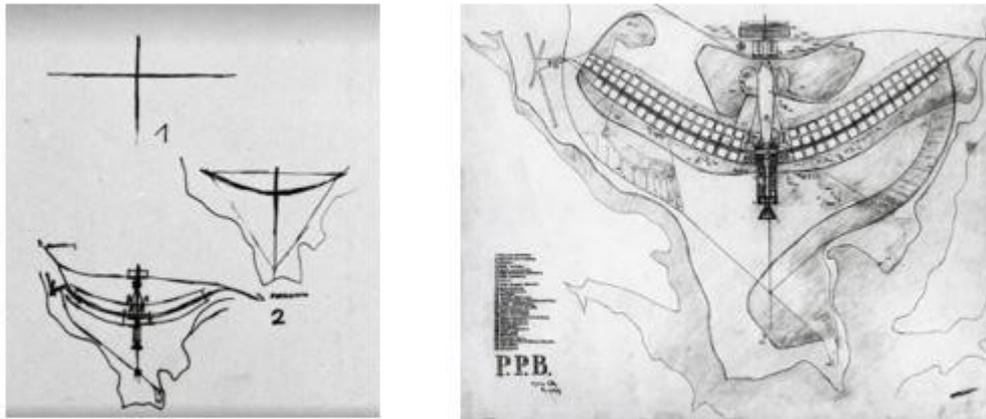
Um outro dado importante a ressaltar ainda no século XIX e que seria utilizado no governo de Juscelino Kubitschek é o sonho profético de São João Bosco ou, simplesmente, Dom Bosco. Parte da profecia do padre italiano foi utilizada como epígrafe do livro de Juscelino: *Por que construí Brasília*. Um elemento religioso ou místico daria um maior respaldo a uma obra de grande vulto como a construção de uma nova cidade, num país de maioria cristã (católica). De acordo com Jeferson Tavares (2004, p.77), São João Bosco, o Santo Bechi, foi canonizado em 1934. No entanto, décadas antes, em 1873, afirmou ter tido um sonho profético com uma região na América do Sul para a “terra prometida”, região essa que anos mais tarde, pelos dados supostamente relatados pelo padre, coincidiria com o Planalto Central, mais especificamente, com o local escolhido para ser a nova capital do Brasil – Brasília. Segundo Dom Bosco,

Entre os graus 15 e 20, havia uma enseada bastante extensa, que partiu de um ponto onde se formava um lago. Disse então uma voz, repentinamente: quando se vierem cavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, que jorrará leite e mel. Será uma riqueza inconcebível (Dom Bosco *apud*. TAVARES, 2004, p. 77).

Tavares ainda afirma que esta visão profética foi utilizada “inúmeras vezes” para respaldar a construção da nova capital numa região como o Planalto Central e até uma ermida, posteriormente, foi erguida em homenagem ao religioso ao lado do Lago Paranoá, fazendo referência à passagem “um ponto onde se formava um Lago”. A terra em que jorrará “leite e mel”, numa clara alusão ao texto bíblico,¹⁵ seria no nosso entendimento uma terra da prosperidade, da fartura, e porque não da modernidade, do progresso, “escolhida” por Deus para que os brasileiros a usufríssem. Na visão do pesquisador James Gama (2004, p. 38-39) utilizando-se dos trabalhos de James Holston (1993) e, mais propriamente, do da socióloga Deis Siqueira (2003), a cidade utópica (Brasília) e a Terra prometida seriam mitos que se convergiriam no Planalto Central, tendo por base o Plano

15 Êxodo, 33:3.

Piloto em forma de um pássaro em voo ou de uma cruz, e seus construtores imbuídos do desejo de se inaugurar uma nova era, um novo tempo para o país, fundamentados numa cidade da igualdade e universal para o Terceiro Milênio.



(Na primeira imagem, os traços que serviram de base para a idealização do urbanista, Lucio Costa. Na segunda imagem, o Plano Piloto já terminado com as “duas asas” – sul e norte. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal)

Nas palavras de James Holston, uma nova civilização, supostamente, surgiria através da utilização desses mitos proferidos como o do visionário Dom Bosco:

A profecia de João Bosco é uma dentre os vários mitos de fundação oficialmente reconhecidos nos monumentos e nos livros de história da cidade. Esses mitos são versões diversas do mesmo tema: apresentam Brasília como agente civilizador do Planalto central, como prenunciadora de um desenvolvimento invertido no qual a capital cria a civilização sobre a qual exerce uma radiosa soberania (HOLSTON, 1993, p. 23-24, *apud*. GAMA, 2004, p.38).

Com a queda do regime Monárquico e a proclamação da República, novas diretrizes políticas foram tomadas com relação aos estados federativos, possibilitando-os uma maior autonomia, e uma nova Constituição foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891, sendo pioneira no que se refere à transferência da capital para o interior da nação:

Art.3. Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 km², que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal. Parágrafo único: Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado (BRASIL, 1891).

Entretanto, antes que este dispositivo fosse finalmente instituído na Carta Magna Republicana, foram necessários os esforços de alguns parlamentares para tanto, mesmo

que a questão da mudança da capital tenha ficado em segundo plano, levando em conta o foco das atenções voltado para a descentralização política sustentada por um regime federativo. O pesquisador Luiz Ricardo Magalhães (2004, p. 92-93) munido de uma fonte elaborada logo após os festejos da inauguração de Brasília – a “Coleção Brasília, 1960”¹⁶ – revela que a mudança da capital era um “fato consolidado”, seguindo o modelo dos estadunidenses pela escolha de Washington para capital política do país, em vez de Nova Iorque, além dos já conhecidos problemas da cidade do Rio de Janeiro, uma cidade de “400 mil almas e, também, de 400 mil problemas” como a febre amarela que assolava a cidade e com uma classe trabalhadora pobre e, ainda, analfabeta, sem “educação cívica” ainda distante da civilização ideal, como inferiria o deputado Virgílio Damásio, numa visão elitista e preconceituosa sobre a população carioca. Ainda havia o fato de que alguns congressistas se preocupavam muito mais de como ficaria o *status* do Rio de Janeiro após a transferência e se a cidade seria “devolvida” ao Estado ou se ela se transfiguraria numa “unidade federativa autônoma”. No entanto, o deputado Lauro Müller (Santa Catarina) recuperando as ideias e as pesquisas realizadas por Varnhagen, apresentou aos constituintes a Carta de Formosa, em que estabelecia o seguinte: “Fica pertencendo à União, uma zona de 400 léguas quadradas,¹⁷ situada no Planalto Central da República, a qual será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal” (COLEÇÃO BRASÍLIA, 1960, p. 189, *apud.* MAGALHÃES, 2004, p. 97). O documento contou com a assinatura de 89 congressistas, dentre eles: Pedro Américo, Rodrigues Alves, Araújo Pinheiro, Menna Barreto e Leopoldo Bulhões.

Logo depois de ter sido promulgada a Constituição, era chegada a hora de se tomar as resoluções práticas quanto à mudança da capital. O então chefe de governo, Marechal Floriano Peixoto, enviou uma mensagem ao Congresso Nacional, em uma segunda sessão ordinária, e assim proferiu o seguinte: “reputando de necessidade inadiável a mudança da

16 De acordo com Luiz Magalhães (2004, p.23-24), a *Coleção Brasília* (1960) foi um trabalho coordenado pelo assessor especial de Documentação da Presidência da República, o Sr. Francisco de Assis Barbosa e contou com uma equipe de intelectuais da época para a sua elaboração, tais como: Antônio Houaiss, Donatello Gricco e do diplomata Raul de Sá Barbosa. Para a construção do volume III da mesma Coleção que discutia os antecedentes históricos de Brasília, Magalhães (2004, p. 24) revela que houve a participação do presidente do IHGB, José Carlos de Macedo Soares; do professor Celso Ferreira da Cunha, diretor da Biblioteca Nacional, de José Honório Rodrigues, diretor do Arquivo Nacional, entre outros.

17 Algum tempo depois, o congressista Antônio Euzébio (BA) apresentou uma emenda “vitoriosa” ao documento propondo 14.400 quilômetros quadrados que representavam as mesmas 400 léguas quadradas de Lauro Müller (MAGALHÃES, 2004, p. 100).

capital da União, o governo trata de fazer seguir para o Planalto Central a comissão que deve proceder à demarcação da área e fazer sobre a zona os indispensáveis estudos”. Desta forma, o ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antão Gonçalves de Faria, em conformidade com o dispositivo constitucional (artigo terceiro), no dia 17 de maio de 1892, expede a portaria que organiza a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” (SESC, 2014, p. 41). A direção desta empreitada fica sobre a confiança do Chefe e Diretor do Observatório do Rio de Janeiro, o engenheiro e astrônomo de origem belga, Luiz Ferdinando Cruls. O pesquisador Jeferson Tavares (2004, p. 69), afirma que para demarcação geográfica ficou estabelecido um quadrilátero no centro do território nacional, passando a aparecer nos mapas oficiais em formato retangular, a área do Distrito Federal, seguindo o exemplo estadunidense de divisão de estados, amparado “em arcos paralelos de meridianos de latitude e longitude” e, portanto, “mais facilmente calculável”.

Segundo o pesquisador Luiz Magalhães (2004, p. 112), o relatório com mais de 400 páginas demonstrou um trabalho minucioso e interdisciplinar elaborado por uma equipe técnica de pesquisadores que representava a “creme de la creme” da intelectualidade brasileira: o próprio chefe Luis Cruls (astrônomo), J. de Oliveira Lacaille (astrônomo), Henrique Morize (astrônomo), Antônio Martins de Azevedo Pimentel (médico), Pedro Gouvêa (médico), Alfredo José Abrantes (farmacêutico), Eugênio Hussak (geólogo), Ernesto Ule (botânico), e mais uma gama de auxiliares, secretários, mecânicos e alferes.



(Alguns integrantes da missão se reúnem às margens do Rio das Almas (GO), em 1892. Já em 1894, a Comissão Cruls, composta por vários cientistas, posa para uma foto – Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.)

Munidos de vários instrumentos de medição (teodolitos, sextantes, micrômetros, aneroides, lunetas astronômicas, bússolas, instrumentos meteorológicos, heliotrópicos, cronômetros, barômetros, relógios etc.), o grupo pôde analisar o potencial hidrográfico existente com os três principais rios do território (Tocantins, São Francisco e Paraná); a formação geológica (identificando matérias-primas para construção da urbe e pedras preciosas na região), a condição sanitária (que averiguou a salubridade resultante dos aspectos naturais do local) e a diversidade botânica (com uma ampla catalogação das espécies da flora no bioma investigado). Jeferson Tavares (2004, p. 70) apontou ainda o resgate de dados e estudos realizados anteriormente por Cruls para a elaboração do relatório:

Distante de uma notável coincidência, a escolha da Comissão retomou o exato local entre os paralelos 15 e 16 de latitude, junto aos lagos naturais da região contemplando a farta hidrografia territorial que ali nasce. Essas referências são explicitadas no *Histórico* desenvolvido pelo Relatório em que se observa as citações dos artigos de J. da Costa Furtado, 1808, no *Correio Braziliense*, do Dr. Joaquim Alexandre de Mello Moraes (1821) e [de Varnhagen], o Visconde de Porto Seguro (1877) que se referem a uma possível localização do sítio para a Nova Capital.

Consideramos, de fato, esta expedição como a primeira ação efetiva republicana para projetar a futura mudança da capital. Para Cruls e todos os intelectuais envolvidos na confecção do relatório, o Planalto Central era um local perfeito no que se refere aos recursos naturais e à salubridade. Sua centralidade facilitava a comunicação entre os estados dentro da nação e, por conseguinte, auxiliava nas relações externas com outras nações. Ademais, o território não estaria sujeito às invasões estrangeiras, distinguindo-se da fragilidade conferida ao litoral. Outro ponto positivo apontado no relatório seria a questão da aclimação que atrairia o trabalhador europeu, ou seja, a amenidade do clima e a questão da salubridade originária das maiores altitudes em relação ao litoral seriam atrativos para uma mão de obra especializada de nações consideradas “civilizadas” para época (CRULS, 2003; RANGEL & LIMA, 2011, p. 33).

É importante discorrermos um pouco mais sobre a entrada de imigrantes europeus naquele momento e quem poderia nos explicar mais sobre esta questão é a pesquisadora Moema Vergara (2006, p. 920). Ela comenta que a tradição cientificista caracterizava a natureza dos trópicos de maneira negativa. No entanto, a Comissão Cruls criticava esta tradição que interpretava o clima como um fator que impedia o progresso do país ou que subordinava o entendimento da história humana às influências mesológicas – pensamento

este presente entre os iluministas. Assim, personalidades do século XVIII como Buffon, Raynal, Montesquieu e Pauw julgavam a natureza americana inferior em relação à europeia, e os americanos uma raça heterogênea e “degenerada” em razão dos efeitos do clima. Diante deste pensamento, um dos médicos da Comissão, Antônio Martins de Azevedo Pimentel, publicou uma série de artigos na Revista do IHGB e outras tantas publicações para afirmar que as condições climáticas do Planalto Central eram praticamente “paradisíacas”, levando-se também em consideração um solo fértil, rico em minerais e de grande diversidade de vegetais, ou nas próprias palavras do médico: “a pureza de um belo céu azul, sempre sereno e calmo e recamado à noite de estrelas do mais vivo fulgor. É aí que deve, um dia, levantar-se a nova capital da florescente República brasileira” (PIMENTEL, 1907, p. 332, *apud*. VERGARA, 2006, p. 920). O próprio chefe da Comissão, Luis Cruls, valendo-se do pensamento de um outro astrônomo, Henrique Morize, destacou o seu estudo sobre o clima no Planalto Central, na *Reveu Scientifique*:

Não percamos, contudo, de vista que penetrando-se pelo interior do Brasil, o relevo do terreno acentua-se e que não tarda em elevar-se sobre planaltos, que gozam de climas comparáveis aos das regiões temperadas. Posto que, na verdade, muito incompleto, os dados que acabamos de apresentar permitam, todavia, fazer-se uma ideia quase exata dos caracteres gerais de climatologia brasileira e julgamos ter demonstrado a improcedência de opiniões muito facilmente aceitas e que só podemos atribuir à ignorância ou a má fé de alguns autores segundo as quais o clima do Brasil seria pouco salubre, não convindo a colonização europeia.

Nós pensamos ao contrário que, em geral, a maior extensão do vasto território do Brasil é absolutamente favorável ao imigrante, porque ele encontra aí clima completamente comparável ao das zonas temperadas da Europa, enquanto que as partes do país menos salubres e que são pouco numerosas, podem ainda convir-lhe havendo o cuidado de recorrer à higiene apropriada (CRULS, 1896, p.234, *apud*. VERGARA, 2006, p. 922).

A comparação entre as condições climáticas do Planalto Central com as condições climáticas do clima europeu teve por finalidade não apenas inferir que a nova capital seria o símbolo civilizatório da nação, como também estimular a aclimação ou adaptação dos imigrantes europeus para esta região, conforme já havíamos mencionado anteriormente. Era uma estratégia por parte da política imigratória do Estado republicano criar um “tipo brasileiro”, advindo de uma nova miscigenação com a contribuição da “raça” europeia branca, alcançando, desta forma, uma evolução biológica e social. De acordo com outra publicação de Antônio Pimentel (1907) , a insalubridade do Rio Janeiro – a capital da

República na época – mais propício à disseminação de doenças contrastava com aspecto salubre do interior do país, como Goiás, por exemplo, mais higienizado, mais “civilizado” e que, portanto, apresentava uma maior segurança aos brasileiros e, principalmente, aos possíveis imigrantes europeus que lá desejassem estabelecer moradia (VERGARA, 2006, p. 921-923).

Apesar das políticas estratégicas do Estado para levar a nação a um estágio civilizatório ideal, propagando a ideia da integração entre as regiões com o centro do país e promovendo o interior como um local de clima agradável, a intelectualidade brasileira, em parte, mostrava-se desinteressada como relação à mudança da capital para região central. Uma das personalidades que discutiu a ideia proposta pelos políticos mudancistas de maneira um pouco jocosa foi o escritor Machado de Assis, que escrevia na *Gazeta de Notícias*, na sessão *A Semana*, que era publicada aos domingos. No dia 28 de janeiro de 1894, Machado escreveu o seguinte:

A capital da República, uma vez estabelecida, receberá um nome deveras, em vez dêste que ora temos, mero qualificativo. Não sei se viverei até a inauguração. A vida é tão curta, a morte tão incerta, que a inauguração pode fazer-se sem mim, e tão certo é o esquecimento, que nem darão pela minha falta. Mas, se viver, lá irei passar algumas férias, como os de lá virão aqui passar outras. Os cariocas ficarão sempre com a baía, a esquadra, os arsenais, os teatros, os bailes, a Rua do Ouvidor, os jornais, os bancos, a praça do comércio, as corridas de cavalos, tanto nos circos, como nos balcões de algumas casas cá embaixo, os monumentos, a companhia lírica, os velhos templos, os rabequista, os pianistas ...(ASSIS, 1959, p. 591. *apud*, MAGALHÃES, 2004, p. 103).

Com base na pesquisa de Luis Magalhães (2004, p. 103), podemos ratificar que Machado de Assis imaginava que a transferência da capital poderia fazer com que o Rio de Janeiro perdesse seu *status* de centro político, mas não o seu valor comercial, cultural e social para o país. Em um dado momento, Machado se auto proclama um desinteressado pelas decisões políticas, mas ainda assim crítico no que se refere à futura capital que se esvaziaria aos finais de semana e nas épocas de festas nacionais, tendo em vista que a nova sede do governo não substituiria as outras cidades como verdadeiros locais de confraternização e sociabilidades. Ainda na mesma sessão da *Gazeta de Notícias*, de 28 de janeiro de 1894, Machado mencionou o seguinte:

Quanto à nova capital da República não é mister lembrar que já está escolhido o território (referindo-se à missão Cruls), faltando só a obra da construção e da mudança que não é pequena. Esta nova Carioca, ou que outro nome tenha ou mereça, ficará decapitada como Niterói. Contentemo-nos com ser uma espécie de Nova York, aperfeiçoemos a nova

Broadway, e não abramos mão da ópera italiana. Cá virão os deputados, por turmas, ouvir as sumidades líricas. Se já então estiver resolvido o problema da navegação aérea, (dizem os jornais que Edison está em vias de resolvê-lo) os deputados virão todos, depois de jantar, assistirão ao espetáculo, e voltarão no balão da madrugada para estarem presentes à sessão do meio-dia. Como viver, como legislar, sem música? Não me falem de telefones. O telefone transmite, ainda que mal, as vozes dos cantores e as notas da partitura, mas não transmite os olhos das primas donas nem as pernas dos pajens, papéis que, em geral, são dados a môças bem-feitas. Que essa mudança de capitais seja um fenômeno político interessante, é fora de dúvida. Eu é que não entro nêle por não entender cabalmente de política (ASSIS, 1959, p. 591, *apud*, MAGALHÃES, 2004, p. 104).

É importante ainda salientar com base nos trabalhos de José Murilo de Carvalho (2001) e Renato Lessa (1988 e 2001), que o primeiro período republicano foi implementado sem a participação política da população em geral e que havia, neste mesmo cenário, uma indefinição de como seriam as relações entre o poder central e as províncias ou estados. A Comissão Cruls não estava interessada nestes aspectos políticos ou nos problemas advindos deles. Sendo assim, após os relatórios terem sido apresentados, o primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, a dissolveu, em 1894, por falta de verbas, num primeiro momento. Em outro, os recursos remanescentes para a transferência da capital foram direcionados para a estrada de ferro Catalão-Cuiabá. De acordo com Jarbas Silva Marques (2010), o presidente Prudente de Moraes “desrespeitou o primado constitucional e sabotou orçamentária e administrativamente Luís Cruls para que este último não concluísse a segunda fase do trabalho”. Já o presidente Campos Sales (1898-1902), no entanto, governou um outro momento conturbado, com pressão de banqueiros com relação à dívida externa e constantes agitações na capital carioca. A saída encontrada durante a sua gestão foi a “política dos governadores” – política essa que permitiu a mobilização de oligarquias locais. Assim, a transferência do centro político do país para seu interior ficou em segundo plano.

Em 18 de janeiro de 1922, o então presidente Epiácio Pessoa assina um decreto legislativo em que estabelece que o “Poder executivo tomará as necessárias providencias para que, no dia 7 de setembro de 1922, seja colocada, no ponto mais apropriado da zona a que se refere o artigo anterior, a pedra fundamental da futura cidade, que será a Capital da União” (SESC, 2014, p. 47). A pedra fundamental foi colocada na data escolhida, em homenagem ao bicentenário da Independência, próxima à cidade de Planaltina, no interior

do Quadrilátero Cruls, e a cerimônia contou com a presença de inúmeras autoridades e o hasteamento da bandeira. Ainda assim, os conflitos permaneceram no campo legislativo entre políticos mudancistas e antimudancistas.



(Na primeira imagem, o Engenheiro Ernesto Balduino, organizador do evento, posa ao lado da Pedra fundamental. Já na segunda imagem, a multidão se aglomera para escutar o hino nacional, enquanto a bandeira é hasteada, em 1922. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.)

Com a chamada Revolução de 1930, Getúlio Vargas assume o poder e, em 1937, é instituído o Estado Novo, ou seja, um Estado autoritário com uma constituição outorgada e que deveria elaborar uma nova sociedade, além de criar um sentimento de nacionalidade para o país. Uma das diretrizes de Vargas durante este período foi a “Marcha para o Oeste”,¹⁸ que deveria integrar o país e preencher os vazios demográficos. Esta “marcha” tinha por objetivo retomar tradições antigas de nossa história como a figura do bandeirante desbravador que “conquista o território nacional” e coloniza territórios ermos do sertão. No entanto, a política territorial varguista pensava estes territórios como espaços urbanizados, industrializados, modernos e com elevado padrão de vida. Um desses exemplos foi a inauguração da cidade de Goiânia, que teve como interventor, Pedro Ludovico, e que também foi projetada pelo arquiteto Atílio Correa Lima, aquele que também participava do projeto da construção da cidade de Volta Redonda, no Rio de Janeiro –

18 Juscelino Kubistchek (2000, p.23), em suas memórias recupera um trecho do discurso de Getúlio Vargas, do dia 7 de agosto de 1940, na cidade de Goiânia, quando este anuncia o movimento da *Marcha para o Oeste*: “O vosso Planalto é o miradouro do Brasil. Torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura”.

outro espaço industrial (OLIVEIRA, 2001, s./p.). Ainda assim, dentre esses espaços criados, nenhum deles efetivamente veio a ser consagrar como a nova capital da República, mas tão somente novas *urbes* que acolhessem a população e que pudessem dar um tom “civilizado” às regiões sertanejas.

Já no decorrer dos trabalhos constituintes no ano de 1946, a questão da interiorização da capital federal é um assunto largamente debatido por vários congressistas e, por assim dizer, diversas demandas são apresentadas sobre o tema. Três propostas saem como foco nestes debates. Havia aqueles, tais como; João Campos Café Filho (PSP-RN) e Pedro Ludovico Teixeira (PSD-GO) que pensavam que a cidade de Goiânia seria uma boa opção para se estabelecer o centro político do poder. Havia outros como o mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira (PSD-MG), Benedito Valadares Ribeiro (PSD-MG) e Israel Piniheiro da Silva Daniel (PSD-MG) que defendiam a transferência da capital para o Triângulo Mineiro. Entretanto, o constituinte Arthur da Silva Bernardes (PR-MG), ex-presidente da República, preferiu proteger a inclusão da orientação idêntica à da Constituição de 1891 (SESC, 2014, p. 53). Sendo assim, em votação, por cinco votos, predominou a posição dos constituintes que almejavam a mudança para o Planalto Central do Brasil, constando no artigo quarto do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Nova Constituição, que “A capital da União será transferida para o Planalto Central do país”. Neste mesmo ano, havia sido eleito o general Eurico Gaspar Dutra, que com a finalidade de obedecer ao preceito constitucional da transferência da capital, nomeia a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital, liderada pelo general Djalma Polli Coelho. Esta comissão formada não apenas por militares, mas por geógrafos, agrônomos, engenheiros, geólogos e médicos, envia um relatório para o presidente em 12 de agosto de 1948, mantendo e, ao mesmo tempo, ampliando a área escolhida e estudada pela Comissão Cruls - o Quadrilátero Cruls - em direção a alguns rios que deveriam atuar como limites naturais. Ainda, no relatório, é destacado que:

É deveras admirável a profunda visão dos homens do século passado, políticos e cientistas, nacionais e estrangeiros, ao indicarem para a instalação da capital da nação, numa época em que o interior do nosso país era dificilmente acessível, uma região como a do Planalto central, que pertence ao espigão mestre do Brasil divisor de suas 3 principais bacias fluviais (SESC, 2014, p. 65).

Após o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954, o seu vice, Café Filho, assume o poder e convida para a presidência da Comissão de Localização da Nova Capital

do Brasil, outro militar, o marechal, José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, com o intuito de dar continuidade aos trabalhos de aerofotogrametria do Quadrilátero indicado, anteriormente, pela Comissão Polli Coelho.

Interessante notar que ao final do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX, a transferência nunca foi concretizada, seja por disputas locais, seja por falta de verbas ou por simplesmente não ser apresentada como prioridade entre os chefes do Poder Executivo, nem mesmo na campanha para a presidência de Juscelino, em 1955. Em suas memórias, JK chegou a dizer, ao ter sido interpelado por um cidadão num comércio em Jataí (GO) se iria cumprir com todos os preceitos constitucionais, que não teve outra alternativa a não ser dizer sim. Nas palavras de Kubitschek foi uma questão política, mas que com o tempo foi ganhando espaço em seu projeto de governo, tornando-se mais tarde a sua meta-síntese. Toda essa empreitada demandaria mão de obra, projetos, conselheiros e recursos financeiros. Empreitada fiscalizada pela oposição ao presidente e pelos órgãos de imprensa – esta última que passava por uma fase de modernização e que buscava objetividade em tempos democráticos. É sobre a imprensa periódica desta época que trataremos no próximo tópico.

1.2) Imprensa e poder nos anos 50: questões historiográficas e metodológicas.

A década de 1950 foi um período histórico que suscitou uma gama de pesquisas relevantes nos últimos tempos.¹⁹ Não apenas pelo caráter político-ideológico, tendo os estadistas, Getúlio Vargas (1950-54) e Juscelino Kubitschek (1956-61) no poder, a implementação de suas políticas econômicas nacionalista e nacional desenvolvimentista, respectivamente, e o anticomunismo em voga perante um cenário de Guerra Fria; mas, por uma sociedade que mudava seus hábitos de consumo incentivados pela propaganda de bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e que parecia estar inserida em uma “nova” democracia (RODRIGUES, 1992, p. 41-73). A recente liberdade democrática²⁰ foi um dos fatores essenciais para que diversos intelectuais e artistas expressassem suas ideias e se fizessem ouvir. Foi a época em que o cinema brasileiro foi influenciado pelo neorealismo italiano, debatendo problemas políticos e sociais, representado por obras como o filme *Rio, 40 graus*, de Néelson Pereira dos Santos, em 1955, e do teatro com a renovação da linguagem para discutir essas temáticas com peças como a de Gianfrancesco Guarnieri em *Eles não usam Black-tie*. Foi também nesta época que surgiu a bossa-nova de João Gilberto, Vinícius de Moraes e Tom Jobim, incorporando o *jazz* e o *bebop* estadunidense ao samba tradicional, do concretismo na poesia, da atualização e da sofisticação do romance regional e da arquitetura urbanística simbolizada por Brasília, através dos planos e traços arrojados de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Essas entre tantas outras transformações iriam também atingir a imprensa brasileira (ABREU, 1996, p. 13-60; KORNIS, 2002).

19 Sobre este período, podemos destacar alguns trabalhos pertinentes como o de Vânia Maria Losada Moreira, Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50, *Revista Brasileira de História*, [online], 1998, v. 18, n. 35, p. 329-360; André Botelho, Elide R. Bastos, Glaucia Villas Bôas, *O Moderno em Questão: a década de 1950 no Brasil*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2008; Angela de Castro Gomes (Org.), *Vargas e a crise dos anos 50*, Rio de Janeiro, Ponteio, 2011; Adriana Hassin Silva, *A Modernidade em Alvorada: Brasília e a imagem do Brasil moderno no fotojornalismo d'O Cruzeiro e da Manchete (1956-1960)*, Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGHIS, 2003.

20 Os limites da nova democracia brasileira foram problematizados por Vania Moreira (2008), para quem a cidadania, ou melhor, os direitos sociais não eram totalmente contemplados na mesma velocidade em que crescimento econômico vigorava, ou seja, dado que a população não participava das principais decisões econômicas do país. Havia ainda uma grande desigualdade social, marcada por conflitos tanto no ambiente urbano quanto no campo. Já Flavia Biroli (2004) discute a liberdade democrática com relação à imprensa ao abordar um projeto de lei apresentado pelo governo JK, em 1956, que cercearia as informações e opiniões de jornais oposicionistas. O projeto, no entanto, não chegou a ser aprovado, mas favoreceu debates sobre liberdade e censura perante a opinião pública.

Uma imprensa em transformação nos anos 1950

Até a segunda metade do século XX, o jornalismo e a literatura se confundiam. Muitos jornalistas eram ficcionistas e vários escritores trabalhavam nas redações. Os periódicos seguiam até então o modelo francês de jornalismo cuja técnica de escrita era bastante próxima da literária. As obras literárias eram divulgadas nos jornais e, assim, os escritores eram reconhecidos pelo público. Gêneros mais livres e opinativos, como a crônica, o artigo polêmico e o de fundo eram os mais valorizados (RIBEIRO, 2003, p. 148).

Neste âmbito, é preciso se destacar ainda as relações estreitas entre o jornalismo e a política. Podemos afirmar, em tempo, que a imprensa e o poder estavam diretamente conectados, dado que um não existiria sem o outro (MOTTA, 2009). Isto poderia ser justificado pelo fato da própria competência da mídia impressa em selecionar, priorizar e disseminar os acontecimentos sociais, ela foi acumulando importância ao longo de sua história, até ser identificada como um quarto poder, aquele que é exercido ao lado dos outros três poderes, o executivo, o legislativo e o judiciário. O governante precisa dela e ao mesmo tempo a teme. Assim, o poder é uma qualidade inerente ao exercício da imprensa, seja como representante dos grupos hegemônicos, dos interesses dos seus proprietários ou como porta-voz da sociedade, genericamente definida. Deste modo, o jornalista Luiz Gonzaga Motta (2009) coloca as relações entre poder e a mídia nos seguintes termos:

A mídia passou a ser o espaço privilegiado do jogo de poder, das relações políticas, dos códigos de conduta, da sedução e dos questionamentos. Para entrar no jogo, os atores sociais – partidos políticos, sindicatos, entidades patronais, órgãos da sociedade civil etc. – adquiriram os modelos midiáticos. Aos poucos, a lógica midiática contaminou e incorporou tudo, a política, as eleições, as campanhas eleitorais, a religião, os padrões de gosto e estética, a educação e se diluiu nas relações do cotidiano.

Pelo menos até a década de 1940, a maioria dos diários servia principalmente como instrumento político. Isso revela que a imprensa era essencialmente de opinião e a linguagem dos jornais era extremamente agressiva e virulenta para com seus antagonistas, visto que muitos eram porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que os financiavam. Contudo, na década seguinte, a imprensa entrava em uma fase de transição e deixava de ser literária para se tornar mais “objetiva”, “neutra” e “independente”. Conforme Ana Paula Goulart Ribeiro (2003, p. 148):

Na década de 1950, isto começou a mudar, principalmente no Rio de Janeiro, onde o jornalismo empresarial foi pouco a pouco substituindo

o político-literário. A imprensa foi abandonando a tradição de polêmica, de crítica e de doutrina, substituindo-a por um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida "objetiva" e "imparcialmente" na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião.

Conforme mencionado anteriormente, o jornalismo carioca seguia o modelo francês de jornalismo (literário e opinativo), mas durante as décadas de 1950/60 passou pela incorporação de uma série de práticas advindas principalmente do jornalismo estadunidense, tais como: o *lead* e a “pirâmide invertida”. O primeiro, de acordo com a autora,

Era a abertura do texto, o primeiro parágrafo, que devia resumir o relato do fato principal, respondendo a seis perguntas básicas: quem?, fez o quê?, quando?, onde?, como? e por quê? Símbolo máximo do jornalismo moderno, o *lead* veio substituir o "nariz de cera", texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava a ambientar o leitor. A antiga técnica geralmente usava uma linguagem prolixa e pouco objetiva, narrando os acontecimentos a partir de uma ordem mais ou menos cronológica. Narração, comentário e análise se confundiam (RIBEIRO, 2003, p. 149).

Em termos de organização da reportagem, a “pirâmide invertida” se diferenciava da “pirâmide normal”. Esta fazia com que no topo do jornal ficasse o desenvolvimento cronológico dos acontecimentos e somente no final do texto (a base), fosse mostrado para o leitor o clímax da história. Na “pirâmide invertida”, o assunto era tratado em parágrafos de importância decrescente, dando-se mais destaque aos fatos de maior significação. Segundo Juarez Bahia (1990, p. 52),

Na pirâmide invertida a reportagem é elaborada a partir do clímax, de modo a causar no leitor um impacto semelhante a um soco. O repórter constrói a história segundo um esquema de seleção por ordem de importância. Esse método dá maior liberdade de ação à diagramação, facilitando a disposição visual das matérias ao mesmo tempo em que permite uma exposição tão clara quanto formal dos fatos.

Antes de entrarmos na questão da imprensa dos anos 50, é preciso mencionar que segundo Fernando Lattman-Weltman (1996, p. 160-161) pode-se caracterizar a história da imprensa brasileira em três fases. A primeira fase foi a da imprensa enquanto serviço preso a uma lógica pré-capitalista. O primeiro jornal produzido no Brasil, representante desta primeira fase, foi a *Gazeta de Notícias*, em 1808, que apenas propiciava pequenos serviços informativos. A segunda fase iniciou-se logo em seguida com o surgimento das primeiras folhas de oposição, abolicionistas ou republicanas (e, também, daqueles que

apoiavam a família real e, mais tarde, o imperador), que se beneficiam com a liberalização e a inserção das primeiras tipografias brasileiras. Podemos citar como um exemplo significativo desta segunda fase, um jornal editado fora do Brasil, criado meses antes da própria *Gazeta*: o *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa. A terceira fase seria representada somente na metade do século XX, em 1950, com a superação do jornalismo literário para o jornalismo empresarial.

Nos anos 50, a urbanização e a industrialização transformavam o modo de vida das pessoas. Seguia-se a lógica do capitalismo monopolista em que não se podia desperdiçar tempo. Era a vida moderna com sua racionalidade temporal, a qual alcançava a imprensa periódica e esta passou a adotar o princípio da funcionalidade. Os produtos de uma maneira geral precisavam ser práticos e os jornais deviam satisfazer um público ávido por informações rápidas e objetivas. A “pirâmide invertida” tinha como função facilitar o processo de edição, atendendo a lógica da leitura rápida. Ademais, surgiram os copidesques (*copy-desks*) que eram:

Um grupo de redatores, cuja função era revisar e, se necessário, reescrever as matérias para dar-lhes uma unidade de estilo. Seu papel era essencialmente disciplinador: fiscalizava se os textos estavam de acordo com as normas de redação (RIBEIRO, 2003, p. 151).

Neste ínterim, o primeiro jornal brasileiro a adotar as técnicas norte-americanas foi o *Diário Carioca*. Além das mudanças na linguagem e na estruturação das notícias, existiram transformações no *design* dos jornais, que estabeleceram novos padrões editoriais e gráficos, além de um fotojornalismo revigorado, baseado na ideia do instantâneo e do flagrante. Deixando de ser meramente ilustrativa, a fotografia passou a ser também informativa (RIBEIRO, 2003, p. 151-152).

Contudo, deve-se ressaltar que todas as reformulações – redacionais, editoriais, gráficas, empresariais e profissionais – já estavam sendo gestadas há algum tempo, especialmente, no início do século XX - e não como pode parecer, fruto exclusivo dos anos cinquenta. Ainda assim, é inegável que vários fatores contribuíram para que essas reformulações viessem a se tornar conscientes nesta década. Além do mais, nos anos cinquenta, o processo de profissionalização da imprensa fez com que o jornalismo deixasse de ser uma ocupação provisória e os jornalistas fossem adquirindo um sentido de categoria profissional diferenciado dos literatos e dos políticos. Isso possibilitou, igualmente,

que os próprios profissionais e, neste caso, os bons jornalistas obtivessem mais poder para negociar com os grandes empresários sobre seus salários e benefícios.

De fato, o que podemos perceber é que o jornalista inserido neste contexto histórico e no discurso da “objetividade” e da “neutralidade” acaba por ter a capacidade de decodificar o “mundo” para a sociedade através do poder da palavra. Marialva Barbosa (2007, p. 151) ao comentar outro trabalho de Ana Paula Ribeiro (2000, p. 08), explica justamente sobre esta questão a seguir:

(...) a modernização gráfica, editorial, linguística e empresarial dos jornais do Rio de Janeiro representa para a imprensa a instauração de um lugar institucional que lhe permite, a partir de então, enunciar as verdades dos acontecimentos de forma oficializada e se constituir como registro factual por excelência. Para a pesquisadora, a partir desse momento, o jornalismo se afirma como fala autorizada em relação à constituição do real. O discurso jornalístico se reveste da aura de fidelidade aos fatos, o que lhe confere considerável poder simbólico.

Barbosa (2007, p. 150) relata que a “objetividade” e a “neutralidade” do jornalismo dos anos cinquenta são míticas. Esse discurso se deve em parte aos próprios jornalistas que marcaram os anos cinquenta como a época em que sua profissão obteve um grau de importância na hierarquia entre as carreiras existentes, vinculadas a um saber universitário. Essa imagem “moderna” da imprensa, objetiva, isenta e intérprete do mundo social, elaborou a memória do grupo forjada por ele mesmo.

Ainda que tenha havido uma série de modificações no aspecto visual e na linguagem dos jornais, além da profissionalização e da valorização dos jornalistas, estes últimos continuaram tendo relações estreitas com o Estado e com os grupos dominantes por meio de negociações que favorecessem ambos os setores. Os grupos de oposição como o Partido Comunista Brasileiro, até então, conseguiam vincular seus pequenos periódicos neste período de “experiência democrática”, mas que alcançavam tão somente uma pequena parcela da população. O mercado jornalístico, mais especificamente, no Rio de Janeiro, era dominado pelas grandes empresas comandadas por homens influentes como Assis Chateaubriand, dono dos *Diários Associados* - verdadeiro império da comunicação com periódicos como *O Jornal*, a revista *O Cruzeiro* e a *TV Tupi*; o empresário Roberto Marinho dono do jornal *O Globo* (com a maior tiragem entre os vespertinos na época) e Samuel Wainer, com o popular jornal *Última Hora*, fundado em 1951, pró-Vargas e,

posteriormente, a favor de Juscelino. Outra personalidade que se destaca neste cenário é a do jornalista Carlos Lacerda, fundador da *Tribuna da Imprensa* em 1949, de menor tiragem entre os vespertinos durante a década de cinquenta, mas que não poderíamos deixar de fora devido à importância das opiniões contundentes deste contra os governos de Vargas e de Kubitschek (BARBOSA, 2007, p. 165-173).

Esta imprensa, que como observamos acima também era opinativa, se alinhava com as notícias do dia a dia, curiosidades, programações culturais, propagandas etc. Podemos notar a imprensa como “partido”, que desempenha não só função política, mas também de propaganda de polícia, de influência moral e cultural. Da mesma forma existia a imprensa que atendia aos interesses de frações ou segmentos de partidos, divulgando questões ideológicas destes. O poder de barganha destes intelectuais (neste caso, dos jornalistas) era justamente o poder da palavra, da linguagem que mencionamos anteriormente (BARBOSA, 2007, p. 152-153).

Como um exemplo significativo desta imprensa opinativa, nós temos o embate entre a *Última Hora* e a *Tribuna da Imprensa* durante o governo de Getúlio Vargas (1950-54). A história é conhecida no meio. O então jornalista Samuel Wainer, empregado de Assis Chateaubriand, consegue uma entrevista com Vargas, refugiado em seu sítio no Sul do país, antes das eleições de 1950. Getúlio comentou com Wainer que retornaria ao poder e que não temia a imprensa de oposição udenista. Wainer, por sua vez, habilmente retrucou dizendo que a imprensa não levava um homem ao poder, mas poderia tirá-lo. Neste momento, Vargas indicou o desejo dele de contar com, pelo menos, um órgão impresso a seu favor. Depois de alguns outros contatos, Samuel Wainer conseguiu fundar a *Última Hora*, em 1951, com ajuda financeira de Vargas. Segundo Nelson Werneck Sodré (1999, p. 398-399):

(...) era rotina a abertura de generosos créditos a empresas jornalísticas, nos estabelecimentos bancários e previdenciários do Estado. Vargas julgou que esse caminho, largamente batido, lhe permitiria ter, pelo menos, um órgão oficioso, de base popular, capaz de permitir-lhe enfrentar a maciça frente dos jornais controlados pelas agências estrangeiras de publicidade. Foi assim que vultosos e rápidos créditos possibilitaram, em 1951, a Samuel Wainer fundar o vespertino *Última Hora*, que logo conquistou lugar de destaque na imprensa carioca.

Todavia, Carlos Lacerda, conhecido opositor de Vargas, abriu um grande debate em torno do financiamento vindo do Estado, acusando a *Última Hora* e,

consequentemente, Samuel Wainer de receber dinheiro público. Instaurou-se uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para averiguar os fatos. Assis Chateaubriand e Roberto Marinho, que também deviam muitos capitais ao Governo, ficaram preocupados com as proporções que o escândalo pudesse tomar diante da opinião pública. Samuel Wainer numa tentativa de defesa, afirmou na época que a prática de receber dinheiro do Governo era algo comum no meio jornalístico. Pouco tempo depois, Chateaubriand e Roberto Marinho se aliaram ao discurso de Lacerda contra Wainer e, especialmente, contra Vargas. Outro dado importante no embate entre Lacerda e Wainer é o fato de que na época em que os dois mantiveram laços de amizade e trabalhavam juntos para Chateaubriand, Wainer havia confidenciado a Lacerda que havia nascido na Bessarábia, região entre a Ucrânia e a Moldávia situada na Europa Oriental. Ora, em 1946, sob um clima de tensão policial, depois do Estado Novo, foi elaborada uma nova Constituição, tendo no poder o general Eurico Gaspar Dutra, que havia sido Ministro da Guerra de Vargas durante a ditadura do Estado Novo. No que concerne à imprensa, o artigo 160 vedava aos estrangeiros a posse de jornais. O fato de não ter sido nascido no Brasil, fazia com que Samuel Wainer fosse atacado por Lacerda com base neste artigo da nova Constituição, determinando o seu *status* de proprietário de um jornal como ilegal (SODRÉ, 1999, p. 396-410).

Depois do atentado, em 05/04/1954, na Rua Toneleros, em Copacabana, contra Lacerda e que teve como consequência a morte de um militar, a imagem de Vargas ficou ainda mais prejudicada e a população pediu a sua renúncia. Em 24 de agosto do mesmo ano, o presidente se suicida e deixa uma carta-testamento que é editada para caber na página da *Última Hora (UH)* por Paulo Silveira, secretário da redação, numa edição extra, sob o título: “Matou-se Getúlio”. Contudo, foi com o jornalista José Soares Maciel Filho, numa segunda edição, que a carta editada pela *Última Hora* ganha ares de carta-testamento oficial de Vargas. De acordo com Ana Maria de Abreu Laurenza (2008, p. 200),

No texto manuscrito não há o famoso final “Serenamente dou o primeiro passo no caminho para a eternidade e saio da vida para entrar na história”, contida na segunda versão, do jornalista e *ghostwriter* do presidente, José Soares Maciel Filho. Essa versão de Maciel Filho foi publicada na segunda edição extra de *UH* daquele dia e transformada na carta testamento oficial, plataforma política do PTB, pelos herdeiros do getulismo. Na original, o presidente antes de assinar, escrevera “A resposta do povo virá mais tarde”.

Laurenza (2008, p. 200) ainda menciona que a *Tribuna da Imprensa*, *O Globo* e a *Rádio Globo* foram depredados pela população consternada pela morte de Vargas e que esta mesma população considerou como culpados pelo o ocorrido, os opositores do Governo, entre eles, Carlos Lacerda. Num intervalo rápido de tempo – menos de um mês - Getúlio que era acusado de ter sido o mandante de um crime (o atentado na Rua Toneleiros) passara à vítima por ter cometido suicídio e pelo impacto de “suas” palavras na carta testamento.

Já sob o governo de Juscelino Kubitschek, as transformações na imprensa seguem seu curso, mas respirando os pretensos ares de uma liberdade democrática na década dourada. As empresas jornalísticas chegam à terceira fase, a empresarial. Desde o início do século, cada vez mais os jornais e seus proprietários apostam em uma melhor qualidade do papel e em máquinas que pudessem imprimir com maior velocidade. Dentro do ideal desenvolvimentista de JK, as empresas jornalísticas importam enormes quantidades de papel e maquinaria das potências estrangeiras. As empresas de publicidade lucram diante de um amplo mercado consumidor. Os jornais não atingiam ainda todo o território nacional, mas as revistas como *O Cruzeiro* e a *Manchete* alcançaram grandes marcas com suas reportagens coloridas, fotos e colunas escritas para um público diversificado. A revista *O Cruzeiro* pertencia aos *Diários Associados*, império jornalístico de Assis Chateaubriand e a *Manchete* ao amigo de Juscelino Kubitschek, Adolfo Bloch. Com a entrada da *Manchete*, a revista *O Cruzeiro* perde espaço até pela não renovação em seu modo de apresentar as notícias e nas técnicas fotográficas. A *Manchete*, simpática ao Governo, abre espaço para a construção do mito JK como um governante realizador, a partir de matérias como a da inauguração de Brasília em fotorreportagens que exploram a beleza arquitetônica da nova e moderna capital (ARAGÃO, 2006, p. 11-14).

No entanto, não apenas as revistas entraram nesta fase de transição. Vários jornais dos grandes centros urbanos do país voltam seus olhos para JK e, principalmente, para a construção de Brasília. Além do mais, antes de Juscelino e seu vice João Goulart tomarem posse, houve uma tentativa de golpe superada por Marechal Lott, em 1955 (RODRIGUES, 1992, p. 59). Muitos dos jornais, entre eles, a *Tribuna da Imprensa*, a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* se opuseram a candidatura de JK e Jango por acharem que estes representavam o retorno do varguismo. Diante dos constantes ataques em diversos meios de comunicação (televisão, jornais e rádio) do fundador da *Tribuna da*

Imprensa e, também, articulador do golpe, Carlos Lacerda, o já empossado Juscelino Kubitschek, propôs em 9 de outubro de 1956, um projeto que elaborava uma nova lei sobre a imprensa, mas que não chegou a ser votado. Segundo Flavia Biroli (2004, p. 222), essa nova lei permitiria que:

(...) não se confundisse o jornalista digno com “o profissional dos insultos inconsequentes ou da pregação delirante contra as instituições estabelecidas no texto constitucional”. Teria como pressuposto fundamental a defesa da “integridade do Estado”, negando a “liberdade intolerável” e o “odioso privilégio” assim expresso: “o de pregar-se pela imprensa ou pelo rádio a desordem nas ruas, a subversão do regime, a destruição ou a substituição violenta das instituições legitimamente e legalmente constituídas no texto da Constituição e na continuidade histórica de nossa formação democrática”. Como sintetizava a mensagem, o princípio da ordem pública estaria sendo colocado acima de qualquer outro.

Após o contragolpe de Lott, Carlos Lacerda, em 26 de novembro de 1955, optou pelo exílio em Portugal e, também, nos Estados Unidos. Ele retornaria ao Brasil em outubro de 1956. Seus programas de rádio significaram, na realidade, um forte incômodo para o Governo de JK. Este é um dos fatos em que poderíamos questionar, segundo Biroli (2004, p. 219-220), a questão da liberdade de imprensa neste período.

Apesar destas questões, em janeiro de 1961, Kubitschek chegou a ser homenageado pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) como o governante que respeitou a liberdade de pensamento. Todavia, JK estaria se sentindo insatisfeito com parte de setores da imprensa que mantinham laços estreitos com seus opositores (BIROLI, 2004, p. 214-215). O presidente Juscelino explicava que muitas de suas posições socioeconômicas e políticas foram tomadas em prol de tirar o Brasil das amarras do subdesenvolvimento e levá-lo aos patamares mais elevados da modernidade, dado que o Plano de Metas e a construção de Brasília seriam suas principais realizações (MARANHÃO, 1985, p. 44-49). No entanto, boa parte da imprensa periódica continuava a criticar suas medidas e a acusá-lo de corrupção. JK, todavia, sabia lidar tanto com setores da direita quanto com os setores da esquerda, pois o objetivo era manter a ordem. O PCB, mesmo que na ilegalidade, mas não tão perseguido como em governos anteriores, ainda conseguia divulgar suas ideias por meio de pequenos periódicos. Mesmo assim, não poderíamos mais dizer que o governo de JK foi um símbolo de liberdade democrática. A tentativa de silenciar a

imprensa oposicionista de direita e a permanência de um partido de esquerda na ilegalidade refletiram bem essa questão (BIROLI, 2004, p. 2321).

Já no decurso do governo JK, os jornais cariocas puderam ter uma maior liberdade de opinião. Alguns passaram por drásticas mudanças técnicas como foi o caso do *Jornal do Brasil*. Segundo Marieta de Moraes Ferreira (1996, p. 150-155), a reforma do *Jornal do Brasil* teria caracterizado as transformações que atingiriam não só a imprensa como a sociedade brasileira. É necessário citar que antes de 1950, o *JB* passava igualmente por um bom período financeiro que fora proporcionado pela rígida administração de Pires do Rio. Outros fatores, também, justificaram esta reforma nos anos posteriores como: a boa direção do jornal que efetuou estratégias organizacionais adequadas à modernização e às novas equipes de jornalistas e comentaristas. O *JB* apresentava um *design* mais moderno no final do ano de 1957, com a publicação da fotografia na primeira página acompanhada de título introdutório, além da renovação na página de esportes, ou seja, uma reorganização nesta área funcionando como um laboratório de experiências, tanto na diagramação quanto no estilo das fotos e das matérias. Entretanto, a reforma do *Jornal do Brasil* não se limitou somente nas áreas da manchete e esportes. O cenário político adquiria destaque e definia a linha do jornal. Sobre o governo de JK, a política econômica deste foi duramente criticada, chegando o próprio *JB* a defender as pressões do Fundo Monetário Internacional. Houve, no entanto, iniciativas elogiadas como a obra de Celso Furtado no Nordeste, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Operação Pan-Americana. Assim, Ferreira (1996, p. 153) resume a posição do *JB* quanto a Juscelino e a Brasília no trecho abaixo:

Embora mantivesse sua tradição de evitar o comprometimento partidário explícito, o *Jornal do Brasil* assumiu uma posição de crítica declarada ao governo Kubitschek, acusando-o de corrupção e de responsável por desmandos na construção de Brasília.

Os jornais cariocas divergiam quanto às opiniões sobre o governo de Juscelino. Uns criticavam de forma explícita o governo, outros tentavam se mostrar imparciais e outros ainda, mostravam certa “simpatia” pelo presidente Kubitschek. Com relação à construção de Brasília, as opiniões foram bastante diversificadas. Segundo Alzira Alves de Abreu (2002, s/p):

A construção de Brasília atraiu uma grande oposição ao governo. O *Correio da Manhã* via na transferência da capital o esvaziamento político do Rio de Janeiro. Já *O Jornal* assumiu posições contraditórias: Brasília foi apontada ao mesmo tempo como possível geradora de um processo inflacionário e como "abertura para o oeste e um núcleo político e social no centro do país".

O *Diário Carioca* e a *Última Hora* defenderam a política de JK durante todo o período de seu governo e apoiaram a construção de Brasília. Já a *Tribuna da Imprensa* fez críticas contundentes a todas as medidas do presidente, inclusive sobre a construção da nova capital. Com relação ao jornal *O Globo*, Abreu (2002, s/p) comenta que:

O jornal *O Globo* manteve uma oposição sistemática ao governo e em seus editoriais criticava a construção de Brasília, atribuindo a inflação aos elevados gastos de JK. *O Globo* também defendeu a posição do FMI, que preconizava maior combate à inflação e restrição ao crédito, mas viu como positiva a implantação da indústria automobilística.

O jornal *O Globo* era dirigido a um leitor mais identificado com as posições liberais udenistas, um leitor que era essencialmente antigetulista, crítico da política de intervenção estatal na economia e forte adversário das ideias comunistas. Entretanto, o jornal havia apoiado o contragolpe de Lott sob um discurso de fortalecer as instituições e estabelecer a ordem democrática. Sobre Brasília, diante do que foi exposto acima, sabemos de sua oposição à construção da nova capital e a perda de *status* de distrito federal do Rio de Janeiro. Contudo, de acordo com Alzira Aves de Abreu (2008, p. 229-230), para relatar uma posição de dubiedade entre o poder e a imprensa, retrata que “o proprietário de *O Globo*, Roberto Marinho, compareceu à festa de inauguração da nova capital”.

A imprensa, sobretudo, a grande imprensa carioca, continuou o seu processo de modernização no período JK permeada pela ideologia nacional-desenvolvimentista, que permitiu a entrada de capitais, investimentos e produtos importados para as grandes empresas de comunicação. Afinal, desde os tempos de Getúlio Vargas, as transformações nos periódicos tornaram-se mais contundentes, de acordo com as visões de vários autores aqui trabalhados e, de certa forma, demonstram-se as relações de poder entre estes estadistas e a imprensa, mais especificamente, a imprensa carioca, mesmo sob o mote da “imparcialidade” e da “neutralidade”.

Contudo, pensamos que o poder, os políticos e as medidas tomadas por estes devem ser analisados pelos jornais. Só que se essa imprensa e, mais especificamente, os

donos de jornais estiverem ligados aos setores dominantes, então, nos questionamos em que aspecto o direito de obter informações concretas por parte da população poderia ser respeitado. É neste âmbito que nos deparamos com a formação da opinião pública e não apenas destacamos a opinião da imprensa, mas do público em geral – o direito de todas as pessoas se expressarem livremente. Seu conceito coincide com a formação do Estado Moderno. Segundo Nicola Matteucci (1998, p. 842) a existência da opinião pública presume uma sociedade civil diferente do Estado, uma sociedade livre e articulada, em que existam centros que possibilitam a formação de opiniões individuais, como jornais e revistas, clubes e salões, partidos e associações, bolsa e mercado, isto é, um público de indivíduos associados, interessado em controlar a política do Governo, ainda que não desenvolva uma atividade política imediata. Já Flavia Biroli (2004, p. 229-230) comenta que a opinião pública seria a base real da política, como um determinante dos interesses da sociedade, que seria a peça-chave na elaboração de um lugar imprescindível para a imprensa, ou seja, esta última representaria o principal laço, a principal ponte, entre o governo e a população. Sendo assim, a imprensa tornaria o exercício do governo transparente e compreensível ao público e, em contrapartida, converteria as reivindicações do próprio público, visíveis para o governo. Elaborar-se neste ínterim, conforme a autora, uma ideia de *representatividade* que não refletiria a representatividade eleitoral, mas que a transcenderia, sendo tratada como um “dado” das chamadas sociedades de massa.

O jornal moderno é parte da cultura de massa, consequência das grandes transformações na imprensa, na sociedade e na história. A sua função seja, impresso, escrito ou visual, é a de informar, interpretar, orientar e divertir, além de vender através de anúncios e difundir ideias e eventos mais complexos que a simples notícia. O jornalismo produz a comunicação coletiva. Os meios de comunicação são todos os quais o ser humano busca transmitir significação e valores ao seu semelhante por meio da palavra falada, da palavra escrita, dos impressos, gestos, figuras, imagens etc. De acordo com Juarez Bahia (1990), o papel do jornalismo se confunde com a essência da informação. Sua prioridade tem por base a divulgação de notícias. Além dessa função característica, ele absorve muitas outras como, por exemplo, a de proporcionar o bem comum e a de instigar a mais ampla e livre troca de ideias entre as pessoas, quaisquer que sejam as suas concepções. Bahia também declara que a seiva do jornalismo é a liberdade. Concordamos que da mesma maneira que não há democracia sem pluralismo, não existe jornalismo sem a liberdade de expressão e

de pensamento. Identificam-se os direitos e privilégios legais do jornalismo na sua capacidade de informar e opinar, orientar e entreter, função inestimável e insubstituível que se reconhece na sociedade e na civilização.

CAPÍTULO 2) OS ANOS 50: OS HOMENS DO PODER E O PODER DOS HOMENS DA IMPRENSA

Antes de adentrarmos nas batalhas entre os jornais *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* com os principais governantes dos anos 1950, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, nós necessitaremos, primeiramente, retrocedermos um pouco na História Política Brasileira e tecermos algumas palavras sobre o Estado Novo varguista, a operacionalização da censura imposta aos periódicos por este regime ditatorial e o quanto isso iria afetar as relações entre a imprensa e os herdeiros do chamado getulismo. Para tanto, nós iremos dividir este capítulo em duas partes: a primeira destinada a Vargas em seu período ditatorial e o forte controle sobre a imprensa e, em seguida, Vargas, novamente, mas em seu momento democrático e suas complexas relações com os jornais acima mencionados. Já na segunda parte, trataremos da campanha presidencial de Juscelino Kubitschek e João Goulart no conturbado ano de 1955, tendo por base os jornais da grande imprensa e, principalmente, os periódicos escolhidos para esta pesquisa, além dos primeiros passos para construção da nova capital, os trâmites no legislativo, a CPI instaurada para averiguar supostas fraudes nas obras e o silêncio de boa parte da imprensa brasileira sobre um massacre ocorrido, em 1959, contra os operários em uma construtora e que até hoje não foi averiguado devidamente.

PARTE I

2.1.1) O Estado Novo de Getúlio Vargas e a censura aos meios de comunicação

Na manhã do dia 10 de novembro de 1937, um golpe de Estado era sacramentado no país e a Constituição de 1934 havia sido abolida. No lugar dela, foi outorgada uma nova constituição, mais conhecida como a Polaca, por se basear na constituição polonesa de inspiração fascista e corporativa. Formulada por Francisco Campos²¹, a Carta de 1937

21 Segundo Alzira Abreu (2001), Francisco Campos (1891-1968) foi “um advogado, jurista, deputado estadual por Minas Gerais (PRM) em 1919, que defendia ideias antiliberais e que se manifestou contra a revolta armada dos chamados tenentistas contra o governo federal. Por sua atuação na Secretaria do Interior em Minas, em que defendia postulados da Escola Nova a fim de promover uma reforma educacional naquele estado, foi nomeado ministro da Educação e Saúde, já no Governo Provisório de Vargas. Em 1935, Campos tornou-se secretário da Educação do Distrito Federal, substituindo Anísio Teixeira, acusado de envolvimento com a ANL (Aliança Nacional Libertadora) formada, sobretudo, por indivíduos de esquerda, antifascistas e anti-imperialistas. Francisco Campos foi também um dos maiores ideólogos da direita no Brasil, defendendo abertamente a instauração de um regime ditatorial, antiliberal, dirigido à sociedade de

instituiria um Estado autoritário, centralizado na figura do chefe da nação, suprimindo a autonomia dos estados para os quais foram nomeados interventores, dissolvendo os partidos e anulando o poder do Parlamento. Além disso, ficou estabelecida a cassação, a perseguição e a prisão dos opositores ao novo regime, além da censura aos meios de comunicação.

De acordo com Maria Celina D'Araújo (2000, p.8), o “novo”²² foi um conceito utilizado para designar um ideal político que servisse como uma alternativa para solucionar os problemas políticos e econômicos da nação, afastando-se das ideologias das duas doutrinas políticas que entre os séculos XIX e XX estavam em voga: o capitalismo liberal e o socialismo. A autora relata que o Estado Novo foi igualmente estabelecido, mas com algumas diferenças, na Espanha, com Franco e, em Portugal, com Salazar. No Brasil, o regime se estabeleceu de forma corporativista²³, tendo conselhos, comissões, departamentos etc, com grupos técnicos que dirigissem a máquina pública, levando em conta a intervenção de um Estado forte e centralizado na figura do seu líder.

No mesmo dia do golpe, com o Congresso cercado por tropas do exército, Getúlio fez um discurso dirigido à nação através da Rádio Nacional, na *Hora do Brasil*, em que afirmava que a “organização constitucional de 1934, vazada nos moldes claros do liberalismo e do sistema representativo, evidenciaria falhas lamentáveis” e “estava evidentemente antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir” (Vargas, 1938-1945, p. 21, *apud.* PANDOLFI, 2003, p. 15). Getúlio ainda

massas. Sendo nomeado Ministro da Justiça em 1937, foi encarregado por Vargas a idealizar a nova Constituição, com características corporativistas, antiliberais e de forte projeção do poder central sobre os estados e do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário. Em 1944, contudo, passou a defender a redemocratização do país e contestou o caráter fascista da Constituição de 1937. Em 1964, participou dos conluios contra o presidente João Goulart, e, após o golpe militar, envolveu-se na elaboração dos primeiros Atos Institucionais estabelecidos pelo regime (AI-1 e AI-2) e elaborou algumas sugestões para a formulação da Carta de 1967”.

22 Complementando esta visão, Monica Velloso (1997, p. 61) explica que as expressões como o “Estado Novo”, “Brasil Novo”, “nova ordem” etc., significariam uma tentativa de estabelecer o regime como uma fase de redenção, “de encontro do Brasil consigo mesmo”. Para a autora, os ideólogos do regime proclamavam que essa redenção só poderia ser obtida em contraposição ao período de caos, desordem e desajuste causado pelo liberalismo, que denotaria “um verdadeiro desastre para a nacionalidade brasileira, porque seria uma ideologia importada”.

23 Ana L. Martins e Tania Regina de Luca (2006, p.63-64) comentam que no campo das relações de trabalho e nas ações governamentais, era empregada a doutrina corporativista em contraposição às ideias do liberalismo, em que se colocavam a liberdade individual acima dos interesses da coletividade, causando conflitos sociais e econômicos. Para dirimir estas questões, deveria haver as corporações ou organizações que reunissem empregados e empregadores de cada categoria para discutir as ações relacionadas aos exercícios de suas atividades, porém sempre com a supervisão do Estado.

indicou que o golpe era necessário ao país, contando com “meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais” a fim de solucionar a crise nacional, defendendo o pensamento de que “tanto os velhos partidos, como os novos em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas” com inclinações “subalternas”. Sendo assim, Vargas justificava que a nova forma de governo teria por objetivo “reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país” e que “não se oferecia uma alternativa além do que foi tomada, instaurando um regime forte de paz, de justiça e de trabalho” (VARGAS, 1938-1945, p. 21, *apud*. D’ARAÚJO, 2000, p. 23-24).

Não podemos nos esquecer que após a chamada Revolução de 1930, muitos grupos que apoiaram Vargas a tomar o poder (liberais, autoritários, centralizadores, federalistas, jovens militares rebeldes, militares de carreira, antioligárquicos históricos, oligarcas dissidentes etc.), começaram a divergir quanto à duração do Governo Provisório, à convocação de uma Assembleia Constituinte e à promoção de reformas sociais. Explica ainda Dulce Pandolfi (2018, p. 104) que enquanto alguns destes grupos eram

favoráveis a um regime forte e apartidário, outros defendiam propostas liberais. O grau de centralização e de intervenção do Estado também era um ponto de discórdia. Sobretudo os representantes dos estados mais fortes tentavam limitar os poderes da União: queriam manter a autonomia do poder estadual, autonomia essa tão questionada pelos estados mais frágeis da federação ao longo da “velha” República.

Em meio a crises e insatisfações destes grupos heterogêneos antes da implementação do Estado Novo, surgiram dois movimentos considerados radicais e com propostas bastante antagônicas neste cenário: o da Ação Integralista Brasileira (AIB) e o da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Ambos possuíam também periódicos²⁴ com a finalidade de propagandear suas ideologias para as massas. O primeiro, a AIB, criado em 1932, era de caráter fascista, conservador, corporativista, nacionalista e religioso (católico); liderado pelo intelectual Plínio Salgado. Continha uma estrutura paramilitar, além do fato de que a organização combatia os partidos políticos existentes até então e defendia a integração

24 Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2006, p.58) comentam que a Ação Integralista Brasileira possuía dois periódicos de âmbito nacional; *A Ofensiva* (1934) e *O Monitor Integralista* (1932), além de revistas, com destaque para *Anauê* e *Panorama*. Já a Aliança Nacional Libertadora contava com o apoio dos periódicos: *A Pátria* (1920) e *A Manhã* (1935). Após o Levante Comunista, o jornal *A Manhã*, considerado o porta-voz da ANL, foi fechado e os outros jornais que davam suporte ao movimento foram obrigados a mudar suas linhas editoriais a fim de poderem continuar circulando no país.

total da sociedade e do Estado, que seriam representados pela própria AIB. Já a ANL, criada em 1935, e liderada pelo comunista Luís Carlos Prestes, era uma frente popular que tinha por objetivo impedir o avanço do nazifascismo no Brasil. A ANL era igualmente contra as propostas imperialistas, defendendo ainda a reforma agrária e as liberdades públicas. Ela era composta por comunistas, socialistas e por liberais desiludidos (PANDOLFI, 2003, p. 31-32). Conforme Marly Vianna (2003, p. 82), a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi

reconhecidamente, a maior organização de massas que o país já teve. Em cerca de três meses, organizou centenas de núcleos em todo o Brasil, sendo a maioria no Rio de Janeiro. O sucesso da organização assustou o governo, cuja primeira reação foi fazer aprovar a Lei de Segurança Nacional (a 4 de abril de 1935). Por outro lado, o governo tentava identificar a ANL com o PCB (Partido Comunista do Brasil) para isolá-la e combatê-la com maior eficácia.

Colocada na ilegalidade, apenas alguns meses após a sua criação, a organização continuou angariando adeptos, disseminando boletins e promovendo comícios em oposição ao governo. Com o propósito de tirar Vargas do poder e implementar um governo popular no país, a ANL organizou os preparativos para um movimento armado, chefiado por Luís Carlos Prestes. Mesmo com as insurreições em alguns estados do país, o levante comunista não teve o apoio do operariado, que provocaria greves em todos os territórios da nação (PANDOLFI, 2001). O movimento foi derrotado e seus integrantes foram presos e até alguns torturados. Para Maria Helena Capelato (2003, p. 115-116), a “Intentona Comunista”, em 1935, radicalizou a situação política do país, dado que o comunismo era considerado como um perigo mais ameaçador à sociedade brasileira desde os anos 1920, servindo de oportunidade a uma forte campanha de propaganda anticomunista que teve por fim justificar o fortalecimento do regime e a implementação de um estado de sítio. Neste ínterim, um jornal considerado liberal como *O Estado de São Paulo*, que fazia oposição a Vargas, aprovou a decisão do Congresso ao enrijecer a Lei de Segurança Nacional, tendo em vista as ações violentas proferidas pelo Levante. Até mesmo, os jornais de Assis Chateaubriand,²⁵ dono da empresa *Diários Associados*, instigou por uma “União

25 De acordo com Dilva Frazão (2016), Francisco Assis Chateaubriand (1892-1968) foi um “jornalista, empresário e político brasileiro. Em 1921 comprou o periódico *O Jornal* e em 1924 adquiriu o *Diário da Noite* de São Paulo, o *Jornal do Comércio* do Rio, e o *Diário de Pernambuco*. Em 1928 lançou a revista *O Cruzeiro*. Nos anos 40, Chateaubriand já era dono da maior rede de comunicação do país, os “Diários

Sagrada” contra os rebeldes, defendendo punições exemplares aos acusados. Por fim, o estado de guerra foi estabelecido por mais três meses e os chamados grupos liberais consentiram com as medidas de exceção no combate à “ameaça vermelha”, que acabou por fortalecer o poder do governante. Boris Fausto (2013, p. 99-100) ratifica que:

Os políticos liberais demonstraram claramente que se o liberalismo não prevalecia diante dos riscos “à ordem pública e ao avanço do comunismo”. Com poucas exceções, aceitaram as medidas excepcionais propostas pelo governo. O estado de sítio, posteriormente convertido em estado de guerra, foi decretado ainda no curso da rebelião e prorrogado pelo Congresso até julho de 1937. Foi criado o Tribunal de Segurança Nacional para julgar sumariamente os milhares de presos políticos e foram suspensas as imunidades parlamentares, o que permitiu a prisão de quatro deputados e um senador. Além disso, a tortura de presos políticos, sobretudo dos comunistas acusados de atos subversivos, tornou-se prática corrente.

Tendo por base o anticomunismo em vários setores da sociedade, inclusive na opinião pública, Vargas e seus aliados começaram a notar uma justificativa para a sua permanência no poder. Afinal, a Constituição de 1934 não previa a reeleição e novas eleições seriam convocadas para o ano de 1938. No entanto, a campanha presidencial que iniciara em 1936, como as candidaturas de Armando Sales de Oliveira (São Paulo), apoiado por liberais; de José Américo (Paraíba), apoiado pelo próprio Getúlio; e de Plínio Salgado, apoiado pelos integralistas; não iria acontecer como o previsto. Em setembro de 1937, um plano elaborado pelo serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB), datilografado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, foi amplamente divulgado na imprensa como uma ameaça à ordem estabelecida. Tratava-se do Plano Cohen, que teria por objetivos, simular

de forma até caricatural (como convém a esse tipo de pedagogia), o que seria um projeto judaico-comunista internacional para a tomada do governo, os propósitos desse governo e seus métodos de ação visando à desagregação dos valores da sociedade e à instauração de uma nova sociedade materialista, atea e contrária à ideia de família e à honra das mulheres (D’ARAUJO, 2000, p. 19).

Associados”, formado de jornais, estações de televisão, emissoras de rádio e várias revistas. Em 1950 inaugurou a TV Tupi de São Paulo, a primeira emissora de televisão da América Latina. Em 1951 é eleito senador pelo estado da Paraíba. Em 1954 elege-se senador pelo Estado do Maranhão. Nesse mesmo ano é escolhido para a cadeira nº 37 da Academia Brasileira de Letras. Em 1957 deixa o senado e ocupa o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido, onde ficou até 1960. Chateaubriand, acometido por uma trombose, morreu em São Paulo, no dia 4 de abril de 1968”.

O plano, falso, teria sido assinado por um judeu comunista de nome Cohen - um nome fictício - tendo sido organizado por “dirigentes russos” com o propósito de promover “depredações”, “incêndios” e até o “desrespeito à honra e aos sentimentos mais íntimos da mulher brasileira”. Na verdade, o documento já elaborado pelos integralistas, foi levado a Vargas por Góes Monteiro²⁶. O presidente autorizou a divulgação do plano à imprensa através do Departamento de Propaganda – o órgão que antecessor do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda (D’ARAUJO, 2000, p. 20). Maria Helena Capelato (2003, p. 141) comenta que nem todos acreditaram na veracidade do documento. Muitos parlamentares especularam sobre a suposta de autenticidade do plano na Câmara, todavia a concessão do estado de guerra foi colocada para votação e aprovada, em seguida, por 138 votos contra 32. Alguns jornais também desconfiaram do documento, como *O Estado de São Paulo*, que reproduziu o editorial de um outro jornal do Rio Grande do Sul, *A Federação*. Neste último, informava que não era necessária tanta astúcia por parte das pessoas para descobrir que tal documento era “apenas um pretexto imaginado pela maquiavélica fertilidade do Sr. Getúlio Vargas para novamente conseguir turvar as águas do momento político” e aplicar um novo golpe contra a democracia (D’ARAUJO, 2000, p. 20-21). Mesmo com todas estas desconfianças por parte dos políticos e dos jornalistas, o medo da ameaça comunista no país serviu como uma espécie de catalisador para a união entre as elites civis e militares em defesa da Pátria. Para tanto, era necessário que o Estado, antes, fragilizado e fragmentado, se transformasse em um Estado forte, autoritário, nacionalista, centralizador, repressivo contra os inimigos da nação (comunistas, liberais, estrangeiros, opositores do governo etc), e que promovesse o desenvolvimento econômico, através da intervenção do Estado na economia, do incentivo à industrialização e da diversificação na produção agrícola.

26 Conforme Alzira Abreu (2001), Pedro Aurélio de Góes Monteiro (1889-1956) foi um militar e Ministro da Guerra na Era Vargas. Ele “participou, igualmente, da repressão ao levante tenentista deflagrado, em 1924, em São Paulo, e à Coluna Prestes - o exército guerrilheiro, que combateu o governo de Arthur Bernardes, percorrendo cerca de 25000 km pelo interior do país, sob a liderança de Luiz Carlos Prestes. Em 1930, assumiu o comando no movimento revolucionário articulado para depor o presidente Washington Luís. Em 1932, já como general, combateu os integrantes da Revolução Paulista. Nomeado Ministro da Guerra por Vargas, em 1934, deixou o cargo no ano seguinte, mas não deixou de manter certa influência, sugerindo o fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em 1935, participou da repressão ao Levante Comunista. Em agosto de 1945, reassumiu o Ministério da Guerra e, nos meses seguintes, articulou o golpe que afastou Vargas do poder. Em dezembro daquele ano, manteve-se à frente do Ministério até setembro de 1946, quando o novo governo chefiado pelo general Dutra, já havia tomado posse. Elegeu-se senador por Alagoas pelo Partido Social Democrático (PSD), em 1947. Depois, em 1950 recusou o convite de Vargas para ocupar o posto de vice-presidente em sua chapa. Morreu no Rio de Janeiro, em 1956”.

Quando o golpe de 11 de novembro de 1937 é decretado, instala-se no país um regime ditatorial, o Congresso é fechado, a censura aos meios de comunicação é intensificada e os partidos são extintos. Até mesmo a AIB, que apoiara Vargas, no combate ao comunismo, transformou-se em um centro cultural e seus integrantes foram proibidos de usar armas. Em resposta a estas reprimendas, a AIB parte para o confronto, naquilo que ficou conhecido como o “*putsch* integralista” ou Levante integralista, em maio de 1938. Alguns membros do movimento partiram com o apoio de opositores de outras tendências políticas, como o general Euclides Figueiredo, pai do futuro presidente João Baptista Figueiredo, em direção ao Palácio Guanabara, sitiando a família de Vargas. No entanto, pela própria desarticulação do Levante, o *putsch* foi facilmente vencido, através da intervenção do Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. Os integrantes do movimento foram presos e outros integralistas foram perseguidos até serem capturados. Plínio Salgado, que não participou diretamente do ato, acabou no exílio em Portugal. Apesar da repressão aos integralistas, Maria Celina D’Araujo (2000, p. 29) comenta que o tratamento dado aos comunistas ou aos acusados de serem, era muito mais violento. Como exemplos, a autora cita o escritor Graciliano Ramos²⁷, que imortaliza as suas experiências quando preso na obra *Memórias do Cárcere*; a do comunista e integrante do Levante de 1935, Harry Berger, que ficou insano após as inúmeras torturas que sofreu na cadeia; além do famoso e trágico episódio envolvendo a comunista alemã e judia, Olga Benário, que grávida de Luís Carlos Prestes, é entregue à Gestapo e enviada para um campo de concentração nazista. Sua filha, Anita Leocádia, foi resgatada por parentes brasileiros. Olga Benário, no entanto, foi assassinada, em uma câmara de gás, na cidade de Bernburg, em 1942.²⁸

Como estratégia de controle e propaganda do Estado, o governo criou o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, em dezembro de 1939, diretamente

27 Dilva Frazão (2019) explica que Graciliano Ramos “estudou na literatura em 1933 com o romance *Cactés*. Nessa época, ele mantinha contato com os escritores: José Lins do Rego, Raquel de Queiroz e Jorge Amado. Em 1934, publicou o romance *São Bernardo*, e em 1936, a obra *Angústia*. Nesse mesmo ano, já no cargo de Diretor da Imprensa Oficial e da Instrução Pública de Maceió, foi preso, sob a acusação de que era comunista. Ficou nove meses na prisão, sendo solto depois, visto que as autoridades não encontraram provas sobre tal ligação. Somente em 1945 ingressou no Partido Comunista. Contou suas experiências na cadeia no livro *Memórias do Cárcere*, mas não chegou a concluí-lo, falecendo em 1953. No entanto, a sua obra-prima foi o livro *Vidas Secas*, publicado em 1938, romance esse regionalista que narra a dura saga de uma família de retirantes nordestinos à procura de melhores condições de vida pelo sertão”.

28 Sobre a vida de Olga Benário, recomendamos a leitura de sua biografia publicada por Fernando Morais (2008).

subordinado à Presidência da República, e dirigido por Lourival Fontes²⁹. De acordo com Maria Helena Capelato (2003, p.141), o departamento tinha por objetivos: “centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional interna e externa”, além de “realizar a censura do teatro, do cinema, do rádio, da literatura, da imprensa, das atividades recreativas e esportivas”. Outro dado importante sobre o DIP era que ele deveria, igualmente, propiciar e patrocinar manifestações cívicas, exposições com o objetivo de demonstrar as realizações do governo, elaborar “cartilhas para as crianças, documentários, jornais nacionais, de exibição obrigatória em todos os cinemas”.

Monica Velloso (1997, p. 63) explica que para fazer com que o controle de informação fosse eficiente, o DIP possuía em vários estados da federação os DEIPs – todos subordinados ao Rio de Janeiro, centralizando, assim, o domínio da vida cultural do país, como uma espécie de “fator de modernidade, apelando-se para os princípios de sua eficácia e racionalidade. Com relação à imprensa, Velloso (1997, p. 63) explica que:

De um modo geral, os canais de expressão da sociedade civil são transformados em espaço de veiculação ideologia do Estado. Muitas das organizações culturais do período vão ser incorporadas pelo governo, como é o caso da Rádio Nacional (1940) e dos jornais *A Manhã* (Rio de Janeiro) e *A Noite* (São Paulo).

Com a Constituição de 1937, a imprensa tornou-se subordinada ao poder público. O ideólogo Francisco Campos, autor da Carta, alegou a ideia de que a imprensa possuía uma função pública, defendendo a ideia de que o Estado era aquele que poderia garantir a comunicação direta entre o governo e a sociedade, como a justificativa de extinguir os “intermediários nocivos ao progresso”. O jornal *A Manhã*, por exemplo, sob a direção de Cassiano Ricardo, funcionou como uma espécie de porta-voz do regime, executando uma série de inquéritos populares sobre a política do governo, sondando, assim, a opinião

29 Alzira Abreu (2001) comenta que Lourival Fontes (1899-1967) foi um jornalista e político brasileiro. “Em 1931, fundou e dirigiu, no Rio de Janeiro, as revistas *Política* e *Hierarquia*. Esta última, de tendência fascista, contou entre seus colaboradores, com Olbiano de Melo e Plínio Salgado. Nomeado funcionário da Prefeitura do Distrito Federal, foi indicado oficial de gabinete do prefeito e, em 1932, diretor da Secretaria do Gabinete da Prefeitura. Dirigiu o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) entre 1934 e 1937. No ano seguinte o DPDC transformou-se no Departamento Nacional de Propaganda e em 1939 no Departamento de Imprensa e Propaganda. Lourival Fontes permaneceu à frente do órgão até 1942. Colaborador do *O Jornal*, representou o Brasil no Conselho Administrativo do Bureau Internacional do Trabalho. Em 1945 foi nomeado embaixador do México, exonerando-se com a deposição de Vargas, ocorrida em outubro daquele ano. Em 1950, participou ativamente da campanha de Getúlio Vargas para as eleições presidenciais de outubro. Vitorioso, Vargas nomeou-o para a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, permanecendo até 1954. Naquele mesmo ano, elegeu-se senador por Sergipe, exercendo o mandato entre 1955 e 1963. Faleceu no Rio de Janeiro em 1967”.

pública sobre as realizações governamentais: o programa de rádio “A Hora do Brasil”, a legislação trabalhista³⁰ e a figura de Vargas como um bom estadista. Outra publicação oficial do governo que merece destaque é a revista *Cultura Política*, sob a direção de Almir Andrade, tendo também como colaboradores, intelectuais como Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freyre e até mesmo Graciliano Ramos (VELLOSO, 1997, p. 67 e 69). Podemos observar, assim, que existiu uma “atitude conciliatória e ao mesmo tempo ambígua” no Estado Novo no plano da cultura. Publicações como a revista *Cultura Política*, e os jornais *A Manhã* e *A Noite*, este último sob a direção de Menotti del Picchia; abriam espaços para autores das mais variadas tendências político-ideológicas: da extrema direita católica aos comunistas. Esta posição de conciliação e convivência pacífica com os intelectuais no regime foi incentivada pelo Ministério da Educação, representado por Gustavo Capanema³¹ (CAPELATO, 2003, p. 126).

30 Durante o Governo Provisório, Vargas criou o Ministério do Trabalho, em 1930, com a incumbência de formular novas leis e fiscalizar aquelas que já existiam, atendendo a uma reivindicação antiga da esquerda para os trabalhadores brasileiros; tal ato também foi controlado pelo Estado que interviu nas relações, mediando conflitos entre patrões e operários. Conforme Dulce Pandolfi (2003, p. 19-20), entre 1931 e 1934, uma série de decretos e leis foram criados para a proteção do trabalhador: a jornada de oito horas de trabalho no comércio e na indústria; a regulamentação do trabalho da mulher e do menor; a criação de uma lei de férias; além da instituição da carteira do trabalho e do direito a pensões e aposentadorias. Tais leis e decretos acabariam por culminar, em 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

31 De acordo com Alzira Abreu (2001), Gustavo Capanema Filho (1900-1985) “formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1923. Durante seus tempos de universitário vinculou-se, em Belo Horizonte, ao grupo de “intelectuais da rua da Bahia”, do qual também faziam parte Mario Casassanta, Abgard Renault, Milton Campos, Carlos Drummond de Andrade e outras futuras personalidades das letras e da política no Brasil. Em 1927 iniciou sua vida política ao eleger-se vereador em sua cidade natal. Nas eleições presidenciais realizadas em março de 1930 apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas, lançado pela Aliança Liberal - coligação que reunia os líderes políticos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Em setembro de 1933, com a morte de Olegário Maciel, Capanema assumiu interinamente a interventoria federal em Minas. Em 1934, Capanema foi designado pelo presidente para dirigir o Ministério da Educação e Saúde e permaneceria no cargo até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945. Sua gestão no ministério foi marcada pela centralização, a nível federal, das iniciativas no campo da educação e saúde pública no Brasil. Na área educacional tomou parte do acirrado debate então travado entre o grupo “renovador”, que defendia um ensino laico e universalizante, sob a responsabilidade do Estado, e o grupo “católico”, que advogava um ensino livre da interferência estatal. Este último acabou conquistando maiores espaços na política ministerial. Em 1937 foi criada a Universidade do Brasil a partir da estrutura da antiga Universidade do Rio de Janeiro. Imbuído de ideais nacionalistas, Capanema buscou, como ministro, estabelecer um bom relacionamento com os intelectuais brasileiros, tendo sido auxiliado nessa tarefa pelo poeta Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete. Após o fim do Estado Novo filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), agremiação que aglutinava os setores políticos identificados com a ditadura varguista e pela qual elegeu-se deputado federal constituinte por Minas Gerais, em 1945. Em 1964 apoiou o golpe que depôs o presidente João Goulart. Logo depois, com a instituição do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar. Permaneceu na Câmara dos Deputados até 1970. Em seguida, sempre por Minas Gerais, obteve um mandato no Senado Federal, onde permaneceu até 1979, encerrando então sua carreira política”.

Por outro lado, a oposição ao Estado Novo aconteceu não apenas por políticos opositores, mas também por estudantes e jornalistas. O jornal *O Estado de São Paulo* foi expropriado em 1940 e permaneceu sob a intervenção do DIP até o fim do regime. Afinal, antes mesmo do golpe de 1937, o jornal paulista contava com jornalistas como Júlio Mesquita Filho, um dos principais articuladores da Revolução Constitucionalista de 1932, assim como da campanha do candidato dos liberais, Armando de Sales de Oliveira para a presidência da República. Mesquita Filho junto com Paulo Duarte, outro jornalista de *O Estado de São Paulo*, bacharéis pela São Francisco, se juntaram a outros universitários contra o governo. De acordo com Maria Helena Capelato (2003, p. 132), eles foram presos inúmeras vezes e acabaram se exilando, antes da expropriação do jornal. Além da perseguição aos jornalistas que se opuseram ao regime, a própria Carta de 1937 determinava que somente brasileiros fossem donos ou proprietários de empresas jornalísticas. Esta determinação acabou por impedir que imigrantes e até seus descendentes, residentes no Sul e Sudeste do país, organizassem os seus jornais (MARTINS & LUCA, 2006, p. 65). Outra forma de controle sobre a imprensa foi o decreto sobre a isenção de taxas alfandegárias na importação do papel, cuja autorização estava subordinada ao Ministério da Justiça. O pesquisador Flávio Galvão (1975, p. 4) transcreveu uma fala do então chefe do serviço de controle da imprensa, Sampaio Mitke:

O trabalho era limpo e eficiente. As sanções que aplicávamos eram muito mais eficazes do que as ameaças da polícia, porque eram de natureza econômica. Os jornais dependiam do governo para a importação do papel linha d'água. As taxas aduaneiras eram elevadas e deveriam ser pagas em 24 horas... Só se isentava de pagamento os jornais que colaboravam com o governo. Eu e o Lourival [Fontes] ligávamos para a alfândega autorizando a retirada do papel (MITKE, s/d, *apud*. GALVÃO, 1975, p.4).

Todavia, a grande imprensa liberal respiraria novos ares de liberdade através da crise do regime ditatorial, frente às tomadas de decisões diante da Segunda Guerra Mundial. Maria Celina D'Araújo (2000, p. 45) lembra que até 1940, o governo brasileiro resistiu a uma aproximação mais fechada com os Estados Unidos. O que se tinha até então era uma espécie de marcha lenta e gradual em alinhamento com Washington. Na realidade, Getúlio, em seu Diário, apostava na superioridade militar das nações do Eixo. Os EUA, no entanto, pressionaram o governo e ofereceram financiamento para a indústria do aço. Foi nesta época que aconteceram os empréstimos para a construção da usina

siderúrgica de Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Por uma imposição por parte dos estadunidenses, bases no Nordeste do país, região considerada de importância estratégica para o momento, foram concedidas aos Estados Unidos. Navios brasileiros, em contrapartida, foram atingidos por submarinos alemães e, o povo se manifestou nas ruas para que o país entrasse definitivamente na guerra contra os regimes totalitários. Em 1942, o Brasil rompeu as relações com as nações do eixo e aproximou-se cada vez mais dos Estados Unidos. Esta aproximação não agradou a todos os integrantes do governo, e Lourival Fontes, simpatizante das ideias fascistas, foi definitivamente afastado do DIP. Em 1943, criou-se a FEB (Força Expedicionária Brasileira) que a partir de 1944, se dirigiu para o combate na Itália. A ditadura de Vargas, por conseguinte, entrou em contradição ao enviar soldados brasileiros para lutarem pelo restabelecimento da democracia frente ao regime fascista. Diante de tais acontecimentos, o governo adotou medidas mais flexíveis.

No interior do país, surgiu o Manifesto do Mineiros³², em 1943, solicitando a liberalização do regime. Ao final de 1944, já se podia presumir a derrota do nazifascismo pelas forças aliadas, o que contribuía ainda mais para desestabilização de um regime ditatorial brasileiro. No caso da imprensa, em especial, Ana Martins e Tania Regina de Luca (2006, p. 71-72) comentam que:

Vários jornais passaram a desafiar abertamente [as] proibições, estampando entrevistas com personalidades do mundo político, que exigiam, a volta das liberdades democráticas, tal como ocorreu nos diários cariocas *O Globo* e *Correio da Manhã*. e divulgando notícias vetadas e/ou não submetidas ao DIP, indício evidente de que a censura perdera sua eficácia.

Neste momento, partidos são formados (PSD, UDN, PTB etc.),³³ e anunciaram os seus candidatos, ao mesmo tempo que começava nas ruas, uma movimentação realizada pela burocracia getulista e seus apoiadores, que ficou conhecida por: *Queremos Getúlio*, ou simplesmente, por *Queremismo*³⁴. Todavia, Góes Monteiro e Eurico Dutra articularam pela saída de Vargas do poder. O presidente foi deposto, mas o candidato o qual acabou

32 De acordo com Eder Aparecido de Carvalho (2007, p. 153), a oposição assinou o Manifesto dos Mineiros, em 24 de outubro de 1943. O documento caracterizava-se por uma manifestação coletiva contra o Estado Novo e exigia o estabelecimento do regime democrático. Dois anos após ser divulgado, a organização formada em torno deste manifesto deu origem à UDN – União Democrática Nacional (MAINWARRING, 2001, p. 107; SOUZA, 1990, p. 63)

33 Estes partidos serão mais bem analisados no próximo tópico deste capítulo.

34 Assunto que também será abordado no tópico seguinte desta primeira parte.

apoiando, Eurico Dutra, venceu as eleições pelo PSD contra o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN. Ainda assim, Vargas foi eleito, também, para o cargo de senador, pelo Rio Grande do Sul, devido à sua popularidade. Ele voltaria à presidência de forma democrática, em 1951 e permaneceria no cargo até 1954, suicidando-se após uma grave crise em seu governo (CAPELATO, 2003, p.138-139; D'ARAUJO, 2000, p. 56-62).

2.1.2) A redemocratização pós-1945, os partidos e a liberdade de imprensa.

O ex-interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, que assumiu o Ministério da Justiça no dia 3 de março de 1945, com o propósito de regulamentar as condições para a transição democrática, elaborou a chamada “Lei Agamenon”, que tinha por base dois pilares para o novo sistema partidário: o pluralismo e a abrangência nacional. Com esta nova norma, adotou-se como premissa obrigatória, o registro em cinco ou mais estados da federação (atuação em âmbito nacional), rompendo, assim, com a antiga tradição brasileira de “estruturação partidária regional”. As novas organizações partidárias formaram-se a partir de 1945, sendo dissolvidas em 1965, com o regime militar. Diante das diferentes agremiações que se estabeleceram, três merecem destaque no cenário político durante a experiência democrática brasileira (1945-1964): a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A pesquisadora Lucília de Almeida Delgado (2003, p. 135) explica que nos três primeiros anos de existência dos partidos, o getulismo foi incorporado e defendido principalmente pelo PTB e um pouco menos pelo PSD. Já a UDN, viria numa direção contrária a dos outros dois partidos, acabando por representar uma força antigetulista.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi fundado em 15 de maio de 1945. De acordo com Angela de Castro Gomes (2002, p.1-6), o partido nasceu sob a chancela governamental, tendo por base os sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho. Seus principais trunfos eram o getulismo e o próprio carisma de Vargas, além da ideologia trabalhista. Porém, apresentava divergências internas, principalmente no que se referem ao ponto de vista organizacional. Apoiou, em parte, a eleição do general Eurico Dutra, em 1945, lançou a candidatura de Getúlio Vargas, em 1950, e apoiou a de Juscelino Kubitschek, em 1955, e a de Marechal Lott, em 1960, nos dois últimos casos em aliança com o PSD (CPDOC-FGV, 2001). Após o suicídio de Vargas, o PTB passou por algumas dificuldades, mas no entender de Gomes (2002, p.10), o partido tinha um recurso de poder que não deveria ser desprezado, visto que:

Sua doutrina trabalhista tornava-o um partido cuja identidade alicerçada no carisma de Getúlio, o “pai dos pobres”, podia afirmar-se e expandir-se por meio de apelos ideológicos valiosos no Brasil que se urbanizava e industrializava aceleradamente. A força do trabalhismo no PTB só era comparável ao getulismo que, até então, por um lado, identificava-se com o trabalhismo e, por outro, transcendia o próprio petebismo.

Sem Vargas, o PTB precisou se reestruturar e expandir a sua máquina partidária, com destaque para a sua inserção em outros estados da federação, incluindo especialmente os municípios rurais. Já no campo ideológico, tentou inventar um “trabalhismo sem Vargas”, e disputou com os outros partidos o controle do movimento sindical e do eleitorado popular (GOMES, 2002, p.10-11).

O Partido Social Democrático (PSD) foi fundado em 17 de julho de 1945 e que na sua convenção nacional homologou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. Conforme a pesquisadora Lucia Hippolito (2004, p.22) foi fundado por políticos que desempenhavam a função de liderança nas interventorias. Ele igualmente aglutinava prefeitos, membros da administração pública estadual, além de setores que apoiavam o governo, como proprietários de terras, industriais, comerciantes, funcionários públicos etc. Acabou apoiando Vargas em 1950, mas se mostrou omissos nos momentos de crise no governo, dado que Vargas fez escolhas pessoais/regionais para postos federais, não contemplando membros do partido. Lucia Hippolito (2004, p. 398) conta que a atuação do PSD

durante todo o processo que encerrou o segundo governo Vargas constituiu seu ato de batismo como verdadeiro partido político. Reduzindo o conflito a limites politicamente administráveis, evitando que extravasasse as fronteiras de um confronto entre o governo e oposição, o PSD definiu o seu perfil e ocupou seu espaço no sistema político do período 1945-64: o de partido de centro, chave da dinâmica do sistema partidário e fiador da estabilidade do regime.

Lucilia Delgado (2003, p. 138) comenta que o PSD tinha como principais características “o pragmatismo, a habilidade e a força eleitoral”. Seus integrantes possuíam a capacidade necessária para negociar no jogo político e ficaram conhecidos como o partido das “raposas” na política brasileira. Em 1955, o PSD lançou a candidatura do mineiro Juscelino Kubitschek à presidência e, em 1960, a do general Henrique Lott. No decorrer da década de cinquenta, mesmo sendo majoritário na Câmara, o PSD começou a se sentir ameaçado com o avanço da UDN e do PTB no interior do país. O partido, então, foi obrigado a se fortalecer nos grandes centros urbanos, modernizando-se e reformando o seu discurso diante das novas demandas que se apresentavam com o crescimento da população urbana (HIPPOLITO, 2004, p. 40)

Já União Democrática Nacional (UDN) foi fundada em 7 de abril de 1945. No início de sua formação, abrigava os grupos mais diversos, mas que tinham em comum a

forte oposição a Getúlio e ao getulismo, “incluindo símbolos, realizações e pregações” (DELGADO, 2003, p.137). Em seu meio, poderiam ser encontrados liberais, como grupos associados ao capital estrangeiro e setores da grande imprensa, até outros amplamente conservadores e reacionários, como os latifundiários e algumas divisões das Forças Armadas. Todavia, de acordo com Márcio de Paiva Delgado (2008, p. 138) e Maria Vitória Benevides (1981, p.31), a UDN também apresentava, num primeiro momento, “alguns setores da chamada Esquerda Democrática (...). Apesar dessa gama heterogênea inicial e de sua constante diversidade, o processo político de 1945 até 1964 iria acabar por colocar a UDN à *direita* no cenário político nacional”. A agremiação lançou as candidaturas à presidência da República de Eduardo Gomes (1945 e 1950), Juarez Távora (1955), e apoiou a de Jânio Quadros, este último sendo eleito em 1960. Conforme Antonio Lavareda (1991, p. 146), a UDN

a partir no final da década de 1950 deu um salto significativo em cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, certamente impulsionada, como sugere os dados de 1960 relativos ao Rio, pelo patrocínio do partido à candidatura de Jânio Quadros. Crescendo na preferência do eleitorado de classe média e alta nos grandes centros, o que compensava seu declínio no interior do país, a UDN conseguia no agregado uma certa estabilidade (...).

Além destas três agremiações, vale destacar o retorno à legalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, com base nacional, mas com fortes vínculos internacionais. Tendo por base a ideologia marxista, o PCB estava unido ao projeto de revolução socialista mundial. Embora tenha conseguido sucesso, por exemplo, com a eleição de Luís Carlos Prestes para o Senado Federal; o Tribunal Superior Eleitoral, em maio de 1947, com a expansão da Guerra Fria, e baseando-se no artigo 141 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1946)³⁵, cassou o registro do partido e os mandatos de seus representantes nos “poderes legislativos federal, estaduais e municipais”. Neste âmbito, concordamos com Delgado (2003, p.135-136) de que em uma conjuntura de ampla vigência da democracia política e de progressos na cidadania eleitoral,

35 O parágrafo 13º, do artigo 141 da Constituição de 1946, decretava o seguinte: “É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem”. IBGE. Constituição dos Estados Unidos do Brasil - 1946 (edição comemorativa – 1º decênio). Rio de Janeiro: IBGE, 1956, *apud*. Lucilia Delgado (2003, p.153)

uma contradição estava presente na vida política brasileira: um novo ciclo de clandestinidade para os comunistas no país.

Em meio à transição democrática ocorrida em 1945, surgiu um movimento de protesto de trabalhadores, assalariados e de pessoas que se intitularam como “pobres” ou “comuns”, a favor da permanência de Getúlio Vargas no poder. Este movimento ficou conhecido como “Queremismo” e demonstrou o receio da classe trabalhadora em perder a cidadania social conquistada na década anterior. Na realidade, esta classe projetava na figura de Vargas, a única maneira de salvaguardar as leis sociais e trabalhistas. Além dos populares, o queremismo recebeu o apoio financeiro, sobretudo, de empresários favoráveis a Vargas. No entanto, a grande imprensa, conforme Jorge Ferreira, (2003, p.16-17) não sendo mais limitada pela censura do Estado Novo, era “majoritariamente hostil” a Vargas, e acabando por defender o candidato udenista, o brigadeiro Eduardo Gomes, dando destaque em suas manchetes para a “grande eloquência” do militar em seus discursos. Jorge Ferreira (2003, p.17) descreve ainda que os jornais

desmereciam particularmente a legislação trabalhista, sobretudo no tocante à implantação do sindicalismo controlado pelo Ministério do Trabalho, definida como obra do fascismo. Ditador, tirano, fascista, demagogo, hipócrita, traidor, mistificador e opressor dos operários, entre tantos outros impropérios, assim Vargas passou a ser qualificado pela oposição e na imprensa a partir de fins de fevereiro.

Os populares do movimento quememista chegavam aos comícios dos opositores a Vargas (udenistas, universitários, intelectuais etc.), bastante indignados, emitindo vaias e batendo panelas. Por conseguinte, vários conflitos se sucederam entre getulistas e antigetulistas, e a grande imprensa taxou os manifestantes de “desordeiros, provocadores, arruaceiros, bêbados, exaltados, violentos, selvagens, entre outros qualificativos” (FERREIRA, 2003, p.17). Nos editoriais dos jornais eram comuns as indagações sobre os motivos que levavam os operários a defenderem Vargas, que poderiam ter sido manipulados pela intensa propaganda a favor do governante durante o Estado Novo. No entanto, a própria imprensa, assim como, os líderes da UDN e do PSD assumiram que os trabalhadores demonstraram, mais uma vez, a sua “vontade política” na defesa de seus interesses e de suas necessidades, diante de um futuro incerto com algum outro estadista que não lhes desse a devida atenção (FERREIRA, 2003, p. 43).

Apesar das manifestações dos populares quememistas, Getúlio Vargas acabou apoiando o general Eurico Dutra (PSD), que venceu as eleições, obtendo 55,39% dos

votos com uma votação expressiva em São Paulo, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Já Eduardo Gomes (UDN) conseguiu 35,74%, enquanto Yedo Fiúza (PCB) obteve 9,7% dos votos. Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes foram eleitos senadores pelo voto popular e urbano. O partido mais vitorioso foi o PSD que, em razão da sua máquina eleitoral, conseguiu eleger a maioria de vereadores, deputados estaduais e federais, além do próprio presidente da República (FERREIRA, 2003, p. 42-43)

No decorrer deste tópico mencionamos que a “grande imprensa” ou boa parte dela estava alinhada com as ideias udenistas. Afinal, vários periódicos sofreram com a censura imposta pelo Estado Novo, através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) extinto em 25 de maio de 1945, e posteriormente, substituído pelo DNI (Departamento Nacional da Informação), que também teve as suas atividades encerradas em 6 de setembro de 1946. Ademais, a própria Constituição de 1946 preconizava o retorno do país ao estado de direito, estabelecendo, igualmente, a liberdade de imprensa no Brasil (MARTINS & LUCA, 2006, p. 74). Na conjuntura internacional, depois da Segunda Guerra Mundial, o mundo estava dividido entre dois blocos antagônicos: o capitalista e o comunista. Com duas superpotências, Estados Unidos e URSS, procurando ampliar sua influência política e ideológica sobre as outras nações, o Brasil aproximava-se cada vez mais da política estadunidense e alguns laços foram estreitados durante o governo Dutra. Com o avanço da urbanização e a formação de uma classe média com certo poder de consumo, empresas privadas nacionais e estrangeiras começaram a se sentir atraídas e investiram em propagandas dos mais diversos tipos de produtos nos jornais. Entre 1945 e 1964, a grande imprensa se profissionalizou e investiu em maquinário de ponta, conforme já vimos no primeiro capítulo. Como prova das mudanças gráficas, editoriais e da importância da imprensa na vida nacional no tempo da experiência democrática, podemos citar Ana Martins e Tania Regina de Luca (2006, p. 76-77) que comentam o seguinte:

Como expressão daquelas transformações, insistia-se no poder dos *Diários Associados*, império da comunicação de Assis Chateaubriand, assentado nas práticas manipuladoras de seu proprietário; a ampla penetração da primeira revista de circulação nacional - *O Cruzeiro* (1928), também de Chateaubriand; a atuação política, inovação gráfica e editorial de órgãos do porte de *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*; a criação de dois jornais lendários, *Tribuna da Imprensa* (1949) e *Última Hora* (1951), que se confrontaram na defesa das causas então cunhadas de “entreguistas” e “nacionalistas”, respectivamente; a emergência de editoriais de revistas em quadrinhos, revistas de rádio e revistas ilustradas femininas de amplo consumo, a exemplo da Bloch Editora e da Abril Editora (...).

Como ressaltamos no início desta dissertação, nós iremos nos concentrar em dois jornais: o antigetulista, *Tribuna da Imprensa* e o getulista, *Última Hora*. Antes de tudo, compartilhamos do pensamento do historiador Luis Carlos dos Passos Martins (2008) que distinguiu a imprensa doutrinária ou de tribuna do jornalismo partidário: enquanto a primeira se identifica com “as bandeiras e campanhas políticas que procura associar ao bem da coletividade”; a segunda, “se insere no debate público como órgão de partido”, subordinando-se às diretrizes tomadas pelos agentes partidários. Para Martins (2008), o jornal de tribuna precisa manter a coerência com as ideias que ele se propôs antes a defender, mesmo que o partido possa tomar outras decisões. Caso contrário, o periódico perderia a credibilidade junto aos seus leitores. No caso da *Tribuna da Imprensa*, por exemplo, fundada pelo jornalista e deputado, Carlos Lacerda, antigetulista e defensor do liberalismo estadunidense, seria previsível que seus leitores esperassem textos contra o nacionalismo de Vargas e contra a “ameaça comunista”. O contrário também poderia acontecer com a *Última Hora*, fundado por Samuel Wainer, como um jornal a favor de Vargas e da política trabalhista. Caso os periódicos mudassem os seus discursos, poderiam cair em descrédito junto aos seus consumidores.³⁶ Conforme o depoimento de Carlos Lacerda, o seu periódico servia como um veículo de propagação, principalmente de sua opinião e, não, de um partido:

(...) o jornal era para mim uma coisa absorvente, era um jornal muito pobre não há vanguarda de luta. Praticamente um jornal sozinho na posição que tinha tomado, que não era uma posição simpática à candidatura do brigadeiro e ao mesmo tempo era uma posição absolutamente de combate à volta do Getúlio, com a parte do noticiário muito sacrificada, porque era um jornal eminentemente político, e que não podia se dar ao luxo de ter uma parte noticiosa cara, portanto capaz de competir com os jornais, vamos dizer jornalisticamente mais equipados. Então, a *Tribuna da Imprensa* absorvia muito o meu trabalho. (...). Eu queria evitar muito que a *Tribuna* fosse um órgão da UDN, até porque isso era impossível; a UDN não podia ter um órgão - a UDN uma maçaroca de tendência, as mais diversas, impossíveis de exprimir num só jornal. Sobretudo porque esse jornal exprimia muito mais as minhas tendências do que as tendências da UDN (LACERDA, 1987, p. 127-128, *apud*, AMADO, 2012, p.24).

36 Antonio Lavareda (1991, p. 128-129) explica que “a imprensa na década de 1950 estava bem mais vinculada aos partidos com maior orientação ideológica do que os grandes diários dos dias atuais”. De acordo com o autor, isso aconteceu por identificação partidária, ou seja, a associação entre leitura de determinados impressos e a preferência destes por candidatos específicos em simetria com a orientação política dos leitores.

Como mencionamos acima, o jornal *Tribuna da Imprensa*, foi fundado por Carlos Lacerda³⁷ em 27 de dezembro de 1949. Antes, na década de 1930, Lacerda havia trabalhado para os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, redigindo artigos literários para o *Diário de Notícias*, chefiado por Cecília Meireles. Conforme Márcio de Paiva Delgado (2008, p. 141), o jornalista também trabalhou como *freelancer* para o *Correio da Manhã*. Foi neste periódico que Lacerda conseguiu entrevistar o ex-candidato à presidência de 1937, José Américo de Almeida – entrevista esta que se tornou uma espécie de símbolo contra o Estado Novo. Publicada em 1945, rompendo com a censura do DIP e alcançando repercussão nacional, Almeida, na entrevista, criticou veementemente o governo federal e a pessoa de Vargas. Já no Governo Dutra, Lacerda foi demitido da coluna “Na Tribuna da Imprensa” do mesmo jornal, *Correio da Manhã*, em maio de 1949, após realizar duras críticas ao Grupo Soares Sampaio (interessado na questão do Petróleo durante o governo), cuja família era amiga íntima de Paulo Bittencourt, dono do jornal. Embora tenha sido demitido, o jornalista obteve junto a Bittencourt, os direitos sobre o título “Na Tribuna da Imprensa” (DELGADO, 2006, p. 56). Assim, lançou o seu próprio periódico, *Tribuna da Imprensa*, com o auxílio de uma considerável mobilização de políticos udenistas, intelectuais católicos conservadores, relacionados ao Grupo Dom Vital³⁸, e:

37 De acordo com Dilva Frazão (2015), Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977) foi jornalista, deputado federal e governador do Estado da Guanabara, em 1960, pela UDN. Lacerda “ingressou na política como militante da Juventude Comunista. Em 1945, ingressou na União Democrática Nacional (UDN). Destacou-se com a coluna “Na Tribuna da Imprensa”, no jornal carioca *Correio da Manhã*. Elegeu-se vereador pelo Distrito Federal em 1947 e fundou o jornal *Tribuna da Imprensa*. Fez oposição ferrenha ao presidente Getúlio Vargas. Em 1954, sofreu um atentado realizado por membros da guarda pessoal do presidente, no qual, morreu o major da Aeronáutica, Rubens Vaz que o acompanhava. O episódio agravou a crise enfrentada pelo governo, que culminou no suicídio de Vargas. Elegeu-se deputado federal em 1954 e no outro ano, participou do movimento contra a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. Em 1960, foi o primeiro governador eleito do estado da Guanabara. Apoiou o golpe de 1964, mas em 1966, buscou ajuda do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de antigos adversários políticos, como Juscelino Kubitschek e João Goulart, para formar a Frente Ampla, movimento de oposição ao regime militar. Em 1968 teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar. Proibido de atuar na política, exerceu o jornalismo. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1977”.

38 Conforme Monica Kornis (2001), o Grupo ou Centro Dom Vital foi uma “associação civil para estudo, discussão e apostolado, subordinada à Igreja Católica, fundada em maio de 1922 no Rio de Janeiro por Jackson de Figueiredo, com a colaboração do então arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme da Silveira Cintra. Até a criação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, em 1941, foi considerado o principal centro intelectual do catolicismo brasileiro. Funcionando sob a supervisão das autoridades eclesiais, o Centro Dom Vital era uma associação de caráter elitista, cujos objetivos mais importantes consistiam em atrair para a Igreja elementos da intelectualidade do país e formar uma “nova geração de intelectuais católicos”.

(...) e grupos empresariais vinculados ao capital externo ante o nacionalismo que começava a tomar conta de setores do Exército e da própria burguesia industrial, e que conseguiria paralisar a tramitação de um projeto governamental que garantiria participação de investimentos estrangeiros na exploração do petróleo (MENDONÇA, 2002, p. 100, *apud*. DELGADO, 2006, p. 56).

Márcio de Paiva Delgado (2006, p. 56) comenta ainda que o periódico, no seu momento inicial, contou com um “Conselho Consultivo”, composto por intelectuais, tais como: Aducto Lúcio Cardoso, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Sobral Pinto e Dario de Almeida Magalhães.³⁹ Contudo, este Conselho viria a ser meramente “decorativo”, visto que seus integrantes não conseguiram se adaptar à realidade diária e movimentada de um jornal vespertino. Com isso, Lacerda assumiu total controle sobre o jornal e que nas palavras de Carlos Chagas (2000, p. 591), era ele, Lacerda, que decidia sobre a manchete e “diagramava a primeira página, escrevia artigos e editoriais, mudava reportagens, transplantava colunas e imprimia o seu toque pessoal em todas as páginas”.

No dia 27 de dezembro de 1949, a *Tribuna da Imprensa* é lançada e, em seu editorial, são explicitadas as dificuldades de se lançar um jornal, além do agradecimento e incentivo dos seus, agora, leitores e afirmando o seguinte:

Estamos a serviço de um povo. Mas parece que não basta dizer assim, pois não consta que haja por aí algum jornal que de si não diga o mesmo, como não há quem não se diga democrata até para prender e matar os outros democratas. Vimos para servir à cristianização da sociedade. Mas julgamos que isto não chega, pois não há fariseu que não se rotule de cristão, ao menos em vésperas de eleições ou em artigo de morte (...) A verdade é uma só e é exigente. Teremos, alguma vez, de contrariar a opinião do leitor e o que lhe pareça ser o seu interesse (...). Nós não lhe oferecemos gravuras excitantes nem letras garrafais (...). Não cremos que as tais gravuras, o chamariz dos títulos e a falsa respeitabilidade levem mais pão à sua casa, deem maior felicidade à sua gente nem melhores esperanças ao seu coração (...).⁴⁰

39 Aducto Lucio Cardoso (1904-1974) foi um jurista e membro do Supremo Tribunal Federal (STF). Também foi eleito duas vezes deputado federal em 1954 e em 1958 pela UDN. Já Alceu Amoroso Lima (1893-1983) (pseudônimo Tristão de Ataíde) foi um importante crítico literário e intelectual católico, ligado ao Centro Dom Vital (ABREU, 2001). Outro ligado ao Centro católico, foi o jornalista Gustavo Corção Braga (1893-1978), de tendência conservadora, atuou em vários jornais como o *Tribuna da Imprensa*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. (FERREIRA, 2001). Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893-1991) foi um jurista ligado ao Centro Dom Vital, crítico ao Estado Novo e, depois, à ditadura militar (COUTINHO, 2001). Dario de Almeida Magalhães (1908-2007) foi um político ligado à UDN e, depois, ao Partido Republicano (PR). Atuou como crítico do Estado Novo. Quando Carlos Lacerda foi eleito governador do Estado da Guanabara (1961-1966), Magalhães foi presidente do Banco do Estado da Guanabara e, depois, do BANERJ (CPDOC, 2001).

40 TRIBUNA DA IMPRENSA. *Afinal começamos*. Capa. 27 de dezembro de 1949, pag. 1.

Ao final do editorial, é reafirmado o compromisso de lutar junto ao povo por melhorias na qualidade de vida e a busca pela verdade no jornal. Na linha ideológica do periódico estavam presentes os embates contra o getulismo que surgia e contra o comunismo que ainda não havia emergido – embates esses que agradavam a “classe média puritana”, conforme Carlos Chagas (2000, p. 591). Já no dia 1º de junho de 1950, conforme Lucia Hippolito (2004, p. 26) o antigetulismo dos udenistas é reacendido com Lacerda assinando o editorial em que dizia: “O sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”.⁴¹

Para que Getúlio Vargas pudesse voltar ao poder, contrabalanceando a pressão imposta pela grande imprensa no país, era necessária a criação de um outro jornal, popular, de alcance entre as massas. É neste momento que surge a figura do jornalista, Samuel Wainer.

No início da década de 1930, Wainer atuou no *Diário de Notícias*. Em 1938, depois do golpe do Estado Novo, fundou a revista mensal *Diretrizes*, transformada em semanário, em 1941. Adotando uma postura de oposição ao regime ditatorial, a revista publicou, em 1944, uma entrevista com Lindolfo Collor, ex-ministro do Trabalho, em que este último declarara que com o término da Segunda Guerra Mundial, também o Estado Novo pudesse vir abaixo. Como resultado, o regime ditatorial fez com que diversas publicações da revista fossem apreendidas e seu suprimento de papel fosse suspenso – fazendo com que a *Diretrizes* saísse de circulação. Samuel Wainer, então, partiu para exílio no Chile e, depois, para os Estados Unidos, onde acabou atuando como correspondente para o jornal *O Globo*. Com o fim do Estado Novo, reabriu *Diretrizes*, mas acabou vendendo a publicação em 1947. Logo em seguida, o jornalista foi contratado pelos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Em 1949, no decorrer da sucessão presidencial de Eurico Gaspar Dutra, Wainer viajou para o Rio Grande do Sul com o propósito de fazer uma série de reportagens sobre o trigo na região. O pesquisador Thiago Fidelis (2018, p. 276) conta que durante a viagem pelo estado, o jornalista sobrevoou as propriedades do então senador, Getúlio Vargas, em São Borja, e decidiu conversar com o proprietário,

41 LACERDA, Carlos. Advertência oportuna. *Tribuna da Imprensa*, 1º de junho de 1950, pág. 4.

dado que ele (Vargas) era cogitado como um possível nome para a eleição de 1950. Fidelis transcreve as próprias palavras de Wainer ao entrevistar Getúlio:

- “Eu não sei...” - começou o Vargas. – “Mas pode dizer uma coisa: eu voltarei (...).” Tremi. Ele pronunciara duas palavras mágicas. Desde que Getúlio deixara o poder, pichações em muros de centenas de cidades do país repetiam uma frase: “Ele voltará”. Agora a frase era formulada na primeira pessoa. Em seguida, repetiu as palavras mágicas e acrescentou uma ressalva que cairia como uma bomba sobre o mundo político brasileiro:

- “Eu voltarei. Mas não como líder de partidos, e sim como líder de massas (...).” Fui para o aeroporto e voei para São Paulo. Na segunda-feira passei pela sede dos *Diários Associados*, na rua 7 de abril, e deixei uma cópia da reportagem na mesa de Assis Chateaubriand, acompanhada de várias fotos. Segui para o Rio de Janeiro. Como não se imprimiam jornais durante o Carnaval, tampouco na Quarta-Feira de Cinzas, eu teria de esperar pela quinta-feira para ver impresso o resultado da minha entrevista com Getúlio. Valeu a pena esperar: como previa Pasqualini, foi uma bomba que, detonada na fronteira gaúcha, espalharia estilhaços por todo o país (WAINER, 1988, p. 22-23, *apud*. FIDELIS, 2018, p. 277)

Thiago Fidelis (2018, p. 277) aponta ainda que a reportagem no periódico *O Jornal*,⁴² publicada no dia 3 de março, havia ganhado grande destaque, mas que não indicava uma volta imediata, sendo que Getúlio se designava como “um líder de massas” e que agiria como tal. Na nossa opinião, essa fala de Getúlio foi compreendida pelos editores do jornal como se o senador apenas pudesse influenciar em alguma decisão eleitoral, mas não que ele próprio fosse o candidato. Mesmo assim, logo depois da publicação da entrevista e sem ser anunciado formalmente candidato, a suposta candidatura de Vargas começou a ganhar força e os ataques na grande imprensa (*O Estado de S. Paulo*, *O Globo* etc) foram se acentuando. O próprio Assis Chateaubriand fez ataques ao ex-presidente em seus jornais, apoiando as candidaturas de Canrobert Pereira (que não foi devidamente estruturada) e, posteriormente, de Cristiano Machado, este apoiado pelo presidente Dutra. Mesmo assim, Samuel Wainer⁴³ passou a acompanhar Getúlio Vargas como um enviado

42 WAINER, S. O debate da sucessão presidencial não poderá ser mais contido. *O Jornal*, 03 de março de 1949.

43 Conforme Benício Medeiros (2009), Samuel Haimovich Wainer nasceu na Bessarábia (atual parte da Moldávia) no dia 19 de dezembro de 1910. De família judia, veio com os pais para o Brasil, mais precisamente para São Paulo. Formou-se em Farmácia, mas nunca exerceu a profissão. Começou a sua carreira de jornalista na década de 1930, nos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Fundou a revista *Diretrizes*, em 1938, de caráter antifascista. Com a censura do Estado Novo, a revista logo saiu de circulação. Voltou a trabalhar para Assis Chateaubriand em *O Jornal*. Em 1949, Wainer entrevistou Getúlio Vargas – entrevista esta que marcou a sua carreira, visto que Vargas poderia voltar ao poder, desta vez, democraticamente.

especial dos *Diários Associados* e transformou-se em um dos principais divulgadores da sua campanha. Em 1951, Wainer fundou o jornal *Última Hora*, com a ajuda do então presidente eleito, Getúlio, e de outros empresários.⁴⁴

Em 1951, com a ajuda de Vargas e de empresários conseguiu fundar o seu próprio jornal: a *Última Hora*. Foi acusado por antigetulistas de receber privilégios ilícitos do governo com verbas do Banco do Brasil e foi convocado para depor numa CPI, em 1953. Em 1955, Wainer foi condenado a um ano de prisão por falsidade ideológica, mas foi solto um mês depois. A acusação partiu das denúncias feitas por dois concorrentes do seu jornal: Carlos Lacerda, dono da *Tribuna da Imprensa*, e do seu ex-patrão, Assis Chateaubriand. Na realidade, Wainer havia recebido uma certidão de nascimento falsa em território brasileiro. No entanto, naquela época, somente brasileiros natos podiam ser donos de jornais pela Constituição. Mesmo assim, Wainer acabou sendo absolvido da acusação de falsidade ideológica. A *Última Hora* tornou-se um jornal popular e foi simpática aos governos de Juscelino Kubitschek e de João Goulart. Com o golpe civil-militar de 1964, o jornal *Última Hora* teve suas sedes tomadas e depredadas. Com a decretação do AI -5, com o seu nome na lista de pessoas mais procuradas pelo regime, Wainer precisou se exilar no Chile e, depois, na França. Ele vendeu a *Última Hora* em 1972 e trabalhou em diferentes jornais até o final da década. Faleceu em 1980, no estado de São Paulo.

44 Assunto que comentaremos no próximo tópico.

2.1.3) A crise no segundo governo Vargas e o início de um embate jornalístico

Quando Getúlio Vargas venceu as eleições, democraticamente, e tomou posse em 31 de janeiro de 1951, talvez ele não imaginasse a grave crise a qual enfrentaria no decorrer do seu mandato, levando-o a tomar uma drástica decisão em 1954. Com um discurso nacionalista, em prol do avanço da industrialização e na ampliação da legislação trabalhista, um dos primeiros desafios do presidente era poder equilibrar as finanças públicas com o objetivo de conter o processo inflacionário deixado pelo seu antecessor, Eurico Gaspar Dutra e, assim, poder retomar o crescimento econômico (FERREIRA, 2003, p. 305). No entanto, logo que tomou posse, a UDN, partido de oposição, tentou impugnar a sua eleição, alegando que Vargas não havia obtido a maioria absoluta de votos, isto é, mais da metade dos votos – requisito esse que não existia na legislação da época. Após se estabelecer no poder, o presidente buscou atrair a própria UDN, constituindo um ministério conservador, com predominância de integrantes mais ortodoxos do PSD, em detrimento de membros do seu próprio partido, o PTB. Mesmo assim, a figura de Vargas era vista com bastante desconfiança, não só pelos udenistas, mas também, em parte, pelas Forças Armadas (FAUSTO, 1995, p. 406). No que se referem a estas últimas, Vargas nomeou o general da corrente nacionalista, Estillac Leal, para o cargo estratégico de ministro da Guerra. Aliás, de acordo com Boris Fausto (1995, p. 407), as diferenças de opiniões que ocorriam em certos setores da sociedade também se projetavam nas Forças Armadas. Dentro do âmbito militar, existiam os de corrente nacionalista e os chamados “entreguistas” – termo pejorativo utilizado para designar os adversários dos nacionalistas. Militares como Estillac Leal, não eram contra a entrada do capital estrangeiro, mas desejavam que o Estado brasileiro regulasse a economia e investisse, a fim de garantir a soberania nacional, em áreas consideradas como estratégicas, tais como: o petróleo, a siderurgia, o transporte, as comunicações etc. Para os nacionalistas, o desenvolvimento da industrialização deveria ser autônomo do sistema capitalista internacional. Já os adversários dos nacionalistas defendiam uma “abertura controlada ao capital estrangeiro” para promover o progresso econômico brasileiro, além de uma menor intervenção do Estado na economia. Eles acreditavam que a inflação poderia ser controlada por meio de uma postura firme, restringindo a emissão de moedas e com uma maior fiscalização dos gastos do governo.

No campo das relações internacionais, embora os nacionalistas defendessem uma posição mais independente com relação aos outros países, seus opositores, os “entreguistas” eram favoráveis a uma maior aproximação com os Estados Unidos com a finalidade de combater a influência comunista no mundo. Em meio a divergências de opiniões quanto à qual posição tomar perante a guerra da Coreia⁴⁵, vários conflitos se sucederam dentro da oficialidade. Com as eleições para a direção do Clube Militar, em 1952, a politização da instituição ficou inegável. Estillac Leal, um dos candidatos, chegou a se afastar dos oficiais com posições antiamericanas, mas não conseguiu obter êxito. Os adversários dos nacionalistas com a chapa Alcides Etchegoyen – Nelson de Melo acabaram por vencer as eleições, tornando, assim, evidente uma tendência de alinhamento entre os membros da oficialidade com as diretrizes estadunidenses (FAUSTO, 1995, p. 407-408).

Na área econômica, o país conseguiu se beneficiar com o aumento dos preços do café no mercado internacional até 1952. Como esta medida permaneceu até 1954, acabou por irritar os compradores no exterior, principalmente, os empresários dos Estados Unidos, que começaram a buscar outros mercados. Ademais, se no início do governo, Vargas podia contar com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que anunciou um amplo programa de investimentos em infraestrutura no país; no começo de 1953, com a eleição do republicano Eisenhower, o acordo foi rompido com o propósito de conter gastos públicos para enfrentar o comunismo. Além disso, o Banco Mundial começou a cobrar dívidas de empréstimos vencidos. Em consequência desses fatos, as tensões sociais viriam a se espalhar com força por todo o país (FERREIRA, 2003, p. 305).

De acordo com Thomas Skidmore (1982, p. 153-155), se a classe média, por um lado, foi decisiva na eleição de Getúlio em 1950,⁴⁶ ela estava sendo esquecida e “esmagada” pelo alto custo de vida e “se mostrava confusa quanto à direção do desenvolvimento brasileiro”. No início do mandato, o presidente chegou a tomar novas medidas para acelerar a industrialização e, assim, criar empregos. Porém, com o passar do tempo, a classe

45 Boris Fausto (1995, p. 408) explica que uma “revista do Clube Militar, dirigida por um major nacionalista de esquerda, publicou um artigo em que se sugeria que os Estados Unidos eram os responsáveis pela Guerra da Coreia e que o Brasil deveria ter uma posição de estrita neutralidade diante do conflito. Em resposta, seiscentos oficiais lançaram um manifesto denunciando os pontos de vista “russófilos” expressos na revista. Seus editores foram obrigados a suspender a publicação *até que um clima de unidade voltasse a ser assegurado*.”

46 Skidmore (1982, p. 153) afirma que só no Estado de São Paulo, Vargas obteve 925.493 votos, ou seja, quase o dobro dos outros candidatos, tais como: Eduardo Gomes e Cristiano Machado.

média começou a se aproximar dos “antigetulistas da direita” que atacavam constantemente as ações mais nacionalistas de Vargas e colocavam em xeque a honestidade do presidente. Em março de 1953, por exemplo, a classe média paulista, descontente, elegeu um político desconhecido para prefeito da capital: Jânio Quadros. Com o lema “a revolução do tostão contra o milhão”, Quadros se dirigia à baixa classe média que se exasperava com os “favores econômicos” concedidos aos “novos ricos” pelo governo estadual e federal. Skidmore (1982, p. 154) comenta inclusive o seguinte:

Quadros estava capitalizando a insatisfação da classe média diante do seu quinhão no desenvolvimento econômico brasileiro. Canalizava também o seu desejo de uma ordem política isenta de corrupção, na qual os direitos do cidadão comum fossem iguais aos dos que possuísem influência ou dinheiro. Esse ressentimento havia recrudescido com o aumento da taxa de inflação.

Vale ainda ressaltar que, de acordo com Skidmore (1982, p.155-156) a origem social da oficialidade do Exército Brasileiro partia, predominantemente, da classe média, e não de representantes do latifúndio, como ocorria em muitos países hispano-americanos. Tanto a oficialidade quanto a classe média estavam divididas politicamente, mas concordavam com os “princípios do legalismo” e na “preservação dos processos constitucionais”. No entanto, as próprias Forças Armadas, conforme apontamos acima, começavam a divergir no campo ideológico, divididos em: nacionalistas, conservadores (“entreguistas”) e os de centro (moderados)⁴⁷. A derrota do nacionalista Estillac Leal para o conservador Etchegoyen, nas eleições para a presidência do Clube Militar, já deixava uma inclinação por parte considerável da instituição contra as ideias nacionalistas, que poderiam influenciar outros militares, avançando rápido demais e tornando-se incontroláveis (SKIDMORE, 1982, p, 157).

Uma das partes mais afetadas pela inflação e o conseqüente aumento do custo de vida era a dos trabalhadores urbanos. Em 1953, na cidade de São Paulo, eclodiu um grande movimento grevista, que ficou conhecido como a “greve dos 300 mil”. O movimento tinha por principal reivindicação o aumento salarial. Neste momento, os comunistas que desempenharam uma importante função na greve, culpavam Getúlio pela situação

⁴⁷ Segundo Thomas Skidmore (1982, p. 156-157), o terceiro grupo, que ocupava uma posição de centro, estava dividido pela luta entre direita e esquerda. Mostrava-se “simpático à necessidade de um esforço nacional (embora não necessariamente nacionalista) no sentido do desenvolvimento econômico, porém temeroso, também, dos perigos de levar a luta de classes para o seio da oficialidade (...)”.

e o acusaram de “lacaio do imperialismo”. Outros movimentos grevistas surgiram e Getúlio foi obrigado a mudar o seu ministério. Ele colocou João Goulart⁴⁸ como ministro do Trabalho, que intermediou o conflito, atendendo, em parte, a algumas reivindicações (FAUSTO, 1995, p. 412-413). Todavia, a nomeação de Goulart provocou profundas desconfianças da classe média e fez com que os antigetulistas mais ferrenhos e udenistas o apontassem constantemente como

um oportunista “demagógico”, que desejava subir ao poder na crista da onda de agitação “sindicalista”. Jango tornou-se assim o alvo de todos os receios da classe média, temerosa da possibilidade de perder seu *status* e vantagens econômicas numa sociedade em vias de industrialização, mas desgovernada pela inflação (SKIDMORE, 1982, p. 159).

Os discursos nacionalistas de Vargas, o alto custo de vida, o crescimento da inflação, as greves dos operários, o descontentamento da classe média e as divisões nas Forças Armadas serviram de combustível para o crescimento dos antigetulistas. Os discursos da UDN, partido de oposição, eram sustentados pela grande imprensa no Rio de Janeiro e São Paulo. Jornais como *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Jornal*, este último dos *Diários Associados*, faziam severas críticas às medidas tomadas por Vargas. O deputado Carlos Lacerda com os seus textos “belicosos” no jornal *Tribuna da Imprensa*, era uma espécie de porta-voz da oposição e dizia que “o Brasil deveria declarar o estado de emergência durante o qual as instituições democráticas seriam reformadas” (SKIDMORE, 1982, p. 160-161). Getúlio Vargas, já consciente de que a grande imprensa lhe era desfavorável, ajudou o jornalista Samuel Wainer a fundar o jornal *Última Hora*, com o objetivo de defender o governo dos ataques da imprensa liberal. A ideia ou o convite surgiu poucos dias depois da posse do presidente, que notou a ausência de grande parte da imprensa em uma reunião ministerial. Somente Wainer, repórter dos *Diários Associados*, e um outro jornalista da Agência Nacional estavam presentes naquele momento. Wainer, então relatou em suas memórias, a conversa com Getúlio neste dia:

- Tu reparaste que hoje não veio ninguém cobrir a reunião? - perguntou Getúlio.

48 Célia Costa (2003) comenta que João Goulart, um jovem estancieiro do Rio Grande do Sul, aproximou-se de Getúlio Vargas, quando esse ainda estava em São Borja (1946-1950) e foi um dos principais articuladores de sua campanha para a presidência. Goulart era o nome central do PTB e bastante próximo dos sindicatos. Sua nomeação para o ministério do Trabalho significou uma tentativa de apaziguamento para com os setores da esquerda descontentes com o alto custo de vida para os trabalhadores que ganhavam baixos salários.

Respondi que sim, e observei que fora desencadeada a conspiração do silêncio.

- O senhor só vai aparecer nos jornais quando houver algo negativo a noticiar - preveni. - Essa é uma tática normal de oposição, e a mais devastadora.

Ele andava de um lado para o outro. De repente, parou e me disse sete palavras que seriam a senha para abrir-me as portas da grande aventura:

- Por que tu não fazes um jornal?

Respondi que aquele era o sonho de um repórter com o meu passado.

Ponderei que não seria difícil articular a publicação que defendesse o pensamento de um presidente que, como era o seu caso, tinha o perfil de um autêntico líder popular.

- Então, faça - determinou Getúlio.

Perguntei-lhe se queria saber como faria.

- Não – cortou. - Troque ideias com a Alzira e faça rápido.

Reagi com o otimismo de sempre:

- Em 45 dias dou um jornal ao senhor.

- Então, boa noite, Profeta. - encerrou Getúlio.

- Boa noite, presidente.

A *Última Hora* começava a nascer e eu a encontrar a minha razão de viver (WAINER, 2005, p.155-156, *apud*. AMADO, 2012, p. 20).

A pesquisadora Daniele Chaves Amado (2012, p. 21-22) explica que Getúlio Vargas, sempre que achava necessário, enviava recados ou correspondências para Wainer, comentando as notícias ou fazendo sugestões de pautas que deveriam ser enfatizadas no jornal. O jornalista conta que, certa vez, levou um “pito” de Lourival Fontes, então chefe da Casa Civil, quando este transmitiu um recado de Vargas aconselhando Wainer a tratar menos de esportes e mais da carne.⁴⁹ O jornalista, então, respondeu ao presidente dizendo que a edição matutina da segunda-feira era esportiva, mas que já estava trabalhando para a edição de quarta-feira em textos de cunho político e preparando os chamados “tribunais populares” – o jornal simulava tribunais nos bairros para que donas de casa e chefes de família julgassem ou comentassem sobre os preços de gêneros alimentícios. Esses “julgamentos” era uma forma do presidente saber, por meio do jornal, como a população estava avaliando a política econômica do seu governo. Daniele Amado (2012, p.22-23) utilizando-se do trabalho de Carla Siqueira (2006, p. 414-425), comenta que esta autora demonstrou que os periódicos da *Última Hora* tentaram construir uma imagem de “defensores do povo”, por intermédio de manchetes que denunciavam abusos contra população, como no caso do aumento do custo de vida, ao mesmo tempo em que enfatizavam

49 Depoimento de Samuel Wainer em 1996 (Associação Brasileira de Imprensa). Fonte: CPDOC/ABI, 2010, p. 16.

em grandes reportagens, as conquistas sociais, ou seja, as notícias positivas quanto à administração de Vargas. O jornal, neste caso, teria a função de servir como um intermediário entre a população, que possuía demandas, e o chefe do Executivo, que tomava as decisões. Siqueira (2006, p. 414-425) ainda explica que o jornal não só direcionou os noticiários para as reivindicações das classes populares, como também tentou atrair a classe média, enfocando em diversos assuntos e se distanciando, assim, de periódicos que tratavam de acontecimentos envolvendo crimes bárbaros ou mais “sangrentos” como faziam *O Dia* e a *Luta Democrática*. Neste âmbito, Ana Maria Laurenza (1998, p. 120-121) complementa:

A *Última Hora* tinha agilidade editorial. Mesclava assuntos como condições de vida na cidade, relação entre política econômica e a vida do trabalhador. Dava espaço para a reivindicação sindical, a ficção, as *certinhas* do teatro rebolado. Fofocas sobre artistas, o *it* e o charme da zona sul do Rio de Janeiro. As manifestações culturais que desciam o morro, um local ainda aprazível e romântico, e a roda de samba do subúrbio. Enfim, uma coletânea de assuntos que agradava a classe média urbana pronta para consumir bens materiais e culturais.

De acordo com Alzira Alves de Abreu (2001), para financiar tal empreitada, Samuel Wainer contou recursos concedidos pelo banqueiro Walter Moreira Sales; pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria, Euvaldo Lodi; pelo presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet e pelo empresário, Francisco Matarazzo. O jornalista conseguiu obter recursos suficientes para adquirir o parque gráfico da empresa Érica e o prédio onde estava instalado. Para o Banco do Brasil, ofereceu como garantia, esses dois últimos bens, com o objetivo de conseguir mais empréstimos para instaurar a Empresa Editora Última Hora S. A.

Quando o jornal *Última Hora* foi lançado em 12 de junho de 1951, contou em sua primeira página com uma mensagem especial de Getúlio Vargas em seu editorial. O presidente parabenizou Wainer pelo periódico, afirmando que gostava de ser enaltecido quando era merecedor de elogios e criticado quando cometia atos “reprováveis e errôneos” por “espíritos isentos ou desinteressados”, e ainda assegurou:

Quem quer que exerça uma parcela de atividade pública aprecia sempre a crítica da imprensa, quando esta se faz com lealdade e com um propósito sincero de esclarecer ou corrigir. O que nos fere é desleal e mal-intencionada deturpação dos fatos, é o premeditado silêncio quando algo existe que merece incitamento e louvor. Aos que confinam o exercício da profissão à prática dum sacerdócio. Mas existe também, com exceções deprimentes e irreconciliáveis com o nosso ambiente político,

os que fazem da imprensa um instrumento suspeito de mercantilismo e de venalidade (...) os que deturpam os fatos ao sabor da sua imaginação pervertida e os que procuram confundir o bem geral com o faccionismo dos seus pendores e a estreiteza de seus interesses personalistas (...) (VARGAS, *apud*. ÚLTIMA HORA, 1951).⁵⁰

A mensagem de Vargas na primeira página do jornal de Wainer foi uma resposta direta à grande imprensa que o ignorava no início do mandato ou que o atacava, como era o caso do vespertino de Carlos Lacerda. No dia 13 de junho de 1951, o deputado transcrevia um telegrama na *Tribuna*, enviado ao presidente sobre a liberdade de imprensa, o projeto que regulava a importação do papel para ela, e, sem ser muito claro, sobre um jornal que havia recebido dinheiro do Banco do Brasil.⁵¹ Entretanto, o que nos chamou a atenção foi uma outra coluna, ao lado do telegrama/editorial, intitulada “Memorandum” em que a liberdade de imprensa é novamente posta em pauta, questionando o chefe da nação que desejara assegurá-la quando, alguns anos antes durante o Estado Novo, através do DIP, censurava os meios de comunicação. A coluna não cita o jornal *Última Hora*, mas indaga o seguinte:

Não se recordam dos (ilegível) dias do DIP, com os jornais amarrados à porta dos cofres do governo, só publicando aquilo que ao governo interessava publicar, estendendo sobre as atividades da inteligência brasileira uma verdadeira cortina de ferro? (...). Lembram-se, mas fazem-se de esquecidos porque o que interessa, agora, é agradar ao sr. Vargas, que não podendo, ainda, retornar aos métodos de censura e do silêncio, resolveu utilizar os dinheiros do povo, com a cumplicidade de outras autoridades igualmente inescrupulosas, a fim de montar jornais, comprar estações de rádio para deformar a opinião pública (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1951, p. 4).⁵²

A *Tribuna da Imprensa*, de acordo com Daniele Amado (2012, p. 24-25), era um jornal que possuía um estilo próprio, sem se ater às diretrizes ou normas jornalísticas da época. Suas dez primeiras páginas mesclavam “política nacional, notícias gerais e matérias sobre a cidade do Rio de Janeiro”. O periódico de Lacerda era, na verdade, uma espécie de “instrumento político” do seu fundador, visto que “refletia em suas páginas a personalidade do seu dono”, expressando a sua grande “agitação e prolixidade”. O

50 ÚLTIMA HORA. *Coluna de UH*, 12 de junho de 1951, pág.1. Boa parte desta mensagem do presidente também está disponível no trabalho de Desia de Souza (2005).

51 LACERDA, Carlos. Telegrama ao Chefe do Governo sobre a liberdade de imprensa. *Tribuna da Imprensa*, 13 de junho de 1951, p. 4.

52 TRIBUNA DA IMPRENSA. Vargas e a imprensa. *Memorandum*, 13 de junho de 1951, p.4.

deputado udenista fazia um amplo uso de “adjetivos positivos para referir-se aos seus amigos e aliados”, mas em contrapartida, para designar os seus inimigos políticos, era bastante comum a utilização por parte de Lacerda de expressões severas e ofensivas. Conforme Ana Maria Laurenza (1998), na *Tribuna* havia

um espaço à esquerda no alto da página 4, no qual o jornalista diariamente escreveu uma coluna assinada, ocupando, muitas vezes, mais do que um quarto de página. Era dali que Lacerda comentava os incidentes da política econômica nacional, quase sempre esbravejando contra a *Última Hora*, o qual chamava de “jornal oficioso do governo Vargas” (LAURENZA, 1998, p.62-63, *apud*. AMADO, 2012, p. 24-25).

Além das reclamações de Lacerda contra a *Última Hora* (UH), segundo Márcio de Paiva Delgado (2008, p. 144-145), o jornal de Wainer logo começou a incomodar, também, outros nomes da grande imprensa, tais como: Roberto Marinho e Assis Chateaubriand. Afinal, a tiragem da UH saltaria, desde de sua estreia, de 18 mil exemplares nos primeiros meses de 1951 para 141 mil no mês de janeiro de 1953. Foi também neste mesmo ano que Wainer lançou o tabloide *Flan*, que chegou a alcançar a marca de 150 mil exemplares, concorrendo no mesmo patamar com a revista *O Cruzeiro*, do Grupo Associados. Assis Chateaubriand, assim, abriu as portas da TV Tupi para que Lacerda pudesse apresentar um programa, inspirado nos mesmos moldes do show apresentado pelo bispo estadunidense Fulton Sheen e que fazia sucesso nas televisões dos Estados Unidos (ALDÉ, 2001; DELGADO, 2008). Além da TV Tupi, Lacerda foi convidado por Roberto Marinho para apresentar o programa “Conversas em Família” na Rádio Globo. Tanto na televisão quanto na rádio, o udenista atacava o governo e o jornal de Wainer. Ainda em 1953, Lacerda acusou Wainer de não ser brasileiro, visto que a Constituição daquela época não permitia que estrangeiros fossem proprietários de impressos e, além disso, chegou a afirmar: “(...) um jornal fundado agora por um aventureiro, com o dinheiro do Banco do Brasil, dizendo defender o povo, mas para melhor garantir os negócios do Sr. Ricardo Jafet e a demagogia do Sr. Getúlio Vargas (...)” (LAURENZA, 1998, p.63, *apud*. DELGADO, 2008, p.144).

Em meio aos ataques que a UH estava sofrendo em vários meios de comunicação (televisão, rádio e outros jornais), foi instaurada, também em 1953, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o propósito de averiguar denúncias de favorecimento ilícito ao periódico pelo governo. A CPI foi proposta pelo deputado Aliomar Baleeiro, um dos integrantes da chamada “Banda de Música” da UDN – grupo antigetulista ferrenho.

Lucia Hippolito (2004, p. 34-35) comenta que mesmo o governo tendo maioria na Câmara, os partidos aliados, PTB e PSD, tinham outras questões em mente. O PTB precisava se reestruturar internamente e o PSD preferiu se omitir, tendo em vista as futuras eleições de 1955 com o objetivo que não fosse levado a público, o envolvimento do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, para ajudar a financiar a empresa de Samuel Wainer. Lucia Hippolito (2004, p. 35) assegura que:

Era importante evitar que no desenrolar da CPI, aparecesse o nome de um dos primeiros financiadores do jornal, o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, que determinara a um banco mineiro o desconto de “três mil contos em promissórias” da Editora Última Hora S/A, a serem pagos futuramente em publicidade.

Hippolito (2004, p. 35) conta ainda que o nome de Juscelino Kubitschek jamais apareceu na Comissão e que, assim, o PSD pôde resguardar “seus potenciais candidatos à sucessão presidencial de 1955”. Em junho de 1953, Samuel Wainer foi convocado a depor na CPI e negou-se a anunciar os nomes dos seus principais financiadores. Como ele omitiu os nomes e recusou-se a falar sobre suas conversas com o presidente, Wainer foi preso por 15 dias por desacato ao Congresso e solto por *habeas-corpus*. A CPI chegou a concluir que houve um “regime de favoritismo, e até de privilégio, aplicado em relação às empresas do grupo Samuel Wainer pela direção do Banco do Brasil, notadamente pelo seu então presidente, sr. Ricardo Jafet”. No entanto, Wainer se manteve firme ao omitir os nomes dos seus financiadores e, principalmente, não fez qualquer referência ao nome do presidente – desejo maior da oposição para propor o *impeachment* de Getúlio. Por conta destas questões, a CPI não foi levada adiante (ABREU, 2001; LEAL, 2001).

Já em janeiro de 1954, com uma inflação crescente e as pressões de diversos grupos sobre o governo para controlá-la, conta Célia Costa (2003), que o novo ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, tentou desenvolver um plano anti-inflacionário, enquanto o ministro do Trabalho, João Goulart, cedendo às pressões populares, supostamente pensou em promover um aumento de 100% do salário mínimo. Em resposta a esta ideia de João Goulart, em 8 de fevereiro, foi publicado um memorial ou um manifesto assinado por 82 coronéis e tenentes-coronéis. Com relação a isso, Costa (2003), afirma o seguinte:

O memorial protestava principalmente contra o descaso do governo em face das necessidades do Exército, como, por exemplo, as de remodelar instalações precárias em todo o território nacional, reequipar as unidades, cujo material bélico era em sua maioria obsoleto, e conceder reajuste salarial aos militares, que viviam em “eterna disparidade” em

relação às forças armadas de outros países. Nesse sentido, teciam sérias críticas ao aumento de 100% do salário mínimo proposto por Goulart, que provocaria distorções salariais graves, fazendo com que um operário percebesse um salário próximo ao de um oficial do exército.

Diante da repercussão, o presidente Getúlio Vargas optou por substituir os ministros da Guerra e do Trabalho, Ciro do Espírito Santo Cardoso e João Goulart. No dia 22 de fevereiro, João Goulart apresentou o seu pedido de demissão que foi acatado pelo presidente (COSTA, 2003). Todavia, no dia 1º de maio, Vargas anunciou publicamente na cidade de Petrópolis (RJ), o aumento de 100% do salário mínimo e aproveitou para agradecer ao “incansável amigo e defensor dos trabalhadores”, João Goulart. De acordo com Thomas Skidmore (1982, p. 171), o presidente fez um apelo à classe trabalhadora, afirmando o seguinte:

“E pelo voto podeis não só defender os vossos interesses, como influir nos próprios destinos da Nação. Como cidadãos a vossa vontade pesará nas urnas. Como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituís a maioria. Hoje estais com o Governo. Amanhã sereis o Governo”.

Estas duas últimas sentenças do presidente - “Hoje estais com o Governo. Amanhã sereis o Governo” - foram estampadas na capa do jornal *Última Hora* do dia 3 de maio de 1954, junto com o restante do discurso. Na terceira página da mesma edição, na coluna “O Dia do Presidente”,⁵³ assinada pelo repórter Luiz Costa, o aumento do salário mínimo significou “um teste definitivo da fidelidade” de Vargas “a seus compromissos com as massas operárias” e que isso “lhe custaria por certo mais algumas campanhas de difamação e de intriga”.⁵⁴

No dia 4 de maio, Carlos Lacerda escreveu no editorial da *Tribuna da Imprensa*, enumerando o que poderia se suceder com este aumento para a população. O deputado afirmou o seguinte:

1. Não se pode pedir ao trabalhador que não deseje um salário mínimo de CR\$ 2.400,00 porque isto agrava a inflação (...); 2. Tudo já aumentou por conta do salário mínimo tão anunciado. Mas novo aumento do custo de vida sobrevirá, por conta de sua decretação; 3. Consequentemente, é

53 Conforme o site “Memorial da Democracia”, um dos diferenciais do jornal *Última Hora* com relação aos outros periódicos, era a coluna do jornalista Luiz Costa, “O Dia do Presidente”, que “trazia notícias exclusivas sobre o expediente e o cotidiano de Getúlio Vargas”. Disponível em: < <http://memorialdademocracia.com.br/card/jornais-e-revistas/12>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

54 COSTA, Luiz. A fidelidade de Vargas à causa da Reforma Social (O Dia do Presidente). *Última Hora*, 03 de maio de 1954, pág.3.

impossível evitar um aumento dos salários médios, dos soldos, vencimentos e subsídios. Um aumento arrasta outro. E nada mais justo! (LACERDA, 1954, p. 4).⁵⁵

No mesmo editorial, Lacerda lembrou da dívida da Érica, empresa de Samuel Wainer, e da ampliação do prazo cedida ao empresário Ricardo Jafet, um dos financiadores do jornal *Última Hora*. Além disso, acusou o governo de Vargas de viver “de” e “para” a corrupção, fomentando a demagogia e “jogando os brasileiros uns contra os outros”, mas que no ano seguinte (1955 – ano das eleições presidenciais) seria travada uma “árdua batalha dentro da fortaleza do silêncio”.⁵⁶

O aumento do salário mínimo em 100% desagradou não somente a oposição udenista, mas também os empresários, os donos de lojas e empregadores em geral, além das Forças Armadas. Em uma situação de instabilidade política, Getúlio tentava se equilibrar no poder, mesmo mostrando sinais de cansaço. Para a oposição udenista, faltava um grande acontecimento que pudesse levar as Forças Armadas a cruzar os limites da legalidade para depor o presidente.

Na madrugada do dia 5 de agosto de 1954, um dos maiores opositores de Vargas, Carlos Lacerda, sofreu um atentado em frente ao prédio onde morava, na Rua Toneleros, em Copacabana. O pistoleiro Alcino do Nascimento disparou tiros contra Lacerda. O major da Aeronáutica, Rubens Florentino Vaz, que acompanhava o deputado, acabou sendo atingido fatalmente, enquanto Lacerda ficou levemente ferido. Tal ato causou indignação geral por parte da opinião pública e deixou a Aeronáutica em estado de rebelião. Enquanto as investigações por parte da polícia e, também, por parte da Aeronáutica transcorriam paralelamente na captura do pistoleiro e dos mandantes, a crise no Governo Vargas se agrava. Conforme Boris Fausto (1995, p. 416-417), as apurações levaram ao nome de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do presidente no Palácio do Catete. Figuras próximas ao presidente – sem esse saber- pediram a Fortunato que desse “um jeito em Lacerda”. Com a ajuda de outro membro da guarda, o atentado foi planejado e o pistoleiro contratado.

Na *Tribuna da Imprensa*, do dia 6 de maio de 1954, Lacerda comenta que além do jornal *Última Hora*, “sob a proteção de sr. Oswaldo Aranha”, passar “a insultar e

55 LACERDA, Carlos. Missão Cumprida (editorial). *Tribuna da Imprensa*, 04 de maio de 1954, p. 4.

56 Idem.

difamar homens públicos”,⁵⁷ a fim de se valorizar “aos olhos do presidente”; o governo desse era “imoral” e “ilegal”. Era “um governo de banditismo e de loucura”. Nenhum homem digno podia a ele pertencer, “sem arrastar-se com ele na lama de sua indignidade funcional e política, e já agora no sangue (ilegível) que os bandidos a seu soldo derramaram”.⁵⁸ Ao final do editorial, Carlos Lacerda ressalta:

Não é a vingança que procuro (...). É a razão de ser, a significação humana e patriótica do sacrifício do major Vaz que procuro realçar para que fique bem claro que, se até agora lutei um pouco, darei o resto da minha vida para que o espírito Vargas, a infâmia Vargas, o crime que se chama Vargas, essa frieza moral, essa ambição sinistra, essa mentira cínica, essa promiscuidade porca de um governo que rouba o povo para com o dinheiro do povo enganar o povo, desapareçam da face desta nação tão digna de melhores dias e de homens mais dignos à frente de seus destinos (LACERDA, 1954, p.4).⁵⁹

A pesquisadora Thársyla da Cunha (2008, p.163-168) ao analisar os dois jornais neste período, detectou que enquanto a *Última Hora* tentava sempre usar um tom mais moderado em suas publicações, ressaltando que “o governo estava lutando e mobilizando todos os seus recursos em prol de fazer justiça”, a *Tribuna da Imprensa*, por outro lado, utilizou-se da morte do major Rubens Vaz, expondo as fotos do militar, que era chefe de família, na mesma medida em que também acusava o presidente Getúlio Vargas, o filho deste, Lutero Vargas, e membros da guarda pelo o ocorrido. Com isso, a *Tribuna* se engajou na campanha pela renúncia de Getúlio.

Com a prisão de todos os integrantes do atentado, inclusive do também membro da guarda pessoal do presidente, Climério Euribes de Almeida, que acusou Gregório Fortunato, de tê-lo contatado para dar um fim em Lacerda, novas denúncias recaem sobre um dos filhos do presidente, Lutero Vargas, que teria participado de negociações escusas com

57 No dia 05 de agosto de 1954, a *Última Hora* publicou uma matéria sobre o atentado, lamentando a “manifestação de barbarismo e terrorismo”, solicitando uma rápida apuração dos fatos, ao mesmo tempo em que assegurava que o tipo de jornalismo praticado por Carlos Lacerda era baseado na “violência e na intolerância”, que ele já foi várias vezes vítima de represálias físicas por parte dos “seus inimigos pessoais e políticos”, além do fato de que o Governo de Vargas teria primado por medidas de proteção ao jornalista e de ter lhe concedido o porte de armas (ÚLTIMA HORA. “Mobilizados todos os recursos do governo para esclarecer o crime!” 05 de agosto de 1954, p.3). Sendo assim, acreditamos que quando Lacerda escreveu no editorial do seu jornal *Tribuna* - “insultar e difamar homens públicos” - estava dizendo que a UH havia feito isso com ele um dia antes, falando dos inúmeros atentados que ele sofrera por parte de outras pessoas e que o atual governo havia lhe assegurado a proteção.

58 LACERDA, Carlos. Começou a impostura dos mandantes. *Tribuna da Imprensa*, 6 de agosto de 1954, pag. 4.

59 Idem.

o próprio Fortunato. Enquanto isso, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica declararam “estado de alerta” e muitos militares exigiram a renúncia de Getúlio, que a ouvir a proposta, teria afirmado: “daqui só saio morto” (BRAGA, 2003). No dia 23 de agosto, o presidente tomou conhecimento de um documento que ficou conhecido como o Manifesto dos Generais,⁶⁰ em que eles:

(...) declaravam que “a corrupção criminoso” que envolvia o presidente tinha comprometido “a autoridade moral indispensável” de seu governo, e que a continuação “da atual crise- político- militar está trazendo ao país irreparáveis prejuízos em sua situação econômica”, e poderia “culminar em graves comoções internas” (SKIDMORE, 1982, p. 179).

Pressionado por todos os lados diante de uma grave crise, depois de mais uma reunião durante a madrugada de 24 de agosto, Getúlio, ao consultar os ministros, havia concordado em tirar uma licença, negando-se mais uma vez a renunciar. Na manhã de 24 de agosto, o presidente suicida-se com um tiro no coração e deixa uma carta-testamento, que imediatamente é entregue aos jornais. Na carta, Getúlio expôs os responsáveis para que tomasse tal ato – aqueles que espoliaram o povo; os grupos internacionais aliados aos inimigos internos, e que se opuseram contra as garantias sociais aos trabalhadores – e fecha a carta como aquele que lutou pela população, dando a vida por ela e naquele momento, ofertando também a ela, a sua morte (FAUSTO, 1995, p.417-418).

A drástica decisão de Getúlio impactou e comoveu o país. O jornal *Última Hora*, em edição especial “dedicada ao povo para quem GETÚLIO VARGAS nunca morrerá”,⁶¹ publica em sua primeira página, a seguinte mensagem:

Ninguém mais autorizadamente do que nós, da ÚLTIMA HORA, que sempre estivemos a postos em defesa de Getúlio Vargas; ninguém mais do que este jornal que nunca deixou de cumprir todas as palavras de ordem do grande líder; ninguém mais do que nós, que tanto sofremos pela sua causa; ninguém mais do que nós pode emitir neste momento de dor e desespero um apelo à serenidade. Vargas morreu para que o Brasil não se transformasse num campo de batalha fratricida. Era isto o que queriam os inimigos do grande mártir popular. Se Vargas quisesse, bastaria um só gesto seu para que o sangue e as (ilegível) caíssem sobre

60 Thomas Skidmore (1982, p. 179) conta que o Manifesto foi assinado por “vinte sete generais, liderados pelos conhecidos anti-getulistas, tais como Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora, mas acompanhados igualmente de generais de centro, como Pery Constant Bevilacqua e Machado Lopes, assim como por generais que mais tarde se assegurariam o título de *nacionalistas*, como Henrique Lott.”

61 ÚLTIMA HORA. Edição Especial (terceiro caderno). Capa. 24 de agosto de 1954, p.1

a nação. Mas ele preferiu o seu próprio holocausto (...) (ÚLTIMA HORA, 1954, p.1)⁶²

Neste dia, o jornal de Wainer chegou a vender 800 mil cópias,⁶³ com fotos, homenagens e uma biografia completa sobre o presidente. Ressaltou, no entanto, o pedido de serenidade e ordem para a população que se encontrava consternada. Já o jornal *Tribuna da Imprensa*, coloca em sua capa duas mensagens: uma assinada pelo seu fundador, Carlos Lacerda, e, a outra, em nome da “Direção” do periódico. Na primeira, Lacerda implora pela “misericórdia” e “perdão” a Deus pelo gesto do Presidente e, em seguida, afirma que o major Rubens Vaz, morto durante o seu atentado, e o presidente Getúlio Vargas foram “vítimas dos mesmos criminosos”. Em seu texto, Lacerda assegura que foi “a corrupção que gerou a violência. Foi a violência da corrupção que, afinal, acrescentou ao rol de suas vítimas o próprio Presidente da República”. Depois disso, o jornalista ressalta que o presidente em seu gesto de desespero, foi traído, mas não pelos adversários, que “o combateram com lealdade até o fim”, mas sim por “falsos amigos” que continuaram impunes e com “as mãos manchadas de sangue por todos os crimes”.⁶⁴ Já a mensagem da Direção do jornal, além de lamentar “o trágico desfecho da crise política que abalou a Nação”, expõe a revolta popular na capital do país da seguinte maneira:

(...) grupos irresponsáveis seriam mobilizados para criar o caos, perturbando a tarefa pacificadora do novo Governo e executando vinditas a serviço dos que se viram despojados das vantagens e privilégios da corrupção. (...). A população da cidade foi testemunha das tentativas de depredações feitas em vários pontos, visando, sobretudo, aos órgãos de imprensa e rádio que denunciaram, no cumprimento de deveres indeclináveis, os erros e escândalos que, afinal, apodreceram a situação política brasileira (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1954, p.1).⁶⁵

Por fim, a mensagem da *Tribuna* elogia a rápida ação do novo Governo e das Forças Armadas ao terem impedido “o desenvolvimento das desordens manipuladas pelo consórcio do peleguismo e dos comunistas” e que ofertarão ao novo presidente, Café Filho, “a colaboração mais desinteressada, sem marcá-la com quaisquer vínculos de ódio,

62 ÚLTIMA HORA. Serenidade em Homenagem. Aquele que soube morrer pelo povo. Capa. 24 de agosto de 1954, p.1.

63 Dado disponível no site Memorial da Democracia. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/jornais-e-revistas/12>>. Acesso em 19 abr. 2022.

64 LACERDA, Carlos. Pelo Brasil. Capa. *Tribuna da Imprensa*, 24 de agosto de 1954, p.1.

65 TRIBUNA DA IMPRENSA. Nosso Compromisso. Capa 24 de agosto de 1954, p.1.

paixão ou vingança de natureza pessoal, cuja superação oferecemos a fecunda obra de pacificação da família brasileira.”⁶⁶

De fato, conforme Boris Fausto (1995, p. 418), muitos populares, consternados, queimaram caminhões que carregavam as edições do jornal antigetulista *O Globo*. Também tentaram invadir o prédio da *Tribuna da Imprensa*, mas foram impedidos pelos policiais. Outros tentaram tomar de assalto o edifício da Embaixada dos Estados Unidos, mas encontraram também resistência por parte dos policiais. Houve motins e conflitos em vários lugares na capital da República. Com o tempo, a população se acalmou, e Café Filho formou o seu ministério com maioria conservadora. No ano seguinte, aconteceria novas eleições e, embora, Vargas estivesse morto, sua memória e legado estariam em pauta nas campanhas dos candidatos e na imprensa.

66 TRIBUNA DA IMPRENSA. Nosso Compromisso. Capa 24 de agosto de 1954, p.1.

PARTE II

2.2.1) A campanha presidencial de JK e o contragolpe de Lott.

Em meio ao quadro de revolta e insatisfação da população causado pela trágica morte de Getúlio Vargas e o impacto de sua carta-testamento, seu vice, Café Filho, do PSP, mesmo partido de Ademar de Barros, assumiu o cargo garantindo à nação que forneceria “aos humildes a proteção que Vargas sempre lhes deu”. Todavia, o seu rompimento com Vargas dias antes do fatídico acontecimento, fez com que o presidente interino formulasse um gabinete que incluísse figuras identificadas com a UDN. Para o ministério da Fazenda, Café Filho escolheu o professor de Economia, Eugênio Gudin, sendo este a favor de uma política financeira ortodoxa para conter a inflação. Entre os políticos civis, escolheu os conservadores Cândido Mota Filho para a Educação e Raul Fernandes para a pasta das Relações Exteriores.⁶⁷ Já para os ministérios da Aeronáutica e da Marinha, nomeou renomados antigetulistas, tais como: o Brigadeiro Eduardo Gomes e o Almirante Amorim do Vale, respectivamente. Foram igualmente cogitados para assumir o ministério da Guerra, os generais antigetulistas, Juarez Távora e Canrobert Pereira. No entanto, o escolhido para o cargo foi o general Henrique Teixeira Lott, que possuía prestígio e a “reputação de ser um oficial de centro, desvinculado das facções políticas do Exército” (SKIDMORE, 1982, p. 181-182).

Com relação às facções políticas não só dentro do Exército como nas Forças Armadas, Karla Carloni (2009, p. 107-108) explica que basicamente havia duas organizações ativas representando interesses divergentes: o Movimento Militar Constitucionalista (MMC) e a Cruzada Democrática. O MMC foi formado em 1955 com o propósito de assegurar a realização das eleições presidenciais e a posse dos candidatos. Era conduzido praticamente por oficiais do Exército e contava com nomes como o do coronel José Alberto Bittencourt e do general Zenóbio da Costa. Por outro lado, a Cruzada Democrática era uma organização militar formada em 1952 que se identificava pela oposição a Vargas e “ao que a sua política representava – monopólio estatal de recursos energéticos”. Reunia oficiais como Juarez Távora, Góes Monteiro, Fiúza de Castro, Cordeiro de Farias e Canrobert Pereira da Costa. Na visão de Carloni (2009, p. 108) a Cruzada Democrática

67 Para o ministério do Trabalho, Café Filho nomeou o Coronel Napoleão de Alencastro Guimarães, que foi um aliado de Vargas. No entanto, naquele momento, era um líder dissidente do PTB, que não permitia aos seus membros que participassem da nova administração (SKIDMORE, 1982, p. 182). Já para o ministério da Justiça, foi escolhido o udenista Prado Kelly (FERREIRA, 2003, p. 315).

propagava um “nacionalismo racional” e o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos para o desenvolvimento econômico do país.

Ainda em 1954, visando às eleições presidenciais para o ano seguinte, o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek apresentou-se como candidato pelo PSD. Conforme Ricardo Maranhão (1981, p. 24), a UDN e alguns outros partidos pensaram numa “candidatura única”, que representaria a escolha por consenso de todas as lideranças políticas, com o intuito de se obter a “pacificação” nacional, evitando que algum candidato identificado com getulismo viesse a se destacar. Os udenistas, através do influente Marechal Cordeiro de Farias, conseguiram atrair para a ideia, o político pernambucano Etelvino Lins, do PSD. Logo depois, Lins teria por incumbência procurar Juscelino e tentar convencê-lo de que a concepção de uma “união nacional” seria o melhor para o país (PANTOJA, 2001). No entanto, ao perceber que o “candidato único” teria que ser alguém “neutro e consensual”, impedindo, por conseguinte, que houvesse um embate eleitoral, terminando por afastá-lo da campanha, Juscelino Kubitschek reagiu defendendo a legalidade, a democracia e exigindo o cumprimento do calendário eleitoral (MARANHÃO, 1981, p. 24-25).

Com o propósito de que a sua candidatura ganhasse força, o PSD precisaria atrair o PTB para formar uma aliança que se fizesse presente tanto no executivo quanto no legislativo. O PSD tinha a maioria parlamentar e representava os interesses da elite rural e de parte do empresariado. Já o PTB tinha sua base nas lideranças sindicais e no operariado urbano. Para montar uma chapa com Juscelino, o escolhido foi João Goulart, ex-ministro do Trabalho de Vargas. Esta aliança incomodou diretamente os udenistas e a imprensa antigetulista. De acordo com Thomas Skidmore (1982, p. 185):

As chances de Kubitschek eram suficientes para alarmar as forças anti-Vargas. O candidato do PSD, nem bem havia sido indicado em fevereiro, e já Carlos Lacerda, artífice do trágico fim de Vargas, atacava a ideia de eleições livres. Acusava Kubitschek de “condensador da canalhice nacional” e clamava por uma “reforma da democracia brasileira para instaurar a legalidade legítima”. Lacerda sonhava com um governo de emergência, que impedisse aos getulistas a tomada do poder. Na realidade, Lacerda estava admitindo como certa a eleição de Kubitschek, batendo-se para que ela não se efetivasse.

Segundo Ricardo Maranhão (1981, p. 25), o próprio presidente da República, Café Filho manobrava contra a candidatura de Juscelino, “insistindo na tese do candidato único e acenando com a ameaça de um golpe militar caso ela não fosse aceita”. Contudo, a

candidatura de Juscelino contava, também, com apoiadores: parcelas significativas da burguesia, interessadas nas suas propostas de empreendimentos públicos e privados; algumas multinacionais; alguns órgãos da imprensa como o *Correio da Manhã*, de Paulo Bittencourt e a revista *Manchete*, de Adolfo Bloch; além de manter boas relações com o clero conservador por ser considerado um homem ordeiro e religioso. Logo depois, surgiram também manifestos de estudantes e intelectuais a seu favor (MARANHÃO, 1981, p. 26-27).

Para enfrentar Kubitschek nas eleições, a UDN acabou desistindo da ideia do “candidato único” e apoiou a candidatura de Juarez Távora, líder militar e antigetulista. Já o PSP, partido do presidente Café Filho, optou pelo nome de Ademar de Barros, visando os votos da classe trabalhadora. O líder integralista, Plínio Salgado candidatou-se pelo pequeno PRP. Com esses nomes estava pronto o cenário político para as eleições em outubro (FERREIRA, 2003, p. 316).

Entretanto, a campanha eleitoral de 1955 estava longe de acontecer de forma pacífica. Enquanto o deputado udenista, Carlos Lacerda, questionava os motivos que levaram os líderes militares a permitirem a realização das eleições presidenciais daquele ano, levando em conta que para ele, o provável eleito seria o produto da “fraude”, da “demagogia” e das “práticas sujas”; o presidente do Clube Militar e chefe do Estado Maior das Forças Armadas, o general antigetulista Canrobert Pereira da Costa, em solenidade comemorativa de um ano da morte do major Rubens Vaz, proferiu um discurso preocupante, no qual os militares teriam que decidir “entre uma pseudolegalidade, imoral e corrompida, e o restabelecimento da verdade e da moralidade democrática mediante uma intervenção aparentemente ilegal” (FERREIRA, 2003, p. 316). Estas alegações foram feitas logo depois que Luís Carlos Prestes, dirigente do PCB, havia declarado apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Diante disso, Carlos Lacerda escreveu um editorial na *Tribuna da Imprensa*, o seguinte:

Na prática, porém, o sr. Kubitschek representa os interesses de um partido que não tem pontos de vista nacionais. O PSD é um ajuntamento de forças locais para objetivos locais, quando muito regionais, capazes de qualquer negócio para assegurar-se o domínio municipal. Fica, pois, o campo livre ao Partido Comunista no plano internacional, e mesmo

em questões nacionais que possam interessar à estratégia econômica, política e militar da Rússia (LACERDA, 12/08/1955, p. 4).⁶⁸

Além de Juscelino Kubitschek e do seu partido, o PSD, serem alvos frequentes nos textos de Carlos Lacerda, outro que era constantemente atacado por sua herança getulista, era o candidato a vice, João Goulart. Sobre este último, Lacerda escreveu no mesmo editorial, o seguinte:

Esse agente do peronismo no Brasil, esse cúmplice da expansão peronista na América, esse espoleta da agressão política de Perón ao continente americano, é um boneco na mão dos comunistas que o orientam, o utilizam e o ajudam há muito tempo. (...) como os comunistas João Goulart e a escória do PTB não têm interesse algum na reforma social (...). (Eles) precisam da miséria das massas da ignorância das massas, da palermice, da perplexidade, do desespero das massas. (...). Ora, é exatamente esse o interesse do Partido Comunista, por uma dupla razão, internamente, o seu crescimento e seu eventual domínio dependem dessa miséria e dessa ignorância das massas, para que a ação dos intelectuais e dirigentes do partido tenha massa de manobra apreciável para o êxito de suas missões (...) (LACERDA, 12/08/1955, p. 4).⁶⁹

Carlos Lacerda ainda afirmou em seu editorial que Samuel Wainer, fundador da *Última Hora*, junto com os políticos do PTB e que faziam parte da direção do jornal do Wainer, tais como; Danton Coelho e Baby Bocaiuva, seriam fuzilados no dia que vigrasse o regime comunista no país.⁷⁰ Entretanto, ressaltamos que além da “ameaça vermelha” e da volta do getulismo com a possível eleição de Kubitschek e Goulart para presidente e vice-presidente, respectivamente; os udenistas, militares anticomunistas e antigetulistas sentiam-se angustiados pelo fato de que a classe trabalhadora havia se beneficiado com os direitos sociais adquiridos e creditado estes mesmos ganhos à figura de Getúlio Vargas. Para os opositores de Vargas, de acordo com Jorge Ferreira (2003, p. 317), a forma como classe trabalhadora manifestava a

Sua cidadania política particularmente com o voto estaria “conspurada”, “desvirtuada”, “corrompida” pelos direitos sociais. As leis trabalhistas, interpretadas por diversos grupos liberais como fruto da demagogia, da conjuntura nazi-fascista e do tráfico de influência entre políticos corruptos e “pelegos”, teriam comprometido a legitimidade da

68 LACERDA, Carlos. A posição dos comunistas na sucessão presidencial. *Tribuna da Imprensa*, 12 de agosto de 1955, p. 4.

69 Idem.

70 Ibidem. Entendemos com esta fala de Lacerda que, Samuel Wainer e a diretoria do seu jornal eram simpáticos a JK e a João Goulart, mas que seriam traídos, tempos depois, com a vitória desses políticos pelo regime comunista que, supostamente, se instalaria no país.

democracia no Brasil. Os trabalhadores, corrompidos em sua consciência política, continuariam a votar nas lideranças demagógicas, caudilhescas de manipuladoras, condenando o processo democrático ao fracasso.

Diante de uma inevitável derrota para os herdeiros do getulismo, a oposição encabeçada por Carlos Lacerda, divulgou em vários jornais, um mês antes das eleições, a chamada carta Brandi. Tal carta teria sido assinada pelo deputado argentino Antonio Jesús Brandi e endereçada a João Goulart, em 1953, enquanto ele era ministro do Trabalho no governo Vargas. Segundo Boris Fausto (1995, p.420), a carta continha articulações entre Goulart e Perón para desencadear no país, um movimento armado visando implementar uma República sindicalista. Uma investigação foi instaurada pelo Exército e descobriram, logo depois das eleições, que a carta havia sido forjada por falsários argentinos e vendida aos opositores de João Goulart. A *Última Hora*, do dia 11 de outubro de 1955, publicou em seu editorial, a indignação do general Maurell Filho ao constatar a falsificação:

As últimas e irritadas declarações do general Maurell filho sobre a carta que “O Globo” e a “Tribuna da Imprensa” estamparam como sendo dirigida pelo deputado argentino Brandi ao sr. João Goulart, não deixam mais dúvida sobre a origem criminosa do singular documento. – “Tudo o que gira em torno da carta Brandi é mentira. Vou apurar quem é o responsável”. – Nota-se nas palavras do general (...) um traço de amargura e de revolta compreensíveis. Por ordem do ministro da Guerra, ele deixou as suas tarefas de alta responsabilidade no (...) exército para cuidar de uma questão que envolvia a segurança nacional. Entretanto, depois de andar pelos Estados, indo até a um país estrangeiro, em busca de elementos que confirmassem a crença de que a carta era autêntica, verificou que se tratava de uma grosseira falsidade (ÚLTIMA HORA, 11/10/1955, p. 4).⁷¹

Alguns dias antes, mais precisamente, no dia 3 de outubro de 1955, Juscelino Kubitschek vencia as eleições para a presidência da República com 36% dos votos, enquanto que seus concorrentes, tais como: Juarez Távora obteve 30%, Ademar de Barros, 26% e Plínio Salgado, 8%. Já João Goulart, candidato a vice na chapa de Juscelino, obteve uma votação maior do que este último: 3.591.409 contra 3.077.411 votos. A vitória de João Goulart sobre Milton Campos, candidato a vice na chapa de Juarez Távora, era um pouco superior a 200.000 votos, ao mesmo tempo em que a margem de Kubitschek para Távora era de quase 470.000 votos. Juscelino conseguiu um ótimo desempenho em seu estado de

71 ÚLTIMA HORA. Que Seja Esclarecida a Opinião Pública Sobre a Falsidade da Carta Brandi. *Coluna de Última Hora*, 11 de outubro de 1955, p.4.

origem, Minas Gerais, mas perdeu em São Paulo para Ademar de Barros (867.320), seguido de Juarez Távora (626.627), enquanto que Juscelino conseguiu apenas receber 240.940 votos. Contudo, o pacto PSD-PTB mostrou-se forte nos demais estados da nação e seus votos deram a vitória à dupla JK-Jango (SKIDMORE, 1982, p. 187-188).

Ainda assim, grupos civis e militares contestaram os resultados das eleições. Segundo Karla Carloni (2009, p. 108), a oposição buscou recursos jurídicos nos tribunais, solicitando a anulação das eleições com base em dois argumentos: o primeiro era de que os votos dos comunistas não possuíam validade, tendo em vista que o partido deles era ilegal, e o segundo era o da “tese da necessidade da maioria absoluta dos votos” – esta última não tendo respaldo constitucional. Carloni (2009, p. 109) ressalta que além do campo jurídico, havia também a circulação de ideias de rompimento institucional, pregadas não apenas por Carlos Lacerda e por militares da Cruzada Democrática, mas também pela imprensa que concordava com a ideia de intervenção como *O Globo*, o *Diário de Notícias* e *O Estado de São Paulo*. Já os periódicos que se demonstraram a favor da legalidade, além da *Última Hora*, foram o *Correio da Manhã*, *O Jornal* e *Folha da Manhã* (ABREU, 1995, *apud.* CARLONI, 2009, 109).

No início do mês de novembro, faleceu o general antigetulista, Canrobert Pereira da Costa. Militares e políticos compareceram aos seu velório para prestar condolências e homenagens ao militar, como o ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, o coronel Jurandir Mamede e o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Em determinado momento, o coronel Mamede tomou a palavra para homenagear o general falecido, exaltando suas virtudes antigetulistas e anticomunistas, e repetiu as palavras de Canrobert para designar a democracia no país – “pseudolegalidade imoral e corrompida” - acrescentando, ainda, que se tratava de uma “mentira”, além de classificar a eleição de Juscelino Kubitschek como a “vitória de uma minoria”. O general Lott, considerado um “legalista” e contra a politização das Forças Armadas, ficou estarecido com a insubordinação do coronel. Lott, então, preparava-se para lhe dar voz de prisão. Porém, o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, foi até o coronel e o cumprimentou com entusiasmo (FAUSTO, 1995, p. 421; FERREIRA, 2003, p. 321).

O general Lott, ao considerar que o discurso de Mamede foi um grave ato de indisciplina que poderia acarretar na corrosão da unidade das Forças Armadas, tentou entrar em contato com o presidente Café Filho para que este pudesse puni-lo, visto que o coronel

fazia parte da Escola Superior de Guerra, estando esta instituição subordinada à Presidência da República. Entretanto, Café Filho não foi encontrado e no dia 3 de novembro, o presidente sofreu um acidente cardiovascular. No dia 6 de novembro, o presidente continuava impossibilitado de realizar as suas funções e, por conseguinte, o presidente da Câmara, Carlos Luz, assumiu o seu lugar provisoriamente (CARLONI, 2009, p. 110). Sabendo-se que Carlos Luz, mesmo sendo do PSD, era contrário à candidatura de Juscelino e que havia cumprimentado o coronel Mamede após o seu discurso no funeral de Canrobert contra a eleição de JK, abriu-se espaço para uma possível conspiração contra a posse dos eleitos. Neste momento, o jornal *Última Hora* escreveu no seu editorial do dia 9 de novembro, o seguinte:

(...) o sr. Carlos Luz recebeu o governo em consequência da crise político-militar gerada pelo discurso do coronel Jurandir Mamede. Podia o sr. Café Filho, de seu leito de enfermo, numa penada, resolver o impasse prestigiando a lei, a autoridade e a disciplina dentro das Forças Armadas. (...). A passagem do governo para as mãos do sr. Carlos mereceu o foguetório da imprensa, na qual habitualmente encontramos os famosos avisos aos Navegantes das águas turvas do golpe. (...). Cabe ao Presidente Carlos Luz agir invariavelmente no cumprimento da Constituição e das regras democráticas, no que terá correspondido à confiança que, em sua atuação em momento tão difícil, depositou as forças políticas do país, através de manifestações categóricas da maioria e da minoria ontem na Câmara, da qual ele é Presidente e da qual emana o seu Poder transitório (ÚLTIMA HORA, 09/11/1955, p. 4).⁷²

Já o jornal *Tribuna da Imprensa*, do mesmo dia, 9 de novembro de 1955, assegura em texto impresso na capa do periódico que o governo de Carlos Luz nasceu do “consenso dos militares” e que apenas tem um sentido: “evitar a posse dos remanescentes da oligarquia (de Vargas), ou seja, o de “afastar do Poder os eleitos da minoria”.⁷³ No editorial da mesma edição, Carlos Lacerda atacou Lott comentando o seguinte:

A obstinação de punir (o coronel Mamede) surgiu da exigência dos órgãos da propaganda de Kubitschek e Goulart. O general Lott não puniu na hora do discurso nem logo depois do discurso. Somente após as exigências publicamente formuladas pelos órgãos da propaganda desses aventureiros, ele revelou uma súbita e obstinada necessidade de punição. (...). A exigência descabida e impertinente do ministro Lott é a culminação de uma longa e exasperante colaboração desse “apolítico” com os srs. Kubitschek e Goulart. Desde os seus primeiros contatos até os seus pronunciamentos de um “legalismo” que só favorece aos interesses

72 ÚLTIMA HORA. Cumprir a Constituição: eis a tarefa. *Coluna de Última Hora*, 9 de novembro de 1955, p. 4.

73 TRIBUNA DA IMPRENSA. Não podem tomar posse. Capa, 9 de novembro de 1955, p.1.

da Oligarquia e não aos do Brasil, passando pela façanha do inquérito Brandi, que aí está entreaberto ou semicerrado, o general Lott tem sido o maior esteio, o mais seguro instrumento, a mais poderosa arma do bando Kubitschek para tomar conta do Brasil (LACERDA, 09/11/1955, p. 4).⁷⁴

De acordo com Jorge Ferreira (2003, p. 322), o general Lott foi convocado por Carlos Luz para uma reunião no dia 10 de novembro. O militar, ao chegar na hora prevista, teve que esperar quase duas horas para ser recebido por Luz na antesala presidencial. Lott tentou mais uma vez pedir uma punição para o coronel Mamede, mas o presidente da República em exercício, negou o pedido. Diante da negativa, o ministro da Guerra comunicou a sua exoneração do cargo. O país tomou conhecimento sobre a decisão de Lott diante da recusa de Luz pelas emissoras de rádio e televisão, e os locutores destacaram a humilhação que o general sofreu pela longa espera causada pelo presidente. Vários generais sentiram-se ultrajados pelo comportamento grosseiro do presidente em exercício para com o chefe do Exército. No entanto, ao entregar o cargo, Lott recusou-se a passá-lo imediatamente para o general Fiúza, assim como queria Luz, e telefonou para o general Denys a fim de falar sobre o ocorrido (CARLONI, 2009, p. 111). A partir deste telefonema e de uma série de outras articulações dentro do Exército, insuflando o MMC, dava-se início a “Novembrada” a favor da legalidade, como um “movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes”. Jorge Ferreira (2003, p.323) relata que comunicando por rádio com tropas de vários estados, Lott insurgiu-se contra Carlos Luz e, em sessão extraordinária, o general acompanhado de outros colegas de farda e de políticos, convocou uma sessão extraordinária na Câmara dos deputados. Com os votos do PSD e do PTB, o movimento pela legalidade conseguiu colocar o senador Nereu Ramos como o mais novo presidente. Conta ainda Ferreira (2003, p. 324) o seguinte:

As tropas do Exército na capital federal eram muito superiores em número ao das outras duas forças. Assim, soldados tomaram o Arsenal de marinha, o Campo dos Afonsos, além de cercarem o Aeroporto Santos Dumont e a base aérea do Galeão, na Ilha do Governador. As estações de rádio e os jornais foram igualmente cercados. Sentindo perder o controle do poder, Carlos Luz seguiu para o Arsenal de Marinha. Ali, embarcou no cruzador *Tamandaré*, sob o comando do almirante Penna Botto, junto com o coronel Mamede o ministro da justiça Prado Kelly e Carlos Lacerda. O objetivo era seguir para Santos e, em território paulista, estabelecer o governo.

74 LACERDA, Carlos. A batalha decisiva do general Lott. *Tribuna da Imprensa*, 9 de novembro de 1955, p. 4.

Embora a Artilharia da Costa tenha disparado alguns tiros de intimidação, o cruzador *Tamandaré* conseguiu escapar. Ao chegarem a Santos, ficaram receosos de receberem mais tiros de canhão. Depois de todos estes acontecimentos, apesar dos atos de insubordinação e de conspiração, ninguém sofreu punição. Somente o deputado Carlos Lacerda que, por iniciativa própria, se exilou em Cuba (FERREIRA, 2003, p. 325). O jornal *Última Hora* elogiou a ação do Exército e do “bravo” general Henrique Teixeira Lott e ainda afirmou o seguinte:

A atitude rigorosamente legalista do Exército realizou o milagre de convergirem para o mesmo fim a Marinha e a Aeronáutica, desmantelando-se, por completo e em poucas horas, a trama diabólica dos extremistas, o que felizmente evitou qualquer derramamento de sangue ou sacrifício de vidas. Desmascarados quanto a seus intentos sinistros, o grupo político udeno-lanterneiro, bem como os raros oficiais que lhe deram ouvidos, tornaram-se assim, dentro da comunhão brasileira, um aglomerado exótico e visivelmente marcado e no seu próprio estilo de ação terrorista antinacional (ÚLTIMA HORA, 14/11/1955, p.1).⁷⁵

Já a *Tribuna da Imprensa*, do dia 18 de novembro de 1955, colocou em sua capa um texto em que dizia que os “comunistas” estavam no poder e que o movimento do dia 11 de novembro foi um plano de “traição contra a legalidade e contra o Brasil”. Já Carlos Lacerda, também deixou uma mensagem na mesma edição do jornal, dizendo que tão logo estivesse liberado do asilo político tão “generosamente concedido pela nobre República de Cuba”, faria um relato sobre a luta vivida naqueles dias e uma “linha de ação para o futuro”. Reafirmou ainda que:

(...). A hora é dos traidores, dos covardes, dos oportunistas e dos corruptos. Conservemos a TRIBUNA viva para que ela possa continuar o seu esforço em prol do Brasil, assegurando ao mesmo tempo a profissão e a subsistência de mais de duas centenas de jornalistas, gráficos e comerciários (LACERDA, 18/11/1955, p.1).⁷⁶

Carlos Lacerda também foi para Portugal e para os Estados Unidos. Ele somente voltaria para o Brasil em outubro de 1956, com JK e João Goulart já empossados e o projeto de lei de imprensa sendo encaminhado ao Congresso pelo governo. Em meio a

75 ÚLTIMA HORA. Povo e Forças Armadas de Mãos Dadas. Capa. 14 de novembro de 1955, p. 1.

76 LACERDA, Carlos. Mensagem de Carlos Lacerda. Capa. *Tribuna da Imprensa*, 18 de novembro de 1955, p.1.

isso, também se dava início às primeiras obras no Planalto Central. No entanto, esses assuntos serão tratados no próximo tópico.

2.2.2) A Lei Marcial da Imprensa e os primeiros passos para Brasília.

Após o contragolpe do Ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, em 11 de novembro de 1955, o país passou para o estado de sítio e os jornais e as estações de rádio foram igualmente cercados. A liberdade de imprensa ficou realmente restrita e só foi sendo restabelecida, gradativamente, até a posse dos eleitos, Juscelino Kubitschek e João Goulart, em janeiro de 1956. No entanto, conforme Wagner Cabral da Costa (2011, p. 313), desde o início do seu governo, Kubitschek sentiu uma forte oposição, permanecendo no poder

através de um complexo equilíbrio de forças, que envolvia uma instável base de apoio político e social do Congresso Nacional, da imprensa, dos sindicatos e da população em geral, além da sustentação militar, por meio dos generais Henrique Lott (mantido no Ministério da Guerra) e Odílio Denis (comandante da Zona Militar Leste/RJ) (COSTA, 2011, p. 313).

Wagner da Costa (2011, p. 313) valendo-se da pesquisa de Flavia Biroli (2004), comenta que o governo de JK ficou marcado na memória social e por parte da historiografia como a época dos “Anos Dourados” e que esta imagem foi ressaltada pelo fato de que seu período foi de “vigência democrática constitucional”, estando “espremido diante das fronteiras da violência de duas ditaduras (a do Estado Novo e a do pós-64)”, de maneira que suas representações preponderantes consolidassem uma “suposta homogeneidade” decorrente da relação entre “democracia, liberdade, desenvolvimento ou esperança” como “identificadores da atmosfera” nacional.

Conforme já tenhamos observado no nosso primeiro capítulo, o presidente JK, temendo o retorno do deputado udenista Carlos Lacerda do seu autoexílio, a fim de propagar, mais uma vez, seus ásperos discursos contra o governo de Kubitschek e contra a construção da nova capital, buscou a aprovação da “Lei Marcia da Imprensa” (10/10/1956) ou da “Portaria Rolha” (12/10/1956), através do Ministério da Viação e Obras Públicas. Com esta portaria, Kubitschek procurou acrescentar uma nova cláusula aos contratos de concessão, intitulada “Cláusula R”, “na qual as empresas transmissoras concessionárias ficavam proibidas” de elaborar “programas obscenos ou que contivessem insultos às autoridades públicas”, conseguindo, conseqüentemente, impedir o acesso de Lacerda aos meios de comunicação como rádio e TV (DELGADO, 2008, p. 146). Segundo a Portaria nº 899/1956, editada pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, as novas diretrizes do projeto buscavam

“Regular politicamente o conteúdo veiculado por rádio e televisão”, sob a ameaça de suspensão ou mesmo rescisão da concessão. Tal norma estabelecia a proibição de veiculação de “anedotas maliciosas”, “gracejos picantes” ou “quaisquer manifestações” que implicassem na “subversão da ordem pública”, na “animosidade entre as classes armadas, ou delas contra as instituições civis”, na “incitação à desobediência coletiva” ou ainda na “injúria ou desrespeito às autoridades constituídas” (LINS, 2010, p. 8, *apud.* COSTA, 2013, p.317-318).⁷⁷

De acordo com Márcio de Paiva Delgado (2008, p. 146), a “Cláusula R” acabou sendo suspensa por determinação do Tribunal Superior Eleitoral no fim de 1958. Contudo, assim que o projeto surgiu em outubro de 1956, este acabou sofrendo várias críticas por parte da imprensa. Já de volta ao país, Carlos Lacerda escreveu um editorial criticando o projeto na *Tribuna da Imprensa*:

A liberdade de imprensa e do rádio é o último empecilho ao desencadeamento do movimento de que Lott será o chefe ostensivo, embora na realidade um instrumento da coalizão entre o negociismo e o comunismo, que transformará o Brasil numa versão sul-americana da China. (...). O projeto é, por si só, um ato subversivo. A boçalidade com que está concebido como um ato apressado e brutal no encontro frenético apenas acentua o nenhum interesse do Governo em dar sequer aparência de ato inteligente à sua brutalidade. (...). Quando, pois, o Governo que desencadeou a técnica do golpe sucessivo proclama que a imprensa é um serviço público, e nesse conceito baseia sua legislação contra a imprensa e o rádio, subverte o próprio regime e altera a natureza do Estado brasileiro (LACERDA, 12/10/1956, p. 4).⁷⁸

Já o jornal *Última Hora*, com a coluna “Diário do Congresso”, tentou expor o objetivo do presidente Kubitschek com o projeto sobre a imprensa, através da fala do líder da maioria, o senador Filinto Muller: - “que haja liberdade, mas dentro da responsabilidade”. A UH tentou resumir o que Muller comentou em discurso para outros agentes políticos:

Não pretende o sr. Juscelino Kubitschek instaurar uma ditadura, mas tão somente preservar o regime democrático que não pode estar à mercê dos propagadores da anarquia. A liberdade dos cidadãos deve ser respeitada sim, mas o Estado não pode ficar sem defesa. Adiantou o orador (Muller) que, conforme todos sabiam, era contrário à apreensão de jornais, salientando que a seu ver só o Judiciário estava em condições de dizer se determinadas publicações estarão ou não em condições de serem divulgadas (ÚLTIMA HORA, 12/10/1956, p. 4).⁷⁹

⁷⁷ Artigo 1º da PORTARIA n. 899, de 8 de outubro de 1956, *apud.* Bernardo Lins (2010, p. 8).

⁷⁸ LACERDA, Carlos. A Técnica do Golpe Continuado. *Tribuna da Imprensa*, 12 de outubro de 1956, p.4.

⁷⁹ ÚLTIMA HORA. Filinto Muller: “Liberdade e Responsabilidade”. (Diário do Congresso). *Última Hora*, 12 de outubro de 1956, p. 4.

O historiador Wagner da Costa (2013), além de ter estudado a “Portaria Rolha” no Governo JK, analisou as charges críticas da revista *Careta*⁸⁰ com relação ao presidente e aos gastos com as obras da nova capital. O autor (2013, p.319) retratou que esta publicação, juntamente, com a *Tribuna da Imprensa* e o *Estado de S. Paulo*, participava da “elaboração e difusão da cultura política liberal-udenista, forjada no enfrentamento do Estado Novo e na redemocratização”. Costa afirmou que a revista *Careta* continha uma

Cultura política definida pela partilha de valores, tradições, práticas e representações, tais como o *liberalismo* (político e econômico), o *moralismo* (contra a corrupção e as diversas formas de patrimonialismo, o clientelismo e nepotismo), o *bacharelismo* (uma concepção elitista da política contra a “demagogia populista” e o comunismo) e o *anti-varguismo*, em suas duas vertentes partidárias (surgidas nos salões e porões da ditadura): o PSD (amparado na máquina pública) e o PTB (sustentado num sindicalismo de Estado) (COSTA, 2013, p. 319).

Uma das charges críticas publicada na revista *Careta* à política econômica do presidente e à construção da nova capital foi a do cartunista Theo, que representou Juscelino como um faraó (o Faraó Jukelinotep),⁸¹ sentado num trono repleto de vícios políticos e problemas econômicos (corrupção, suborno, vida cara, inflação etc.), em pleno deserto para se construir uma cidade nova e moderna:

80 De acordo com Carolina Vianna Dantas (2001) a revista *Careta* foi uma publicação “ilustrada semanal fundada por Jorge Schmidt na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 6 de junho de 1908, e extinta em novembro de 1960. Ao ser lançada, além de ter Jorge Schmidt como proprietário-editor, *Careta* tinha J. Carlos como diretor e ilustrador. (...). A *Careta* também teve como colaboradores outros artistas gráficos bastante conhecidos na época, tais como Belmonte, Malagute, Raul Pederneiras e Theo. (...). Ao conjugar de forma ágil texto e imagem, *Careta* foi uma das mais importantes expressões da modernidade artística e intelectual do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Mas, diferentemente da *Kosmos*, por exemplo – outra revista de propriedade de Jorge Schmidt –, mantinha uma postura independente e assumiu posições políticas em meio às grandes polêmicas de sua época, como quando apoiou Rui Barbosa na Campanha Civilista, em 1910, e satirizou Getúlio Vargas e o Estado Novo (1937-1945). Paralelamente ao surgimento desse novo padrão editorial, nos anos de 1940 estava em curso no Rio de Janeiro um movimento de concentração da imprensa. De acordo com Nelson Werneck Sodré, essa concentração era tão marcante que periódicos que haviam marcado época desde o início do século XX, como *Careta*, *Fon Fon*, *O Malho* e a *Revista da Semana* entraram em declínio e foram, aos poucos, desaparecendo. Após a morte de Roberto Schmidt em setembro de 1960, M. Carolina Schmidt assumiu interinamente a direção do periódico até sua extinção a partir de novembro de 1960, totalizando 52 anos ininterruptos de publicação.”

81 THÉO. Capa. *Careta*, Rio de Janeiro, ano LII, n. 2.706, 07 maio de 1960, *apud*. Costa (2013, p.330).



Para fazer frente a estas e outras publicações de caráter oposicionista, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a NOVACAP, publicou a sua própria revista com o nome de *Brasília*, que circulou entre 1957 e 1963. A revista de caráter mensal tinha por objetivo demonstrar o andamento das obras no planalto central, funcionando como um boletim informativo para a opinião pública nacional e internacional.⁸² No entanto, antes de mencionarmos as críticas ou elogios ao projeto ou à execução das obras, mais precisamente pela *Tribuna* ou pela UH, vamos comentar, brevemente, sobre os primeiros passos para Brasília; a criação da Companhia Urbanizadora (NOVACAP), o Plano Piloto, o Catetinho e, ao longo deste trabalho, a Candangolândia, a Cidade Livre, as vilas dos operários e as cidades-satélites.

O jornalista Claudio Bojunga (2010, p. 517-518) conta que apesar dos entraves estabelecidos pela UDN contra as iniciativas do presidente Juscelino Kubitschek, a lei que autorizava a transferência da capital para o planalto central foi sancionada. Antes, o presidente pediu ao governador de Goiás, José Ludovico, para que pressionasse os representantes de seu estado, até mesmo os udenistas para que aceitassem a decisão, enquanto JK atuava junto à sua base aliada. Os udenistas, entretanto, acreditavam que a nova capital nunca sairia do papel e que JK encontraria no cerrado o seu “túmulo político”. No dia 19 de setembro de 1956, foi sancionada a lei 2.874 que criava a Companhia

⁸² Informação disponível em: < <https://www.arpdf.df.gov.br/revista-brasilia/>>. *Arquivo Público do Distrito Federal*. Acesso em: 29 mai. 2022.

Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP). O conselho administrativo desta companhia contava com nomes como o de: Israel Pinheiro, responsável pelo setor de urbanismo, de arquitetura e de compras; Bernardo Sayão, vice-governador de Goiás e responsável pelas obras, estradas, comunicação e telefonia; Ernesto Silva, médico, responsável pelas obras de assistência social, nas áreas da saúde e da educação. Silva também promoveu em ação conjunta com Sayão, a instalação do primeiro núcleo habitacional de Brasília – a Candangolândia. Claudio Bojunga (2010, p. 524) comenta ainda que a lei estabeleceu que o maior partido de oposição criasse uma lista com três nomes para que um integrante fizesse parte da companhia e fiscalizasse as finanças. O presidente escolheu, então, o deputado udenista Iris Meinberg.



Reunida em um escritório do Rio de Janeiro, a diretoria da NOVACAP. Da esquerda para a direita: Iris Meinberg, Israel Pinheiro, Bernardo Sayão e Ernesto Silva. Rio de Janeiro, c. 1956/1958.⁸³

Bojunga (2010, p. 518-518) relata que JK resolveu certo dia viajar para o sítio descampado onde seria erguida a nova capital, Brasília. Com uma comitiva de 30 pessoas, incluindo os generais Henrique Teixeira Lott e Nelson de Melo; o presidente da Novacap, Israel Pinheiro, o engenheiro Regis Bittencourt, o arquiteto Oscar Niemeyer, o médico Ernesto Silva, entre outros, enquanto José Ludovico, governador de Goiás, Bernardo Sayão, vice-governador, e outras autoridades políticas goianas o aguardavam protegidos por um toldo. Nesta viagem, o presidente

Trocou ideias com Oscar [Niemeyer], demarcando no ar o local do núcleo pioneiro. Como ninguém tinha a menor ideia como seria a futura

⁸³ Fonte: VEJA. A Construção. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/a-construcao/>>, 18 jul. 2016. Acesso em: 30 mai. 2022.

capital, o lugar parecia especialmente vazio. Lott estava atônito. Ficou isolado, contemplando as terras vazias e silenciosas, o céu mudo e infinito. Não se conteve: “O senhor vai mesmo construir uma cidade aqui?” Juscelino virou-se para o general com um sorriso: “Não só vou construí-la, general, mas vou transmitir a faixa presidencial ao meu sucessor já instalado aqui.” (BOJUNGA, 2010, p. 519).

Conforme Lara Moreira Alves (2005, p. 13), a NOVACAP também ficou responsável por realizar um concurso com o propósito de escolher o desenho para a nova capital. O júri foi composto pelo presidente da companhia, Israel Pinheiro, pelo arquiteto Oscar Niemeyer, por Hildebrando Horta Barbosa, representante do Clube de Engenharia; William Holford, responsável pelo plano regulador de Londres; André Sive, arquiteto e conselheiro do Ministério da Reconstrução da França, entre outros. Dentre as 26 propostas inscritas, o projeto do urbanista Lucio Costa venceu por apresentar grande racionalidade, singeleza, simplicidade e funcionalidade. Alves, valendo-se do estudo de Pedrosa (1981, p. 299), comenta que na literatura da arquitetura, Brasília pode ser entendida como um exemplo de cidade modernista. Para estes autores, a cidade modernista é:

Aquela que possui uma estrutura humana que possibilita o resgate da coesão social perdida. Objetiva, por isso, conciliar a ordem, a técnica urbanística mais avançada e um desenvolvimento planejado, com o calor humano e o convívio social direto de seus habitantes. Possui um espírito de utopia, de plano, de formas arquitetônicas simples, geométricas, retas, horizontais, de ritmos repetitivos e de caráter monumental (PEDROSA, 1981, p. 299; ALVES, 2005, p. 13).

Na pesquisa de Ana Queiroz (2007, p. 162) o projeto de Lucio Costa contemplou ideias caras para a época como uma urbe funcional, reta e luminosa, com a capacidade de “estimular um novo homem e de uma nova sociedade equânime e harmoniosa”. Além disso, a autora comenta que o projeto

Se inspirou ainda em símbolos arquetípicos que aludem à ideia de uma cidade demiúrgica destinada a inaugurar uma nova era. Disso decorre que, não obstante a irrepreensibilidade da sua coerência, o urbanista elaborou o seu Plano Piloto recorrendo também a elementos do discurso mitológico. No Plano Piloto de Brasília, Costa inicia a sua justificativa evocando o ícone sagrado para ir construindo a argumentação de sua ideia: ela “nasceu de um gesto primário de quem assinala um lugar o dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz” (QUEIROZ, 2007, 162).



Cruzamento dos Eixos Monumental e Rodoviário no início das obras de Brasília. Foto: Mário Fontenelle. 1956/1957. Arquivo Público do Distrito Federal. Fonte: Agência Brasília.⁸⁴

Ana Queiroz (2007, p. 163), além de apontar a cruz como elemento sacro, símbolo inaugurador da era cristã, comenta que a cruz, também, representa “a cidade tal como descrita por vários povos da antiguidade, a exemplo dos romanos, dos egípcios e da civilização mesopotâmica”. A cruz, igualmente, “remete aos pontos cardeais, às quatro direções do mundo e, ao mesmo tempo, tem uma função de síntese e medida”. Ademais, Queiroz (2007, p. 164-165) explica que Lucio Costa utilizou-se da figura de um triângulo para a Praça dos Três Poderes e de um pássaro para marcar as asas sul e norte do Plano Piloto. O triângulo também é considerado um símbolo de racionalidade e, igualmente, um signo místico, tendo em vista o seu uso por alquimistas, rosa-cruzes e maçons. Para representar os três poderes (legislativo, executivo e judiciário), sua forma atingiria o “ideal de equilíbrio e harmonia entre eles”, tal qual o “ideal de democracia compreendido pelo urbanista”. Já o pássaro representaria “o desejo do voo do homem”, o homem que domina as leis da natureza, que constrói, que cria, que tem o poder de transformar a realidade. Seria esse o poder, conforme se pensava na época, dos homens que construíram uma cidade em um local ermo e inóspito.

Quando Juscelino Kubitschek escreveu o livro *Por que construí Brasília*, imaginava que a nova capital irradiaria “um sistema desbravador que iria trazer, para a civilização, “um universo irrevelado,” e que “teria de ser, forçosamente, uma metrópole com

84 PERA, Guilherme. Plano Piloto completa 30 anos como Patrimônio Cultural da Humanidade. Disponível: < <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/04/21/plano-piloto-de-brasilia-completa-30-anos-como-patrimonio-cultural-da-humanidade/>>. Agência Brasília, 26/04/17. Acesso em: 31 mai. 2022.

características diferentes” (KUBITSCHKEK, 1963, p. 62). Contudo, Ana Queiroz alerta que:

Kubitschek pensava Brasília não somente com os argumentos geopolíticos ou dentro do ponto de vista da teoria do desenvolvimento, mas também constrói a ideia da capital através de uma perspectiva utópica com matizes míticos, inclusive quando passa ao largo da realidade brasileira da época, convencido de que a cidade, por si mesma, desencadearia a transformação do país e irradiaria para a humanidade “um universo irrealizado”. Assim conceituando-a, igualmente a coloca em um contexto legendário, a exemplo de uma cidade ideal e inauguradora de uma nova civilização (QUEIROZ, 2007, p. 164).

Os pesquisadores José Geraldo Simões Júnior e Angélica Bernatti Alvim (2015, p. 7) discutiram em uma pesquisa, o processo de urbanização de Brasília. Eles organizaram tal processo de assentamentos urbanos populares no distrito federal, que foram sendo instituídos ao longo dos anos 50 e 60, em quatro categorias: 1) Núcleos Provisórios Oficiais; 2) Acampamentos das Empreiteiras; 3) Invasões e Favelas; 4) Cidades-Satélites (Núcleos Pré-existentes e Cidades Novas). No decorrer deste trabalho, nós iremos discutir sobre as três últimas categorias. Neste momento, iremos nos concentrar na primeira categoria, especialmente, em três núcleos: o Núcleo Provisório Presidencial (o Catetinho), a Candangolândia e a Vila Planalto. Já o Núcleo Bandeirante (Cidade Livre), que também faz parte desta primeira categoria, será discutido no terceiro tópico desta parte II, juntamente, com a segunda e terceira categoria. Já a quarta – a das Cidades-Satélites – nós iremos debatê-la, brevemente, nos focando na Região Administrativa de Ceilândia, no terceiro capítulo deste trabalho.

De acordo com Daniela Pereira Barbosa (2019, p.35), o Catetinho, em conjunto com a Pedra Fundamental (1922) e a Casa da Fazenda Gama (construída em meados do século XVIII), em Planaltina; como bens patrimoniais do Distrito Federal, se autoproclamam, por meio de justificativas expressas em documentação para o tombamento, o marco do início para construção de Brasília. A Casa da Fazenda Gama, em Planaltina, onde Juscelino Kubitschek e sua comitiva estiveram hospedados no início das obras, em 1956, é negligenciado, segundo Barbosa (2019, p. 42) no processo de tombamento do Catetinho – residência provisória construída em 10 dias (21/10/56 – 31/10/56) para que JK e sua família pudessem acompanhar o início dos trabalhos. O local também serviria para que o presidente realizasse os despachos administrativos e suas reuniões. O Catetinho, também chamado de Palácio das Tábuas, partiu da iniciativa de um grupo de amigos de Juscelino,

que financiou a construção em estilo modernista, toda em madeira, com dois pavimentos, “telhado de uma água, pilotis e varandas com muxarabis no primeiro piso (SIMÕES JR.; ALVIM, 2015, p. 8).



Da esquerda para direita: 1) Local onde seria mais tarde construído o Catetinho, em 1956. 2) A obra do Catetinho concluída. Arquivo Público do Distrito Federal, 1956. Fontes: Memorial da Democracia e Simões Jr. & Alvim (2015, p. 8).⁸⁵

Conforme Daniela Barbosa (2019, p. 43-44), o presidente Kubitschek pediu para que a obra, inicialmente, provisória, fosse tombada. O engenheiro José Ferreira de Castro Chaves, que participou da equipe e da logística necessária para a conclusão da obra, em depoimento, cita os amigos de JK, os trabalhadores anônimos (os candangos) e o otimismo do próprio presidente para a conclusão do “Palácio das Tábuas”. Nas palavras de Chaves, o Catetinho foi feito no chamado “Ritmo Brasília”, ou seja, num ritmo vertiginoso, apontando o trabalho em equipe e a solidariedade – características que, na visão das autoridades, inspirariam os candangos a construir Brasília. Barbosa conta que além desta inspiração sobre o ritmo das obras para a capital, o discurso do diretor do IPHAN, em 1959, o engenheiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, ressaltou que a instalação do

85 Ambas as fotos são de autoria desconhecida. A primeira pode ser encontrada em: MEMORIAL DA DEMOCRACIA. O Catetinho. Brasília começa a nascer. ‘Palácio de tábuas’ foi residência provisória de Juscelino. Disponível em: < <http://memorialdademocracia.com.br/card/construcao-de-brasilvia/3>>. *Memorial da Democracia*, 2015-2017. Acesso em: 05 jun. 2022.

Catetinho teve por finalidade “acelerar a obra imensa de transferir do litoral onde permanecia 4 séculos e meio para o centro do território nacional, a Capital do Brasil, erigindo-a como um testemunho ciclópico de confiança no futuro da pátria” e que as gerações futuras tomariam ciência sobre a “origem rústica e quase humilde da majestosa da Nova Capital” (GOVERNO FEDERAL, 1959, *apud*. BARBOSA, 2015, p. 44).

Para que a nova capital fosse erguida, era necessária uma grande quantidade de mão de obra para que se trabalhasse nas construções. Segundo Christiane Machado Coelho (2008), desde os primórdios para a construção da capital do “futuro”, a questão de moradia para os operários e funcionários

Se impôs como um problema principal. O número considerável de trabalhadores necessários para a construção da cidade supôs a necessidade de moradia para alojar esse grande número de pessoas. A NOVACAP - Instituição governamental encarregada da construção de Brasília - estabeleceu núcleos de moradia provisórios para alojar os trabalhadores na Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, e nos acampamentos construídos para esse efeito, dos quais a Vila Planalto é um exemplo (COELHO, 2008, p. 70).

A Candangolândia, também chamada de Velhacap ou de Lonalândia⁸⁶, teve a sua origem associada aos primeiros núcleos de acampamentos para pioneiros. Segundo Simões Jr. & Alvim (2015, p. 11), o primeiro desses acampamentos foi construído nas margens da rodovia de conexão com Luziânia, em 1956. Depois disso, outros acampamentos foram surgindo a fim de abrigar os operários que trabalhavam nas obras – os candangos. Ademais, Simões Jr. & Alvim contam que a região continha boa infraestrutura para a época, água e energia elétrica vinda de geradores; e abrigava também

Residências dos funcionários e do escritório da NOVACAP, um banco para realizar o pagamento dos funcionários, o hospital Juscelino Kubitschek (também conhecido como o hospital do IAPI), uma escola, um posto policial e dois restaurantes - um para os funcionários da Novacap e o outro do Serviço de Alimentação Popular. A emancipação como cidade [no entanto] só aconteceu em 1989 (SIMÕES JR.; ALVIM, 2015, p. 11).

⁸⁶ Inicialmente, as barracas montadas pelo Exército, eram feitas de lonas. Para saber mais, ver: ALVES, Renato. Nascida de um acampamento, Candangolândia completa 60 anos. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/11/03/interna_cidadesdf,555784/nascida-de-um-acampamento-candangolandia-completa-60-anos.shtml>. *Correio Braziliense*, 03/11/2016. Acesso em: 9 jun. 2022.



Acampamentos [dos] operários na Lonalândia (1956), que mais tarde viria ser chamada de Candagolândia, em setembro de 1958.⁸⁷

Já com relação à Vila Planalto, de acordo com Christine Coelho (2008, p. 72), o núcleo provisório era formado por um conjunto de acampamentos instalados por variadas companhias de construção civil, estando muito próximos da atual Praça dos Três Poderes, do Palácio da Alvorada e do Palácio do Planalto. Mesmo tendo praticamente uma boa localização – no centro do plano piloto – suas construções eram todas de madeira, sem perspectivas de crescimento. Todavia, com uma localização privilegiada, uma boa infraestrutura e sem uma política habitacional preparada para oferecer moradias adequadas para a população mais qualificada que ali vivia (um corpo de técnicos envolvidos com as atividades de administração e obras da Novacap), a Vila Planalto continuou a existir e a se expandir, “tornando-se um núcleo habitacional pioneiro no coração do Plano Piloto” e, sendo, posteriormente, tombada pelo IPHAN em 1987 (SIMÕES JR.; ALVIM, 2015, p. 10).

Em meio ao início das obras e à chegada dos operários, dos engenheiros e dos arquitetos, em pleno cerrado goiano, Juscelino Kubitschek sonhava com um novo Brasil,

⁸⁷ Na fase inicial, o Exército cedeu barracas de lona para a ocupação (SIMÕES JR.; ALVIM, 2015, p. 11). A imagem também pode ser encontrada em: VEJA. A Construção. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/a-construcao/>>, 18 jul. 2016. Acesso em: 31 mai. 2022.

a partir da política nacional-desenvolvimentista, com o seu Programa de Metas e sua meta- síntese, Brasília, a cidade modernista que tinha por objetivos ser um novo marco de civilização para o país, colonizando áreas até então desconhecidas e irradiando o progresso através das rodovias para as mais remotas regiões da nação. Termos como “bandeirantes”, “pioneiros”, “desbravadores”, “colonizadores” e, até a mesmo, a data da inauguração da nova capital (21 de abril), fazendo referência a uma personalidade idealizada pela República, o inconfidente Tiradentes, remetendo a um passado político “glorioso” e mítico, sendo usado para legitimar a construção de uma nova capital num estilo futurista, e que tiraria o país das amarras do subdesenvolvimento com o propósito de tornar-se um país independente economicamente. Talvez, com isso em mente, em meio a alta do custo de vida dos brasileiros, greves, enchentes e secas em algumas regiões; o presidente Kubitschek foi para Brasília a fim de reproduzir a primeira missa do Brasil – a céu aberto com a presença de índios Carajás e de algumas personalidades ao redor de um altar e de uma cruz de madeira. No dia 4 de maio de 1957, o jornal *Última Hora* relatou este acontecimento com muito entusiasmo.

Fig. 1



Fig. 1) Da esquerda para a direita: JK com um dos índios Carajás. Em seguida, a o registro do fotógrafo Mário Fontenelle (mais visível abaixo). Por último: JK aponta para o alto ao lado de militares e clérigos. *Última Hora*, 4 de maio de 1957. 15 mil pessoas na missa em Brasília. Marco de Libertação Nacional no Planalto Goiano (Capa). Fonte: Hemeroteca Nacional/BN.

Fig. 2



Fig. 3

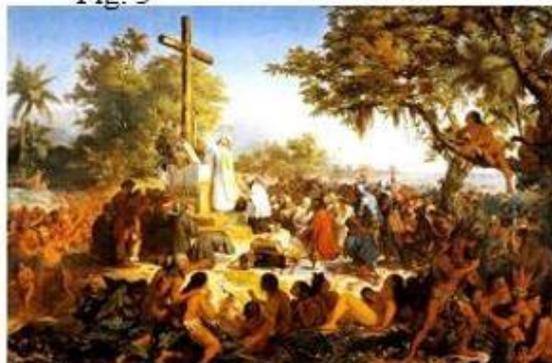


Fig. 2) Imagem registrada pelo fotógrafo Mario Fontenelle em 1957. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Fig. 3) Pintura do artista Victor Meirelles (1861), que retrata a primeira missa no Brasil celebrada em Porto Seguro. Fonte: Revista Veja – Especial Brasília 50 anos.⁸⁸

Na capa do jornal do dia 4 de maio de 1957, um dia depois do ato, as fotos e o texto exposto remetiam a primeira missa no Brasil, da seguinte forma:

Três aspectos da solenidade de ontem em Brasília, quando, com a celebração da primeira missa foi lançado o marco espiritual da nova Capital do Brasil. Como em 1500 não faltaram índios e o Presidente, novo Alves [Álvares] Cabral do interior brasileiro, falou entusiasmado à multidão que, lotando dezenas de aviões, compareceu ao Planalto para

⁸⁸ A pintura que retrata a primeira missa no Brasil também pode ser encontrada em: POUBEL, Mayra. Primeira Missa no Brasil. Disponível em: < <https://www.infoescola.com/historia/primeira-missa-no-brasil/> >. *InfoEscola*, s.d. Acesso em: 01 jun. 2022.

assistir à cerimônia realizada pelo cardeal de São Paulo (ÚLTIMA HORA, 04/05/1957).⁸⁹

Na terceira página do jornal, a reportagem além de registrar que alguns índios Carajás, acompanhados do coronel Guedes, do Serviço de Proteção aos Índios, compareceram à cerimônia para dar “um toque histórico” à solenidade e, que ao final desta, ofereceram presentes ao presidente. O jornal também ressaltou as palavras de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta durante a missa que comparou a fundação da nova capital com outros dois acontecimentos históricos do país: o descobrimento em 1500 e a independência em 1822. Ademais, D. Motta afirmou de forma entusiasmada, em meio a aplausos, o que a nova capital significaria para a nação:

“(...) O gigante não continuará deitado eternamente nas areias entorpecentes das praias do litoral. Vai acordar-se, vai levantar-se, vai galgar e transpor as Serras do Mar e da Mantiqueira para subir até o Planalto das vertentes do Brasil. (...). Brasília vai ser o trampolim mágico para a integração da Amazônia na vida nacional. (...) Brasília vai deter a fuga do nosso sertanejo em busca da miragem das megalópoles. Brasília vai resolver o mais angustioso e mais grave problema dos nossos irmãos nordestinos, proporcionando-lhes oportunidade de se fixar em colônias nacionais (...). Brasília vai ser o mais formidável impulso unificador e civilizador do Brasil. (...) Brasília vai ser uma, como que metrópole universitária da civilização cristã na democracia cristã, da justiça social cristã, da fraternidade cristã, da paz cristã” (ÚLTIMA HORA, 04/05/1957).⁹⁰

Segundo Paola Berenstein Jacques e Dilton Lopes (2017, p. 475), o presidente tomou para si, a figura do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, apresentando-se, ao mesmo tempo, também, como um novo bandeirante, ao tentar reencenar a primeira missa em um “novo” país pós- descobrimento. Se a cristianização, nos tempos do Brasil colônia, representou para a Igreja e para os colonizadores portugueses, a civilização dos povos ameríndios; a missa em 1957, no Planalto Central, com a presença de índios Carajás e uma cruz de madeira feita de pau-brasil, corresponderia à civilização do Brasil moderno, tendo como símbolo máximo, a construção da nova capital, que romperia “por completo com o passado”, possibilitando, assim, recriar o destino de uma nação

89 ÚLTIMA HORA. 15 mil Pessoas na Missa em Brasília. Marco da Libertação Nacional no Planalto Central. Capa. *Última Hora*, 4 de maio de 1957.

90 ÚLTIMA HORA. Acontecimento máximo depois do Ypiranga: 15 mil pessoas na Missa de Brasília. *Última Hora*, 4 de maio de 1957, p. 3.

(*apud.* MOSER, 2016, p. 33). Um dado importante levantado também por Jacques e Lopes (2017, p. 479) sobre as consequências da “refundação” do Brasil através da construção de Brasília, era que os mais atingidos pelas ações do governo, além dos próprios construtores da cidade (os candangos),⁹¹ foi a população indígena no cerrado. Valendo-se do trabalho de Michael Wesely e Lina Kim (2010), Jacques e Lopes comentam o seguinte:

Existem, ainda hoje, conflitos com populações indígenas na área do Distrito Federal, como a recente disputa de comunidades das tribos Fulniô-Tapuya que se movimentaram e contestaram o desenho propício à especulação imobiliária sobre parcelas da terra no Setor Noroeste do Plano Piloto. A área, em questão, seria para os indígenas, um santuário ou um cemitério indígena desde antes da construção de Brasília e que, por isso, teria um valor sagrado para os mesmos (JACQUES & LOPES, 2017, p. 479).

Voltando à análise da primeira missa em Brasília nos jornais, a *Tribuna da Imprensa*, no dia 10 de maio de 1957, publicou parte do discurso do senador Mem de Sá⁹², opositor do governo, que em tom irônico, comentou sobre a primeira missa com a presença dos índios, a transferência da capital, a inflação, o desemprego e os gastos com as viagens e as obras, a rapidez com que todo processo estava ocorrendo:

“Tudo voa para Brasília. (...). Voam índios Carajás, porque, por acaso, também havia índios naquela outra missa que frei Henrique de Coimbra rezou, em 1500, como antecipação profética e que, 457 anos depois Juscelino Kubitschek de Oliveira mandaria celebrar. (...). Rezemos, nós que não fomos a esta missa imortalizadora, (...) para que não seja verdade que até os tijolos e a argamassa andam de avião para os palácios a serem inaugurados a jato, em aviões a jato e a jatos de cruzeiros para a jato se desvalorizarem” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 10/05/1957).⁹³

Ao se utilizar de certas figuras de linguagem em seu discurso, o senador ressalta que o mês de maio estava sorrindo na poesia das flores e na palavra do presidente, mas que era sabido que o desemprego começava “a preocupar as almas pouco líricas”. A

91 No decorrer desta segunda parte, nós iremos comentar sobre o dia a dia e o trabalho exaustivo dos candangos (operários).

92 Mem de Sá foi jornalista, deputado e senador pelo Rio Grande do Sul. Fez oposição ao governo de Juscelino Kubitschek e ao de João Goulart. Durante o Regime Militar, foi nomeado por Castelo Branco, Ministro da Justiça. Para saber mais ver: CPDOC – FGV. Mem de Sá. (verbetes). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sa-mem-de>>. CPDOC-FGV, 2001. Acesso em: 1 jun. 2022.

93 TRIBUNA DA IMPRENSA. Maio floresce, Brasília progride, caça-se Lacerda. 10 de maio de 1957, p. 10.

reportagem termina com Mem de Sá concluindo o seu discurso, fazendo menção à suposta “pacificação” ou à “trégua política” proposta pela maioria situacionista ao partido da UDN, que enfraqueceria ou “arranharia” o mandato de Carlos Lacerda:

“Maio floresce, o presidente discursa, Brasília progride e povoa-se, reza-se a primeira missa, batiza-se a primeira brasiliense e ...e... caça-se o sr. Carlos Lacerda. Dinheiro há, para a realização relâmpago da capital; asfalto há, para as estradas de Brasília; tratores e caminhões (dez milhões de dólares) sobram para o sonho faraônico da nova cidade. Atividade legislativa também existe: - Para esmagar um adversário incômodo e tornar letra morta o art. 44 da Constituição, uma das garantias essenciais da democracia. Tudo para. As medidas fundamentais, como a reforma administrativa, a reforma cambial, a reforma dos institutos de previdência, a reforma agrária, tudo para. Só não para o ritmo trepidante de construção de Brasília e a pressa desapoderada para acuar e emudecer o líder da UDN” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 10/05/1957).⁹⁴

Os inúmeros gastos e a ritmo acelerado para conclusão das obras imposto pelo governo para a construção do novo centro político do país foram alguns dos alvos registrados um ano depois, em 1958, ano de eleições, pelo mesmo jornal, em uma série de reportagens especiais com chamadas na parte superior das capas. Ao anunciar as reportagens especiais no dia 06 de maio, com o título “A VERDADE SOBRE BRASÍLIA”, a *Tribuna* expôs o seguinte texto:

Uma visão geral de Brasília, desde os planos de construção da nova capital aos investimentos e às irregularidades que ali se processam, será revelada pela TRIBUNA DA IMPRENSA através de uma série de reportagens. A construção de Brasília custará Cr\$ 200 bilhões. Até agora, já foram esbanjados Cr\$ 35 bilhões, embora sejam escassas as realizações concretas. Só o banheiro destinado ao presidente da República vai custar Cr\$ 15 milhões, num palácio cujo o valor é de nada mais nada menos de Cr\$ 1 bilhão. E, não bastasse isso, já está sendo projetado, em Brasília, novo palácio, destinado aos despachos. Apesar de o governo apregoar que Brasília será inaugurada daqui a dois anos, ainda não chegaram ali as estruturas dos ministérios. (...). Os escândalos que estão caracterizando a construção de Brasília e aos quais não são estranhos ao presidente Kubitschek e pessoas de seu “entourage” íntima, também serão revelados pela nossa reportagem (TRIBUNA DA IMPRENSA, 06/05/1958).⁹⁵

Logo abaixo, nós apresentamos algumas destas chamadas nas capas do jornal, para as reportagens especiais sobre Brasília, ao longo do mês de maio de 1958:

94 TRIBUNA DA IMPRENSA. Maio floresce, Brasília progride, caça-se Lacerda. 10 de maio de 1957, p. 10.

95 TRIBUNA DA IMPRENSA. A Verdade sobre Brasília. Capa. 6 de maio de 1957.



Tribuna da Imprensa. Custarão Cr\$ 200 bilhões as loucuras de Brasília. Capa. Data: 08/05/1958. Fonte: Hemeroteca Digital/BN.



Tribuna da Imprensa. Banheiro de Kubitschek custa 15 milhões. Capa. Data: 10-11/05/1958. Fonte: Hemeroteca Digital/BN.



Tribuna da Imprensa. Já existem favelas em Brasília. Nova Capital também dispõe de cadeia. Capa. Data: 16/05/1958. Fonte: Hemeroteca Digital/BN.



Tribuna da Imprensa. Brasília não ficará pronta durante o governo Kubitschek. Capa. Data: 17-18/05/1958. Fonte: Hemeroteca Digital/BN.

A reportagem do dia 08 de maio de 1958 comenta que Israel Pinheiro, presidente da Novacap, havia feito um orçamento para as obras iniciais de Cr\$ 12 bilhões. Mas, naquele momento, o montante gasto até então, era de Cr\$ 35 bilhões, além de revelar o empréstimo de 10 milhões de dólares do Eximbank para o pagamento das estruturas metálicas de 16 edifícios públicos.⁹⁶ Já na matéria do dia 10-11 de maio, o jornal relata o custo do Palácio da Alvorada – Cr\$ 1 bilhão – e do chamado banheiro “de ouro” do

⁹⁶ TRIBUNA DA IMPRENSA. Custarão Cr\$ 200 bilhões as loucuras de Brasília. Capa. 8 de maio de 1958.

presidente, segundo o jornal, no valor de Cr\$ 15 milhões com “finíssima louça estrangeira e azulejos”.⁹⁷

O jornal também fez uma reportagem sobre o crescimento das favelas e habitações irregulares para a região, no dia 16 de maio. A chamada coloca o seguinte: “O sr. Israel Pinheiro, por sua vez, pediu providências ao INIC [órgão responsável], para evitar o deslocamento de flagelados nordestinos para a Nova Capital, uma vez que ali não há trabalho para eles e essa “saturação de mão de obra” ocasionaria o surgimento de favelas.”⁹⁸ Na mesma matéria foi registrado que a legislação trabalhista não estaria sendo respeitada, tendo em vista que os operários estariam trabalhando 17 horas por dia para que Brasília ficasse pronta até abril de 1960. Conforme já mencionamos anteriormente, as condições de vida dos trabalhadores serão estudadas ainda no decorrer deste capítulo. Outro dado a apontar na reportagem é a instalação de uma cadeia na nova capital. Na página 5 da mesma edição, é exposto o seguinte:

(..) A construção da cadeia foi sugerida, por malícia, durante uma visita que o sr. João Goulart fez à nova capital. O sr. Israel Pinheiro levou o vice-presidente à nova capital e um dos seus auxiliares lembrou-se logo da cadeia, coisa que ainda não existia. Por isso, um galpão tosco, que já foi depósito de cimento, é agora o cárcere daquela terra sem lei. Muita gente já esteve lá, exceção do sr. João Goulart, que ao saber da história não quis entrar nem mesmo em visita oficial (TRIBUNA DA IMPRENSA, 16/05/1958, p.5).⁹⁹

Já a última reportagem que expomos aqui é a dos dias 17-18 de maio de 1958, em que não só a *Tribuna*, a UDN, mas também parte da opinião pública já afirmava, era que Brasília não ficaria pronta a tempo de ser inaugurada em 1960. No texto abaixo da chamada, o deputado udenista, Iris Meinberg, um dos diretores da Novacap, afirmou que o presidente Kubitschek não conseguiria terminar Brasília durante o seu governo. O ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Hungria, também foi citado no texto como um dos que não acreditavam na mudança da capital para o planalto goiano. De fato, em 1958, muitas obras estavam no meio do caminho ou ainda estavam para serem iniciadas. Isso fez com que o ritmo de trabalho dos operários fosse acelerado e muitos deles chegavam

97 TRIBUNA DA IMPRENSA. Banheiro de Kubitschek custa 15 milhões. Capa. 10-11 de maio de 1958.

98 TRIBUNA DA IMPRENSA. Já existem favelas em Brasília. Nova Capital também dispõe de cadeia. Capa. 16 de maio de 1958.

99 TRIBUNA DA IMPRENSA. Já existem favelas em Brasília. 16 de maio de 1958, p. 5.

a trabalhar dois turnos ininterruptamente, em condições precárias, sendo vítimas de acidentes, parte deles, infelizmente, vindo a óbito (VESENTINI, 2020).

No que se refere ao jornal *Última Hora*, no mesmo período (maio de 1956), poucas menções foram feitas a Brasília. Destacaremos, neste momento, uma matéria sobre o retorno da viagem do ministro Amilcar de Menezes, relatando o que os europeus pensavam sobre Brasília, matéria esta não assinada, do dia 15 de maio; e de uma propaganda sobre a venda de terrenos, essa publicada na primeira página do periódico, no dia 26 de maio de 1958.

A matéria do dia 15 de maio de 1958, intitulada “Afirma Amilcar de Menezes ao regressar do Velho Mundo: acreditam os europeus no sucesso de Brasília”, relatou que o ex-diretor do DIP e que, no governo de JK, era Ministro dos Negócios Comerciais e Econômicos do país, estava em viagem num navio luxuoso com outras personalidades estrangeiras. Já em terra, ele comentou de forma positiva sobre as exportações de café para a Áustria e para a África Ocidental Britânica. Além disso, ao ser perguntado sobre a repercussão no exterior da mudança da capital para Brasília, Menezes declarou que “a Europa acredita no sucesso desse grande empreendimento que vem sendo aguardado com o mais vivo interesse por tratar-se de uma iniciativa imprescindível ao desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil” (ÚLTIMA HORA, 15/05/1958, p. 5).¹⁰⁰

Já na capa do jornal UH do dia 26 de maio de 1958, no canto inferior, foi publicado um anúncio pela Companhia Urbanizadora, a NOVACAP, sobre a venda de terrenos em Brasília:

100 ÚLTIMA HORA. Afirmo Amilcar de Menezes ao regressar do Velho Mundo: “Acreditam os europeus no sucesso de Brasília”. 15 de maio de 1958, p. 5.

Fig.1



Fig.2

BRASÍLIA
VENDA DE TERRENOS

A NOVACAP comunica que, tendo concluído o loteamento dos terrenos em Brasília, iniciou a venda dos lotes destinados a casas individuais.

- Lotes de 540 e 1.350 m².
- Preço a partir de Cr\$ 140.000,00.
- Condições de pagamento: 30 prestações, com 20% de entrada.

As vendas são efetuadas na sede da NOVOCAP em Brasília e pelos seus Escritórios:

RIO: Av. Almirante Barroso, 54 — 18.º andar.
SAO PAULO: Largo do Café, 14 — 2.º andar — Sala 4.
BELO HORIZONTE: Rua Espírito Santo, 495 — 8.º andar — Sala 803.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CÁPITAL DO BRASIL

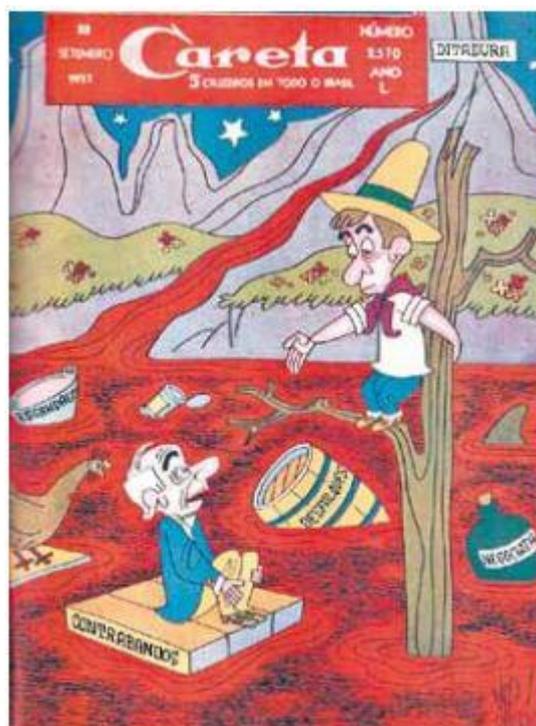
Fig. 1) Capa do jornal *Última Hora* do dia 26 de maio. No canto inferior esquerdo, a propaganda da Novacap. Fig. 2) A propaganda sobre a venda de terrenos em destaque. *ÚLTIMA HORA*, Capa. 26 de maio de 1958. Fonte: Hemeroteca Digital/BN.¹⁰¹

Retomando a pesquisa de Wagner da Costa (2010, p. 320-321) sobre as charges da revista *Careta*, que criticavam os gastos do governo com a transferência da capital, uma das charges do cartunista Theo, retratava um perspicaz *Jeca*¹⁰², no alto de uma árvore, explicando a um “surpreso cidadão” envolto a um mar de lama (segundo governo Vargas), até se transformar num “oceano” (segundo ano do governo JK), em meio a um tonel (de desfalques), a um caixote (de contrabandos), entre outras “sujeiras”, o motivo pelo qual uma enchente estava acontecendo naquele momento (imagem abaixo).¹⁰³

101 *ÚLTIMA HORA*. Brasília. Venda de terrenos. (Capa). 26 de maio de 1958.

102 Segundo Wagner da Costa (2013, p. 311), o “Jeca” era personagem símbolo do brasileiro na revista *Careta*.

103 THÉO. O retorno (capa). *Careta*. Rio de Janeiro, ano L, n. 2570, 28 st. 1957, *apud*. Costa (2013, p. 320-321).



Costa (2013, p. 320) indaga, diante desta charge, qual seria a resultante dos “escusos interesses ligados a esse rubro e pútrido rio-mar-oceano de lama” no que se referem a Brasília. Seria o retorno da “Pampulhação”, isto é, o retorno das negociatas com a venda de lotes no decorrer das obras de urbanização da Pampulha, quando JK era prefeito de Belo Horizonte, só que naquele momento, sendo implementadas na nova capital através da Novacap? O que podemos afirmar é que muitos desses anúncios sobre venda de lotes/terrenos em Brasília foram publicados no jornal de Samuel Wainer. Afinal, o próprio governo propagandeou a nova capital como a terra das oportunidades, a capital da esperança. Alguns conseguiram êxito, outros tantos, não.

Vale ainda ressaltar que no início de novembro de 1959, a UDN tentou formar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar ações ilícitas com relação às verbas da União destinadas à Companhia Urbanizadora, a Novacap, tendo Israel Pinheiro como presidente. Boris Fausto (1995, p. 430) relata também que Carlos Lacerda foi o deputado que encabeçou a solicitação de constituição da CPI com o propósito de apurar as irregularidades na contratação das obras em Brasília. A Comissão, no entanto, não evoluiu, visto que a maioria era situacionista (VIDESOTT, 2010, p.42).

2.2.3) Os bastidores de Brasília: dos sonhos dos candangos à dura realidade no planalto central.

A *Sinfonia da Alvorada*,¹⁰⁴ composição de Antônio Carlos Jobim e letra de Vinícius de Moraes, era uma espécie de “poema sinfônico”, realizado para exaltar a construção da nova capital e os operários que trabalharam com afinco para erguê-la. Nela, os músicos se remetiam aos trabalhadores, os chamados candangos, da seguinte maneira: “os homens simples e quietos, com pés de raízes, rostos de couros e mãos de pedras, todos os homens que, com vontade de trabalhar e confiança no futuro, pudessem erguer num tempo novo, um novo tempo” (VIDESOTT, 2008, p. 29-30). O governo de Juscelino Kubitschek, por meio de rádio, televisão e jornais, propagandeava que a nova capital seria a terra da esperança, do recomeço e do futuro. Muitas pessoas, imbuídas por esta propaganda e pela esperança de uma vida melhor, saíram de suas terras de origem para trabalhar na construção de uma cidade que seria o novo centro político do país. Esses trabalhadores foram chamados de candangos e, muitos deles, não viveram, infelizmente, o tão esperado sonho. Poucos mudaram de vida, muitos continuaram pobres, outros tantos se acidentaram ou morreram durante a construção. O final deste nosso capítulo destina-se a estas pessoas.

Começamos pelos diversos significados do termo candango. Conforme os pesquisadores Edson Beú Luiz e Marcia de Melo Kuyumjian (2010, p. 258-259), baseando-se no trabalho de James Holston (1993), explicam que “a palavra candango é uma variação do termo *candongo*, da língua quimbundo, dos bantos do sudoeste de Angola.” Esta expressão era utilizada pelos povos africanos escravizados de forma pejorativa contra os traficantes e os senhores portugueses na região canavieira nordestina. A palavra também foi utilizada de maneira depreciativa contra os brasileiros na época. Com o passar do tempo, invertendo-se os papéis, o termo possuindo ainda um valor ofensivo, passou a ser sinônimo de cafuzo, mestiço, mameluco, negro e populações pobres do interior do país.

Com a construção da nova capital do Brasil no planalto central, em meados dos anos cinquenta, Luiz e Kuyumjian (2010, p. 258) contam inclusive que Holston (1993) encontrou quatro designações, em pesquisa, para se referirem aos operários que

104 Sobre a história do LP *Sinfonia da Alvorada* (1960) e suas composições, recomendamos a leitura do site Museu Virtual Brasília, disponível em: < http://www.museuvirtualbrasil.com.br/museu_brasilia/modulos/news3/article.php?storyid=24>. Acesso em: 7 jun. 2022.

trabalhavam nas obras da nova cidade: candango, pioneiro, piotário e brasiliense. Na pesquisa de Holston também é relatado o seguinte:

“Pioneiro” (...) serviu inicialmente para identificar os trabalhadores de média e alta qualificação, incluindo-se, no mesmo bojo, os comerciantes e agricultores. A categoria candango é constituída principalmente pelos operários da construção civil, peões de obra, trabalhadores braçais, de baixa qualificação profissional, a maioria deles com pouca escolaridade, às vezes analfabetos, razão pela qual o vocábulo tinha um sentido depreciativo, rejeitado pelos ditos “pioneiros” (HOLSTON; 1993, *apud.* LUIZ; KUYUMJIAN, 2010, p. 258).

Luisa Videsott (2008, p. 22) relata, no entanto, que o termo candango mudou de conotação, passando a apontar de forma positiva, qualquer pessoa envolvida na construção de Brasília. De fato, conforme a autora, revistas como *O Cruzeiro* e *Manchete*, de 1960, ressaltaram que todos que estavam trabalhando para que a cidade prosperasse ou que trabalharam para que a nova capital saísse do papel e fosse erguida no planalto central, eram candangos, incluindo, igualmente, o presidente Kubitschek, Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, assim como, médicos, jornalistas, bancários, comerciantes, trabalhadores da construção civil, caminhoneiros que entregavam mantimentos e imigrantes japoneses e seus descendentes que foram convidados para implementar a agricultura na região. Neste momento da nossa pesquisa, nós iremos nos focar nos trabalhadores da construção civil, que saíram de seus estados de origem (Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e de vários estados da região Nordeste do país) em busca de melhores condições de vida.

De acordo com Videsott (2008, p. 28), o *Diário de Brasília*¹⁰⁵, de 12 de novembro de 1956, estimava que a população operária de Brasília era de 232 pessoas. Já em novembro de 1958, com a grande seca em parte da região do Nordeste e a vinda de muitos retirantes, o Departamento de Imigração calculava que cerca de 45 mil pessoas estavam presentes no ainda inexistente Distrito Federal – um aumento de três mil pessoas por mês. Para tentar absorver essa gama de trabalhadores itinerantes fugindo da miséria e da seca; cidades-satélites foram criadas, como, por exemplo, a cidade de Taguatinga. Algumas barreiras foram utilizadas pela diretoria da Novacap contra esse aumento populacional. Uma das medidas tomadas era que somente pessoas portadoras de carta de chamada

105 Serviço de Documentação da Presidência da República. *Diário de Brasília*, 1956- 57, Rio de Janeiro, 1960, pág. 42, *apud.* Luisa Videsott (2008, p. 28).

individual ou de locação de trabalho poderiam entrar na região. Contudo, essas e outras medidas não foram suficientes para controlar a vinda em peso de milhares de pessoas.



Retirantes chegam para trabalhar na construção da nova capital, em janeiro de 1959. Arquivo Público do Distrito Federal. Fonte: Memorial da Democracia¹⁰⁶

As empreiteiras possuíam alojamentos com péssimas condições de higiene, destinados a homens que fossem solteiros. Aqueles que traziam as famílias viviam em barracas construídas com pedaços de madeira e restos de materiais das construções, em Candangolândia ou em outras vilas ou favelas. O jornalista Renato Alves, em reportagem para o *Correio Braziliense* (2016),¹⁰⁷ comenta que este acampamento, inicialmente, continha uma grande quantidade de barracas de lona e, assim, deram-lhe apelido de Lonalândia. Logo depois disso, o local passou a ser chamado de Sacolândia, visto que muitas barracas eram feitas por sacos vazios de cimentos, que abrigavam famílias inteiras em condições precárias. Somente com o tempo, a região passou a ser conhecida por Vila dos Candangos e, finalmente, Candangolândia. Também há relatos de uma área chamada de Sacolândia, na extinta Vila Amaury. Para melhor exemplificarmos a divisão entre alojamentos para solteiros e barracas para as famílias, faremos uso do depoimento do mineiro de Lagoa

106 MEMORIAL DA DEMOCRACIA. A construção. Os candangos. Disponível em:< <http://memorialda-democracia.com.br/card/construcao-de-brasilia/5>>. 2015-2017. Acesso em: 7 jun. 2022.

107 ALVES, Renato. Nascimento de um acampamento, Candangolândia completa 60 anos. Disponível em:< https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/11/03/interna_cidadesdf,555784/nascimento-de-um-acampamento-candangolandia-completa-60-anos.shtml>. *Correio Braziliense*, 03/11/2016. Acesso em: 9 jun. 2022.

Formosa, Miguel Machado, que chegou a Brasília com 18 anos. Em entrevista a Victória Bastos (2019),¹⁰⁸ da *Agência UniCEUB*, Machado conta que:

“Eu trabalhava no interior na roça, e quando eu vim para cá foi em busca de melhores condições de vida, porque no interior a gente tem uma vida muito limitada mesmo. Na época a gente estava em um período muito difícil, minha família era muito pobre e a gente não tinha propriedade rural, até mesmo porque o meu pai não tinha estabilidade, ele era um artesão nato” (BASTOS, 2019).

Machado conta que deixou os pais e 14 irmãos no interior de Minas Gerais e enfrentou uma viagem de 25 horas por uma estrada de terra, esburacada e enlameada. Ao chegar a Brasília em 1957, conseguiu trabalhar em serviços variados, principalmente, como carpinteiro para uma grande empresa. Ele morou num local fornecido pela Fundação Casa Popular, empresa encarregada das casas na W3 Sul. No entanto, em 1958, a família de Machado foi a Brasília em busca de novas oportunidades. Sobre isso, Machado conta o seguinte:

“Quando nós viemos para cá, eu morava no alojamento, mas a minha família foi morar em uma barraquinha coberta de saco de cimento vazio, isso ficava do lado da construção. Nós construímos essas barraquinhas e a gente aproveitava o que sobrava das obras, então a gente pegava as madeiras e pregava os sacos de cimento, aí a gente morou durante um ano desse jeito” (BASTOS, 2019).

Estas construções – as barracas - em muito contrastavam com o Catetinho ou o Palácio das Tábuas, feita para abrigar o presidente e sua família. Esta última, toda feita de madeira, em estilo modernista, possuía vários cômodos e era agradável. Já as barracas das famílias dos operários não possuíam saneamento, energia elétrica, conforto, higiene etc. A situação também não era muito diferente nos alojamentos.

108 BASTOS, Victória. Lembranças submersas: conheça a Vila Amaury. Disponível em:< <https://agenciadenoticias.uniceub.br/sem-categoria/vila-amaury/>>. *Agência de notícias UniCEUB*, 12/02/2019. Acesso em: 9 jun. 2022.



Da esquerda para a direita: um dos alojamentos para os operários, em 1958. (Mário Fontenelle/ Arquivo Público do Distrito Federal/ Memorial da Democracia). Em seguida, uma moradia nos arredores da cidade Sacolândia- DF, em 1958 (Marcel Gautherot/ Acervo Instituto Moreira Salles, *apud.* ESPADA, 2012)¹⁰⁹

De acordo com Nair de Sousa (2014, p. 6), os galpões dos alojamentos continham de “dez a quinze quartos com beliches de dois a três andares.” Já os sanitários eram buracos cavados no chão ou cobertos “com uma porta de lona”. Às vezes, faltava água. Os colchões das camas eram repletos de capim e era muito comum ver infestações de pulgas, percevejos e piolhos. Quando isso acontecia, as camas tinham que ser queimadas. Os guarda-roupas eram as próprias malas ou caixotes dos operários (LUIZ; KUYUMJIAN, 2010, p. 261).

Além disso, depois de um dia exaustivo de trabalho, os operários, quando podiam, iam até a Cidade Livre (Núcleo Bandeirante). Nair de Sousa (2017, p. 7) conta que a Cidade Livre “era o único centro urbano existente com comércio, serviços diversos e hospital”. No depoimento concedido em 1991 ao Programa de História Oral do ArPDF¹¹⁰, o ex-cozinheiro da construtora Pacheco Fernandes Dantas, o pernambucano Eronildes Guerra de Queiroz contou que “*uma rapadura que você quisesse, tinha que ir no Bandeirante. Ia lá no Bandeirante [e] comprava uma sanfona, outro comprava um violão, outro comprava um radiozinho*” (CARDOSO, 2004, p. 175). O local também era

109 A foto do alojamento para os operários pode ser encontrada em Memorial da Democracia. A construção. Disponível em:< <http://memorialdademocracia.com.br/card/construcao-de-brasilia/5>>. 2015-2017. Acesso em: 7 jun. 2022. A outra foto sobre a moradia em Sacolândia pode ser encontrada no trabalho de Heloisa Espada (2012, p. 159).

110 Arquivo Público do Distrito Federal.

conhecido pela zona de meretrício com várias prostitutas, que atendiam tanto aos operários da construção quanto aos funcionários que trabalhavam na administração. No dia seguinte, muitos dos trabalhadores da construção civil estavam embriagados e eram repelidos violentamente pela GEB – a Guarda Especial de Brasília.



Rua da Cidade Livre (Núcleo Bandeirante), em 1959. Arquivo Público do Distrito Federal (Ar-PDF). Fonte: Veja.¹¹¹

No que concerne à administração do canteiro de obras, esta ficou a cargo do engenheiro Israel Pinheiro, o presidente da Novacap. Na realidade, Israel Pinheiro, a quem Juscelino Kubitschek colocou toda a autoridade jurídica nas mãos, acabou por representar o governo na região e obteve poderes constitucionais “quase absolutos” com relação aos direitos e deveres civis, englobando horário e turno dos trabalhadores (OLIVEIRA, 2005, *apud*. LUIZ; KUYUMJIAN, 2010, p. 261). Considerado um administrador e “homem de pulso forte”, Pinheiro foi determinante para a (dura) criação do ambiente de trabalho vivenciado pelos candangos. Segundo Edson Luiz e Márcia Kuyumjian, a Novacap era uma empresa que

(...) além de gerir as questões administrativas, passou a resolver outros tipos de conflitos bem à sua maneira: “Isso explica os frequentes excessos - como eram chamados pelos diretores da companhia - no que diz respeito às condições de trabalho e mesmo à violência, cometidas pela

111 A imagem da Cidade Livre pode ser encontrada no site VEJA. A Construção. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/a-construcao/>>. 20 out. 2009. Acesso em: 7 jun. 2022.

Guarda Especial de Brasília – GEB (OLIVEIRA, 2005, p. 171, *apud*. LUIZ; KUYUMJIAN, 2010, p. 261).

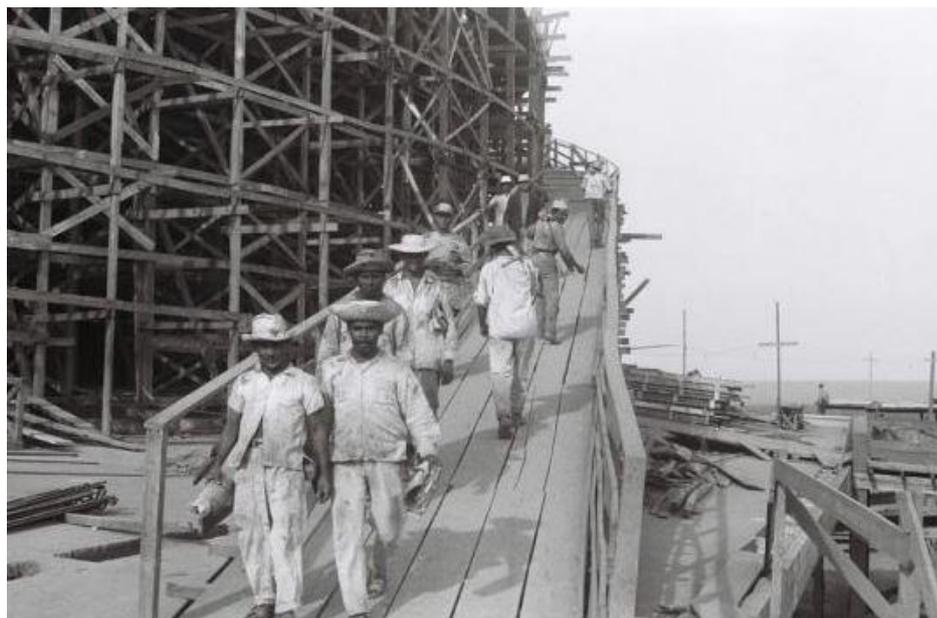
José William Vesentini (2020) comenta que as empresas construtoras possuíam seus próprios quadros de segurança, mas a organização da Novacap criou a GEB, dirigida por um general reformado e alguns oficiais militares. Os guardas eram selecionados entre os próprios operários - aqueles de “maior porte” - e alguns “ferozes elementos da polícia goiana”, espalhando mais temor do que respeito. De acordo com Nair Sousa (2014, p.6-7) e Hermes Teixeira (1996, p. 41), a GEB tinha

“a missão repressiva na área das obras, dos acampamentos e da Cidade Livre, garantindo o intenso ritmo de trabalho, vigiando para que os candangos não se desviassem de suas tarefas perdendo tempo ou entregando-se à ingestão imoderada de bebidas alcoólicas (combatido inclusive de forma violenta) e com as mulheres da zona de baixo meretrício (...) e também era “convocada” para debelar algum motim nos acampamentos, ocorridos quase sempre por motivos de alimentação” (TEIXEIRA, 1996, p. 41; SOUSA, 2014, p. 6-7).

O ritmo de trabalho no canteiro de obras era extremamente exaustivo. Grupos de operários trabalhavam em dois turnos, sem interrupção, para que Brasília ficasse pronta a tempo da inauguração marcada para o dia 21 de abril de 1960. Por muitas vezes, o presidente Juscelino aparecia nos canteiros de obras, às vezes até de madrugada, incentivando os trabalhadores, dando-lhes “tapinhas” nas costas (LUIZ; KUYUMJIAN, 2010, p. 273). James Holston (2004, p.164) chegou a nomear esse regime de trabalho intenso de “ritmo Brasília”, o que nas palavras do autor, seria o seguinte:

“Quebrando o compasso do colonialismo português, esse é o nosso ritmo: 36 horas por dia de construção da nação - doze durante o dia, doze durante a noite e doze por entusiasmo”. Ele expressa justamente a nova consciência espaço-temporal da modernidade de Brasília, que apresenta a possibilidade de acelerar o tempo e de impelir o país para um futuro radiante” (HOLSTON, 2004, p. 164, *apud*. JACQUES & LOPES, 2017, p. 479).

Essa jornada de trabalho, comumente chamada de “virada”, ocasionava um alto índice de acidentes. Não havia fiscalização e as leis trabalhistas eram constantemente desrespeitadas. Os operários trabalhavam, na maioria das vezes, sem equipamentos de segurança, tais como: capacetes, cintos, botas, luvas etc. Alguns usavam apenas chapéus de palha e calçavam chinelos ou sandálias de couro. (LUIZ; KUYUMJIAN, 2010, p. 268).



Operários na obra do Congresso Nacional, s/d. (Mario Fontenelle/ArPDF/Fundo Novacap).¹¹²

Algumas empreiteiras clandestinas, a dos “gatos”, atuavam livremente no local e pagavam mais do que as outras firmas, visto que não assinavam a carteira de trabalho e exigiam que o “peão” fizesse horas extras (as “viradas” com dois turnos ininterruptos). Outras tantas empresas dispensavam o trabalhador antes de completar três meses de trabalho, condição necessária para assinar a carteira. Assim, ele era demitido e recontratado por outra empresa filiada e, conseqüentemente, era mantido o baixo salário (VIDESOTT, 2008, p. 36). Sobre as “viradas”, observemos o depoimento de um electricista que trabalhou na época:

“A virada eu não gosto, nunca gostei mesmo porque essa é que é a mais perigosa. Essa é que a mais perigosa mesmo, de noite ...Ah! Já tenho visto certas coisas que ...por causa de virada de noite. Assim, cara se machuca de noite, é virada, é correndo em cima da laje com uma “jirica” de concreto, ou outra coisa qualquer, ou quebra uma perna ou qualquer coisa, aí pronto, aí ...ali é acidente. E o cara trabalha à noite, tá com sono, vai trabalhar de dia, quando acontece, ele se machuca, por causa de quê? Ele tá com sono! O cara tá dormindo em pé, aí não sabe como foi que aconteceu” (SOUSA, 1983, p. 42, *apud.* VESENTINI, 2020).

À medida que se aproximava mais do ano da inauguração, os números de acidentes aumentavam. Somente nos registros do hospital do IAPI, podemos observar algo

112 KIMURA, Ester. Fotografias de Mario Fontenelle: documentos administrativos de arquivo. *Revista Photo & Documento*. Núm. 4, 2017.

alarmante: de agosto a setembro de 1957, o hospital atendeu 342 vítimas; em 1958, 1.974 vítimas; em 1959, o número surpreendente de 10.927 vítimas, e em fevereiro de 1960, a dois meses da inauguração, uma média de 170 casos por dia (RIBEIRO, 1980; SILVA, 1997; LUIZ; KUYUMJIAN, 2010, p. 271) . Muitos trabalhadores simplesmente “desapareceram” na construção da torre “Vinte e Oito” do Congresso nacional – o edifício mais alto da construção. Segundo alguns relatos, os operários, sem nenhuma segurança, caíam das construções. Quando seus companheiros desciam para ver o corpo, esse já tinha sumido. Ou seja, no chão da construção, existiam lonas para que quando o trabalhador se desequilibrasse e caísse, seu corpo fosse imediatamente enrolado na lona e levado para ser enterrado em um lugar não identificado¹¹³ (LUIZ; KUYUMJIAN, 2010, p. 269).

113 No documentário do cineasta Vladimir Carvalho, *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1990/1991), um dos operários conta que pessoas iam trabalhar no alto das construções, sem nenhum preparo ou segurança, e depois que caíam, seus corpos eram envolvidos com uma lona e levados para serem enterrados em algum lugar longe da obra.



No canto superior, do lado esquerdo para o lado direito: um caminhão com operários passa próximo ao futuro prédio do Congresso Nacional (Mário Fontenelle, 1959). Em seguida, foto registrada por Marcel Gautherot, em 1958, da cúpula do Congresso nacional voltada para baixo. No canto inferior do lado esquerdo para o direito: outra foto de Marcel Gautherot, desta vez, de operários trabalhando na cúpula voltada para cima, em 1959. Logo depois, imagem da torre “Vinte e Oito” do Congresso Nacional em construção, em 1958 (Marcel Gautherot).¹¹⁴

114 A foto dos operários no caminhão pode ser encontrada no site Memorial da Democracia. *A construção*. Disponível em: < <http://memorialdademocracia.com.br/card/construcao-de-brasil/5>>. Acesso em: 7 jun. 2022. Já as imagens dos operários trabalhando nas cúpulas do Congresso Nacional podem ser encontradas no site do Instituto Moreira Salles (Acervo - IMS), em *A Construção de Brasília*. Disponível em: < <https://ims.com.br/por-dentro-acervos/a-construcao-de-brasil/>> e em *Marcel Gautherot*, disponível em: < <https://ims.com.br/exposicao/as-construcoes-de-brasil/>>. Acesso em: 7 jun. 2022. A foto da torre do Congresso Nacional, também de Marcel Gautherot, pode ser encontrada no site Enciclopédia Itaú Cultural, *Congresso Nacional em Construção*, disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra6834/congresso-nacional-em-construcao>>. Acesso em: 7 jun. 2022.

Após as exaustivas (e perigosas) jornadas de trabalho, os operários se dirigiram aos refeitórios. Enfrentavam longas filas e era comum serem servidos com comida estragada; azeda e/ou com insetos (baratas, moscas etc). Conforme Gustavo Ribeiro (1980, p. 148-51 e 172-4, *apud*. VESENTINI, 2020), os conflitos nas cantinas eram recorrentes devido à qualidade lastimável dos alimentos. O autor comenta que havia também salitre¹¹⁵ na comida, além de “química na bóia” – possíveis indícios de estimulantes nas refeições servidas, principalmente, à noite.



Operários no refeitório lotado do SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social, em Candangolândia, c. 1958/1959. Arquivo Público do Distrito Federal. (Autor desconhecido)¹¹⁶

Um desses conflitos nos refeitórios ficou guardado na memória de muitos candangos e que somente anos mais tarde veio a público, embora careça de mais esclarecimentos: o massacre na Pacheco Fernandes Dantas. De acordo com relatos de testemunhas, no dia 8 de fevereiro de 1959, um domingo de carnaval, trabalhadores da construtora Fernandes Dantas se revoltaram com a comida estragada no refeitório. Além disso, os operários sofriam com a falta d’água e o atraso com os pagamentos. Ao perceberem que a comida continha “bichos” (insetos) e estava estragada, viraram as mesas. Ninguém sabe ao certo o que aconteceu a partir deste momento e há algumas versões. Uma das versões

115 Verificamos que o salitre (nitrato de sódio ou de potássio) é utilizado como conservante de alimentos e que, quando usado em excesso, pode causar danos à saúde. Para mais informações, ver: SANTANA, Franciele. A culpa é do Nitro. Disponível em: < <https://maisminas.org/colunas/nutricao-e-alimentacao/a-culpa-e-do-nitro/>>. *MaisMinas*, 26/08/2020. Acesso em: 14 jun. 2022.

116 A imagem dos operários no refeitório do Saps pode ser encontrada no site VEJA. A Construção. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/a-construcao/>>. 20 out. 2009. Acesso em: 10 jun. 2022.

mais comentadas pelos entrevistados é que os guardas chegaram e não conseguiram pacificar os ânimos. No entanto, os próprios trabalhadores ficaram mais calmos com o passar do tempo. À noite, no alojamento, enquanto os operários estavam dormindo, alguns doentes e outros que nem participaram da contenda no refeitório, foram metralhados por guardas que chegaram escondidos num caminhão. Ninguém nunca conseguiu descobrir ao certo o número de mortos. No documentário *Conterrâneos Velhos de Guerra*, de Vladimir Carvalho (1990/1991), alguns ex-operários falaram de dezenas a centenas de mortos, cujos corpos teriam sido jogados num caminhão basculante e enterrados em local desconhecido, distante do acampamento. Em outro documentário de Carvalho, *Brasília segundo Feldman* (1979), o agricultor Luiz Perseghini, que também trabalhou na construção como operário, disse que um dos cabos da GEB que participou da chacina, teria ficado insano, “traumatizado” com o ocorrido e cujo paradeiro, depois disso, tornou-se desconhecido. Segundo Perseghini, além dos cadáveres, pessoas feridas, ou seja, que ainda estavam se mexendo no alojamento que havia sido metralhado, foram também enterradas vivas.

Conforme Nair de Souza (2014, p. 8), a grande imprensa tratou o incidente de maneira superficial, minimizando o número de mortos e divergindo quanto ao número de feridos. Por exemplo: o *Jornal do Brasil*, o *Estado de São Paulo* e *A Notícia* relataram a ocorrência de uma morte, seguindo as informações das autoridades. Quanto ao número de feridos, o *Jornal do Brasil* e o *Estado de São Paulo* registraram 3, enquanto *A Notícia* registrou 2 feridos.¹¹⁷ Os jornais que mais deram destaque ao ocorrido foram os impressos locais: *O Binômio* (Belo Horizonte), periódico que fazia oposição ao governo de JK, e *O Popular* (Goiânia). *O Binômio*, de 16/02/1959, foi o único veículo de imprensa que enviou um repórter e um fotógrafo para cobrir o caso em Brasília. O jornal publicou a revolta dos operários com a péssima comida e a falta d’água constante, e que os trabalhadores tentaram impedir a prisão de dois companheiros pela GEB. O periódico disse também que foi a violência da “Polícia da NOVACAP” (a GEB) contra os operários que motivou os acontecimentos, visto que os trabalhadores haviam sido espancados pelos guardas e que somente mais tarde, estes últimos voltariam em represália contra aqueles que reagiram à ação. O resultado da “represália” foi de 9 operários mortos e quase 50 pessoas

117 As datas dos jornais analisados: *A Notícia* (13/02/1959), *Jornal do Brasil* e *Estado de São Paulo* (14/02/1959) (SOUSA, 2014, p.8).

feridas, segundo o jornal (NONATO, 2009, p. 7). Já *O Popular*, de 10/02/1959, publicou que houve um “terrível massacre” no domingo, ocasionando 9 mortos e mais de 60 feridos. Em decorrência desse fato, o jornal comentou que 1.300 operários declararam greve e que só voltariam a trabalhar depois da prisão de todos os envolvidos (SOUSA, 2014, p. 10).

No que se referem aos jornais *Última Hora* (RJ) e *Tribuna da Imprensa* (RJ), nós averiguamos o seguinte: a *Última Hora*, do dia 11/02/1959, assim como os jornais da grande imprensa, também procurou minimizar a situação. No alto da página 4, a matéria com o título “*Carnaval nos Estados: Paulistano Foi Brincar em Santos e Houve Três Mortes em Brasília*”, o periódico, aparentemente, estaria divergindo do número de mortes do *Jornal do Brasil* e do *Estado de São Paulo*, que registaram apenas 1 óbito. Todavia, ao lermos a parte referente ao número de mortes (3) em Brasília pela *Última Hora*, o jornal as colocou da seguinte forma:

“Três mortes ocorreram em Brasília, durante os festejos carnavalescos deste ano, sendo uma delas por afogamento, outra numa colisão de dois caminhões e a última num conflito no acampamento Pacheco Fernandes, com a participação de policiais e trabalhadores. Não pararam enquanto isso os trabalhos de construção da nova capital funcionando as máquinas durante a noite inteira” (ÚLTIMA HORA, 11/02/1959, p. 4).¹¹⁸

É necessário ressaltar que o periódico coloca que apesar do conflito na Pacheco Fernandes com 1 óbito, os trabalhos não pararam no canteiro de obras. Acreditamos que, supostamente, a notícia da greve de 1.300 operários, como havia noticiado *O Popular*, do dia 10/02/1959, não tenha chegado até a redação. A *Última Hora* conclui o seu texto dizendo que ficou estabelecido que o “chefe da Polícia de Brasília, coronel Osmar Dutra,” ficou responsável por realizar a “prisão de todos os componentes da guarda envolvida no conflito, estando aquela autoridade empenhada na rigorosa punição do[s] culpado[s].”¹¹⁹

Já a *Tribuna da Imprensa*, do dia 12/02/1959, com um pequeno texto na página 3 do jornal, colocou o título da seguinte maneira: “*Greve em Brasília por causa da chacina de operários.*”¹²⁰ O periódico colocou que jornais e emissoras goianenses disseram que

118 ÚLTIMA HORA. Carnaval nos Estados: Paulistano Foi Brincar em Santos e Houve Três Mortes em Brasília. 11 de fevereiro de 1959, p. 4.

119 Idem.

120 TRIBUNA DA IMPRENSA. Greve em Brasília por causa da chacina de operários. 12 de fevereiro de 1959, p. 3.

houve um “trucidamento” de operários da Pacheco Fernandes, enquanto esses estavam dormindo, por policiais do destacamento local. No mesmo texto, a *Tribuna* colocou o seguinte:

“Há versões diferentes, mas diz-se que os operários reclamaram contra a má comida e falta de água e os responsáveis pela chacina seriam o mestre de obras e o engenheiro da firma Pacheco Fernandes. Telegramas foram enviados ao ministro da Guerra, presidente da República, Congresso Nacional e outras autoridades da República. Os mortos foram transportados para lugares desconhecidos. Os trabalhadores estão em greve solidários com os companheiros” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 12/02/1959, p. 3).¹²¹

Neste caso, o jornal *Tribuna da Imprensa* parece tomar cuidado com as informações prestadas por outros veículos da imprensa local. Há inexatidão com relação ao que aconteceu (“há versões diferentes”) e apresentam os possíveis responsáveis (o mestre de obras e o engenheiro da empreiteira), sem dar maiores informações. Os telegramas¹²² citados também foram mencionados no filme *Conterrâneos Velhos de Guerra*, de Vladimir Carvalho, a fim de que a imprensa noticiasse o fato. Aliás, neste documentário, são entrevistados Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Costa, ao ser perguntado sobre o ocorrido, comentou que: “Se houve o que você (o entrevistador) disse (a chacina de candangos), foi uma espuma, não tem gravidade...” Já Niemeyer respondeu que nunca tinha ouvido falar sobre o ocorrido. Indignado com a pergunta, mandou o cinegrafista parar de gravar (CARVALHO, 1990/1991, *apud.* JACQUES & LOPES, 2017, p.483). Além disso, Edson Beú Luiz e Marcia de Melo Kuyumjian (2010, p. 265) suspeitam que uma das falas do presidente Juscelino Kubitschek, em discurso proferido à nação, no dia 20 de abril de 1960, ou seja, um dia antes da inauguração da nova capital, teve supostamente relação com o que havia ocorrido na Pacheco Fernandes:

Sei bem, todos o sabem, que os episódios do erguimento desta cidade, mesmo **os mais obscuros**, figurarão na história que escrevestes, com o vosso suor. As gerações futuras desejarão saber tudo o que aconteceu na Capital da Esperança (Revista Brasileira dos Municípios, n.49/52, 1960:5-6, *apud.* LUIZ; KUYUMJIAN, 2010, p. 265, grifos nossos).

121 TRIBUNA DA IMPRENSA. Greve em Brasília por causa da chacina de operários. 12 de fevereiro de 1959, p. 3.

122 Nair de Sousa (2014, p. 12) comenta, sem citar o nome, que o presidente da Associação dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário de Brasília tinha informado às autoridades competentes do país a respeito do ocorrido e solicitado providências em relação aos responsáveis. Contudo, [a assessoria] da Presidência da República negou ter recebido qualquer telegrama sobre o episódio.

Até o presente momento, o episódio ocorrido na Pacheco Fernandes, não foi devidamente esclarecido pelas autoridades e se faz necessário uma maior investigação e pesquisas mais aprofundadas para se tratar do caso, embora já tenhamos citado neste pequeno espaço do nosso trabalho, alguns historiadores e profissionais de comunicação que averiguaram os jornais da época e, principalmente, os depoimentos das testemunhas.

Além deste trágico acontecimento, um outro assunto que queremos discutir para finalizar este capítulo foi a inundação da Vila Amaury – nome que fazia referência a um dos fundadores da ocupação e servidor da Novacap – Amaury de Almeida. De acordo com Paola Jacques e Dilton Lopes (2017, p. 490-491) a Vila abrigava as famílias de diversos operários que trabalharam na construção do Palácio da Alvorada, do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional. O local, em 1959, continha cerca de 6.200 habitantes, segundo o censo do IBGE da época. Já que os alojamentos eram dirigidos aos homens solteiros, a vila era composta por núcleos familiares e havia, também, uma presença significativa de mulheres.

Fundada em 1957 para abrigar os candangos e suas famílias, o ex-operário piauiense, Cely Nogueira, em entrevista à Victória Bastos, da *Agência UniCEUB*, disse que a Vila era “tipo uma favela, não tinha uma coordenação de rua numerada, eram ruas estreitas, um comércio aqui outro ali, o mercado não tem [tinha] um lugar coordenado, cada um faz [fazia] a casa do jeito que quer [queria] e não tinha casa de cimento, era só tábua” (BASTOS, 2019).

A Vila seria um local provisório para os candangos, visto que a criação do Lago Paranoá, construído a partir do represamento do rio Paranoá, tinha por objetivo trazer lazer para a população e realizar “grandes melhorias climáticas”, apesar dos moradores dizerem na época que a região possuía um clima agradável e que chegava a chover bastante durante o ano (BASTOS, 2019; JACQUES & LOPES, 2017, p. 490). Conforme José Simões Júnior e Angélica Alvim (2015, p. 14) com a conclusão da barragem, em 1958, para a criação do Lago Paranoá, o local foi gradativamente inundado, e os moradores tendo que ser transferidos para cidades-satélites distantes como Sobradinho e Taguatinga. Contudo, muitos moradores não acreditaram que a vila seria inundada e continuaram a morar ali, se recusando a sair. Seguem quatro depoimentos de testemunhas e de ex-moradores (não identificados) que perceberam o que estava acontecendo:

—Muita gente não acredita, porque não está nos livros. Eu mesmo nem comento que cheguei aqui em 1958, porque não tenho documento

provando. Muitos daquele tempo, e lá da Amaury, sentem isso. Estavam lá, viram e viveram tudo, mas é a palavra deles, sem comprovação. Quando as águas vieram, as pessoas corriam primeiro para salvar seus documentos, para adiante provar que existiam.”

—Daí a água foi subindo, subindo, subindo e ninguém acreditava. Olhava, mas não acreditava. Diziam: ‘não é possível que essa água vai chegar; (...) as pessoas deixavam tudo para trás no dia em que a água chegou. Reparei vizinho correndo, acordando os outros: vem cá, a água está subindo...”

—As pessoas saem de Minas, Goiás, da Bahia, do Nordeste para vir tentar a vida aqui. E depois, de uma hora para a outra, ver a água chegando e invadindo e levando tudo o que elas construíram - casas, móveis, memórias, histórias, a vida... É triste, viu...”

— “O Lago vem vindo, o Lago vem vindo”... berravam. Ninguém acreditava que as águas iam, mesmo, inundar a Vila. Só deu tempo de pegar as roupas, e as casas ficaram debaixo do Lago. Ali tem televisão, rádio, geladeira, barraco, ali tem tudo. Só não perderam a família, porque correram.” (NEIVA, 2017, *apud*. JACQUES & LOPES, 2017, p. 2017, p. 489-190).¹²³

Fig. 1



Fig. 2



Fig1) A Vila Amaury com o Congresso Nacional ao fundo, em 1958 (Paulo Manhães de Almeida/ Acervo Paulo Manhães). Fig.2) Duas mulheres lavam a roupa, enquanto a Vila vai enchendo, c. 1959/1960. Instituto Moreira Salles. (Autor desconhecido).¹²⁴

123 Paola Jacques e Dilton Lopes (2017, p. 490) contam que os relatos foram extraídos do livro “Uma cidade encantada, memórias da Vila Amaury em Brasília”, de NEIVA, I. C. (2017).

124 A primeira imagem pode ser encontrada no trabalho de Jacques e Lopes (2017, p. 487). A segunda imagem pode ser encontrada no site Metrôpoles: FREITAS, Conceição. Algumas coisas que você talvez não saiba sobre o Paranoá. Disponível em: < <https://www.metropoles.com/conceicao-freitas/algumas-coisas-que-voce-talvez-nao-saiba-sobre-o-paranoa>>. *Metrôpoles*, 15/09/2019. Acesso em 10 jun. 2022.

No documentário *Brasília segundo Feldman* (1979), de Vladimir Carvalho, o ex-operário, Luiz Perseghini, relatou que moradores chegaram a fazer duas comissões para tentar, talvez, impedir a inundação do local, tendo que previamente conversar com o diretor da Novacap. Porém, Israel Pinheiro não deu a devida atenção aos moradores e tornou-se irredutível quanto à questão da formação do Lago Paranoá e a retirada dos milhares das pessoas que moravam em barracos ali. Pessoas essas que ajudaram a construir a capital, mas que não tiveram direito a residir em moradias com qualidade no Plano Piloto. Sobre esta segregação socioespacial no Distrito Federal, nós iremos debatê-la no final do nosso terceiro capítulo.

CAPÍTULO 3. A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL. IMPACTOS IMEDIATOS E DESDOBRAMENTOS FUTUROS NAS PÁGINAS DA IMPRENSA.

3.1. Modernização versus atraso: os discursos dos jornais sobre as duas capitais.¹²⁵

O mês de abril de 1960 apresentou dois importantes fatos históricos que marcariam o país: a instauração do Estado da Guanabara e a inauguração da nova capital no planalto central. Muitos foram os discursos favoráveis ou contrários quanto à transferência do centro político do país do Rio de Janeiro para Brasília; discursos esses proferidos pela opinião pública nos grandes salões da política, nas rádios, nas emissoras de televisão e nas redações dos grandes jornais.¹²⁶ Este capítulo tem por objetivo analisar como alguns impressos da então antiga capital federal reagiram quanto à fundação da nova sede política e a um possível esvaziamento político do Rio de Janeiro. Contudo, devemos, inicialmente, nos atentarmos ao contexto histórico vigente e às mudanças significativas sofridas na década de cinquenta, que foram alvo de análise de vários pesquisadores nos últimos tempos.¹²⁷ Mudanças estas estabelecidas não apenas pela memória política brasileira, tendo os estadistas Getúlio Vargas (1950-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961) como chefes do poder executivo, a política econômica do nacional-desenvolvimentismo implementada por este último e o discurso anticomunista difundido em plena Guerra Fria; mas por uma sociedade ou, pelo menos, por uma parte desta que transformava seus hábitos de consumo, incentivada pela propaganda de bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e que parecia respirar os ares de uma “nova” democracia (RODRIGUES, 1992, p. 41-73; BENEVIDES, 2002, p. 21-38; GOMES, 2002, p. 9-19).

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) tornou-se, em parte, para algumas pessoas, um símbolo do desenvolvimento e da modernização do país. Com o *slogan* de cinquenta anos de progresso em cinco de governo, Kubitschek abriu estradas de ponta

125 Neste início de capítulo incluímos o trabalho apresentado para a ANPUH regional em 2020, no qual abordamos de modo geral o conteúdo a ser trabalhado de modo específico no decorrer do capítulo.

126 Uma breve análise sobre a relação entre a imprensa carioca e o governo de Juscelino Kubitschek pode ser observada em nosso trabalho de conclusão de curso na graduação (SOBRINO, 2011).

127 Destacamos as seguintes obras: *A década de 50: populismo e metas para o Brasil*, de Marly Rodrigues (1992), *O Moderno em Questão: a década de 1950 no Brasil*, tendo os pesquisadores André Botelho, Elide Rugai Bastos e Glaucia Villas Bôas (2008) como organizadores e *Vargas e a crise dos anos 50*, obra organizada por Ângela de Castro Gomes (2011).

a ponta, integrando o interior com os grandes centros urbanos; viabilizando créditos e incentivos fiscais para as grandes indústrias e construindo uma nova capital ao estilo futurista no planalto central do Brasil. O Plano de metas do seu governo, dividido em cinco áreas (transportes, indústrias de base, energia, alimentação e educação), submetia-se à ideologia do nacional-desenvolvimentismo ou desenvolvimentismo-associado, caracterizada pelo aumento contínuo da capacidade de investimento no país, conjugando esforços do capital privado (nacional e estrangeiro) com a assistência do setor público. Brasília, na visão de Juscelino, seria a meta-síntese, o símbolo máximo do seu governo, com sua arquitetura moderna e traços arrojados, levando a modernidade para o interior do país e, conseqüentemente, afastando os ditames da política federal da então “velha” capital, o Rio de Janeiro, com o seu histórico de protestos sociais ao longo do período imperial e republicano (BENEVIDES, 2002, p. 21-38; MOURA, 2002, p. 39-66; SKIDMORE, 2007, p. 204-211). Não seria exagero se apontássemos que o governo de Kubitschek transmitia uma aura de otimismo, confiança e ousadia. A sensação de liberdade política, ainda que limitada, e a crença num futuro melhor, diante da aceleração da economia no início do seu mandato, transfiguraram-se posteriormente na memória popular, em um saudosismo dos chamados “anos dourados”, durante os anos de chumbo da ditadura militar (GOMES, 2002, p. 9-19).

Ademais, a recente liberdade democrática¹²⁸ foi um dos fatores essenciais para que diversos intelectuais e artistas expressassem suas ideias e se fizessem ouvir. Parte do setor artístico passou a abordar temáticas mais realistas, discutindo problemas sociais e políticos. Houve uma renovação estética e mudanças na linguagem que alcançaram o teatro, o cinema e as artes plásticas. Essas, como tantas outras transformações, iriam atingir igualmente a imprensa brasileira (ABREU, 1996, p. 13-23; KORNIS, 2002).

Durante a primeira metade do século XX, havia uma mescla entre o jornalismo e a literatura. Diversos jornalistas eram ficcionistas e muitos escritores trabalhavam nas redações. O modelo francês de jornalismo, cuja técnica de escrita era bastante próxima da literária, era o que os periódicos seguiam até então. As obras literárias eram divulgadas nos jornais e, conseqüentemente, os escritores eram reconhecidos pelo público. Gêneros

128 No governo de Juscelino Kubitschek, o país vivia um período de liberdade democrática, permeada pelo surto desenvolvimentista, o qual se promovia o consumo de bens duráveis. Apesar do crescimento da inflação e da dívida externa, o presidente adotou um discurso otimista e propagou a ideia de levar o progresso aos mais distantes rincões do país. (MARANHÃO, 1985; GOMES, 2002; MOTTA, 2001).

mais livres como a crônica, o artigo polêmico e o de fundo eram os mais valorizados (RIBEIRO, 2003, p. 148). Segundo Fernando Lattman-Weltman (1996, p. 161) foi somente na década de cinquenta que se reuniram condições macroestruturais ideais para que a imprensa sobrepujasse a fase do chamado “jornalismo literário” para a fase dita “empresarial”. Com a recente estabilidade democrática da política nacional, a intitulada “objetividade jornalística” entrou em vigor à procura de um texto mais neutro/imparcial e sintético, difundindo o fato de forma direta no lugar de um texto mais rebuscado ou mais “literário”.¹²⁹ No entanto, esta suposta neutralidade ou isenção quanto à transmissão da notícia ou do evento pode ser questionada através de uma análise mais minuciosa dos textos e das imagens retratadas nos periódicos. Além das questões trabalhadas quanto à transmissão da notícia, houve também uma renovação nos aspectos gráficos nesta década. A diagramação, o uso da cor e de fotos de melhor qualidade pelas empresas jornalísticas fizeram com que seus impressos ficassem mais atrativos aos leitores, despertando o interesse desses para um produto que abordasse diferentes temáticas: esportes, moda, cotidiano, economia, política etc (LATTMAN-WELTMAN, 1996, p. 163-167; RIBEIRO, 2003, p.155). Todavia, são nos editoriais que podemos observar como essa “nova” imprensa, tida como imparcial e objetiva, atuava.

Os editoriais são espaços naturalmente opinativos que transmitem aos seus leitores as visões das empresas jornalísticas sobre os mais diversos assuntos. No passado, segundo Maria Helena Capelato (1994, p. 20-26), os impressos e, principalmente, os editoriais não eram considerados fontes confiáveis para análise do historiador. Este último só poderia se guiar por documentos oficiais do Estado. Desde a revolução historiográfica da Escola do *Annales*,¹³⁰ as mais diversas fontes foram utilizadas para um estudo crítico e reflexivo sobre o passado e as consequências das ações humanas para o presente, tendo as ferramentas metodológicas e o diálogo com as outras ciências à disposição do pesquisador para investigar os mais variados objetos. A imprensa, na perspectiva de Capelato, pode

129 De acordo com Lattman-Weltman (1996, p. 164), entraram em cena conceitos como o *lead*, em que as principais informações sobre um acontecimento específico, que deveriam contar num primeiro parágrafo, obedeceriam aos cinco *w* e um *h*: *what, where, who, when, why* e *how* (ou, “quem” fez o “que”, “onde”, “quando”, “como” e “por quê”), captando a atenção do leitor logo no início do artigo e deixando as notícias aparentemente menos relevantes ao final dele. Se antes as notícias eram transmitidas de forma parcial e subjetiva, contendo a opinião do jornalista sobre o ocorrido, agora, sob os ditames da objetividade, os textos ganharam um aspecto neutro, imparcial e com informações “verdadeiras” e diretas para o leitor.

130 O movimento dos *Annales* é tratado como uma “revolução” historiográfica pelo historiador Peter Burke (1997).

ser compreendida como um espaço de representação do real ou de momentos particulares da realidade. A existência dela é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A elaboração de uma fonte periódica pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem esclarecidas. Por conseguinte, a imprensa age no presente e, também, no futuro, dado que seus elaboradores fabricam imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas, como uma construtora da memória¹³¹.

Diante dessas questões, afirmamos que o poder e a imprensa estão diretamente conectados, ou seja, através da competência da imprensa em selecionar, priorizar e disseminar os acontecimentos sociais, ela foi acumulando relevância ao longo de sua história, até ser identificada como um quarto poder, aquele que é exercido ao lado dos outros três poderes, o executivo, o legislativo e o judiciário. O governante precisa dela e ao mesmo tempo a teme. Com isso, o poder é uma qualidade inerente ao exercício da imprensa, seja como representante dos grupos hegemônicos, dos interesses dos seus proprietários ou como porta-voz da sociedade, genericamente definida (MOTTA, 2002). Foi pensando nisso que resolvemos estudar o impacto da fundação do Estado da Guanabara e a inauguração da nova capital, Brasília, nos impressos cariocas. Escolhemos para tanto os seguintes jornais: *O Globo*, *o Jornal do Brasil*, *a Última Hora* e *a Tribuna da Imprensa*. Analisando os editoriais destes quatro periódicos, podemos perceber que, pelo menos, três deles se aproximavam das visões conservadoras do partido de oposição, a UDN (União Democrática Nacional), contrárias à política econômica de Juscelino, que, ao final do seu governo, mergulhou o país num processo inflacionário, ocasionando, também, um déficit na balança de pagamentos. Não podemos nos esquecer de que Kubitschek era considerado um dos herdeiros de Getúlio Vargas, que durante o período ditatorial do Estado Novo, controlou e manipulou boa parte da mídia impressa através do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. O partido da UDN, criado após o fim do Estado Novo, em 1945, passou a fazer uma oposição acirrada contra Vargas e contra todos aqueles o apoiavam (BENEVIDES, 1981; CAPELATO, 1999; ABREU, 2002). Contudo, já no período democrático, durante o mês da inauguração de Brasília, as reações dos jornais com visões antagônicas ao governo Kubitschek demonstraram uma preocupação muito maior com a então ex-capital e seus inúmeros problemas sociais e econômicos. Começamos pelo jornal

131 No que se refere à construção da memória, recomenda-se a leitura do artigo de Michael Pollack (1992) que escreveu sobre a relação entre memória e identidade social.

O Globo, fundado por Irineu Marinho, em 1925, e, posteriormente, tendo como presidente, o seu filho, Roberto Marinho. No dia 16 de abril de 1960, este jornal elogiou a escolha do presidente JK sobre o mais novo governador da Guanabara, José Sette Câmara Filho, que havia sido seu ministro. O periódico prometeu fiscalizar o novo governador exercendo, assim, o direito da crítica como era de praxe em um governo tido como democrático, baseado no exercício da liberdade de opinião:

Pela escolha do Ministro José Sette Câmara, para Governador provisório do novo Estado da Guanabara, não há como regatear um elogio ao Sr. Juscelino Kubitschek (...). Ora, o Ministro Sette Câmara é um alto funcionário diplomático, carreira em que demonstrou, desde a juventude, reais predicados de inteligência e apêgo aos estudos. (...). O essencial é rasgar-se à frente do novo Estado, que passaremos a constituir em poucos dias, a perspectiva de uma ordem progressista que dê a velha cidade de Estácio de Sá o que ela merece. Porque – haja o que houver – ela é o que continuará a ser a verdadeira capital do País. É e será por longos anos sede da sua cultura, dos seus anseios nacionais, do seu bravo civismo tantas vezes demonstrado nos grandes lances da nossa história. A presença do Ministro Sette Câmara à frente da Governadoria carioca traz-nos a todos a certeza de que o Govêrno do Sr. Juscelino Kubitschek não desampará o Estado da Guanabara da assistência financeira da União (...). De nossa parte, como órgão da opinião pública, aqui estaremos vigilantes para servi-la (...). Mas também, no exercício do direito da crítica, como é da índole da imprensa democrática e tem sido nosso apanágio nestes duros anos de combate, dentro e fora do jornal.¹³²

Ao analisarmos os editoriais do jornal *O Globo*, durante o mês escolhido, foram poucos estes que faziam referência à nova capital. O jornal, quando comentava sobre a transferência, parecia sempre dar-nos a impressão de que se dirigia ao povo carioca de maneira a consolá-lo pela perda do *status* de capital da República. Relembrou, em 19 de abril, uma série de acontecimentos históricos, desde a morte do herói da Inconfidência, Tiradentes, no Rio de Janeiro, passando pela vinda da Corte para o Brasil até os grandes acontecimentos na Primeira República. Como a mudança se mostrava inevitável, pareceu bastar ao jornal engrandecer a cidade e o povo carioca, lembrando alguns problemas do então governo federal, tais como as despesas e a inflação:

Deixará depois de amanhã o Rio de Janeiro de ser sede do Govêrno da República. Não chegou a inteirar dois séculos como cabeça geo-oficial do Brasil, mas não andou longe de festejar os duzentos anos, através dos quais este magnífico cenário presenciou o fim da colônia, a chegada

132 O GLOBO, *O novo governador*, 16 de abril de 1960.

de Dona Maria I e do Príncipe Regente, a ascensão de D. João VI ao trono e os fatos que se lhe seguiram em todos os planos, até o dia em que a despojam apenas “de jure” da condição de capital, sem poder suprimir-lhe “de facto” a supremacia que ainda lhe caberá por longo tempo sobre todo o país. (...). Já repetiu há poucos dias *O Globo* que não se legitima agora a reabertura do debate em torno das vantagens e desvantagens da construção de Brasília. A sentença transitou concretamente em julgado. Este jornal não cessou de alinhar, tempestivamente e sem “parti pris”, as razões adversas à mudança. Menos pela mudança do que pela pressa febril com que se ia processando a obra, e pelos tremendos encargos que estamos suportando em consequência, e ainda os suportarão muitas gerações posteriores. Sobretudo pela inoportunaidade de tamanhas despesas numa hora em que a inflação cada vez mais desabalada compromete o equilíbrio de todos os orçamentos, desvaloriza a moeda e colabora na crescente elevação do custo de vida.¹³³

A historiadora Alzira Alves de Abreu (2002) comenta que *O Globo* criticava a construção de nova capital em seus editoriais responsabilizando o governo pela inflação originária dos gastos excessivos da política econômica juscelinista, e defendeu a posição do FMI que recomendava a tomada de medidas anti-inflacionárias e de restrição ao crédito. Como podemos observar acima, o jornal considerava Brasília um fato consumado e nada poderia ser feito para se evitar a transferência da *capitalidade*¹³⁴. O impresso também infere que os gastos cometidos pelo governo seriam pagos pelas próximas gerações de brasileiros. Aspectos semelhantes a estas posições, como a rapidez com que as obras foram concluídas, podem ser percebidos nos editoriais do *Jornal do Brasil*. Este periódico foi fundado em 1891, pelo jornalista Rodolfo Dantas. De característica conservadora e com linguagem rebuscada, o JB passou por muitas transformações (positivas e negativas) ao longo do século XX. No governo JK, entretanto, sob o comando da Condessa Pereira Carneiro e de Manuel Francisco Brito, vivenciou uma intensa reforma, elaborando o seu Suplemento Dominical, ideia de Reinaldo Jardim. Esta ideia abriu caminhos para que os mais variados artistas, cronistas, cineastas e poetas pudessem se expressar. Assim, o Suplemento Dominical transfigurou-se em um suplemento de vanguarda literária (ABREU, 2002; FERREIRA, 1996, p. 151-152). Diante dessas

133 O GLOBO, *Aurora da Guanabara*, 19 de abril de 1960.

134 Marly Motta (2001, p. 17) revela que o princípio fundamental da identidade política do Rio de Janeiro é a memória da sua *capitalidade*, ou seja, o seu papel de representar a unidade e a síntese da nação. Na visão da autora, a cidade operava como uma “caixa de ressonância” política e cultural para todo o país.

transformações na era JK, vamos agora examinar alguns trechos de seus editoriais sobre a Novacap. No dia 13 de abril de 1960, o JB comentou sobre o desafio que seria Brasília:

Muda-se a Capital Federal, a 21 de abril, para Brasília, a cidade nova que a determinação dramática de um governante e a capacidade de empresa de um povo construíram no Planalto Central do Brasil. E essa cidade, erguida com incrível rapidez numa terra onde, há alguns anos, medrava, apenas, a macega rala que pastavam algumas reses vagabundas, já se transformou num desafio do País inteiro. É um aguilhão a espicaçá-lo para que continue a procurar o seu destino e para que consiga reconhecer-se e reformar-se. (...). Já se tornam mais fracas, felizmente, as vozes que diziam ser Brasília uma custosa inutilidade. Enfraquecem não apenas porque a propaganda governamental é intensa, mas, também porque a realidade de Brasília está obrigando o povo a pensar, seriamente, nos problemas do futuro que serão ainda maiores do que os dêste presente de euforia. A nova Capital é um fato concreto e tem que funcionar. Se êsse funcionamento se tornar impossível, o desprestígio do Brasil no exterior será incalculável, e não será errado dizer-se que, no plano interno a situação pode fugir a todos os contrôles.¹³⁵

A velocidade com que as obras foram finalizadas em um território, aparentemente, inóspito, foi alvo de muitas contestações pela opinião pública. Além disso, a propaganda governamental, citada no referido trecho, foi disseminada em muitos jornais e em outros meios de comunicação, em que a nova sede da política brasileira era vista como um lugar do “progresso” e do “futuro” – difundido pelo Estado para a população e para possíveis novos investidores. No entanto, havia antigos problemas que ainda atormentavam muitos brasileiros. Logo, gostaríamos de destacar deste mesmo dia, o seguinte trecho:

Muda-se a Capital, mas os problemas continuam mostrando que Brasília vai tornar claro que a administração precisa de uma reforma total. A nova Capital, símbolo de um país que está decidido a transformar-se de qualquer maneira, vai tornar necessária uma política nacional de reforma agrária, uma reorganização do sistema de transportes e comunicações, uma reformulação dos métodos de abastecimento. Vai provocar o deslocamento gradual da economia brasileira e já está intervindo no fluxo das migrações internas. Tornará mais urgente a integração do Nordeste na comunidade nacional.¹³⁶

135 JORNAL DO BRASIL, *O desafio de Brasília*, 13 de abril de 1960.

136 Idem.

Ao mencionar sobre as migrações, lembremos da figura dos candangos – trabalhadores de Minas Gerais, Goiás e retirantes que fugiam das condições de miséria e seca no Nordeste do país, e que foram para o planalto central em busca de trabalho durante as obras (GUSMÃO, 2019, p. 43). Essa grande massa de operários não foi incluída nos festejos da inauguração como foram as autoridades políticas e seus convidados. Com o término das obras, os candangos e seus descendentes procuraram morar nas cidades satélites, próximas à nova capital, e muitos permaneceram à margem da cidade dita modernista, aquela que, de acordo com Helena Bomeny (2002, p. 208-209), seria a capital da “igualdade”, em que todos os cidadãos seriam vistos da mesma forma, integrados a um ambiente racional e funcional.

Sobre a fundação do Estado da Guanabara, o JB, no dia 21 de abril, fez questão de assinalar que o “novo” Estado encontrava-se, ainda, com os mais diversos e antigos problemas de sempre. Vejamos:

O povo carioca vê-se colocado, mais uma vez, diante de um desafio, e não pode fugir à responsabilidade, não apenas por uma questão de sobrevivência, mas por ter sido, através da História, o mais inconformado e irreverente de todo o Brasil (...). Aí estão também, os velhos problemas no Rio, cada vez mais graves, como os do abastecimento, da falta de água, dos transportes, do trânsito, das favelas, do pôrto, da falta de escolas, da arrecadação desorganizada, do empreguismo e outros, aos quais vieram se somar o das grandes obras paralisadas por falta de recursos (...). A importância do Rio de Janeiro, como unidade federativa autônoma, e as suas tradições de cidade rebelde e inegável veia satírica já estão tornando indispensável a renovação dos quadros políticos e dos métodos eleitorais. Os políticos podem recusar-se, por enquanto, a reconhecer a evidência dos fatos, mas sentirão mais cedo ou mais tarde, os efeitos da tomada de consciência do povo, que será gradual, mas inevitável.¹³⁷

A opinião pública, de fato, questionou os motivos pelos quais Kubitschek desejou transferir a capital. Havia a questão de integração nacional ou de se estender a ideia de progresso e “civilização” para o interior do país, ainda considerado atrasado com relação às outras áreas. Porém, o Rio de Janeiro era considerado uma cidade “rebelde”, com um povo “inconformado”, e que continha um histórico de revoltas contra o Império e a República, na demanda por direitos sociais, econômicos e políticos (MOTTA, 2001, p. 17-63). Seus problemas pareciam intermináveis, tendo em vista as decisões equivocadas

137 JORNAL DO BRASIL, *O problema da Guanabara*, 21 de abril de 1960.

tomadas tanto pelos sucessivos chefes da União quanto pelos governadores e prefeitos. A cidade poderia parecer “abandonada” pelo presidente, nas mãos de um governo autônomo, tendo o chefe do poder executivo com o seu foco voltado para inaugurar a custosa Brasília dentro do prazo previsto. Estas questões foram abordadas, mas de diferentes formas, pelos próximos jornais a serem estudados: a *Tribuna da Imprensa* e a *Última Hora*. Todavia, para iniciarmos uma análise sobre estes dois periódicos, será preciso, primeiramente, comentarmos sobre a relação dos seus fundadores com os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

O jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, foi fundado em 1951, com o apoio de Vargas e financiado com recursos estatais para fazer frente aos periódicos que lhe faziam oposição e, mais especificamente, aos textos que o deputado udenista, Carlos Lacerda, redigia no seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*, fundado em 1949 (BARBOSA, 2007, p. 165-173). Com o atentado contra Lacerda na rua Toneleros, ocasionando a morte de um militar, Vargas é pressionado a renunciar e acaba suicidando-se, em 1954. Na campanha eleitoral em 1955, a *Última Hora* passou a apoiar a candidatura de Kubitschek e, depois de eleito, defendeu a proposta de transferência da capital. Já a *Tribuna da Imprensa* fez uma campanha acirrada de oposição a JK e ao seu vice, João Goulart, apontados como os sucessores do getulismo, tanto no período eleitoral, quanto no próprio exercício do poder. Carlos Lacerda considerava a construção de Brasília um “desperdício”¹³⁸ para a nação e passou a escrever longos textos no lugar dos editoriais da *Tribuna* para criticar a ideia.

No dia 4 de abril de 1960, a *Tribuna da Imprensa* levantou uma série de questões em torno do governo e do quanto custou Brasília. As críticas de Carlos Lacerda têm endereço certo, que é o presidente da República, Juscelino Kubitschek:

O primeiro de abril do Brasil, êste ano, foi transferido para 21 de abril. Brasília é um crime monumental. Mas é, sobretudo, um lôgro monstruoso. Brasília é o encontro da esperança transviada de cidadãos honestos, mas desinformados pela propaganda e a corrupção e a voracidade de aventureiros e gatunos que governam o Brasil. Brasília, quanto custou até agora? Mais do que o necessário para salvar o Nordeste das sêcas e

138 No dia 18 de abril de 1960, Lacerda escreveu no editorial da *Tribuna* o seguinte: “O orçamento da União está paralisado na sua execução. Desde a viação férrea do Rio Grande até os hospitais de todo o país, desde as escolas até as empresas dependentes do Estado, desde as Obras Contra as Sêcas – escândalo e escárnio permanente - até os trabalhos federais mais sérios, está tudo parando porque, até agora, Kubitschek não distribuiu as verbas (...) o orçamento não existe mais, em face da rouboalheira e do desperdício de Brasília e outras comidas em que Kubitschek refocila com a sua quadrilha de gatunos, os mais vorazes que até hoje se abateram sôbre uma Nação indefesa.”

das inundações. Tanto quanto o necessário para dotar de uma rede de escolas primárias o Brasil sem escolas. Os cálculos da própria NOVACAP – cuja contabilidade é feita de sustos e suspiros – levam a Cr\$ 35 bilhões o custo das obras da cidade, até agora, afora tôdas as obras complementares. Dêses 35 bilhões – o cálculo é da NOVACAP, que não poderá desmentir êsse dado sem mentir mais uma vez – nada menos de 30% é a parte do desperdício. Notem que não me refiro ao roubo, pois êste é incalculável. Menciono apenas a parte do desperdício resultante da pressa (...).¹³⁹

O que conseguimos descobrir é que ninguém, até o presentemente momento, conseguiu saber quanto custou exatamente a construção da nova capital. É provável que estejamos realmente na casa dos bilhões, mas é difícil mensurar o valor correto. Lacerda fala da pressa e do “roubo” que permeiam o governo federal. Estes ataques do deputado ao presidente Kubitschek demonstraram o quanto o primeiro achava que o governo deste último era uma espécie de continuísmo da política de Getúlio Vargas (1950 -1954), à qual Lacerda considerava corrupta e populista.

Lembremos, também, que, em 1960, já acontecia a campanha eleitoral para a presidência. Insatisfeito com uma possível aproximação entre uma ala da UDN e Kubitschek,¹⁴⁰ o deputado Carlos Lacerda passa a defender a candidatura do conservador, Jânio Quadros, ao poder. No dia 11 de abril do mesmo ano, Lacerda escreve e assina o editorial, expondo a sua luta pela candidatura de Jânio, criticando a inflação e o modelo “desenvolvimentista”, que ele chama de corrupto, no governo de JK:

No caso da luta de Jânio para a reforma do país, temos que encarar com seriedade, e até com severidade, as ligações entre os políticos e o sistema inflacionário do “desenvolvimentismo”, degenerada expressão em que disfarça a corrupção que Kubitschek, de Minas, derramou sobre a Nação inteira. O crescimento monstruoso de um sistema que abrange alguns bancos e os negócios que tais bancos controlam (...), até a rede de corrupção representada pelos lucros monstruosamente abusivos da indústria automobilística (...). Já os porta-vozes do Govêrno “descobrem” conspirações contra a mudança para Brasília. Tenho a impressão de que estão com a cauda a arder (...). Deve estar com muito medo de perder as gorjetas, o grupo de mercenários que vivem dessas sobras.

139 LACERDA, Carlos. Arrombadores em ação. *Tribuna da Imprensa*, 4 de abril de 1960.

140 O historiador Sheldon Maram (2002, p. 160-161) explica que membros da chamada “chapa branca” da UDN tinham demonstrado interesse em trabalhar no governo JK, em busca de empregos e obras públicas nas regiões em que eram representantes. Além disso, Juscelino procurou se aproximar de Juracy Magalhães, candidato escolhido pela UDN à presidência e, também, líder da “chapa branca”. Pensando em competir nas eleições de 1965, Kubitschek apostava que o próximo presidente, em 1960, que poderia ser Magalhães, tomaria medidas impopulares para conter a inflação e saldar as dívidas com os investidores internacionais, abrindo caminho, assim, para uma possível nova eleição de JK.

(...). Já que se impede que o povo se salve, ao menos não fique o povo privado de saber a verdade, toda a verdade, nada mais do que a verdade. (...). É tempo de descer ao fundo da questão e dizer, afinal, em que consiste a conspiração, esta sim, permanente e poderosa, contra a eleição de Jânio Quadros, senão contra a simples realização de eleições.¹⁴¹

Neste mesmo editorial, o deputado ataca algumas das imagens mais emblemáticas do governo Kubitschek: o desenvolvimento da indústria automobilística mediante a fabricação de automóveis no Brasil, e a construção de estradas que ligavam os mais variados lugares do país até a nova capital federal. Além disso, existiram, ainda, alguns rumores na época de que haveria uma nova tentativa de golpe dos setores da oposição contra o governo, caso a transferência da capital fosse concluída. Esta suposta articulação anti-democrática seria semelhante à outra artimanha defendida pelos setores mais conservadores e antigetulistas da UDN, no ano de 1955, que pretendiam impedir a posse pelos eleitos – JK e João Goulart. Contudo, o Marechal Henrique Teixeira Lott interveio, em novembro daquele mesmo ano, com um contragolpe para que o presidente e seu vice tomassem as investidas nos respectivos cargos (SKIDMORE, 2007, p. 194-198). Ao concluir o editorial, Lacerda comenta que a *Tribuna da Imprensa* seria ainda um grande jornal, mesmo perante as tentativas de certos segmentos da própria UDN, aliados ao partido de Juscelino, o PSD, de tentar silenciá-la, bem como impedi-la de dizer ao povo a “verdade” sobre o governo federal. Era também preciso lidar com as “conspirações” dentro e fora do partido udenista, que poderiam embaraçar a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República. Já no dia 20 de abril, a *Tribuna* comenta sobre os festejos em torno da criação do Estado da Guanabara e os problemas da cidade o Rio de Janeiro:

Que se celebra hoje? A libertação do Rio de Janeiro da tutela federal. (...). As favelas, obra do Governo Federal, aí estão sem solução para o povo, e muito menos para os favelados. (...). As favelas são o legado do Governo Federal. Celebremos o Grande Benemérito que as deixa para que o contribuinte carioca, sozinho, enfrente um problema que a centralização, a especulação, a inflação, em suma, o mau governo que destruiu a Federação, criou no Rio. (...). Os maus governos sempre tiveram horror ao povo do Rio. Porque é, na sua maioria, o mais independente do país, dentre os que estão mais “politizados”, isto é, mais compenetrados dos seus deveres para com a vida cívica. (...). Não é a mudança de um governo o que mundo assiste, na transferência do Rio para Brasília. É o êxodo de um governo de consciência pesada. Tangeu-se daqui

141 LACERDA, Carlos. A crise política e suas raízes financeiras. *Tribuna da Imprensa*, 11 de abril de 1960.

o temor da revolta, o horror à crítica, o resultado – que se vai tornar tangível – de sua obra devastadora, de corrupção e de leviandade, de incompetência e de imprevidência.¹⁴²

O “Grande Benemérito do Rio de Janeiro” que Lacerda cita é Juscelino Kubitschek, título que este havia ganhado da Câmara local. O deputado compara as comemorações da criação do novo Estado da Guanabara com os grandes festejos programados para a inauguração de Brasília. Com isso, ataca o governo federal apontando inúmeras questões sociais cariocas, entre elas as favelas, como responsabilidade do governo federal pelos quadros de pobreza nestas áreas. Então, o deputado udenista questiona o porquê do título se a cidade sofreu inúmeros danos sendo a sede da União. Lacerda, também, elogia o povo carioca como um dos mais “politizados” e críticos do governo. Além disso, não podemos nos esquecer, igualmente, de que o então deputado concorreria às eleições daquele mesmo ano para governador do Estado. Já havia um interesse de Lacerda em gerir a Guanabara e “reformá-la” a fim de galgar o cargo de presidente da República anos mais tarde (MOTTA, 2001, p. 105-155; BRUM, 2018, p. 166-119).

Numa perspectiva um pouco semelhante da *Tribuna*, devemos, agora, analisar alguns editoriais do jornal *Última Hora*. No dia 4 de abril de 1960, a UH também fazia elogios ao Rio de Janeiro, com a sua forte base industrial e como polo irradiador de cultura, e, que, com a mudança da sede política em poucos dias, poderia vislumbrar um futuro diferente e livre dos vícios políticos de administrações passadas:

Como será o Rio de Janeiro depois que perder o título de Capital da República? A proximidade da mudança para Brasília – faltam hoje 17 dias – tornou muito real e concreta esta pergunta, que vinha sendo colocada mais ou menos no terreno das vagas especulações. (...). Há, entretanto, imaginações que trabalham aceleradamente no sentido do pessimismo, movidas que são pela vocação da catástrofe. Acham essas pessoas que tudo irá de mal a pior. (...). E, ao mesmo tempo em que profetizam o caos e o fracasso para Brasília, encaram o futuro desta cidade de São Sebastião como um crescendo de calamidades sem remédio. Mais uma vez discordamos dos pessimistas. Não, o Rio de Janeiro não ficará entregue à própria sorte. O Rio é uma das grandes cidades do mundo com sua população de mais de três milhões, com sua poderosa base industrial, com sua irradiação de notável cultura. É uma cidade belíssima predestinada para o turismo, cujas possibilidades estão ainda muito longe de ser esgotadas: mas, ao mesmo tempo, não é uma cidade-

142 LACERDA, Carlos. A festinha no Rio e a festança em Brasília. *Tribuna da Imprensa*, 20 de abril de 1960.

bibelô, graças à sua intensa atividade criadora de riqueza material e espiritual.¹⁴³

Percebemos que a UH adotou para si o discurso do otimismo, da confiança e da fé no futuro que Juscelino tantas vezes propagou em seu governo. A propósito, o jornal, nesta mesma data, procurou fazer uma leve crítica ao governo federal, mas enfatiza que as mazelas do Rio de Janeiro são resultado dos desmandos de políticos locais:

(...). A presença do Governo da União, foi sob certos aspectos, um elemento negativo na vida da Cidade. Voltada para êle, não pôde muitas vezes a Cidade voltar-se para si mesma. Tôda uma proliferação de políticos indesejáveis, no plano municipal, surgiu à sombra do poder federal, vivendo de contingências que agora vão deixar de existir. Que o Rio passe a ser verdadeiramente o Rio, sem outro título de que não necessita. E que aproveite a oportunidade para livrar-se dos maus políticos que só têm feito agravar seus males.¹⁴⁴

Notem que o governo federal ocupou as atenções da cidade do Rio de Janeiro, mas os políticos “indesejáveis” citados no editorial eram de ordem municipal e não federal. Esses políticos “indesejáveis” estavam localizados na “sombra” do governo federal, ou seja, para a *Última Hora*, estas autoridades poderiam esconder os seus atos ilícitos porque a opinião pública, geralmente, voltava os seus olhos para as ações da União. Mais abaixo, vejamos um trecho do dia 5 de abril de 1960, que “divide” a parcela de culpa entre os setores do poder municipal, os partidos, diversas correntes políticas, mas não se refere explicitamente a Kubitschek:

O Rio não precisa que lhe façam o cartaz escondendo as mazelas existentes, como a sujeira das ruas, a falta de escolas e hospitais, a loucura dos transportes, a miséria das favelas, etc. De resto, impossível tapar o sol com a peneira. (...). O Rio de Janeiro é um grande centro econômico e cultural cuja influência na vida do País não será afetada com a mudança da Capital para Brasília e que tem ainda um grandioso papel a desempenhar, como tem – guardadas as proporções – Nova Iorque em relação à União Americana, embora seja Washington a Capital administrativa. (...). Quando denunciemos os escândalos, os casos de inépcia e corrupção que proliferam na administração da Cidade e à margem dela, estamos ao mesmo tempo apontando o caminho para a correção dos erros. E agora, precisamente, se apresenta a melhor oportunidade para corrigi-los. A culpa na permanência desses erros não está apenas neste ou naquele setor, mas em todos. Cada partido ou corrente política

143 ÚLTIMA HORA. *Coluna de UH*: Seja sempre o Rio a Cidade Maravilhosa! Edição de 4 de abril de 1960.

144 Idem.

tem tido sua parcela, por ação ou por omissão, em maior ou menor grau.¹⁴⁵

Este editorial do dia 5 de abril de 1960 termina convocando todos os cariocas “a limpar o Rio das excrescências que, até aqui têm manchado a sua face radiosa”.¹⁴⁶ O editorial enfatiza que a mudança da capital para Brasília não será maléfica para o Rio, muito pelo contrário, será uma oportunidade da cidade se ver livre de certos políticos municipais. Já no dia da inauguração da nova sede política, 21 de abril, a UH não poupa elogios ao presidente Kubitschek e à sua ousadia pela construção da cidade, que marcaria um novo tempo para o país – um tempo de “emancipação”. Vejamos:

As surpreendentes transformações que se verificam ultimamente no País, tornando realidade o lema dos “5 anos em 50”, têm o seu monumento imperecível, que é Brasília, com sua arquitetura também revolucionária, com a criação de um novo centro de civilização em pleno coração do continente americano. (...) graças às condições básicas para as quais Getúlio Vargas deu “sinal de partida”, com a criação da grande siderúrgica e da indústria estatal do petróleo e cujo remate coube ao Sr. Juscelino Kubitschek, com o extraordinário dinamismo progressista de seu governo – daqui por diante a conquista da emancipação nacional está assegurada. Brasília é o símbolo desta transição.¹⁴⁷

Interessante notar que o jornal remete à figura de Getúlio Vargas, que incentivou a fundação deste periódico com recursos estatais. Esse discurso, de certa maneira, alcançaria e agradaria aqueles que conservaram uma imagem positiva, ou melhor, heroica, do “pai dos pobres”.¹⁴⁸ Com o seu suicídio, a herança getulista, como já mencionamos, passou para Juscelino Kubitschek e João Goulart. Novamente, devemos lembrar que JK era uma figura carismática e com certa habilidade política, que passava otimismo e esperança para as pessoas. O Brasil, que poderia ser um país “emancipado”, conforme colocou o jornal, nada mais queria dizer além de que o país atravessava uma fase em que seria capaz de dar a partida para a sua própria

145 ÚLTIMA HORA. *Coluna de UH*: O destino do Rio de Janeiro e a responsabilidade dos cariocas. Edição de 5 de abril de 1960.

146 Idem.

147 ÚLTIMA HORA. *Coluna de UH*: Brasil: capital Brasília. Edição de 21 de abril de 1960.

148 Sobre o financiamento estatal no Governo de Vargas ao jornal de Samuel Wainer, recomendamos a leitura do livro de Ana Maria Laurenza (1998).

independência financeira em relação aos países desenvolvidos.¹⁴⁹ A *Última Hora* nega, no entanto, o ufanismo por parte dos brasileiros, embora seu discurso seja de um forte entusiasmo, e critica os políticos e jornais “derrotistas”. Se há “derrotistas” é porque alguém, em uma suposta disputa, venceu. Os vitoriosos seriam aqueles que apoiavam JK, o seu Plano de Metas, a sua ideologia nacional-desenvolvimentista e a construção de Brasília:

Um acontecimento como a criação de Brasília dispensa palavras de exaltação. Os brasileiros o encaram com emoção, mas sem delírios ufanistas, sentindo que muito ainda está por fazer, que nem tudo nos vai, agora, cair do céu por milagre e, acima de tudo, como o diria há pouco JK, nas comemorações da Inconfidência Mineira, o Brasil ainda não é um País plenamente independente. Mas, diante da grandeza das perspectivas que se abrem, não há como deixar de acentuar, deplorando-as, as manifestações de incrível estreiteza e mesquinha dada por certos grupos políticos em face do grande acontecimento nacional que é Brasília. Incapazes de se erguerem à altura do momento, êsses grupos, através (...) de seus jornais derrotistas, estão oferecendo à Nação e ao mundo um espetáculo lamentável.¹⁵⁰

Podemos inferir que como “jornais derrotistas”, a UH se dirigia a uma boa parte da imprensa contrária à mudança e alinhada com boa parte dos setores de oposição udenista, e principalmente, com o jornalista e deputado federal, Carlos Lacerda. Afinal, a promessa de Juscelino foi cumprida e Brasília, mesmo inacabada, já era realidade. O modelo econômico do presidente obteve algum sucesso e o poder aquisitivo de certos setores da classe média havia aumentado. Carros, geladeiras, eletrodomésticos etc, pareciam satisfazer, num primeiro momento, estes grupos consumidores ávidos por novidades. O crescimento econômico, no início do governo, criou um espírito de confiança para diversos investidores e, enquanto isso, a nova capital ia sendo erguida em um lugar inóspito e que deveria ser “colonizado” e “civilizado”.

No entanto, mesmo diante destes aspectos, deveríamos nos perguntar e refletir sobre as seguintes questões: como as camadas populares, tanto no Rio, quanto em Brasília ficaram após a transferência? Como os ditos “favelados”, que alguns jornais citaram,

149 Lembremos que estava em voga, na época, a questão entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, muito discutida pelos intelectuais do ISEB. Na verdade, para os intelectuais deste instituto, a política de desenvolvimento só poderia ser uma política nacionalista, tendo como liderança a burguesia industrial nacional, apoiada pelo proletariado e demais setores, em oposição aos grupos de exportação de bens primários ou contra a burguesia latifundiária mercantil e o imperialismo (ABREU, 2002).

150 ÚLTIMA HORA. *Coluna de UH*: Brasil: capital Brasília. Edição de 21 de abril de 1960.

iriam sair da margem da pobreza e alcançar espaços na cidade, até então ocupados pela classe média e alta? O Estado da Guanabara teria como governador, nas eleições seguintes, o próprio Carlos Lacerda. Teria ele mexido nas velhas estruturas políticas da cidade e trazido o tão sonhado desenvolvimento socioeconômico para a população mais carente?¹⁵¹ E com relação a Brasília? Teria sido ela o símbolo da “cidade da igualdade” e do progresso no sentido de que todos os cidadãos que nela vivessem seriam vistos como iguais?¹⁵² Olhando para as últimas décadas, percebemos, infelizmente, que esses desejos não se concretizaram.

151 Mario Brum (2018, p. 116) demonstra que o então governador do Estado da Guanabara no início dos anos 1960, Carlos Lacerda, nomeou o sociólogo, José Arthur Rios, para a Coordenação De Serviços Sociais, sendo este responsável pelo Serviço de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERPHA). Para Rios, o “favelado” era o responsável pela sua própria condição de modo que este último deveria se empenhar para superá-la. Assim sendo, a remoção ou a “urbanização” das favelas, um dos principais objetivos de Lacerda, que deveria ocorrer com a participação das associações dos moradores sendo controladas pelo Estado, serviria, também, como propaganda para o então governador numa futura campanha presidencial, caso fosse bem-sucedida.

152 Segundo Ronaldo Costa Couto (2006), Brasília tornou-se Patrimônio Cultural da Humanidade, em 7 de dezembro de 1987, sendo tombada logo em seguida. Seu Plano Piloto e suas construções com traços arrojados encantam pessoas no mundo todo. Contudo, a capital do “futuro” se vê diante de velhos problemas sociais. Em 16 de novembro de 2018, o repórter Gilberto Costa, da Agência Brasil, apontou que o Distrito Federal havia registrado uma desigualdade maior que a do restante do país. Na reportagem é mencionada uma perceptível diferença entre os habitantes das chamadas “cidades-satélites” para com aqueles do Plano Piloto, estes últimos mais abastados. Os primeiros encontram-se com inúmeras dificuldades, tais como: mobilidade urbana, assistência à saúde, moradia e educação básica.

3.2. Dez anos de Brasília: censura, repressão e segregação socioespacial

Em 1970, o cineasta Geraldo Sobral Rocha¹⁵³, foi convidado pelo Departamento de Turismo do Distrito Federal para realizar um documentário sobre o aniversário de dez anos da então jovem capital. A película com pouco menos de 10 minutos de duração mostrava algumas atividades esportivas sendo realizadas na cidade, uma queima de fogos e uma intensa movimentação em uma feira livre. Contudo, a obra sofreu uma censura prévia e teve que passar pelo crivo de um dos inúmeros censores da época para que pudesse ser exibida para o grande público. No parecer de nº 15279 da censora Maria Luíza Barrozo Cavalcanti, sobre o documentário *Brasília Ano 10*, constava as seguintes afirmações:

“Focaliza algumas das festividades com que foi comemorada a data: corrida de automóveis, jogo de futebol, fogos de artifício e alguns outros atrativos. Também são mostradas as principais belezas arquitetônicas da cidade, os traçados urbanísticos e curiosidades como as feiras nas cidades satélites e o jogo de futebol nos terrenos baldios. É enfatizada a funcionalidade e ao mesmo tempo a bucolidade da capital brasileira. Apesar de não ser primoroso do ponto de vista técnico, o documentário tem valor, principalmente por ser obra amadorística. Pode ser dado “Boa Qualidade” e “Livre para a Exportação” por atender aos requisitos legais e por mostrar as belezas de nosso país” (Brasília Ano 10. Parecer nº 15279. Data não especificada. Brasil. Departamento de Turismo e Recreação do Distrito Federal. Cedido pelo NA/BSB, 2019, *apud*. PASSOS, 2020, p.74).

Por meio da análise do discurso, a pesquisadora Amanda de Oliveira Passos (2020, p. 74)¹⁵⁴ explicou que a censora, ao ter declarado que o filme mostrava as belezas da

153 Geraldo Sobral Rocha foi diretor de cinema e professor da Universidade de Brasília. Natural do interior de Piauí, foi para o Distrito Federal em 1964. Integrou a primeira turma de Cinema na mesma universidade em que depois viria a lecionar no curso de Comunicação. Foi um dos fundadores do Clube de Cinema de Brasília, sendo próximo de diretores renomados, tais como: Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos. Faleceu em 2019. Para mais informações ver: ZAREMBA, Júlia. Mortes: Cineasta, fez vídeo para celebrar 10 anos de Brasília. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/mortes-cineasta-fez-video-para-celebrar-10-anos-de-brasilia.shtml?origin=folha>>. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 ago. 2019; MACHADO, Mariana. Morre cineasta Geraldo Sobral Rocha, aos 77 anos. Disponível em: < https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/07/29/interna_cidadesdf,774474/morre-cineasta-geraldo-sobral-rocha-aos-77-anos.shtml>. *Correio Braziliense*, Brasília, 29/07/2019. Acesso em: 25 jun. 2022.

154 De acordo com Amanda Passos (2020, p. 74), Althusser, autor de tradição marxista, observa o conceito de ideologia “não como conteúdo e formas de ideias que são superficiais, mas como categorias inconscientes pelas quais as condições são representadas e vividas” (MUSSALIM & BENTES, 2004). A autora relata, também, que para Stuart Hall (2011), a concepção de ideologia por Althusser é compreendida por meio de “um sistema de representações, na qual estruturas se sobrepõem a outras”, de maneira inconsciente e inseridas neste inconsciente, esta concepção permite que os seres humanos possam modificar as relações entre

capital, arquitetônicas e bucólicas, assegurando, a partir disso, que o documentário continha valor, conseguiu exprimir a “sua visão de mundo impregnada com a ideologia do Estado, difundida, antes, por Juscelino Kubitschek e os fundadores da Capital Federal e, naquele momento, sendo ressaltada pelo regime ditatorial sob a ideia de uma modernização conservadora. Essa ideia foi utilizada pelo Estado ditatorial Brasileiro, sob o ideal de “Desenvolvimento com Segurança”. O pesquisador Rodrigo Pato Sá Motta comentou que

O modelo de desenvolvimento no Brasil, depois do golpe, destacava a formação de alianças reunindo burguesias e proprietários rurais, que tangidos pelo medo da revolução social, iniciaria um processo de modernização conservadora conduzida pelo Estado. A modernização de fato representou aliança social e política heterogênea, baseada em mobilização contrarrevolucionária no Brasil (MOTTA, 2014, *apud*. PASSOS, 2020, p. 74).

Segundo Amanda Passos (2020, p. 73) e Inimá Simões (1999), até havia concursos para o cargo de censor, mas esses não eram frequentes, funcionando, muitas das vezes, como uma espécie de cargo comissionado. Muitos destes censores não possuíam sequer formação adequada para analisar as formas de linguagem estética apresentada nos filmes. Eles faziam cursos de formação com militares guiados pela Doutrina de Segurança Nacional. No curso, alguns assuntos eram abordados para serem identificados nas obras, tais como: “deturpação sutil de ideias e expressões”, “exaltação das benesses do comunismo”, “solapamento das Forças Armadas” e das “instituições democráticas”; com o propósito de demonstrar a forma como a qual o comunismo se infiltrava na sociedade democrática e a destruía juntamente com os seus valores (SIMÕES, 1999, p. 108). Em meio a esses assuntos, havia a concepção de que o mundo estava em uma disputa do bem contra o mal, e que os países do chamado “Terceiro Mundo” deveriam se submeter a uma das potências mundiais (Estados Unidos ou URSS). O comunismo deveria ser combatido, visto que se infiltrava de maneira silenciosa, “em todos os setores da sociedade”, com o objetivo de acabar com “os valores nacionais, a família e as crenças religiosas”. Em consequência disso, conteúdos que também apresentassem uma linguagem baseada nas ideias de “subversão”, “guerrilha”, “terrorismo” ou “oposição política”, automaticamente, eram vistos de forma negativa e repelidos pelos censores. Diante destas afirmações, podemos

as experiências vividas por eles e o mundo exterior para, logo em seguida, assumirem a sua consciência e visão de mundo.

compreender os motivos pelo quais levaram a censora ao afirmar que o filme *Brasília Ano 10* apresentava “valor”, ou seja, um valor nacional, já que mostrava nas imagens, as belezas de Capital Federal, sem, contudo, a nosso ver, exaltá-las.

Mesmo assim, o cineasta Geraldo Sobral Rocha, em entrevista ao programa *Documentação – TVBRASIL* (EBC),¹⁵⁵ comentou que *Brasília Ano 10*, apesar de seu caráter institucional, apresentou pouca propaganda para a época ou que nas palavras do próprio diretor foi um filme que procurou “pensar a cidade de uma maneira maior do que uma propaganda institucional”. Ele ainda contou um caso curioso, em que o diretor de fotografia, durante uma partida de futebol no estádio Mané Garrincha, dirigiu a câmera para o presidente, o general Emílio Garrastazu Médici, mas foi impedido de continuar filmando-o pelos seguranças, dado que o presidente, distraidamente, poderia ser pego em alguma posição embaraçosa. No mesmo programa, Rocha conta que *Brasília Ano 10* foi considerado um filme “seminal”, dado que outros cineastas fizeram homenagens ao documentário. Vladimir Carvalho,¹⁵⁶ outro conhecido diretor, chegou a afirmar que o filme

155 O programa *Documentação*, de 12 de julho de 2015, apresentou a série “Clássicos de Brasília”. A primeira parte do programa mostrou o curta “As Primeiras Imagens de Brasília”, de Jean Manzon. Já a segunda parte, apresentou a entrevista com o diretor Geraldo Sobral Rocha e, logo depois, exibiu o filme “Brasília Ano 10”. Esta edição do programa *Documentação* (TVBRASIL- EBC) está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AmX1EhofrXA&t=2s>>. 12/07/2015. Acesso em 25 jun. 2022.

156 Vladimir Carvalho da Silva, irmão do diretor de fotografia, Walter Carvalho, natural do Estado da Paraíba, é cineasta, professor e escritor. A partir de 1959, passou a atuar como crítico na imprensa local de João Pessoa, para onde se mudara com a tia. Em seguida, foi para Salvador, onde se juntaria ao Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes. cursando Filosofia na Universidade Federal da Bahia conheceu Glauber Rocha, passando mais tarde a integrar o movimento do Cinema Novo. Uma influência essencial que moldou a sua carreira em torno dos documentários. De Salvador recebeu o convite para ser assistente de direção de Eduardo Coutinho em *Cabra Marcado para Morrer* (1985), mas com a instauração da Ditadura Militar em 1964, as filmagens foram interrompidas e Carvalho foi obrigado a entrar na clandestinidade por um tempo. Isso não antes de ter ajudado a garantir a segurança de Elizabeth Teixeira, figura em que se centrava o documentário e que, com a nova gestão dos militares, corria perigo. Passada as inquietações do começo do regime, voltou a circular com mais tranquilidade, mudando-se para o Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar como repórter para o *Diário de Notícias*, tendo acesso direto a movimentos contra a Ditadura. Alguns dos quais, ele mesmo e a esposa, Maria do Socorro, fundaram e lideraram por um período. Em 1969, foi convidado pela Universidade de Brasília a participar da produção de documentários sobre a instalação da capital no centro oeste do país. Programado a princípio para ficar apenas dois meses, acabou se estabelecendo na cidade, onde tornou-se professor na UNB. Dirigiu filmes como *Vestibular 70* (1970), *Brasília Segundo Feldman* (1979), *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1990) e *Rock Brasília* (2011). Ao longo da carreira, passou a ser visto como grande pensador, fundou a sessão do Distrito Federal da Associação Brasileira de Documentaristas e continuou no embate contra a Ditadura quando seu filme *O País de São Saruê* (1971) foi retirado da programação do Festival de Cinema de Brasília e apreendido pela censura até 1979. Em 1994, criou a Fundação Cinememória de preservação cinematográfica, e, em 2004, foi declarado Embaixador Cultural da cidade de Brasília pelo Governo do Estado. Em 2015, Carvalho ganhou um prêmio especial na abertura do Festival de Brasília, que recebeu seu primeiro e outros filmes, em comemoração aos seus 80 anos de idade. Fonte de pesquisa disponível em: <<https://www.papodecinema.com.br/artistas/vladimir-carvalho/>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

de Rocha, realizado em meio aos festejos do aniversário da capital, forneceu “uma feição própria ao cinema produzido em Brasília, voltado para a realidade cultural e antropológica do Centro-Oeste, reflexivo e moderno – um cinema peculiar de Brasília” (CARVALHO, 2002, p. 20, *apud.* PASSOS, 2020, p. 70).

Se *Brasília Ano 10* (1970) foi liberado pela censura por mostrar as belezas da cidade, o mesmo não aconteceu com *Brasília: contradições de uma cidade nova* (1967), de Joaquim Pedro de Andrade¹⁵⁷. O documentário foi encomendado e financiado pela Olivetti do Brasil - empresa de origem italiana, fundada em 1908, que, de acordo com Fausto Sombra Júnior (2018, p. 154), desejava conservar o “seu nome atrelado à qualidade e ao design de seus produtos, e à sua participação em ações institucionais de grande vulto”. Além de ter sido dirigido por Joaquim Pedro de Andrade, um dos mais importantes nomes do Cinema Novo,¹⁵⁸ o filme contava com a presença do arquiteto Luís Saia e do cineasta belga Jean-Claude Bernardet como roteiristas (SOMBRA JR., 2018, p. 154).

O filme, nos seus primeiros minutos, começa com o narrador mencionando os dois eixos de Brasília: o eixo rodoviário e o eixo monumental. Logo em seguida, são mostradas as imagens das superquadras arborizadas, destinadas aos funcionários públicos de classe média com maior renda e aos agentes políticos. O narrador comenta que “*a superquadra*

157 Joaquim Pedro de Andrade (1932-1988) foi um importante cineasta brasileiro. Natural do Rio de Janeiro, filho de Rodrigo Melo Franco de Andrade (fundador do IPHAN) e de Graciema Prates de Sá, Andrade passou a infância no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Em 1950, iniciou graduação em Física na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio, onde frequentava o cineclubes do CEC. A troca definitiva da Física pelo Cinema viria em 1956. Seu primeiro crédito na sétima arte se deu como assistente de direção do drama *Rebelião em Vila Rica* (1957). Estreou como diretor no curta *O Poeta do Castelo* (1959). Já no comando de longas, debutou em um dos segmentos de *Cinco Vezes Favela* (1962) e, em seguida, dirigiu o documentário *Garrincha: Alegria do Povo* (1963). Estabeleceu seu nome na história do cinema nacional através dos longas *O Padre e a Moça* (1966), *Macunaíma* (1969) e *Os Inconfidentes* (1972), considerados clássicos da cinematografia brasileira. Vítima de câncer no pulmão, morreu aos 56 anos, em 1988. Fonte de pesquisa disponível em: < <https://www.papodecinema.com.br/artistas/joaquim-pedro-de-andrade/>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

158 Segundo Héilton Santos Gomes (2012), no ano de 1960 foi realizada em São Paulo, a 1ª Convenção da Crítica Cinematográfica, que contou com a presença de alguns cineastas, dentre eles estavam: Carlos Diegues, Paulo Perdigão, Orlando Senna e outros. Nesta convenção foi debatida a questão do cinema “colonizado”, que se baseava, principalmente, nos moldes hollywoodianos para se produzir filmes nacionais. Na ocasião foi apresentado o curta-metragem paraibano *Aruanda*, 1960, de Linduarte Noronha. Esta película serviu de exemplo para os filmes que surgiram com o intuito de combater os filmes produzidos pela indústria cinematográfica. A partir deste momento se configurou o movimento denominado Cinema Novo, cuja proposta era fazer filmes voltados para a realidade brasileira e com uma linguagem ‘acessível’.” O autor também mencionou que as produções do Cinema Novo estiveram diretamente relacionadas com as profundas transformações vividas pela sociedade, suas contradições e seus dilemas. Deste modo, este movimento manifestou-se “como uma voz revolucionária em meio ao cenário político brasileiro trazendo consigo propostas tanto no campo estético, como no político” (GOMES, 2012, p. 1).

é o reino da vida familiar confortável. Protegidas do tráfego de veículos, as crianças dispõem de amplas áreas de recreio e escola primária na proximidade da casa.” O filme prossegue com imagens de crianças brincando nos jardins gramados, famílias se divertindo em uma piscina, uma imagem do mercado local e de pessoas em uma igreja. Poucos minutos depois, são mostradas as imagens externas e internas do Palácio do Alvorada, a residência do presidente. A partir das imagens do interior deste palácio, o narrador afirma que *“apesar de seu desenho novo e original, segue o mesmo partido arquitetônico de uma casa de fazenda brasileira com varanda em volta e uma capela lateral”*. A pesquisadora Meire Oliveira da Silva (2019, p.170), que analisou o filme de Joaquim Pedro de Andrade, diante desta fala do narrador, formulou uma série de indagações, tais como: se o modelo arquitetônico (mostrado no filme sobre o Palácio da Alvorada) reproduziria uma espécie de casa-grande na (re)interpretação de Niemeyer e Lúcio Costa sobre o Brasil e, sendo assim, se o país, diante disso, não tivesse perdido ainda suas raízes arcaicas, mesmo no projeto avançado traçado para ele. Compreendemos estas indagações da autora, na medida em que o documentário avança, depois das imagens luxuosas do Palácio do Alvorada, são mostradas as condições de moradia daqueles que vieram primeiramente à região para trabalhar. O narrador, então, afirma o seguinte:

Para que todos os escalões do funcionalismo público pudessem conviver numa mesma área de vizinhança, os apartamentos de Brasília deveriam obedecer a três padrões econômicos distintos [...]. Conforme o plano, a cidade não seria dividida em bairros ricos e bairros pobres. **Ha-veria integração em vez de discriminação, o que não houve.** Os edifícios construídos às pressas, para alojar os que primeiros que se aventuraram para trabalhar em Brasília, e que lá chegaram prudentemente sós, servem hoje às famílias em geral numerosas e de baixo poder aquisitivo (ANDRADE, 1967, *apud.* SOMBRA JR., 2018, p.155, grifos nossos).

Para mergulhar ainda mais nas diferenças socioespaciais entre Brasília e a população de baixa renda presente nas cidades-satélites, Joaquim Pedro de Andrade se utiliza da canção *Viramundo*, de Gilberto Gil e Capinam, interpretada por Maria Bethânia. Pessoas simples são mostradas no filme, em uma rodoviária lotada e, neste momento, o narrador afirma que *“para maioria dos seus habitantes, Brasília é uma cidade como as outras, [dado que] 2/3 dos que trabalham em Brasília, incluindo os operários que a construíram, moram fora dos limites urbanos”*. Meire Oliveira da Silva comenta que:

Brasília explode na tela como o *mais do mesmo*, sob o disfarce da promessa do *novo* em um Brasil imerso em arranjos e conchavos - fachadas

a ocultar suas entranhas - vitimando cada vez mais a população em situação de vulnerabilidade e esquecimento. A égide de "festa, trabalho e pão" da música é capaz de concentrar a analogia entre os horrores de civilizações antigas amparadas por pão, circo, descaso e violência. O discurso do filme é extremamente mordaz em relação à dissimulação emersa dessa dita capital-modelo de um Brasil moderno, para simular uma existência "familiar confortável" e padronizada. [...] o abismo social evidenciado durante o curta torna-se mais incisivo justamente porque o discurso da conformidade não comporta as imagens apresentadas. Antes, as nega continuamente (SILVA, 2019, p. 169-170)

O filme prossegue indicando que, ao fim de uma viagem que durou 3 horas, os operários conseguem chegar a uma cidade-satélite e, um conjunto de casas populares e bem pequenas aparecem na tela. No decorrer do filme, há imagens de uma feira livre com os mais variados produtos sendo vendidos, muitos deles remetendo às culturas dos estados do Nordeste. Com um intenso e contínuo fluxo migratório, milhares de famílias passam a ser removidas de áreas próximas ao plano piloto para as distantes cidades-satélites. Uma favela com barracos amontoados aparece na tela fazendo contraposição às superquadras arborizadas do início do filme e ao Palácio do Planalto. Depoimentos dos operários que trabalharam na construção da capital (os candangos) e seus descendentes, que permaneceram no Distrito Federal, são prestados no documentário de Andrade. Eles reclamam da falta de empregos e de melhores condições de vida.

Lucio Costa, o idealizador do plano urbanístico de Brasília, publicou um texto em francês e posterior a 1968, em que defendeu a cidade e apontou justificativas históricas e econômicas para o surgimento das cidades-satélites:

A construção de Brasília, no cerrado deserto [...] provocou, de início, um movimento geral de simpatia no estrangeiro [...]. Em seguida, começaram a “esnobar” a cidade, acusada de ser uma oportunidade perdida porque – entre outras falhas – a população pobre estava mal alojada. Como se por uma simples transferência de capital o urbanismo pudesse resolver os vícios de uma realidade econômico-social secular. Como se o Brasil não fosse o Brasil, mas a Suécia, ou outro país qualquer devidamente civilizado. [...] A mão de obra afluiu de toda parte, de modo que em torno de cada canteiro surgiram favelas, e foi necessário transferi-las para outros lugares, à medida que o ritmo das construções diminuía (COSTA, 1995, p. 315, *apud*. SOMBRA JR., 2018, p.160)

No decorrer do texto, Costa argumentou que a Companhia Urbanizadora responsável pela construção da capital, a Novacap, pensava que um terço do contingente de operários e de suas famílias que chegaram à região na época do governo de Kubitschek,

voltasse às suas terras de origem depois da inauguração da capital. Um outro terço seria absorvido pela atividade agrícola e o terço restante pelos serviços. O urbanista afirmou que foi a própria Novacap que selecionou os locais na periferia e forneceu lotes às famílias transferidas, em assentamentos improvisados, formando falsas cidades-satélites. Em meio à remoção destas famílias das vilas (favelas) para a cidade-satélite de Taguatinga, por exemplo, Lucio Costa afirmou que elas estavam felizes, visto que viviam, naquele momento, num local melhor com escola e hospital, diferentemente dos seus locais de origem (COSTA, 1995, p. 315, *apud*. SOMBRA JR., p. 160-161).

Mesmo assim, Meire Oliveira da Silva (2019, p. 169) aponta que o documentário de Joaquim Pedro de Andrade realiza uma reflexão crítica no que concerne ao progresso do país, não somente contradizendo a esta ideia, como também denunciando a nova capital como

uma farsa - microcosmo de um pretense desenvolvimentismo tão caro aos intuits daquele cenário brasileiro na ditadura dos anos 1960. A tensão do curta-metragem aumenta ao passo que o diretor evidencia tais contradições. Suas entrevistas perpassam habitações de classe média, escritórios de arquitetura, a residência do presidente até chegar às primeiras favelas da cidade. (...) Além das edificações, o que se impõe é a miséria de grande parte da população brasileira (SILVA, 2019, p. 169).

Para a autora (2019, p. 166-167), o sonho desenvolvimentista representado pelo plano piloto, configurando uma cidade idealizada com uma arquitetura monumental, se choca violentamente com as fissuras sociais deflagradas no Brasil da época, produto de incessantes explorações econômicas. Ademais, Meire Silva ressalta que no filme de Joaquim Pedro de Andrade, Brasília representa uma espécie de retrato do Brasil que busca alcançar os patamares da modernidade, entretanto, para isso, insiste na exclusão daqueles que não se enquadram nos “aclamados progresso e ordem que não correspondem ao país profundo presente – e abafado sucessivamente – mais uma vez, no planalto central” (SILVA, 2019, p. 171).

Diante da crítica social mostrada, a empresa Olivetti do Brasil rejeitou o filme, dado que não queria se envolver em problemas com o governo militar. Ainda assim, sem que tivesse sido anunciado, o documentário foi exibido no Festival de Brasília, em 1967, e Joaquim Pedro de Andrade ganhou uma menção honrosa. De acordo com Jean-Claude Bernardet, um dia após a sessão, “Joaquim foi procurado por alguém, que o informou de

que seria preferível não apresentar o filme à censura, pois não obteria o certificado e poderia haver consequências mais graves”.¹⁵⁹ O filme de Joaquim Pedro de Andrade mostrava não apenas uma Brasília com suas contradições, mas denunciava as desigualdades sociais em uma capital que poderia representar qualquer outra cidade do país, diferentemente do filme de Geraldo Sobral Rocha, que não mostrou as cidades-satélites, o descontentamento da população trabalhadora de baixa renda e as favelas.

Aliás, como já pudemos perceber, o filme de Rocha, *Brasília Ano 10*, foi elaborado em meio a um dos momentos mais repressivos do regime militar – o governo Médici (1969-1974). Este governo ficou conhecido pelo chamado “milagre econômico”¹⁶⁰, por obras que exigiam grande infraestrutura (a rodovia Transamazônica e a ponte Rio-Niterói, por exemplo), pela violenta repressão aos opositores do regime e à luta armada, pela propaganda ufanista e pela censura. O governo Médici obteve certa popularidade em meio a um crescimento econômico que agradou, principalmente, a classe média com a compra de bens de consumo, mas, que, por outro lado, acarretava em uma considerável desigualdade social com a política de arrocho salarial para as camadas mais baixas. Ao mesmo tempo em que o governo propagandeava as benesses adquiridas com o “milagre econômico”, com as obras de grande impacto que indicavam que o país estivesse progredindo e com as comemorações com o título da copa do mundo de 1970; o regime fazia uso de métodos de tortura a fim de obter informações contra seus opositores e combatia com estruturas paraestatais, grupos armados como a ALN (Aliança Nacional Libertadora) e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) (GENTILLI, 2004, p. 88-89; FICO, 2015, p. 80-87) .

Conforme o historiador Carlos Fico (2015, p. 82-85), no que se refere à censura, podemos pensar em não somente um tipo de censura existente no Brasil, mas em duas: a

159 Informações retiradas no site do INSTITUTO MOREIRA SALLES. Brasília: contradições de uma cidade nova. Disponível em: < <https://ims.com.br/filme/brasilia-contradicoes-de-uma-cidade-nova/>>. Rio de Janeiro, s/d. Acesso em: 27 jun. 2022.

160 No campo econômico, o Brasil, durante o governo Médici, viveu um momento de crescimento impulsionado pelos empréstimos externos a juros baixos. As exportações foram incentivadas com isenções de impostos e aumento do crédito. Houve também uma ampliação de crédito a empresas do setor privado, o que fomentou a produção interna, principalmente, a de bens de consumo (eletrodomésticos, eletroeletrônicos, automóveis etc.). A classe média de maior renda foi uma das maiores beneficiadoras do “milagre econômico”, enquanto a população com a menor renda sofria com a política do arrocho salarial, já que esta medida permitia o acúmulo de capitais pelo Estado. Além disso, as negociações salariais entre patrão e empregado eram restritas em um período autoritário. Conseqüentemente, houve um acréscimo das desigualdades sociais, e, em 1973, a taxa de inflação voltou a subir, diminuindo ainda mais o poder de compra da classe trabalhadora (GENTILLI, 2004; FICO, 2015).

primeira, com o propósito de coibir qualquer atentando à moral e aos bons costumes, aplicada a partir do Estado Novo, em 1940, e que pendurou até ganhar força no regime militar; e a segunda, que foi a censura de caráter proeminente político no período ditatorial. Com relação a primeira, a censura “moral” ou censura das diversões públicas, o autor explica que ela era realizada por um órgão – a Divisão de Censura De Diversões Públicas (DCDP). Havia certificados de liberação nas bilheterias de cinema, de teatro ou antes dos programas de televisão serem exibidos. Os censores observavam se as produções continham: “exibição de nudez, uso de palavrões, abordagem de temas chocantes e assim por diante”. Nas peças teatrais, era comum a figura do censor possuir uma cadeira cativa na plateia a fim de “conferir a moralidade das encenações”. O autor ainda comenta que com o regime militar, este tipo de censura acabou se tornando “politizada” pelos agentes do DCDP, que estiveram atentos às críticas que poderiam surgir contra o regime em filmes, peças e músicas (FICO, 2015, p.82-83).

No tocante à censura propriamente política, os órgãos de imprensa foram os mais atingidos. Existia um órgão sigiloso na época, intitulado Setor de Imprensa do Gabinete (Sigab), vinculado à polícia federal. Segundo Fico (2015, p. 83), o Sigab enviava aos jornais, todos os dias, “os assuntos proibidos ou simplesmente telefonava para as redações informando as interdições”. Seguem, abaixo, alguns temas ou reportagens que, comumente, sofriam censura pela instituição:

Notícias sobre enfrentamentos entre os órgãos de repressão e militantes da luta armada (como foram frequentes nos casos de assaltos a bancos) eram terminantemente proibidas. Fracassos do governo ou quaisquer fatos que fragilizassem o regime também eram censurados. Quando das sucessões dos generais na Presidência da República, a censura só admitia “transcrição de discurso dos parlamentares, sem cunho sensacionalista”. Até mesmo reportagens sobre epidemias chegavam a ser censuradas. As autoridades encaminhavam pedidos de censura ao ministro da Justiça que, por sua vez, os repassava ao Sigab (FICO, 2015, p. 83).

Conforme Victor Gentilli (2004, p. 90-95), alguns jornais como *O Globo* e a *Folha de São Paulo*, esta última do grupo Frias-Caldeira¹⁶¹, apoiaram o regime ditatorial. No caso do grupo *Globo*, a TV Globo conseguiu se expandir depois da morte do seu principal concorrente, o empresário Assis Chateaubriand, em 1968, e o consequente

161 Estamos nos referindo aos empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira (GENTILLI, 2004, p. 95).

desmantelamento gradativo das emissoras de rádio e televisão dos Diários e Emissoras Associados. Vale apontar também que com o “milagre econômico” e os bens de consumo sendo obtidos por famílias de maior poder aquisitivo, fez com que as empresas nacionais e multinacionais procurassem a mídia para promover anúncios, e com isso, a Rede Globo conseguiu crescer ainda mais. Já a *Folha de São Paulo*, do grupo Frias-Caldeira apoiou o regime de forma “dócil” e “passiva”, de acordo com Gentilli (2004, p. 93), fazendo frente ao seu principal concorrente, *O Estado de São Paulo*. Aliás, jornais como *O Estado de São Paulo*, o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* chegaram a manifestar o seu descontentamento contra a ditadura militar em seus editoriais. *O Estado de São Paulo*, por exemplo, depois da promulgação do Ato Institucional nº 5,¹⁶² chegou a publicar os poemas de Camões (Os Lusíadas) em matérias que foram censuradas. Já o *Jornal do Brasil* publicou uma edição histórica sobre o AI-5, enganando os censores e tornou-se uma espécie de “exemplo de resistência imediata ao arbítrio”. Contudo, Gentilli ressalta o seguinte:

Esses marcos que indicam as ações iniciais à ditadura, serão muitas vezes lembrados como referências, pois a imprensa, a partir da nova conjuntura política terá ainda muito a enfrentar para driblar a censura (nos poucos de veículos que usaram resistir). A resistência e a acomodação convivem simultaneamente. Mostravam que os caminhos tinham se tornado muito mais difíceis e tortuosos (GENTILLI, 2004, p. 92-93).

Poderíamos dizer que alguns jornais e emissoras de televisão chegaram a ter uma relação de ambivalência para não serem interditados e/ou para que seus jornalistas não fossem perseguidos e até assassinados, como no caso do jornalista Vladimir Herzog¹⁶³,

162 De acordo com o site do Senado Federal, o Ato institucional nº 5 foi promulgado do dia 13 de dezembro de 1968, servindo como “um instrumento que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira consequência foi o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano e o recesso dos mandatos de senadores, deputados e vereadores, que passaram a receber somente a parte fixa de seus subsídios”. O site do Senado relata que “entre outras medidas do AI-5, destacam-se: a suspensão de qualquer reunião de cunho político; censura aos meios de comunicação, estendendo-se à música, ao teatro e ao cinema; suspensão do *habeas corpus* para os chamados crimes políticos; decretação do estado de sítio pelo presidente da República em qualquer dos casos previstos na Constituição; e autorização para intervenção em estados e municípios”. Informação retirada de: PONTUAL, Helena Daltro. Uma breve história das Constituições do Brasil. Disponível em: < <https://www.senado.gov.br/noticias/especiais/constituicao25anos/historia-das-constituicoes.htm> >. Senado Federal. 25 anos da Constituição Cidadã. s/d. Acesso em: 29 jun. 2022.

163 De acordo com o site Memórias da Ditadura, “Vladimir Herzog, o Vlado, foi jornalista, professor e cineasta brasileiro. (...) Em 1975, Vladimir Herzog foi escolhido pelo secretário de Cultura de São Paulo, José Mindlin, para dirigir o jornalismo da TV Cultura. Em 24 de outubro do mesmo ano, foi chamado para prestar esclarecimentos na sede do DOI-Codi sobre suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sofreu torturas e, no dia seguinte, foi morto. A versão oficial da época, apresentada pelos militares, foi a de que Vladimir Herzog teria se enforcado com um cinto, e divulgaram a foto do suposto

em 1975. Sobre esta possível questão de ambivalência, podemos citar o próprio *Jornal do Brasil*, que no dia 21 de abril de 1970,¹⁶⁴ data do aniversário de dez anos de Brasília, comenta em seu editorial, que a cidade começou a “murchar” durante o Governo de Jânio Quadros, “exangue de verbas, serviços e recursos” e que, posteriormente, a Capital assistiu atônita à renúncia do presidente, parando diante da crise de sucessão. Com João Goulart na presidência, o jornal retratou o seguinte:

Os desvarios esquerdizantes do Governo de João Goulart encheram suas largas avenidas da pelegada trazida em frotas de ônibus do Rio e de São Paulo para pressionar o Congresso. Viu partir para o exílio o presidente escorraçado e seus próprios erros. Castelo Branco, embora não nutrisse grandes entusiasmos por Brasília, assegurou-lhe o benefício de sua presença e um esquema de obras capaz de manter a vida econômica da cidade. Costa Silva incentivou esses trabalhos e lá permaneceu até o começo de sua enfermidade (JORNAL DO BRASIL, 21/04/1970, p. 6).¹⁶⁵

O periódico prosseguiu criticando, no entanto, o Ato Institucional nº 5 que teria coibido as atividades do Congresso. Contudo, afirmou que o presidente Médici foi o único entre todos os “Chefes de Estado da Revolução”, o mais apegado a Brasília, permanecendo na cidade e tomando providências para que os serviços públicos fossem transferidos do Rio de Janeiro para a jovem capital – caso da sede do Itamarati naquele momento.¹⁶⁶ Marieta de Moraes Ferreira e Sérgio Montalvão (2001) explicam que o *Jornal do Brasil*, embora tivesse repudiado o AI-5 promulgado por Costa e Silva com o endurecimento do regime, mostrou simpatia para com a política econômica do Governo Médici, nas mãos do ministro da Fazenda, Delfim Neto. O próprio jornal se definia como liberal-

enforcamento. Testemunhos de jornalistas presos no local apontaram que ele foi assassinado sob tortura. Além disso, em 1978, o legista Harry Shibata confirmou ter assinado o laudo necroscópico sem examinar ou sequer ver o corpo. Em 1978 a Justiça brasileira condenou a União pela prisão ilegal, tortura e morte de Vladimir Herzog. Em 1996, a Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos reconheceu oficialmente que ele foi assassinado e concedeu uma indenização à sua família, que não a aceitou, por julgar que o Estado brasileiro não deveria encerrar o caso dessa forma. Eles queriam que as investigações continuassem. O atestado de óbito, porém, só foi retificado mais de 15 anos depois. O documento foi entregue pelo estado para a família em março de 2013: no lugar da anotação de que Vladimir morreu devido a uma asfixia mecânica (enforcamento), no documento passou a constar que “a morte decorreu de lesões e maus-tratos sofridos durante o interrogatório em dependência do II Exército – SP (DOI-Codi)”.” Informações retiradas do site MEMÓRIAS DA DITADURA. Vladimir Herzog. Disponível em:< <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/vladimir-herzog/>>. Instituto Vladimir Herzog, s./d. Acesso em: 15 jul. 2022.

164 JORNAL DO BRASIL. Capital Federal. Editorial. 21 de abril de 1970, pág. 6.

165 Idem.

166 Ibidem.

conservador, a favor da livre iniciativa. Ainda que alguns colunistas como Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) e Carlos Castelo Branco fizessem oposição ao regime, os editoriais do jornal, geralmente eram de apoio (FERREIRA; MONTALVÃO, 2001).

Para o site Memórias da Ditadura,¹⁶⁷ “a maioria esmagadora dos meios de comunicação (da imprensa escrita, do rádio e da TV) apoiou a ditadura e se submeteu aos ditames da censura oficial e dos seus patrões”. Ademais, mesmo a parte da imprensa liberal-conservadora que apoiou o golpe civil-militar em 1964, foi atingida pelos cortes da censura, principalmente, a partir de 1970. Todavia, um dos jornais que se colocaram contra a deposição de João Goulart e, conseqüentemente, à ditadura militar foi o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer.

A *Última Hora*, por conta do seu apoio a João Goulart e por seu repúdio ao golpe de 1964, terminou por ter suas sedes empasteladas em Recife e no Rio de Janeiro, este último sofrendo ataques por parte de pessoas ligadas ao Movimento Anticomunista (MAC). Um censor foi colocado na redação do jornal do Rio de Janeiro – o coronel Teles de Menezes. Por ter defendido o presidente João Goulart, Samuel Wainer passou a ser procurado pelo regime. Isso fez com que Wainer procurasse asilo no Chile e, depois, na França. Em meio a vários nomes dirigindo o jornal, a *Última Hora* passava por uma grave crise financeira (MEDEIROS, 2005, p. 56-58 e p. 207-212). De volta ao Brasil e sem ter como pagar as dívidas, Samuel Wainer vendeu a *Última Hora*, em 1971, para o grupo Frias-Caldeira, o mesmo da *Folha de São Paulo*, que apoiava o governo militar (GENTILLI, 2004, p. 93).

Já a *Tribuna da Imprensa* foi vendida por Carlos Lacerda, em 1961, para Manuel Francisco do Nascimento Brito. Lacerda, no entanto, havia sido eleito para o governo do Estado da Guanabara. Como governador, ele realizou uma ampla reforma administrativa, criando administrações regionais e setoriais. Dentre as suas medidas, a que mais se destacou foi a elaboração do Plano de Habitação Popular que obteve financiamentos do governo estadunidense através da Aliança para o Progresso. Com esse programa, várias favelas foram removidas para os conjuntos habitacionais na Cidade de Deus, em Jacarepaguá, Vila Kennedy, em Senador Camará, Vila Aliança, em Bangu e Vila Esperança, em

167 Para mais informações, acessar o site: MEMÓRIAS DA DITADURA. A Imprensa alternativa. Disponível em: < <https://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/> >. Instituto Vladimir Herzog. Acesso em: 27 jun. 2022.

Vigário Geral. Todavia, as remoções causaram inúmeros protestos dos ex-moradores das favelas que alegavam a falta de infraestrutura nos conjuntos habitacionais e as longas distâncias entre o centro, local de trabalho, e a periferia, local de residência da população (KELLER, 2001).

No plano nacional, Carlos Lacerda também fez oposição à política externa de Jânio Quadros e, posteriormente, contra a posse do vice deste último, João Goulart, após o primeiro ter renunciado ao cargo. Como governador da Guanabara, Lacerda censurou inúmeros jornais que se opuseram ao golpe que se tramava contra Goulart, “impedindo-os de circular ou obrigando-os a sair com enormes espaços em branco” (KELLER, 2001). Após ter apoiado o golpe civil-militar de 1964, Lacerda se sentiu rejeitado pelos militares no que tange a tomada de decisões. Como candidato à presidência nas eleições de 1965 pela UDN, teve as suas ambições comprometidas, após a prorrogação do mandato presidencial de Castelo Branco até 1967. Com a extinção dos partidos pelo Ato Institucional nº 4, promulgado em 20 de novembro de 1965, Lacerda não optou por participar de nenhum dos dois partidos legais: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em vez disso, Carlos Lacerda escreveu artigos de jornais e discursou contra o regime militar. Juntamente com Juscelino Kubitschek, exilado em Portugal, e João Goulart, exilado no Uruguai, seus ex-adversários políticos, procurou formar a Frente Ampla¹⁶⁸, que buscava a restauração do regime democrático. Contudo, todas as atividades da Frente Ampla foram proibidas pela Portaria nº 177 do Ministério da Justiça, e com a promulgação do AI-5, Carlos Lacerda teve os seus direitos políticos cassados (LAMARÃO, 2001).

Já com relação ao jornal *Tribuna da Imprensa*, de acordo com Carlos Eduardo Leal (2001), o periódico fez uma oposição sistemática ao governo de João Goulart e apoiou o golpe civil-militar de 1964. Contudo, com a promulgação do Ato Institucional nº 1, começou a fazer oposição ao governo sem muito alarde. Antes, em 1962, o periódico havia sido adquirido pelo jornalista Hélio Fernandes, que teve a sua candidatura de deputado federal (MDB-RJ) impugnada, alguns dias antes das eleições legislativas de 1966.

168 De acordo com Sérgio Lamarão (2001), a Frente Ampla foi um movimento político lançado oficialmente em 28 de outubro de 1966, com o objetivo de “lutar pela pacificação política do Brasil através da plena restauração do regime democrático”. Seu principal articulador foi o ex-governador do estado Guanabara, Carlos Lacerda, contando ainda com o apoio dos ex-presidentes, Juscelino Kubitschek e João Goulart, e de outros correligionários.

Fernandes foi igualmente proibido de assinar qualquer matéria no jornal e, para continuar realizando críticas ao governo de Castelo Branco, fez uso de um pseudônimo - João da Silva – até março de 1967. Depois deste momento, artigos considerados polêmicos e contestadores, assinados por ele e por outros colunistas da *Tribuna*, tais como; Oliveira Bastos e Wilson Correia, causaram mal-estar com o governo militar. Fernandes, chegou a ser preso inúmeras vezes enquanto, os outros, tiveram que prestar esclarecimentos à polícia. Por outro lado, com matérias não assinadas, o jornal poderia transparecer uma ideia de alinhamento com o regime ou com políticos próximos aos presidentes militares, como no caso do tenente-coronel Hélio Prates da Silveira que se tornou governador do Distrito Federal (1969 -74). No dia 21 de abril de 1970, em uma matéria intitulada *Brasília – Polo de Desenvolvimento*, o jornal *Tribuna da Imprensa* fez as seguintes afirmações:

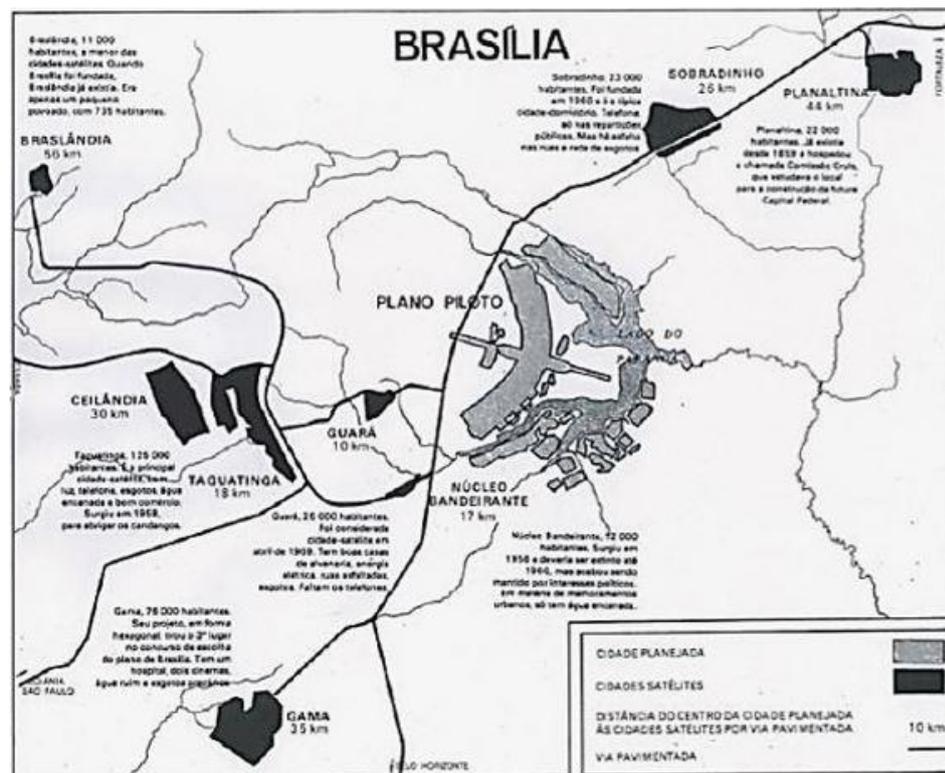
O Governo do Distrito Federal tem consciência da importância, no décimo ano desta cidade, das obras a realizar para consolidar a Capital da República (...). Ciente dos problemas básicos, a administração Hélio Prates da Silveira tomou como prioritários os seguintes pontos: educação, erradicação das favelas, saúde, abastecimento de água, energia elétrica e obras de infraestrutura. (...) O aflitivo problema das favelas do Distrito Federal – miserável e contrastante presença na cidade mais moderna do mundo – é enfrentado de modo realista pelo atual governo, eliminando esses aglomerados de habitações *substand* e dando, essencialmente, novas condições de vida aos seus ocupantes (TRIBUNA DA IMPRENSA, 21/04/1970, p. 5).¹⁶⁹

Antes de adentrarmos na política de erradicação das favelas na gestão do governador Hélio Prates, faz-se necessário comentar, primeiramente, que as remoções já aconteciam antes mesmo que Brasília fosse inaugurada. Embora já existissem duas cidades-satélites antes do governo Kubitschek – Planaltina (1859) e Brazlândia¹⁷⁰ (1932), durante a construção da nova capital, a cidade de Taguatinga foi inaugurada em 1958, recebendo os moradores, a maioria de família de operários (candangos) da Vila Sarah Kubitschek, que ficava nas imediações da Cidade Livre. Conforme já mencionamos ao final do nosso capítulo dois, a Vila Amaury, “invasão” próxima ao Planalto Central, também foi realocada para as cidades de Taguatinga e Sobradinho (1960). O local onde estavam os moradores da vila foi tomado pelas águas para a formação do Lago Paranoá. Já o assentamento

169 TRIBUNA DA IMPRENSA. Brasília – Polo de Desenvolvimento, 21 de abril de 1970, p. 5.

170 No mesmo trabalho (SIMÕES JR & ALVIM, 2015), o nome da cidade é mencionado com “z” (Brazlândia) ou com “s” como no mapa da página seguinte.

na Cidade Livre também tinha caráter provisório. No entanto, por pressão de comerciantes locais, criou-se em 1961, a cidade-satélite do Núcleo Bandeirante, tendo em vista a importância do comércio existente e dos serviços lá localizados para uma capital recém-inaugurada. Se fossem realocados, trariam grande prejuízo ao funcionamento da cidade (SIMÕES JR & ALVIM, 2015; OLIVEIRA, 2008; DERNTL, 2019).



As cidades-satélites e suas respectivas distâncias com relação ao Plano Piloto: Planaltina (44 km), Brazlândia (56 km), Núcleo Bandeirante (17 km), Taguatinga (18 km), Sobradinho (26 km), Guará (10 km), Ceilândia (30 km), Gama (35 km). Fonte: Revista Realidade, 1972, apud. SIMÕES JR.; ALVIM, 2015, p.6.

Segundo Maria Fernanda Derntl (2019, p. 22), ao ter entrevistado os moradores destas localidades com base nas memórias deles, a concordância com a construção de Brasília e a alusão ao discurso nacionalista que a sustentava foram mobilizados como uma maneira de defender a legitimidade dos movimentos que deram origem às cidades-satélites. No caso da autorização legal adquirida pela população na virada dos anos 60 para o nascimento do Núcleo Bandeirante, podemos citar as palavras do médico Isaac Barreto Ribeiro (2000), que chegou ao local em 1956: *“era um sentimento de todos [...] Não era uma resistência armada, era cívica, bonita, não tinha guerra [...] esse Núcleo é*

que foi a prova da nacionalidade Brasileira”. Maria Fernanda Derntl (2019, p. 22) também demonstrou a visão da escritora Hilda Mendonça da Silva (1997) sobre a dedicação coletiva da população na construção da cidade-satélite: “[a]queles que vieram para aqui [Taguatinga] eram diferentes, mesmo os invasores. Eles tinham aquela vontade de construir, de fazer alguma coisa, de fazer ali uma cidade para gerações futuras deles”. Todavia, Maria Fernanda Derntl, ao fazer uso do relato de Vicente Souza (1995), alerta sobre o outro lado – nada esperançoso- deste processo:

Mas, os depoimentos não deixam de mencionar também os permanentes riscos, conflitos e a instabilidade da condição de vida nos anos iniciais das cidades-satélites, levando a ver que a formação de comunidades em cada lugar não seria inata ou abrangente como sugeriram alguns entrevistados. Os lotes eram concedidos pela Novacap em caráter provisório até que fosse feita sua regularização definitiva, por isso a posse de um terreno tinha de ser assegurada pela sua ocupação. Os documentos legais eram considerados de pouco valor: “*dono é quem ficava dentro, quem morava no lote que era o dono. Por isso que eles [os outros moradores do lugar] não respeitavam muito [o] documento*”. Havia necessidade de logo construir um barraco no lote e de mantê-lo permanentemente ocupado para evitar que fosse tomado por outras pessoas (SOUZA, 1995; DERNTL, 2019, p. 22-23).

Se o assentamento no Núcleo Bandeirante conseguiu resistir, não só por ser um local de comércio e de serviços, mas também por abrigar médicos, engenheiros, professores e funcionários públicos, o mesmo não aconteceu com os moradores, a maioria de operários (os candangos) e suas famílias, que moravam nas diversas vilas próximas ao plano piloto e que foram transferidos para outras cidades-satélites, como Taguatinga. Conforme o depoimento de Cid Lopes Filho (1997): “*E as duas cidades cresceram juntas – o Plano Piloto: a cidade arquitetônica, linda, bonita, limpa, branca de linhas elegantes; Taguatinga: feia, suja, poeirenta, de barracos, mas lá em Taguatinga estavam realmente aqueles que estavam construindo Brasília* (DERNTL, 2019, p. 28). Neste momento é bom destacar um trecho da pesquisa e a análise dos fatos realizada por Neio Lúcio Campos (1988) de como já se pensava a nova capital e a sua população ainda na gestão JK:

Seletivização espacial, pois o Plano Piloto, desde o início, caracterizava-se como o espaço urbano destinado ao funcionalismo público federal e à pequena burguesia, enquanto as cidades-satélites eram formadas a partir da pressão exercida pela população migrante dos trabalhadores menos qualificados. (CAMPOS, 1988, p. 81).

Já no final da década de 1960, ainda havia inúmeras favelas (chamadas de “invasões”) e acampamentos de construtoras (intituladas de “localidades provisórias”), com aproximadamente 82 mil habitantes, ocupando lugares estratégicos nas proximidades do plano piloto (PAVIANI, 1991, p. 128-129). Uma delas era o núcleo provisório denominado de Vila IAPI, próximo ao Núcleo Bandeirante. Com as contínuas migrações, a Vila IAPI transformou-se num complexo, sendo considerada a maior favela da Capital Federal. Segundo Tony de Oliveira, a Vila IAPI apresentava

características apropriadas para uma vida social comunitária. O seu traçado proporcionava aos moradores o encontro e o contato. A disposição e espaçamento dos barracos seguiam uma lógica igualitária, a área era generosa em arborização e sombreamento, apresentando certa bucolicidade das cidades jardins modernas. De farta disponibilidade hídrica, contribuía além da resolução das necessidades básicas e higienização local, para dinamizar a economia, e lazer das crianças e adultos. Era comum os favelados se ajudarem pela representação cultural da cidade ou região de origem ou ainda pela relação de parentesco existente, facilitando a convivência comunitária. Além, é claro, da localização próxima, em contato viário direto com o Núcleo Bandeirante, o Guará, Candangolândia e com o Plano Piloto (OLIVEIRA, 2008, p. 65).

Mesmo diante do que foi reportado acima, os argumentos técnicos que poderiam justificar a remoção dos moradores foram apresentados pelo Governo do Distrito Federal. Um deles era que a “invasão” não correspondia às exigências do PLANIDRO (Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle de Poluição do Distrito Federal)¹⁷¹ e que a população ali existente poderia contaminar os córregos próximos e, conseqüentemente, contribuir para a poluição do Lago Paranoá e sua Bacia. Os outros argumentos indicavam problemas socioeconômicos decorrentes da miséria e do desemprego, e apontaram uma certa preocupação com os favelados:

As invasões se localizavam dentro do anel de Segurança Sanitária, o que era uma ameaça à saúde, tanto da população favelada, como de todo

171 Segundo Tony de Oliveira (2009, p. 56), os símbolos que poderiam indicar a segregação socioespacial presentes na história de Brasília, foram a utilização da obra EPCT (Estrada Parque Contorno) e o PLANIDRO (Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal) que se concentram na ideia de que o operariado deveria se instalar fora do limite do Distrito Federal ou, ao menos distante, do seu centro urbano, o Plano Piloto. De acordo com o autor (2009, p.57), sobre um estudo com relação ao PLANIDRO – Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal (...), relata que, “em 1970, estava definido o zoneamento sanitário do Distrito Federal e recomendava-se a não ocupação dos terrenos livres localizados na bacia do Paranoá, cujos limites estavam definidos pela EPCT, além de determinado limite populacional já saturado na previsão dos projetos existentes. Acreditava-se que, “ultrapassando tal limite, poderia ocorrer um sério processo de eutrofização ao Lago Paranoá. Essa premissa tornou-se básica para a segregação espacial dos novos centros urbanos a serem criados, pois a EPCT passou a constituir-se o anel sanitário de Brasília” (IPEA; UnB; UFRJ, 2002, p. 111).

o Distrito Federal. [...] Todas as favelas estavam próximas à Cidade Livre. E a maior delas é a do IAPI. Os problemas sociais eram ali concentrados: mendicância, delinquência, prostituição, criminalidade, menores abandonados, doenças contagiosas, etc. [...] E assim, as chamadas “invasões” do Distrito Federal, constituíam um rótulo negro na história e na beleza de Brasília [...] Era a marginalização social de uma população bem-intencionada (BASTOS, 1979, p. 14, *apud.* OLIVEIRA, 2008, p. 67).

Além destes argumentos que justificariam a erradicação da vila, havia ainda as recomendações do Plano Diretor de Brasília, formulado pelo urbanista criador da nova capital, Lucio Costa assegurando que:

Deve-se impedir a enquistação de favelas, tanto na periferia urbana, quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP -, promover, dentro do esquema proposto, acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população. (COSTA, 1974, p. 26, *apud.* OLIVEIRA, 2008, p. 67).

Nós podemos perceber, então, um suposto discurso de proteção ambiental, com uma variedade de “problemas sociais” que o aumento da população favelada poderia ocasionar: crescimento da mendicância, delinquência, prostituição, doenças contagiosas etc. Essa visão preconceituosa sobre os moradores de áreas carentes não levou em conta as expectativas, os sonhos e os planos de todos aqueles que trabalharam para construir a nova capital e que esperavam participar do seu cotidiano. Para se resolver a questão de moradia destas pessoas, Lucio Costa mencionou que a Novacap deveria promover “acomodações decentes e econômicas”, isto é, habitações de qualidade inferior como relação àquelas que estavam destinadas às classes dirigentes no plano-piloto. Sobre a questão do suposto discurso ambiental, é bom ressaltar que a área em que a população carente morava, a Vila IAPI, após ter sido removida, não foi preservada. Sendo alvo da especulação imobiliária, a região foi ocupada, tempos depois, por moradores de renda média e alta, dada a sua boa localização (OLIVEIRA, 2008, p. 67-68).

Na época da transferência, de acordo com Aldo Paviani (1991, p. 128-129), havia sido reportado pela imprensa que o presidente Médici teria expressado o seu desagrado com o então governador do Distrito Federal, Hélio Prates da Silveira, “*por ter em sua trajetória para o Palácio do Planalto e, deste, para o sítio do Riacho Fundo, numerosas e ‘incomodativas invasões’*”. Com o propósito de agradar o presidente e restringir a proliferação das “favelas”, o governador instituiu a Campanha de Erradicação das Invasões (CEI), “que entre os anos de 1971 e 1972, cadastrou todos os barracos existentes nas vilas

periféricas do Núcleo Bandeirante, transferindo posteriormente sua população para a nova localidade de Ceilândia” (PAVIANI, 1991, p. 128-129).

O jornal *Correio Braziliense*¹⁷² publicou matérias sobre a importância da remoção das famílias para Ceilândia, destacando o papel de liderança da primeira dama do Distrito Federal, Vera Prates, na Campanha de Erradicação das Invasões:

Brasília que exporta progresso tem sido também ímã de miséria. Tornou-se um dos pontos de convergência prediletos das correntes migratórias [...] formando favelas por vezes mais populosas que a maioria das cidades brasileiras. Uma delas é a do IAPI. Esta invasão é uma séria e permanente ameaça a toda a estrutura urbanística e arquitetônica da cidade [...], pois constitui a principal fonte de poluição do Lago Paranoá [...]. Até a esposa do Governador se inseriu na tarefa, lançando a Campanha de Erradicação das Favelas – CEI [...]. A assistência que a senhora Vera Prates da Silveira vem prestando aos moradores das invasões completa a obra que o Governador se propôs realizar, no sentido de em futuro próximo lhes proporcionar melhores condições de habitabilidade e de conforto (CORREIO BRAZILIENSE, 03/03/1971, p.4).¹⁷³

No dia 20 de janeiro de 1971, o mesmo jornal apresentou aquela que seria a primeira casa na nova cidade-satélite (imagem abaixo). Segundo a nota que acompanhava a foto, o local era “bastante privilegiado, dotado inclusive de uma vista espetacular”. E seguiu anunciando que as obras da Ceilândia estavam sendo executadas aceleradamente com “diversos serviços já incluídos”, e que a casa vista na foto seria uma espécie de amostra daquelas que poderiam ser adquiridas a baixo custo pelos futuros moradores do local (CORREIO BRAZILIENSE, 20/07/1971, p.7).¹⁷⁴

172 O jornal *Correio Braziliense* foi o primeiro jornal de Brasília e surgiu no mesmo dia da inauguração da Capital – 21 de abril de 1960. Fazendo alusão ao jornal do patrono da imprensa, Hipólito José da Costa, o *Correio Braziliense* pertenceu ao empresário Assis Chateaubriand e fez parte de sua empresa - Diários Associados. Em comemoração aos seus 60 anos de existência, o jornal publicou o seguinte: “O Correio foi fruto de uma aposta entre Chateaubriand e Kubitschek. Duvidando de que a capital seria entregue em 1960, Chatô disse que, se isso acontecesse, ele criaria aqui um jornal (...). E assim foi feito. Se Brasília não desse certo, conseqüentemente, o veículo também não daria e vice-versa. Na capa da primeira edição, os Diários Associados deixavam claro: O *Correio Braziliense* volta a circular depois de 137 anos. Ali, estava o sonho de Hipólito José da Costa. Para mais informações, ver: *Correio Braziliense, 60 anos de história*. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/02/08/interna_cidade-826717/correio-braziliense-60-anos-de-historia.shtml>. *Correio Braziliense*, Brasília, 08/02/2020. Acesso em: 6 jul. 2022.

173 CORREIO BRAZILIENSE. Ceilândia (editorial). 3 de março de 1971, p. 4.

174 CORREIO BRAZILIENSE. Primeira Casa da Ceilândia. 20 de janeiro de 1971, p. 7.



Imagem/Fonte: *Correio Braziliense*. Primeira Casa da Ceilândia. Brasília, 20 de janeiro de 1971, p. 7.

No entanto, quando os primeiros caminhões com moradores da Vila IAPI começaram a chegar, eles perceberam que o local era isolado, sem habitação, sem energia, sem água, ou seja, não havia nenhum tipo de infraestrutura adequada, a não ser os lotes demarcados. A edição do *Correio Braziliense*, de 30 de março de 1971, colocou em seu editorial, que apesar do apoio prestado ao Governador Hélio Prates e à Campanha de Erradicação das Invasões, ocorreu um certa “precipitação na mudança” e que esta foi flagrantemente desorganizada. Dos caminhões, foram “jogados” tábuas apodrecidas e móveis, juntamente com os seus “modestos donos”, ao mesmo tempo, no local. Além disso, um temporal acompanhou o processo e pegou a todos desprevenidos. O jornal afirmou o seguinte:

[...] o que era festa virou melancolia. Tudo sofreu planejamento, exceto a mudança propriamente dita. Talvez um barracão provisório, de dimensões adequadas, capaz de abrigar provisoriamente o pessoal escalonado para a transferência, aliviasse a situação e estabelecesse um mais adequado ordenamento no processo. A mera transferência de barracos dá, outrossim, a ideia da mudança da invasão de um para outro local. É certo que o novo núcleo populacional que começou a ser formado oferece condições infra-estruturais inexistentes na Vila do IAPI. Mas não lhe retira o aspecto de favela, embora de uma favela arruada, loteada. E por muito tempo assim permanecerá (CORREIO BRAZILIENSE, 30/03/1971, p. 4).¹⁷⁵

175 CORREIO BRAZILIENSE. Ideia e Execução. (editorial). 30 de março de 1971, p. 4.

O jornal, apesar de ter criticado a notória falta de planejamento na transferência dos primeiros núcleos de moradores, passou a ideia de que Ceilândia seria melhor para eles, tendo em vista que na Vila do IAPI, as condições de infraestrutura eram inexistentes. Porém, diante dos depoimentos dos próprios moradores, nada existia na nova cidade-satélite. De acordo com o casal Cosme e Avani, em entrevista ao pesquisador Edson Beú Luiz (2007), podemos constatar esta visão. Cosme afirmou que chegou a Ceilândia com família debaixo de um “toró medonho” e que tudo “era só mato; um capim danado de grande”. Já Avani relatou o seguinte:

[...] o caminhão do Serviço Social jogou a gente ali e acabou a história. O homem só falou assim: aí está a propriedade de vocês e mostrou os quatro toquinhos de pau demarcando o lote. Ninguém sabia onde era a frente nem os fundos, porque não tinha nada em volta e tudo era mato. Fizemos logo um barraquinho para cobrir os meninos, que estavam com muita febre. Chegou a noite e a chuva continuou caindo. Quando eu liguei o fogão para fazer um chá para eles, o gás acabou. Aí, o que aconteceu: a gente não tinha gás, não tinha lugar para comprar e, se tivesse, não adiantava porque a gente não tinha dinheiro. [...] Não foi fácil. Passamos três anos sem água e sem luz. Pegava água nos carros pipas há uns dois km de distância. Lata na cabeça. [...] Eu vinha de um lugar que tinha água, luz, tinha mais estrutura. E quando eu cheguei aqui e vi como era, eu me apavorei. [...] Meu marido trabalhava o dia todo e a gente só tinha tempo de fazer o barraco de noite. Quatro crianças. Depois da lama, era só poeira (Avani, 2006, depoimento, *apud.* LUIZ, 2007, p. 69).

No documentário *Conterrâneos Velhos de Guerra*, de Vladimir Carvalho (1990), que já citamos no capítulo anterior, é mostrado um diálogo entre o diretor do filme e dois moradores de Ceilândia: Hermínio e Eurípides. Eles e mais outros integrantes formaram a Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (ASSIMOC), que tinha por objetivo lutar por todos aqueles que foram transferidos para região e que, em acordo com o governo do Distrito Federal, não conseguiam pagar os valores dos lotes que haviam sido majorados com o tempo. Em suma: a associação desejava que os valores previamente estabelecidos fossem mantidos e que o Governo cumprisse com aquilo que foi negociado.¹⁷⁶ O diretor do filme perguntou ao seu Hermínio os motivos que levaram o governo

176 Marcos Santos (2021) comenta que como a transferência dos moradores foi feita às pressas, não houve uma política pública para o processo de legalização dos lotes. Em vez disso, foi instituída a Resolução n. 71/75 (1971) que somente respaldava moradores que haviam passado pelo processo de remoção das antigas Vilas Operárias. A Resolução estabelecia o preço de cada lote na faixa de 600 a 3 mil cruzeiros – valores mais próximos da realidade dos moradores. No ano de 1973, no entanto, as primeiras titulações foram efetivadas, tendo por média um valor de 1000 a 2500 cruzeiros – fazendo com que somente cinco mil

para realizar a remoção dos moradores da Vila IAPI para Ceilândia. Hermínio respondeu que *“foi para deixar a capital livre para os turistas quando chegar ter uma boa visão da Capital (...) esse pessoal foi removido aqui para a Ceilândia, jogado no mato, igual joga lixo, para cães, para os animais bravos comer”* (CARVALHO, 1990, *apud.* OLIVEIRA, 2018, p. 14).

Neste final de capítulo, observamos os desdobramentos da meta-síntese de Juscelino Kubistchek – Brasília – dez anos depois, sob o regime militar, com o “milagre econômico” do governo Médici, que beneficiou a classe média e alta, mas que agravou a concentração de renda e diminuiu o poder de compra da classe trabalhadora. Vimos a censura contra filmes ou jornais que pudessem mostrar a realidade da população de baixa renda, as favelas, a miséria, ou se opor a visão de uma capital moderna e de um país caminhando para o progresso. Sendo assim, nos deparamos com a historiografia e a análise crítica das fontes que nos permitiram ter uma visão desta capital e do próprio país nos anos 1970.

Brasília era ou talvez ainda seja um reflexo, em menor proporção, do Brasil. Os espaços privilegiados do plano piloto foram destinados aos agentes políticos e aos funcionários com maior renda. Os trabalhadores/operários/ candangos que saíram de seus locais de origem em busca de melhores condições de vida, vivenciaram um choque de realidade, seja durante a construção, conforme já vimos no segundo capítulo deste trabalho, seja com a permanência nas cidades-satélites, sendo cada vez mais afastados da cidade modernista e utópica que as suas próprias mãos construíram. Ignorados ou tolerados pelo poder público, esses mesmos trabalhadores não aceitaram uma condição submissa frente ao descaso e à exclusão social. Eles estão presentes em associações, nos depoimentos, nos filmes, nas memórias que devem ser perscrutadas para se interpretar a história da “capital da esperança” ou da “capital do desperdício”. Cabe a nós, pesquisadores, estudarmos este processo histórico com afinco, tendo por base o diálogo interdisciplinar, a historiografia sobre o tema e a análise crítica e reflexiva das fontes.

moradores fossem contemplados. Com o passar do tempo, a Companhia Imobiliária de Brasília, a TER-RACAP, passou a ficar responsável por esse processo e chegou a cobrar de 31 mil a 51 mil cruzeiros o valor do lote – preço incompatível para os moradores de Ceilândia, a maioria de baixa renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O monumento é de papel crepom e prata
Os olhos verdes da mulata*

*A cabeleira esconde atrás da verde mata
O luar do sertão*

*O monumento não tem porta
A entrada de uma rua antiga, estreita e torta*

*E no joelho uma criança sorridente, feia e morta
Estende a mão*

(Caetano Veloso – Tropicália)

Nos versos de Caetano Veloso (1968), o sonho de Juscelino Kubitschek – “o monumento no Planalto Central do país” – a capital modernista, Brasília, contrasta com a visão de “uma criança sorridente, feia e morta”. Neste mesmo parâmetro, pudemos perceber esse contraste várias vezes no documentário *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1990), do cineasta Vladimir Carvalho. Em uma delas, o arquiteto Oscar Niemeyer em entrevista ao diretor do filme, afirmou que no dia da inauguração, o sonho de uma cidade de homens iguais não tinha sido concretizado, visto que havia “um muro de discriminação” que separava eles (arquitetos, engenheiros, autoridades políticas etc) dos “irmãos operários” – os candangos. Nos perguntamos o que fez o próprio arquiteto da capital, apesar dos seus elogios à audácia e ao entusiasmo de Juscelino e ao trabalho árduo dos candangos, afirmar que já na inauguração havia uma separação nítida entre as classes? Diante da nossa pesquisa, continuamos a nos indagar o que Brasília significou, não somente para as autoridades políticas e pela equipe que a planejou, mas também para grande a imprensa e, principalmente, para a população que viria a residir na nova capital.

Ao final de seu governo, o presidente Juscelino Kubitschek confiava que Brasília poderia ser utilizada como forma de propaganda política para as eleições de 1965. Apesar da alta da inflação e do aumento das disparidades sociais em 1960, Kubitschek, ciente de que seu sucessor tomaria atitudes que desagradariam a população com a finalidade de combater a alta dos preços, esperaria que após alguns anos, os eleitores se lembrassem dele como o estadista com um perfil otimista e realizador – o governante que construiu a nova capital.

No que concerne à imprensa, vimos até aqui que para o jornal *Última Hora*, Brasília significava a “capital da esperança”, a busca pela independência econômica, e pelo

progresso. Já para o periódico *Tribuna da Imprensa* do opositor de Juscelino, o deputado Carlos Lacerda, Brasília significava a “capital do desperdício”, dos gastos excessivos, da corrupção praticada pelos herdeiros do getulismo (Kubitschek e Goulart), além do esvaziamento político do Rio de Janeiro. Conforme Alzira Alves de Abreu (2011) em entrevista ao jornalista Alberto Dines da TVBRASIL,¹⁷⁷ os jornais dos anos cinquenta eram politizados e apoiavam claramente os partidos, mas não eram financiados por estes. A maioria dos jornais da grande imprensa era contrário ao presidente Getúlio Vargas. Assim, a *Última Hora* foi o jornal financiado com a ajuda de Vargas e do Banco da Brasil para fazer frente a uma imprensa na sua maioria udenista. Já a *Tribuna da Imprensa*, um jornal fundado dois anos antes (1949), refletia o pensamento político do seu proprietário, Carlos Lacerda. Apesar de ter tido apoio do grupo formado pela maioria de udenistas católicos – o grupo Dom Vital, não podemos garantir que a *Tribuna* pertencia a um partido, neste caso, à União Democrática Nacional (UDN). Apesar do apoio de Vargas e de ter tido o presidente do PTB, Danton Coelho, na direção do jornal *Última Hora*, não podemos assegurar que o periódico de Wainer pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), nem de que ele fosse um impresso *oficial* do governo.

O que podemos afirmar é que os dois impressos funcionaram como “instrumentos políticos” (AMADO, 2012; CUNHA, 2017) para udenistas, no caso da *Tribuna*, e getulistas, no caso da UH. A *Tribuna* foi uma ferramenta utilizada pelo udenista Carlos Lacerda para expor as suas ideias e sua posição política e ideológica contra Vargas e, posteriormente, contra Juscelino Kubitschek e seu vice, João Goulart. Diante do quadro de alta inflação, do aumento das desigualdades sociais e da mudança do *status* político do Rio de Janeiro, Lacerda foi eleito ainda, em 1960, como o governador do Estado da Guanabara. Já a *Última Hora* foi a ferramenta utilizada por Vargas contra a grande imprensa liberal. O jornal de Samuel Wainer tinha um *design* diferente dos outros jornais e uma linguagem mais acessível para a população. Logo, se tornou um jornal popular, um mediador entre Vargas e as massas, principalmente, na então capital da República, o Rio de Janeiro. Depois da morte de Vargas em 1954, Wainer apoiou os herdeiros do getulismo – Juscelino Kubitschek e João Goulart. O UH também deu suporte ao governo JK quanto à transferência da capital.

177OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Última Hora. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=BdBtf-PpEbA>>. *TV Brasil*, 23/11/2011. Acesso em: 15 ago. 2022.

Além disso, observamos que, nos jornais udenistas, inúmeras críticas foram feitas aos herdeiros do getulismo e, principalmente, à mudança do centro político do poder de uma cidade histórica, o Rio de Janeiro, para um local vazio, desconhecido, quase inóspito. Um debate ferrenho surgiu sobre mudancistas e antimudancistas e seus pensamentos sobre uma cidade rebelde, politizada, a “caixa de ressonância” política e cultural do país, o Rio de Janeiro (MOTTA, 2001); e a refundação do país no Planalto Central com a nova capital, a esperança num futuro promissor, a promessa de integração e união entre os estados da federação, desenvolvendo-os economicamente, retirando-o das “amarras coloniais”, através de investimentos nas indústrias de base, na energia, nos transportes e na ampliação de um mercado consumidor. Seria uma espécie de recomeço para o Brasil com o estabelecimento da capital profetizada por Dom Bosco, nomeada por José Bonifácio, inaugurada no dia de Tiradentes; a capital modernista, planejada, desenhada em suas linhas simétricas, em seus traços arrojados, em sua estética futurista. Seguindo esta visão, o Rio de Janeiro, apesar de ter perdido a sua *capitalidade* (MOTTA, 2001), seria sempre a “cidade maravilhosa”, conforme o editorial da *Última Hora*. Era igualmente considerada pelos mudancistas, uma cidade “velha”, populosa, violenta, com muitas doenças e muitas desigualdades. A ex-capital que, em 1960, tornou-se o Estado da Guanabara, elegeu o principal opositor de JK, Carlos Lacerda para governá-la. Sua gestão recebeu elogios e críticas, estas últimas dirigidas, principalmente, à transferência da população em áreas precárias (favelas) para regiões no subúrbio da cidade, distantes do centro e com pouca infraestrutura.

Com relação a Brasília, já durante a sua construção, percebemos a mudança de milhares de pessoas da Vila Sarah Kubitschek e da Vila Amaury para outras cidades-satélites. Estas vilas (favelas que também eram chamadas de “invasões”) eram habitadas pelas famílias dos operários que, iludidos com a promessa de que conseguiriam enriquecer na nova capital, saíram de suas cidades, enfrentando viagens exaustivas e indo trabalhar para as empreiteiras por salários baixos e sem equipamentos de segurança. Acidentes e mortes eram frequentes. O extenuante trabalho nas chamadas “viradas”, com 16 ou 17 horas de trabalho ininterruptas, além da falta d’água e, principalmente, da comida estragada nos refeitórios, levavam os trabalhadores ao limite. Um episódio trágico que vimos nesta pesquisa foi o massacre na Pacheco Fernandes Dantas, em fevereiro de 1959. Os jornais da grande imprensa, mesmo os que eram contrários à construção da nova capital

e ao presidente Juscelino Kubitschek, pouco comentaram sobre o caso. Até hoje não se sabe o número de mortes e de feridos. Dezenas de pessoas que sumiram após o incidente foram dadas como desaparecidas. Embora a Guarda Especial de Brasília (GEB), responsável pelas mortes, tenha sido substituída, o caso nunca foi averiguado devidamente pelas autoridades.

Dez anos depois da inauguração, as desigualdades sociais eram mais visíveis: no plano-piloto moravam os habitantes de classe média e média alta. Os moradores das vilas (favelas) próximas ao plano-piloto eram removidos para as cidades-satélites. O “muro de discriminação” que Niemeyer mencionou no documentário de Carvalho (1990) não apenas existia, como também aumentava. Era a época da ditadura militar, do “milagre econômico” que beneficiava os mais ricos e prejudicava os mais pobres; época de censura e perseguição aos meios de comunicação, às artes, aos que tinham uma opinião política divergente do regime. Sedes do jornal *Última Hora* foram depredadas e Samuel Wainer partiu para o exílio, após o golpe civil-militar de 1964. Já Kubitschek, apesar de não ter se mostrado veemente contrário ao golpe, teve os seus direitos políticos cassados em junho do mesmo ano (PANTOJA, 2001). Já Carlos Lacerda que, nos governos de Vargas e de Juscelino, pedia a intervenção dos militares, endossou o golpe contra João Goulart em 1964, mas após ter sido preterido pelo regime e que, depois, teve o seu partido, a UDN, extinto junto com os demais, em 1965, iniciou o movimento da Frente Ampla com os seus ex-adversários políticos, Juscelino Kubitschek e João Goulart, ambos exilados. As atividades do movimento que pedia a volta ao regime democrático no país foram proibidas em 1968, e Lacerda teve também os seus direitos políticos cassados (KELLER, 2001).

Sabemos, no entanto, que há muito o que se pesquisar no campo da política, da imprensa, das ideologias e dos mitos em torno de políticos. Mais ainda há o que se estudar em torno das ideias de desenvolvimento econômico, cultural e social para o país, a fim de compreendermos não somente os governantes, os meios de comunicação, os processos de urbanização, mas também uma sociedade em sua maioria, densamente estratificada, desigual. O espaço está aberto para futuros estudos e avaliações.

Embora o campo de pesquisa esteja aberto, esperamos ter conseguido reproduzir como ocorreu também no planalto, sob o céu dos aviões, a costumeira forma da modernização brasileira: um centro projetado, moderno, reduzido para poucos, cercado de uma periferia pobre, multipovoada, que continua na "batalha" cotidiana pela existência. Foi

assim em Teresina, Londrina, Belo Horizonte, em Goiânia, continuou assim em Brasília, e viria a ser assim de novo em Palmas,¹⁷⁸ só para ficarmos em algumas das cidades "planejadas".

Aos futuros pesquisadores que por ventura tiverem de contar histórias sobre novas e posteriores urbanizações e modernizações ainda a ocorrerem no país, que tenham outras versões, mais democráticas, mais inclusivas, de finais mais felizes a narrar.

178 Sobre as desigualdades sociais em cidades planejadas, sugerimos a leitura dos seguintes trabalhos: ARAKE, G; TREVISAN, Ricardo; SANTOS, J. C. C.; LEITE, P. S. Teresina, Canudos e Ceilândia: quanto o autoritarismo toma forma. In: VI ENANPARQ & Diálogos Internacionais, 2021, Brasília. *Anais do VI ENANPARQ*. Brasília: PPG-FAU/UnB, 2021. v. 3. pp. 1703-1723. In: VI ENANPARQ - BRASÍLIA, 2021, Brasília. HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA - VI ENANPARQ BRASÍLIA, 2020. v. 3. pp. 1703-1723. CASTRO, Henrique Rezende de. *A Região Metropolitana na Federação Brasileira: estudo do caso de Londrina, Paraná*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2006. BARREIRA, Kenniane. *Mobilidade Urbana em Palmas: Contradições, Cidadania e Sustentabilidade*. Trabalho de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília. Brasília - DF, 2009. DUARTE, Aldimar. O processo de segregação socioespacial dos jovens nas periferias de Goiânia. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 115-125, jan./mar. 2016.

FONTES IMPRESSAS

- **CAPÍTULO 1:**

DIÁRIO CARIOCA. *Brasília foi inaugurada*. Capa. 21 de abril de 1960, p. 1.

O CRUZEIRO. O futuro já tem capital: Brasília. Disponível em: < <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/> >. *Memória Viva*, Edição de 07 mai. 1960. Acesso em: 10 mar. 2021.

- **CAPÍTULO 2:**

PARTE I

LACERDA, Carlos. Advertência oportuna. *Tribuna da Imprensa*, 1º de junho de 1950, pág. 4.

LACERDA, Carlos. Começou a impostura dos mandantes. *Tribuna da Imprensa*, 6 de agosto de 1954, pag. 4.

LACERDA, Carlos. Missão Cumprida (editorial). *Tribuna da Imprensa*, 04 de maio de 1954, p. 4.

LACERDA, Carlos. Pelo Brasil. Capa. *Tribuna da Imprensa*, 24 de agosto de 1954, p.1.

LACERDA, Carlos. Telegrama ao Chefe do Governo sobre a liberdade de imprensa. *Tribuna da Imprensa*, 13 de junho de 1951, p. 4.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *Afinal começamos*. Capa. 27 de dezembro de 1949, pag. 1.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Nosso Compromisso. Capa 24 de agosto de 1954, p.1.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Vargas e a imprensa. *Memorandum*, 13 de junho de 1951, p.4.

ÚLTIMA HORA. *Coluna de UH*, 12 de junho de 1951, pág.1.

ÚLTIMA HORA. Edição Especial (terceiro caderno). Capa. 24 de agosto de 1954, p.1

ÚLTIMA HORA. “Mobilizados todos os recursos do governo para esclarecer o crime!” 05 de agosto de 1954, p.3.

ÚLTIMA HORA. Serenidade em Homenagem. Aquele que soube morrer pelo povo. Capa. 24 de agosto de 1954, p.1.

WAINER, S. O debate da sucessão presidencial não poderá ser mais contido. *O Jornal*, 03 de março de 1949.

PARTE II

LACERDA, Carlos. A batalha decisiva do general Lott. *Tribuna da Imprensa*, 9 de novembro de 1955, p. 4.

LACERDA, Carlos. A posição dos comunistas na sucessão presidencial. *Tribuna da Imprensa*, 12 de agosto de 1955, p. 4.

LACERDA, Carlos. A Técnica do Golpe Continuado. *Tribuna da Imprensa*, 12 de outubro de 1956, p.4.

LACERDA, Carlos. Mensagem de Carlos Lacerda. Capa. *Tribuna da Imprensa*, 18 de novembro de 1955, p.1.

THÉO. Capa. *Careta*, Rio de Janeiro, ano LII, n. 2.706, 07 maio de 1960.

THÉO. O retorno (capa). *Careta*. Rio de Janeiro, ano L, n. 2570, 28 st. 1957.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *A Verdade sobre Brasília*. Capa. 6 de maio de 1957.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *Banheiro de Kubitschek custa 15 milhões*. Capa. 10-11 de maio de 1958.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *Custarão Cr\$ 200 bilhões as loucuras de Brasília*. Capa. 8 de maio de 1958.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *Greve em Brasília por causa da chacina de operários*. 12 de fevereiro de 1959, p. 3.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *Já existem favelas em Brasília. Nova Capital também dispõe de cadeia*. Capa. 16 de maio de 1958.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *Já existem favelas em Brasília*. 16 de maio de 1958, p. 5.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *Maio floresce, Brasília progride, caça-se Lacerda*. 10 de maio de 1957, p. 10.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *Não podem tomar posse*. Capa, 9 de novembro de 1955, p.1.

ÚLTIMA HORA. *15 mil Pessoas na Missa em Brasília. Marco da Libertação Nacional no Planalto Central*. Capa. 4 de maio de 1957.

ÚLTIMA HORA. *Acontecimento máximo depois do Ypiranga: 15 mil pessoas na Missa de Brasília*. 4 de maio de 1957, p. 3.

ÚLTIMA HORA. *Afirma Amilcar de Menezes ao regressar do Velho Mundo: "Acreditam os europeus no sucesso de Brasília"*. 15 de maio de 1958, p. 5.

ÚLTIMA HORA. *Carnaval nos Estados: Paulistano Foi Brincar em Santos e Houve Três Mortes em Brasília*. 11 de fevereiro de 1959, p. 4.

ÚLTIMA HORA. *Cumprir a Constituição: eis a tarefa*. *Coluna de Última Hora*, 9 de novembro de 1955, p. 4.

ÚLTIMA HORA. *Filinto Muller: "Liberdade e Responsabilidade"*. (Diário do Congresso). 12 de outubro de 1956, p. 4.

ÚLTIMA HORA. *Povo e Forças Armadas de Mãos Dadas*. Capa. 14 de novembro de 1955, p. 1.

ÚLTIMA HORA. *Que Seja Esclarecida a Opinião Pública Sobre a Falsidade da Carta Brandi*. *Coluna de Última Hora*, 11 de outubro de 1955, p.4.

ÚLTIMA HORA. *Brasília. Venda de terrenos*. (Capa). 26 de maio de 1958.

• CAPÍTULO 3:

CORREIO BRAZILIENSE. *Ceilândia* (editorial). 3 de março de 1971, p. 4.

CORREIO BRAZILIENSE. *Ideia e Execução* (editorial). 30 de março de 1971, p. 4.

CORREIO BRAZILIENSE. *Primeira Casa da Ceilândia*. 20 de janeiro de 1971, p. 7.

JORNAL DO BRASIL, *Capital Federal*. Editorial. 21 de abril de 1970, pág. 6.

JORNAL DO BRASIL, *O desafio de Brasília*, 13 de abril de 1960.

JORNAL DO BRASIL, *O problema da Guanabara*, 21 de abril de 1960.

LACERDA, Carlos. *A crise política e suas raízes financeiras*. *Tribuna da Imprensa*, 11 de abril de 1960.

LACERDA, Carlos. *A festinha no Rio e a festança em Brasília*. *Tribuna da Imprensa*, 20 de abril de 1960.

LACERDA, Carlos. *Arrombadores em ação*. *Tribuna da Imprensa*, 4 de abril de 1960.

LACERDA, Carlos. O começo do fim e o fim do começo. *Tribuna da Imprensa*, 18 de abril de 1960, p. 4.

O GLOBO, *O novo governador*, 16 de abril de 1960.

O GLOBO, *Aurora da Guanabara*, 19 de abril de 1960.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *Brasília – Polo de Desenvolvimento*, 21 de abril de 1970, p. 5.

ÚLTIMA HORA. *Coluna de UH: Brasil: capital Brasília*. Edição de 21 de abril de 1960.

ÚLTIMA HORA. *Coluna de UH: O destino do Rio de Janeiro e a responsabilidade dos cariocas*. Edição de 5 de abril de 1960.

ÚLTIMA HORA. *Coluna de UH: Seja sempre o Rio a Cidade Maravilhosa!* Edição de 4 de abril de 1960.

FILMOGRAFIA

Brasília, Ano 10. Direção, roteiro e produção: Geraldo Sobral Rocha. Fotografia e câmera: Fernando Duarte, Heinz Forthman, Miguel Freire, Ronaldo Deorce, Zeca Nobre, José de Almeida. Música: Rinaldo Rossi. Coordenação: Vladimir Carvalho, Cecil Thiré. Diretor de produção: Paulo Tourinho. Assistente: José Carlos Romancini. Montagem: João Ramiro Melo. Som direto: Conrado Silva, Luís Márcio Lobo. Texto: Henri Lefebvre, Lucio Costa, Pero Vaz de Caminha. Voz da narração: Ecchio Reis. Produção: Departamento de Turismo de Brasília. Curta-metragem, 35 mm, colorido, 9 min. 1970.

Brasília, Contradições de uma Cidade Nova. Direção: Joaquim Pedro de Andrade. Roteiro: Joaquim Pedro de Andrade, Luís Saia e Jean-Claude Bernardet. Assistente de Direção: Jean-Claude Bernardet. Fotografia: Affonso Beato. Montagem: Renato Neumann. Música: Gilberto Gil, Capinam e Eric Satie. Voz da narração: Ferreira Goulart. Produção: Filmes do Sêro para a Olivetti do Brasil. Média-metragem, 35 mm, colorido, 45 min. 1967.

Brasília Segundo Feldman. Direção e roteiro: Vladimir Carvalho. Fotografia e câmera: Eugene Feldman. Imagens adicionais: Alberto Roseiro Cavalcanti e Walter Carvalho. Montagem: Manfredo Caldas. Música: sambas recolhidos nos canteiros de obra. Som: Vladimir Carvalho. Produção: Centro Nacional de referência Cultural (CNRC). Curta-metragem, 35 mm, colorido, 20 min. 1979.

Conterrâneos Velhos de Guerra. Direção, roteiro e produção: Vladimir Carvalho. Fotografia e câmera: Alberto R. Cavalcanti, David Pennington, Fernando Duarte, Jacques Cheuiche, Marcelo Coutinho, Walmir de Pina, Walter Carvalho. Música: Zé Ramalho. Poema: Jomar Moraes Souto. Montagem: Eduardo Leone. Som direto: Chico Borôro. Voz da narração: Othon Bastos. Apoio: Polo de cinema e Vídeo e CPCE/UNB. Longa-metragem, 35 mm, colorido, 175 min. 1990.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. A imprensa nos anos JK. Os anos JK. Disponível em :< http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/Imprensa.asp>, Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, 2002. Acesso em: 17 mai., 2019.

_____. “Crise e sucessão 1954-1955: o papel da imprensa na formação de uma identidade política”. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1995.

_____. [et all]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

_____. (coord.). José Sette Câmara Filho (Verbete). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

_____; LATTMAN-WELTMAN, F. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

_____. O Brasil de JK: A reforma do JB. Disponível em:< <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/JB> >, Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, 2002. Acesso em: 03 jul. 2020.

_____. O Brasil de JK: Imprensa. Disponível em:< <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Imprensa>>, Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, 2002. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. O Brasil de JK: o ISEB e o desenvolvimentismo. Disponível em:< <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>>, Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, 2002. Acesso em: 03 jul. 2020.

_____. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In:_____. (Org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 13-60.

_____. Revisitando os anos 1950 através da imprensa. In: BOTELHO, André; BASTOS, Elide; BÔAS, Gláucia. *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

ALDÉ, Alessandra. Tv Tupi (verbete). Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tv-tupi>>. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 2001. Acesso em: 16 abr. 2022.

ALVES, Lara Moreira. A construção de Brasília: uma contradição entre utopia e realidade. *Encontro de História da Arte*, Campinas, SP, n. 1, pp.11-20, 2005. Disponível em:< <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/3586>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

ALVES, Renato. Nascida de um acampamento, Candangolândia completa 60 anos. Disponível em:< https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/11/03/interna_cidadesdf,555784/nascida-de-um-acampamento-candangolandia-completa-60-anos.shtml>. Brasília, *Correio Braziliense*, 03/11/2016. Acesso em: 9 jun. 2022.

AMADO, D. C. *Nem tudo que reluz é ouro: A Última Hora, a Tribuna da Imprensa e a campanha de saneamento moral de Copacabana*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

ANDRADE, Joaquim Pedro de. *Brasília: Contradições de uma Cidade Nova*. Brasília, 1967.

ARAGÃO, Georgy Pontes Vieira de. *Meios de comunicação como construtores de uma imagem pública: Juscelino Kubitschek através das revistas Manchete e O Cruzeiro*. Rio de Janeiro: FGV / CPDOC / Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2006.

ARAKE, G; TREVISAN, Ricardo; SANTOS, J. C. C.; LEITE, P. S. Teresina, Canudos e Ceilândia: quanto o autoritarismo toma forma. In: VI ENANPARQ & Diálogos Internacionais, 2021, Brasília. *Anais do VI ENANPARQ*. Brasília: PPG-FAU/UnB, 2021. v. 3. pp. 1703-1723. In: VI ENANPARQ - BRASÍLIA, 2021, Brasília. HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA - VI ENANPARQ BRASÍLIA, 2020. v. 3. pp. 1703-1723.

ARQUIVO PÚBLICO DO DF – ARPDF. *Documentos da Missão Cruls*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal. S/d.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. Israel Pinheiro. Disponível em:< http://www.museuvirtualbrasil.com.br/museu_brasilia/modules/news3/article.php?storyid=17>. Museu Virtual de Brasília, s/d. Acesso em: 22 jul. 2022.

ASSIS, Machado de. *Obras Completas*. v. 3. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1959.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: ROMANO, Ruggiero (dir.) *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 05. Anthropos-homem. Portugal/ Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

BAHIA. Juarez. *Jornal, história e técnica*. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARBO, Lenora de Castro. *Preexistências de Brasília. Reconstruir o território para construir a memória*. (Dissertação de mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

BARBOSA, Daniela Pereira. O mito fundador de Brasília expresso em discursos patrimoniais: uma análise de processos de tombamento. *Resgate – Rev. Interdiscip. Cult.* Campinas, v. 27, n. 1 [37], pp.35-56, jan./jun. 2019.

BARBOSA, Marialva. “Cinquenta anos em cinco”: consultando o mito da modernização (1950-1960). In____: *História Cultural da imprensa: Brasil, 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, pp. 149-173.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARREIRA, Kenniane. *Mobilidade Urbana em Palmas: Contradições, Cidadania e Sustentabilidade*. Trabalho de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília. Brasília - DF, 2009.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *O Projeto de Pesquisa em História*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BASTOS, M. L. Abadia. *Ceilândia: a cidade... o homem... o trabalho comunitário*. Brasília: FEDF, 1979.

BASTOS, Victória. Lembranças submersas: conheça a Vila Amaury. Disponível em:< <https://agenciadenoticias.uniceub.br/sem-categoria/vila-amaury/>>. *Agência de notícias UniCEUB*, 12/02/2019. Acesso em: 9 jun. 2022.

BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, pp. 21-38.

BIROLI, Flavia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, n.47, pp. 213-240, jan. 2004.

BOJUNGA, Claudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

BOMENY, Helena. *Utopias de cidade: as capitais do modernismo*. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp. 201-223.

BOTELHO, André; BASTOS, Elide; BÔAS, Glaucia. *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BRAGA, Suely. O cerco se fecha: a República do Galeão e o suicídio de Vargas. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/CrisePolitica/Suicidio>>. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 2003. Acesso em: 19 abr. 2022.

BRASIL, Presidência. Serviço de Documentação. Antecedentes Históricos. In: *Coleção Brasília, Vols I e II*: Rio de Janeiro, 1960.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1946*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

BRASIL. Presidente (1956-1961). *Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BRUM, Mario Sergio. Breve história das favelas cariocas: das origens aos Grandes Eventos. In: MAIA, Rosemere Santos (Org.). *Rio Revisto de suas margens*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, pp. 108-135.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annalles, 1929-1989: A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997.

CAMPOS, Neio Lúcio. *A produção da segregação residencial em cidade planejada*. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 1988.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1994.

_____. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J; DELGADO, L. (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional- estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.2, pp. 109-143.

_____. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, pp. 167-178.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de textos. In: _____. *Domínios na História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Heloisa. Narrativas de um candango em Brasília. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, pp. 163-80, 2004.

CARLONI, Karla. O 11 de Novembro de 1955. *Militares e Política*, nº 5 (jul.-dez. 2009), pp. 102-119.

CARVALHO, E. A. PSD, UDN e PTB, os três grandes partidos da Terceira República. *CSONline – Revista Eletrônica De Ciências Sociais*, Ano I, Edição I, Fev. 2007.

CARVALHO, J. M. Os três povos da República. In: Carvalho, Maria Alice Resende de (Org.). *República no Catete*. 1. ed. Rio de Janeiro: Museu da República, v. 1, pp. 61-87, 2001.

CARVALHO, Vladimir. *Brasília segundo Feldman*. Brasília: Vladimir Carvalho, 1979.

_____. *Cinema candango*: matéria de jornal. Brasília: Cinemória, 2002.

_____. *Conterrâneos Velhos de Guerra*. Brasília: Vladimir Carvalho, 1990/1991.

CASTRO, Henrique Rezende de. *A Região Metropolitana na Federação Brasileira*: estudo do caso de Londrina, Paraná. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2006.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. “*E a história se fez cidade...*”: construção histórica e historiográfica de Brasília. (Dissertação de Mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque, 1808-1964*. Rio de Janeiro: Record, vol. I, 2000.

COELHO, Christiane Machado. Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto. *Cronos*, Natal- RN, v.9, n.1, pp.65-75, jan./jun., 2008.

COSTA, Célia. João Goulart, o aumento do salário mínimo e o Memorial dos coronéis. Disponível em:< <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/CrisePolitica/JoaoGoulart>>. Rio de Janeiro, *CPDOC-FGV*, 2003. Acesso em: 18 abr. 2022.

COSTA, Gilberto. Distrito Federal demonstra desigualdade maior que restante do país. *Agência Brasil*, Brasília, 16 nov. 2018.

COSTA, Lucio. Considerações em torno do plano piloto de Brasília. Brasília. In: I Seminário De Estudos Urbanos De Brasília. [*Documento*]. Comissão do DF: Gráfica do Senado Federal, 1974.

_____. O urbanista defende a sua cidade. In: *Registro de uma vivência*. São Paulo, Empresa das Artes, 1995.

COSTA, Wagner Cabral da. “Eu vou pra Maracangalha, eu vou...” JK e a Distopia *Brasiliae* na música popular e nas charges da revista Careta (1956-1960). *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, pp. 303-332, jan./abr., 2013.

COUTINHO, Amélia. Heráclito Fontoura Sobral Pinto (verbete). Disponível:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heraclito-fontoura-sobral-pinto>>. Rio de Janeiro, *CPDOC-FGV*, 2001. Acesso em: 15 abr. 2022.

_____. Juracy Magalhães (verbete). Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juraci-montenegro-magalhaes>>. Rio de Janeiro, *CPDOC-FGV*, 2001. Acesso em: 16 ago. 2022.

COUTO, Reinaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. 5.ed. São Paulo: Record, 2006.

CPDOC-FGV. Dario de Almeida Magalhães (verbete). Disponível:< <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dario-paulo-de-almeida-magalhaes#:~:text=Faleceu%20no%20Rio%20de%20Janeiro,Guabara%20de%201967%20a%201971.>>. Rio de Janeiro, *CPDOC-FGV*, 2001. Acesso em: 15 abr. 2022.

_____. Mem de Sá. (verbete). Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sa-mem-de>>. Rio de Janeiro, *CPDOC-FGV*, 2001. Acesso em: 1 jun. 2022.

_____. PSD. Disponível em: < https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/partido_social_democratico>. Rio de Janeiro, *CPDOC-FGV*, 2001. Acesso em: 08 abr. 2022.

_____. PTB. Disponível em:< https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/partido_trabalhista_brasileiro>. Rio de Janeiro, *CPDOC -FGV*, 2001. Acesso em: 08 abr. 2022.

_____. UDN. Disponível em:< https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/uniao_democratica_nacional>. Rio de Janeiro, *CPDOC-FGV*, 2001. Acesso em: 08 abr. 2022.

CRULS, Luis. *Relatório Cruls* (relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil). 7ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

CRULS, L. Le climat du Brésil. *Revue Scientifique*, n. 8, tome VI, 1896.

CUNHA, Thársyla. Um mês de desgosto: a atuação dos jornais *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* na crise de agosto de 1954. *Faces de Clio*. Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História – UFJF. Vol.4. N. 7. Jan/Jun. 2018.

DANTAS, Carolina Vianna. Careta (verbete). Disponível em:< <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARETA.pdf>>. Rio de Janeiro, *CPDOC-FGV*, 2001. Acesso em: 29 mai. 2022.

D'ARAÚJO, M. C. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2000.

_____. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1992.

DELGADO, Lucilia. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves. (Orgs.) *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v.3. pp. 127-154.

DELGADO, Márcio de Paiva. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). *Locus* (Juiz de Fora), v. 12, pp. 137-153, 2008.

_____. *O “Golpismo Democrático”*. Carlos Lacerda e o Jornal *Tribuna da Imprensa* na quebra da legalidade (1949-1964). Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

DERNTL, Maria Fernanda. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília, *Resgate- Rev. Interdiscip. Cult.*, Campinas, v. 27, n. 1 [37], pp. 11-34, jan./jun. 2019.

DUARTE, Aldimar. O processo de segregação socioespacial dos jovens nas periferias de Goiânia. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 115-125, jan./mar. 2016.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Congresso Nacional em Construção. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra6834/congresso-nacional-em-construcao>>. *Enciclopédia Itaú Cultural*. Acesso em: 7 jun. 2022.

ESPADA, Heloísa. Monumento e sombra na Brasília de Marcel Gautherot. *Novos Estudos*. CEBRAP, v.1, pp. 145-166, 2012.

FAUSTO, Boris. A Vida Política. In: GOMES, A. C. (Coord.). *Olhando para dentro: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, vol. 3, pp. 91-141.

_____. *História do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1995.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves. (Orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v.3. pp. 13-46.

_____. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In:_____; DELGADO, Lucilia (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2008, pp. 301-342.

_____. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pp. 265-271.

_____. A reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 141-155.

_____. Gustavo Corção Braga (verbete). Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-corcao-braga>>. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, 2001. Acesso em: 15 abr. 2022.

_____; MONTALVÃO, Sérgio. Jornal do Brasil (verbete). Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>>. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 2001. Acesso em: 30 jun. 2022.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2015.

FIDELIS, Thiago. Samuel Wainer: entre Diretrizes e Última Hora. *Em tempo de Histórias*. PPGHIS/UnB, Nº. 33, Brasília, Ago-Dez, 2018.

FLAVIO, L. Nasce Brasília. Sessenta anos de uma ideia feliz. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/04/21/nasce-brasilia-sessenta-anos-de-uma-ideia-feliz/>>. *Agência Brasil*, 21/04/2020. Acesso em: 31 de agosto de 2021.

FRAZÃO, Dilva. Biografia de Assis Chateaubriand. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/francisco_chateaubriand/>. *E-biografia*, 2016, Acesso em: 31 de março de 2022.

_____. Biografia de Carlos Lacerda. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/carlos_lacerda/>. *E-biografia*, 2015. Acesso em: 10 abr. 2022.

_____. Biografia de Graciliano Ramos. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/graciliano_ramos/>. *E-biografia*, 2019, Acesso em: 02 de abril de 2022.

_____. Biografia de Le Corbusier. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/le_corbusier/#:~:text=Le%20Corbusier%20\(1887%2D1965\),gera%C3%A7%C3%A3o%20modernista%20de%20arquitetos%20brasileiros.](https://www.ebiografia.com/le_corbusier/#:~:text=Le%20Corbusier%20(1887%2D1965),gera%C3%A7%C3%A3o%20modernista%20de%20arquitetos%20brasileiros.)>. *E-biografia*, 24/08/2017. Acesso em: 11 ago. 2022.

FREITAS, Conceição. Algumas coisas que você talvez não saiba sobre o Paranoá. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/conceicao-freitas/algumas-coisas-que-voce-talvez-nao-saiba-sobre-o-paranoa>>. *Metrópoles*, 15/09/2019. Acesso em: 10 jun. 2022.

GALVÃO, Flávio. A liberdade de informação no Brasil. *O Estado de São Paulo*, 29.11.1975. Suplemento do Centenário, n. 48.

GAMA, J. *Brasília, a terra prometida*. Turismo Místico e Religioso na Capital do País. Pós-Graduação em Gestão e Marketing do Turismo. Universidade de Brasília, 2004.

GENTILLI, Victor. O jornalismo brasileiro do AI-5 à distensão: “milagre econômico”, repressão e censura. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. I, Nº 2 – 2º Semestre de 2004.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu. *Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956-1960)*. (Tese de Doutorado). Brasília, UnB, PPGHIS, 2008.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). Qual a cor dos anos dourados? In: _____. *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 09-19.

_____. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

_____. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.

GOMES, Héilton Santos. Os intelectuais e o Cinema Novo, suas vinculações e suas propostas. In: *VII Simpósio Nacional Estado E Poder: Sociedade Civil*, 2012, Uberlândia. Anais..., 2012, Uberlândia: Núcleo de Pesquisa em História, Cidade e Trabalho. NUHPECIT/PPGHIS/UFU; Niterói, RJ: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil. NUPEP/PPGH/UFF, pp. 1-9, 2012.

GUSMÃO, R. L. História do cotidiano de Brasília: “experiência” e resistência dos candangos na construção da nova capital (1959-1961), *Mosaico*, Rio de Janeiro, v.10, n. 16, pp.31-49, 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice / Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Minas Gerais: UFMG, 2011.

HIPPOLITO, Lucia. Vargas e a gênese do sistema partidário. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, pp. 21- 47, jan./dez. 2004.

HOBBSBAWM, Eric. Introdução: A invenção das Tradições. In: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLSTON, James. A linguagem das ruas: o discurso político em dois modelos de urbanismo. In: *Anuário Antropológico do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, UFCE, 1980.

_____. *A Capital Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. (trad. Marcelo Coelho). São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

INSTITUTO MOREIRA SALLES (ACERVO - IMS). A Construção de Brasília. Disponível em: < <https://ims.com.br/por-dentro-acervos/a-construcao-de-brasil>> . *Instituto Moreira Salles – Acervo IMS*, Rio de janeiro. Acesso em: 7 jun. 2022.

_____. Marcel Gautherot. Disponível em: < <https://ims.com.br/exposicao/as-construcoes-de-brasil>>. *Instituto Moreira Salles – Acervo IMS*, Rio de janeiro. Acesso em: 7 jun. 2022.

IPEA; UNB; UFRJ. *Instrumentos de gestão urbana: Brasília e Rio de Janeiro*. Brasília: IPEA, 2002. (Série Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano, v. 3).

JACQUES, P. B.; LOPES, D. A Construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento. In: XII – Encontro de História da Arte – Os silêncios na História da Arte, 2018, Campinas, *XII – Encontro de História da Arte – Os silêncios na História da Arte*, 2018, Campinas.: Unicamp, 2017, v. 1, pp. 469-495.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre (orgs.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KELLER, Vilma. Carlos Lacerda. (verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-frederico-werneck-de-lacerda>>. Rio de Janeiro, *CPDOC-FGV*, 2001. Acesso em: 30 jun. 2022.

KIMURA, Ester. Fotografias de Mario Fontenelle: documentos administrativos de arquivo. *Revista Photo & Documento*. Núm. 4, 2017.

KOPBAYEVA, Diana. *Is Astana a nationalistic project? The role of Kazakhstan's new capital in development of the national identity*. 1st Annual International Interdisciplinary Conference, AIIC 2013, 24-26 April, Azores, Portugal. Disponível em: <<http://eujournal.org/index.php/esj/article/viewFile/1400/1409>>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

KORNIS, Mônica de Almeida. Centro Dom Vital (verbete). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-dom-vital>>. Rio de Janeiro, *CPDOC – FGV*, 2001. Acesso em: 15 abr. 2022.

_____. O Brasil de JK: sociedade e cultura nos anos 1950. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>>, Rio de Janeiro, *CPDOC-FGV*, 2002. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. Os Anos Dourados. *Nossa História*. São Paulo, 2005, pp. 26-29.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Bloch Editores, Rio de Janeiro, 1963.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, (1978), 1987.

LATTMAN- WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In: ABREU, Alzira Alves de. (Org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, pp. 157-184.

LAMARÃO, Sérgio. Frente Ampla. (verbete). Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-ampla>>. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 2001. Acesso em: 30 jun. 2022.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.

_____. Batalhas em letra de forma: Chato, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto: 2008. pp. 179-205.

LAVAREDA, Antonio. *A Democracia nas Urnas: o Processo Partidário Eleitoral Brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

LEAL, Carlos Eduardo. Tribuna da Imprensa. (verbete). Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>>. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 2001. Acesso em: 30 jun. 2022.

_____. Última Hora. (verbete). Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>>. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 2001. Acesso em: 17 abr. 2022.

LESSA, R. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: Carvalho, M. A. R. de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

_____. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1998.

LINS, Bernardo E. Da censura de costumes à censura política: o episódio da “portaria rolha”. In: *XII Congresso De Ciências Da Comunicação Na Região Centro-Oeste*, 2010, Goiânia. Anais...Goiânia, 2010.

LOPES FILHO, Cid Ferreira. *Cid Ferreira Lopes Filho: depoimento* [jul. 1997]. Entrevistadores: T. Sousa, M. Santos e M. Costa. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1997. 16 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

LOUZADA, Silvana. “A inauguração de Brasília pelas lentes dos fotógrafos de O Cruzeiro e Manchete”. In: *XXVI Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação Intercom 2003*. Belo Horizonte, 2003. Disponível em:< <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/4410/1/NP2LOUZADA.pdf>>. Acessado em: 19 mai. 2019.

LUCA, Tania Regina de. A Grande Imprensa Na Primeira Metade Do Século XX. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 149-175.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 111-153.

LUIZ, Edson Beú. *Os Filhos dos Candangos: Exclusão e Identidades*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____; KUYUMJIAN, Márcia. Candangos: uma história de trabalho e exclusão. *Tempos Históricos* (EDUNIOESTE), v.14, p. 257-279, 2010.

MACHADO, Amália. Análise de Conteúdo de Bardin em três etapas simples! Disponível em: < <https://www.academicapesquisa.com.br/post/an%C3%A1lise-de-conte%C3%BAdo-da-bardin-em-tr%C3%AAs-etapas-simples>>. *Acadêmica*, 10 fev. 2021. Acesso em: 13 ago. 2022.

MAGALHÃES, L. *Brasília, a Utopia do Centro*. Programa de Mestrado em História. (Dissertação de Mestrado). UFG: Goiânia, 2004.

MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MARAN, Sheldon. Juscelino Kubitschek e a política presidencial. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp. 143-170.

MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, (1981), 1985.

MARQUES, J. *O movimento mudancista*. Um estudo sobre as origens históricas da transferência da capital do Brasil para o Planalto Central. UEG, 2010. Disponível em: <http://www.ueg.br/noticia/7985_o_movimento_mudancista>. Acesso em: 09 fev.2021.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINS, Luiz. *A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MARTINS, L. C. Campo jornalístico: limites e possibilidades da aplicação desse conceito bourdiano à história da imprensa brasileira. In: *IX Encontro Estadual de História. Vestígio do Passado: a História e suas fontes – ANPUH-RS, Porto Alegre, 2008.*

MATTEUCCI, Nicola. Opinião pública. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, pp. 842-845.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1.pp. 133-174. jan. - jun. 2005.

MAYER, João Miguel. Horácio Lafer (verbete). Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lafer-horacio>>. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 2001. Acesso em: 16 ago. 2022.

MEDEIROS, Benício. *A rotativa parou!* Os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MEMÓRIA VIVA. O futuro já tem capital: Brasília. Disponível em:< <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/>>. *Memória Viva*. Edição de 07 mai. 1960. Acesso em: 10 de março de 2021.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. *Jornais e Revistas (1945-1963)*. Última Hora. Disponível em:< <http://memorialdademocracia.com.br/card/jornais-e-revistas/12>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

MENDONÇA, Marina. Imprensa e Política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da *Última Hora*. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 31, 2018.

_____. *O demolidor de presidentes*. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968. São Paulo: Códex, 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As Bases do Desenvolvimento Capitalista Dependente: da Industrialização Restringida à Internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MOREIRA, Vânia M. L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 329-360, 1998. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 fev. 2019.

_____. Os anos JK: industrialização e o modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves. (Orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, v.3, pp. 155-194.

MOREL, Marcos. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A; LUCA, T. (Orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 23-43.

MOSER, B. *Autoimperialismo*. Tradução: Eduardo Heck de Sá, 1.ed. São Paulo: Planeta, 2016.

MOTTA, Luiz Gonzaga. O poder da imprensa e a imprensa do poder. *Observatório da Imprensa*. 2009. Disponível em:< <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/al050620022.htm> >. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. *Imprensa e poder*. Brasília: Editora UNB, 2002.

MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURA, Gerson. Avanços e recuos: a política externa de JK. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp. 39-66.

MUSSALIM, F & BENTES, A. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

NEIVA, I. C. *Uma cidade encantada. Memórias da Vila Amaury em Brasília*. Brasília: Ed da autora, 2017.

NEVES, G. P. Marquês de Pombal (verbete). In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, pp. 377-379.

NEVES, L. B. P. Hipólito José da Costa (verbete). In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 341-342.

NONATO, Alexandre. Análise comparativa das notícias sobre o incidente na Pacheco Fernandes em Brasília e as consequências da ausência do jornalismo. In: XXXII

Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, *Intercom*, - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Curitiba (PR). Anais do ... Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, pp. 1-15, 2009.

NONATO, Alexandre F; SILVEIRA, Mauro César. A trajetória do Binômio, um jornal? quase independente? *Interin* (Curitiba), v. 11, pp. 1-13, 2011.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Última Hora. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=BdBtf-PpEbA>>. TV Brasil, 23/11/2011. Acesso em: 15 ago. 2022.

OLIVEIRA, Denise Santos de. *Segregação socioespacial do Distrito Federal nos documentários “Conterrâneos Velhos de Guerra” e “A Cidade é uma Só?”* Disponível em:< <https://bdm.unb.br/handle/10483/27944>>. 2018, 28f. Trabalho de Conclusão de Curso, (Bacharelado em Comunicação Social), Universidade de Brasília, Brasília: 2018. Acesso em: 24 jun. 2022.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O Brasil de JK: a Conquista do Oeste. Disponível em:< <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste>>. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV. 2001. Acesso em: 31 de agosto de 2021.

OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes de. Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília pela ótica da erradicação de favelas. *Univ. Hum. Brasília*, v. 5, n. ½, pp. 49-76, jan./dez. 2008.

PANDOLFI, D. C. A revolta comunista de 1935. Disponível em:< <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>>. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, 2001.

_____. Censura no Estado Novo. *Concinnitas*. Ano 19, número 33, dezembro de 2018.

_____. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional- estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.2, pp. 14-37.

PANTOJA, Sílvia. Etelvino Lins (verbete). Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/etelvino-lins-de-albuquerque>>. Rio de Janeiro, *CPDOC – FGV*, 2001. Acesso em: 06 jun. 2022.

_____. Juscelino Kubitschek de Oliveira (verbete). Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juscelino-kubitschek-de-oliveira>>. Rio de Janeiro, *CPDOC – FGV*, 2001. Acesso em: 15 ago. 2022.

PASSOS, Amanda de Oliveira. Censura cinematográfica em Brasília: Análise do Discurso à luz de Pêcheux e Althusser / Cinematography censorship in Brasilia: Discourse Analysis through Pêcheux and Althusser. Disponível em:< <https://resistances.religacion.com/index.php/about/article/view/8/11>>. *Resistances. Journal of the Philosophy of History*, v. 1, pp. 69-79, 2020. Acesso em: 24 jun. 2022.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In:_____. (Org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora da UnB, 1991. Disponível em:< <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbetes=1625>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

PEDROSA, M. *Dos Murais de Portinari aos Espaços de Brasília*. AMARAL, Aracy (Org.). São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

PEREIRA, Eliane. O Estado Novo e a Marcha para o Oeste. *História Revista*, 2(1): 113-129, jan/jun., 1997.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*. (Dissertação de Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

PIMENTEL, A. M. de A. O Brasil Central. *Revista IHGB*, tomo LXVIII, pp. 260-376, 1907.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, no. 3, Rio de Janeiro, 1989.

_____. Memória e Identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PONTUAL, Helena Daltro. Uma breve história das Constituições do Brasil. Disponível em:< <https://www.senado.gov.br/noticias/especiais/constituicao25anos/historia-das-constituicoes.htm>>. *Senado Federal. 25 anos da Constituição Cidadã*. s/d. Acesso em: 29 jun. 2022.

QUEIROZ, Ana. O Plano Piloto de Brasília e a busca da cidade ideal: utopia, arte e mitologia. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, pp. 157-167, jan.-jun. 2007.

REMOND, René. Le Retour du Politique. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTAR, Phillipe. *Questions à L'Histoire des Temps Présents*, Complexe, Paris, 1992, pp. 55-64.

_____. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: 2003. n ° 31.

_____. *Imprensa e História*. Imprensa do Rio de Janeiro de 1950. Rio de Janeiro: ECO – UFRJ, 2000.

RIBEIRO, Gustavo *O capital da esperança*. Brasília: estudo sobre uma grande obra da construção civil. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

RIBEIRO, Isaac Barreto. *Issac Barreto Ribeiro: depoimento* [ago. 2000]. Entrevistador: D. Soares. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 28 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

ROCHA, Geraldo Sobral. *Brasília Ano 10*. Brasília, 1970.

RODRIGUES, J. H.; BAUER, Wilhelm; LACOMBE, Américo J.; QUINTAS, Amaro. *A imprensa como fonte histórica*. Jornalismo. Série F., Publicação do Deptº de Jornalismo e Editoração da ECA -USP, São Paulo, 1970.

RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

SANTANA, Franciele. A culpa é do Nitro. Disponível em:< <https://maisminas.org/colunas/nutricao-e-alimentacao/a-culpa-e-do-nitro/>>. *MaisMinas*, 26/08/2020. Acesso em: 14 jun. 2022.

SANTOS, Marcos. Ceilândia – Distrito Federal, território negro na contramão de Brasília. Disponível em:< <https://www.geledes.org.br/ceilandia-distrito-federal-territorio-negro-na-contramao-de-brasilia/>>. *Portal Geledés*, 21/04/2021. Acesso em: 5 jul. 2022.

SESC. *Construtores de Brasília (1750-1960)*. Brasília, 2014.

SIQUEIRA, C. V. *Sexo, crime e sindicato: Sensacionalismo e Populismo nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática durante o segundo governo Vargas (1951-1954)*. 2002. (Tese de Doutorado em História Social da Cultura), PUC, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Adriana Hassin. *A Modernidade em Alvorada: Brasília e a imagem do Brasil moderno no fotojornalismo d'O Cruzeiro e da Manchete (1956-1960)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGHIS, 2003.

SILVA, Beatriz Coelho. *Semana de Arte Moderna (verbete)*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SE-MANA%20DE%20ARTE%20MODERNA.pdf>>. CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 17 fev. 2015. Acesso em: 11 ago. 2022.

SILVA, Hilda Mendonca da. *Hilda Mendonça da Silva: depoimento* [jul. 1997]. Entrevistadores: M. Santos, M. Costa e T. Sousa. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1997. 28 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A Construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Editora UFG, 1997.

SILVA, Meire Oliveira. *Desenvolvimentismo, plano-piloto e segregação: uma análise de “Brasília, contradições de uma cidade nova”, de Joaquim Pedro de Andrade*. *Revista Rua*, Campinas, São Paulo, Número 1, pp. 165-182, junho de 2019.

SIMÕES, Inimá. *Roteiro de intolerância: a censura cinematográfica no Brasil*. São Paulo: SENAC São Paulo, 1999.

SIMÕES JR., J; ALVIM, A. *Brasília: Modernidade e Exclusão. Dos Acampamentos às Cidades-Satélites*. XVI ENANPUR – *Espaço, Planejamento e Insurgências*. Belo Horizonte, 2015.

SIQUEIRA, D. *As novas religiosidades no Ocidente: Brasília, cidade mística*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio à Castelo, 1930-1964*. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, (1982), 2007.

SOBRINO, C. M. *Fato, memória e história: o impacto da nova capital, Brasília, nos jornais cariocas*. XIX *Encontro de História da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro, 2020.

_____. *Imprensa e Poder: as reações da imprensa carioca a transferência da capital para Brasília*. Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em História. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOMBRA JR., Fausto Barreira. Revisitando "Brasília: contradições de uma cidade nova" (1967). In: *IV Jornada Discente Do Programa De Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo Da FAU-Mackenzie*, 2018, São Paulo. IV Jornada Discente Do Programa De Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Da FAU-Mackenzie, 2018.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho. *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1983.

_____. *O massacre na Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores na construção civil de Brasília*. Disponível em: < <https://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1251/2053.pdf> >. Brasília, 2014. Acesso em: 7 jun. 2022.

SOUZA, D. *O Mito Getúlio Vargas: o enfoque do jornal Tribuna da Imprensa*. Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Monografia. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

SOUZA, Maria de Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3.ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1990.

SOUZA, Vicente Paulo de. *Vicente Paulo de Souza: depoimento* [mar. 1995]. Entrevistadores: M. Santos e T. Sousa. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1995. 18 pgs. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

TAVARES, J. *Projetos para Brasília e a Cultura Urbanística Nacional*. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, 2004.

TEIXEIRA, Hermes de Aquino. *No tempo da GEB (1956-1960)*. Brasília: Thesaurus, 1996.

VARHANGEN, Francisco Adolfo de. *A questão da capital: marítima ou no interior?* Apresentação Edgard D'Almeida Victor. Brasília, Thesaurus. (Col. Memória do Brasil, v.5), 1978.

VEJA. A Construção. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/a-construcao/> >. *Veja On-line*. 20 out. 2009. Acesso em: 7 jun. 2022.

VELASQUEZ, M. Cruzeiro, O. (verbete). Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzeiro-o> >. Rio de Janeiro, *CPDOC-FGV*. Acesso em: 10 e março de 2021.

VELLOSO, M. P. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

_____. Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, nº 9, 1997, pp. 57-74.

VELOSO, Caetano. *Tropicália* (álbum). Ficha técnica disponível em: <<https://discografia.discosdobrasil.com.br/discos/caetano-veloso-1968>>. Gravadora Polygram/Philips, Lp; 1968; CD, 1990. Acesso em: 16 ago. 2022.

_____. Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, nº 9, 1997, pp. 57-74.

VERGARA, M. de R.: Ciência e história no relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central na Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, pp. 909-25, out.-dez. 2006.

VESENTINI, J. W. *A Capital Geopolítica*. Um estudo geográfico-político sobre a implantação de Brasília. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 2020.

VIANNA, Marly. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.2, pp. 64-105.

VIDESOTT, Luisa. Informações, representações e discursos acerca das arquitetura-ícones de Brasília: o caso da revista Brasília. In: *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (Online), nº 11. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Os Candangos. *Risco* (São Carlos), v.7, pp. 4-20, 2008.

VIEIRA, Tamara Rangel; LIMA, Nísia Trindade. A capital federal nos altiplanos de Goiás medicina, geografia e política nas comissões de estudos e localização das décadas de 40 e 50 do século XX. *Estudos Históricos*, v.24, pp.29-48, 2011.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Memórias de um repórter. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

_____. *Samuel Wainer I (depoimento, 1996)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI), 2010.

WESELY, M; KIM, L. *Arquivo Brasília: Lina Kim e Michael Wesely*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.